

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E A EDUCAÇÃO NO
PARANÁ NO SÉCULO XX (1920-1976)**

ADRIANA SALVATERRA PASQUINI

**MARINGÁ
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E A EDUCAÇÃO NO PARANÁ NO
SÉCULO XX (1920-1976)**

Tese apresentada por ADRIANA SALVATERRA PASQUINI ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr.: CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT
DE TOLEDO

MARINGÁ
2017

FICHA CATALOGRÁFICA:

Deverá ser impressa no verso da folha de rosto.

Para confecção da Ficha Catalográfica, o aluno deverá levar um exemplar impresso da Tese à Biblioteca Central da UEM. Agendamentos e informações:
<http://www.bce.uem.br/sib/catalogacao.php>

E-mail: bce-pte@uem.br

Fone: (44) 3011-4486/ (44) 3011-4483

Eu coloco esta página porque esta folha é contada... então é necessário para prever a paginação final, ok? Mas na hora de entregar para banca, retire a folha da encadernação.

ADRIANA SALVATERRA PASQUINI

**OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E A EDUCAÇÃO NO PARANÁ NO
SÉCULO XX (1920-1976)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador) –
UEM

Prof.^a Dr.^a Vanessa Campos Mariano Ruckstadter – UENP –
Jacarezinho

Prof. Dr. Reginaldo Aliçandro Bordin – PUC – Maringá

Prof.^a Dr.^a Ângela Mara de Barros Lara – UEM

Prof.^a Dr.^a Marcília Rosa Periotto – UEM

Data da aprovação

Dedico à Rosangela, para sempre na minha
memória e no meu coração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte e essência da minha vida, pela chance de viver, escrever esta tese e reescrever minha história.

Aos meus filhos, João Paulo e Laura, que cotidianamente me ensinam a ser melhor do que fui e do que sou.

Ao Eraldo e aos meus sogros, Alda e Antônio Dirceu, pelo carinho e incentivo em todos os momentos das atividades acadêmicas.

Aos meus pais, Maria Elena e Amadeu, pelo amor incondicional e pelo exemplo de resiliência diante de tantas dores vividas.

Aos meus familiares que percorreram essa etapa de estudos ao meu lado, mesmo estando longe geograficamente.

A Aparecida Ramos da Rocha, ou simplesmente, D. Cida, pelo carinho, atenção e cumplicidade diária.

Aos meus amigos, tantos, que poderia ser enganada pela minha memória. Assim, agradeço coletivamente, aos amigos e colegas de trabalho da Universidade Estadual do Paraná – Unespar; às minhas companheiras de viagem no itinerário Maringá-Apucarana, que não me deixaram procrastinar as leituras, a escrita e me encorajaram a cada quilômetro percorrido; aos colegas do doutorado, pelos momentos vividos, pelos cafezinhos passados e tomados, pelos bolos encomendados, pelas angústias partilhadas durante os eventos organizados, sobretudo, pela amizade cultivada. De modo especial, ao amigo Jarbas Maurício, que não raro me surpreendia com uma referência sobre os franciscanismo, e às amigas/irmãs Cristina Cerezuela e Jane Beltramini Berto, pela presença constante na minha vida.

Aos freis Capuchinhos, na pessoa do Ministro Provincial da Província São Lourenço de Brindes, Frei Claudio Sergio de Abreu, pela acolhida generosa. Em cada convento visitado e acervo pesquisado, era recebida com apressado e encaminhada a um quarto previamente reservado à “professora Adriana de Maringá”. Aposentos, caracteristicamente franciscano, simples e acolhedor, e não raro encontrava sobre o criado-mudo água mineral, salgadinhos e balas que segundo o frei, eram para adoçar a pesquisa. Desde as refeições diárias ao sono tranquilo nas acomodações dos conventos foram-me ofertados na gratuidade. Oxalá, todos os pesquisadores fossem assim acolhidos na realização de suas pesquisas.

Ao Professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo, meu orientador. A quem admiro pela seriedade, honestidade intelectual e amor ao próximo. Particularmente penso, que o processo de formação de um pesquisador se inicia quando ingressamos no universo da escolar. Muitas vezes, por motivos históricos e não, naturais, essa formação, não se dá plenamente. Assim foi comigo, encontrei muitas dificuldades nessa formação. Mas para cada não, eu via a possibilidade de um novo aprendizado. E o professor César, foi, e é o grande incentivador da minha busca pela apropriação do conhecimento científico. Foi também, quem me fez olhar para o Ensino Superior como possibilidade de área de atuação profissional e como professora da Educação Básica poderia contribuir na formação docente. Foi tão convincente, que depois de 19 anos atuando na Educação Básica, aqui estou no Ensino Superior. E ele continua me ensinando como contribuir para com a educação emancipatória. A trajetória dos quatro anos no Doutorado não foi fácil, e a frase mais ouvida pelo meu orientador foi: “O mundo não para fazermos doutorado”. Muitas dificuldades encontradas, mas para cada uma, a seu próprio modo, você, meu Orientador me recolocava no caminho e me encorajava a não desistir, da tese, da vida. Por isso e por muito mais... ser-lhe-ei eternamente agradecida. Muito obrigada, César.

Aos professores doutores Ângela Mara de Barros Lara, Marcília Rosa Periotto, Reginaldo Aliçandro Bordin e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, pela leitura e considerações no exame de qualificação, que contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

À Mitra da Arquidiocese de Curitiba, cujo acervo foi essencial para a realização desta pesquisa, especialmente à historiadora Julyane Ramos.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, especialmente aos secretários Hugo e Márcia, sempre prestativos.

Instruí-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.

Antonio Gramsci

PASQUINI, S. ADRIANA. **OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E A EDUCAÇÃO NO PARANÁ NO SÉCULO XX (1920-1976)**. 255 f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2017.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a atuação da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMcap) na área educacional no Estado do Paraná, no período que compreende 1920 a 1976, que corresponde, respectivamente, à chegada dos primeiros freis Capuchinhos ao Paraná e ao ano de falecimento do Frei Elias Zulian (1920-1976), cuja ação pastoral esteve diretamente vinculada à educação. Para responder à questão da pesquisa: Em que medida a atuação dos Frades Menores Capuchinhos se relaciona com as demandas educacionais do Estado do Paraná, da Igreja Católica e da própria OFMcap?, o estudo apresenta os seguintes objetivos: discutir a trajetória histórica da OFMcap; analisar a presença da OFMcap na educação brasileira desde a Colônia, Império e no início da República; contextualizar a criação da Diocese de Curitiba e, finalmente, analisar a estruturação das Escolas Paroquiais no contexto educacional paranaense. Para tanto, no primeiro momento, o texto trata da origem do franciscanismo, considerando os conflitos internos da Ordem dos Frades Menores (OFM), motivados pela estrita observação dos ensinamentos deixados por Francisco de Assis, culminando na estruturação jurídica da OFMcap. Em seguida, analisa a presença da OFMcap na América do Sul, de modo específico no Brasil, considerando os embates no campo educacional e suas especificidades. Abarca a relação da OFMcap nos grandes períodos: Colônia a relação da OFMcap com a Coroa Portuguesa; as limitações impostas durante o Brasil Império; no século XX discute a atuação da Ordem diante dos desafios pela proclamação e consolidação da República. Analisa, ainda, a expansão do catolicismo no Paraná como parte do processo de romanização da Igreja Católica e a inserção das ordens religiosas europeias no processo de diocesanização brasileira no qual se insere a OFMcap. Por fim, analisa a estruturação das Escolas Paroquiais no Estado do Paraná a partir da orientação dos seguintes documentos da Igreja Católica: Carta Circular sobre a importância da Catequese; Carta Pastoral sobre as Escolas Paroquiais e também o Estatuto da Irmandade, ou, Confraria de Santo Antônio, uma instituição criada pela Igreja para auxiliar na estruturação e manutenção das Escolas Paroquiais; e o Boletim Eclesiástico. Conclui com a análise da atuação do Frei Elias Zulian na estruturação de um complexo educacional na cidade de Ponta Grossa. Conclui que a atuação dos frades italianos, chamados a atuarem na Diocese de Curitiba, revela o esforço da Igreja Católica em atuar na formação moral da sociedade e que o trabalho missionário, iniciado por um número reduzido de quatro freis, prestou um serviço à sociedade, na ampliação das escolas pública e privada, na diminuição do analfabetismo no Estado e na abertura para a vinda de outras congregações para o Paraná.

Palavras-chave: História da Educação. Escolas Paroquiais. Igreja Católica. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Paraná.

PASQUINI, S. ADRIANA. **THE ORDER OF FRIARS MINOR CAPUCHINS AND EDUCATION IN THE STATE OF PARANÁ, BRAZIL, IN THE 20th CENTURY (1920-1976)**. 255 f. Doctoral Thesis in Education – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2017.

ABSTRACT

Current research analyzes the activities of the Order of Friars Minor Capuchins (OFMcap) in Education within the state of Paraná, Brazil, between 1920 and 1976. The period comprises the arrival of the first Capuchin friars in the state of Paraná and the death of Father Elias Zulian (1920-1976), whose pastoral work was totally dedicated to Education. The main issue deals with relationships between the activities of the Friars Minor Capuchins and the educational demands of the state of Paraná, of the Catholic Church and of the Order, aiming at discussing the historical trajectory of the OFMcap; analyzing the activities of the Capuchin Order in Brazilian education since Colonial, Imperial and Republican times; contextualizing the installation of the Diocese of Curitiba and investigating the structuring of Parish Schools within the educational context of the state of Paraná. Current thesis first deals with the origin of Franciscan Order including the internal conflicts of the Order of Friars Minor (OFM) due to strict observation of the rules by Francis of Assisi and reaching their peak in the juridical structure of the OFMcap. The activities of OFMcap in South America, specifically in Brazil, are investigated, with special reference to discussions on Education and its specificities. Discussions ensue on OFMcap relationships in the periods, or rather, Colonial times and OFMcap relationships with the Portuguese Crown; limitations imposed during the period of the Empire of Brazil; the activities of the Order in the 20th Century in the wake of the Proclamation and Consolidation of the Brazilian Republic. The thesis also analyzes the expansion of Catholicism in the state of Paraná as one of the Romanization processes of the Catholic Church and the insertion of European religious orders within the process of the proliferation of Brazilian dioceses. The structuring of Parish Schools in the state of Paraná is analyzed through the following documents of the Catholic Church: Circular Letter on the importance of the Catechism; Pastoral Letter on Parish Schools; the Statute of the Brotherhood or the Congregation of Saint Anthony, a Church institution for the structuring and maintenance of Parish Schools; Ecclesiastical Bulletin. An analysis of the activities of Father Elias Zulian features the structuring of an educational complex in the city of Ponta Grossa. Results show that the activities of the Italian friars in the diocese of Curitiba reveal the efforts of the Catholic Church with regard to the moral formation of society. Missionary work by four friars was a great service to the community within the broadening of public and private schools, in the decrease of illiteracy in the State and the incentives for other congregations to establish themselves in the state of Paraná.

Keywords: History of Education. Parish Schools. Catholic Church. Order of Friars Minor Capuchins. Paraná.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|-----|
| Quadro 1 | Principais metamorfoses da OFM | 55 |
| Quadro 2 | Dados referentes ao primeiro século da OFMcap..... | 69 |
| Quadro 3 | Presença da OFMcap no Brasil (1900-1971)..... | 102 |
| Quadro 4 | Estruturação da Província Eclesiástica de Curitiba – Início do século XX..... | 104 |
| Quadro 5 | Seminários Seráficos..... | 123 |
| Quadro 6 | Colégios católicos fundados entre 1827 a 1889..... | 132 |
| Quadro 7 | Documentos que respaldaram a estruturação das Escolas Paroquiais no Estado do Paraná..... | 134 |
| Quadro 8 | Escolas Paroquiais estruturadas pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no Paraná..... | 147 |
| Quadro 9 | Instituições organizadas pelo frei Elias Zulian..... | 155 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 1 | Crucifixo de São Damião..... | 36 |
| Figura 2 | TAU Franciscano..... | 38 |
| Figura 3 | Igreja Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula..... | 38 |
| Figura 4 | Representação da localização da Porciúncula na planície da cidade de Assis..... | 39 |
| Figura 5 | Retrato de São Francisco de Assis, pintado por Cimabue Afresco da Basílica inferior de São Francisco..... | 40 |
| Figura 6 | Conferência dos Capuchinhos do Brasil | 101 |
| Figura 7 | Freis que iniciaram a Missão paranaense em 1920 | 116 |
| Figura 8 | Convenzione – 16 de maio de 1919 | 117 |
| Figura 9 | Mapa da Missão Capuchinha no Paraná..... | 119 |
| Figura 10 | Segundo grupo de Missionários Capuchinhos vindos do Vêneto ao Paraná | 120 |
| Figura 11 | Província São Lourenço de Brindes..... | 122 |
| Figura 12 | Carta Circular..... | 136 |
| Figura 13 | Aprovação da Irmandade Santo Antônio..... | 142 |
| Figura 14 | Frei Elias Zulian em viagem de vagonete..... | 151 |
| Figura 15 | Frei Elias e ferroviários na construção da Escola Isolada da Vila Ferroviária..... | 153 |
| Figura 16 | Grupo Escolar São José Operário..... | 154 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ADM | Admoestações |
| CCB | Conferência dos Capuchinhos do Brasil |
| CEFEPAL | Centro de Estudos Franciscanos e Pastorais para a América Latina |
| CG | Capítulo Geral |
| CNBB | Conferência dos Bispos do Brasil |
| FFB | Família Franciscana do Brasil |
| FSFS | Fraternidade Sacerdotal Franciscana Secular |
| I CEL | I Tomas de Celano |
| JUFRA | Juventude Franciscana |
| LP | Legenda Perusina |
| OFM | Ordem dos Frades Menores |
| OFMcap. | Ordem dos Frades Menores Capuchinhos |
| OFMconv. | Ordem dos Frades Menores Conventuais |
| OFS | Ordem Franciscana Secular |
| OTFFP | Ordem Terceira Franciscana dos Ferroviários Paranaenses |
| PFF | Pequena Família Franciscana |
| RB | Regra Bulada |
| RNB | Regra Não Bulada |
| RP | Regra Primitiva |
| TOR | Terceira Ordem Regular |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 2 | A ORDEM DOS FRADES MENORES: ORIGEM E DESDOBRAMENTOS..... | 24 |
| 2.1 | DE FRANCISCO DI BERNARDONE A SÃO FRANCISCO DE ASSIS.. | 24 |
| 2.1.1 | Os sinais de conversão de Francisco: o encontro com a “Senhora Pobreza” | 33 |
| 2.1.2 | Missão Franciscana: reparar a Igreja em ruínas..... | 35 |
| 2.2 | A ESTRUTURAÇÃO DA ORDEM DOS FRADES MENORES..... | 40 |
| 2.2.1 | A adequação do carisma franciscano ao poder clerical: conflitos e crises internas..... | 46 |
| 2.2.2 | As primeiras metamorfoses..... | 49 |
| 2.2.3 | Os movimentos de reforma e a diversidade da família franciscana | 54 |
| 2.3 | REFORMA CAPUCHINHA: EXPRESSÃO DE VELHOS E NOVOS CONFLITOS..... | 59 |
| 2.3.1 | A estruturação jurídica da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos..... | 64 |
| 2.3.2 | Autonomia e expansão da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos..... | 68 |
| 3 | A PRESENÇA DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS NA AMÉRICA DO SUL..... | 73 |
| 3.1 | BRASIL COLONIAL: EDUCAÇÃO, IGREJA E OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS..... | 75 |
| 3.2 | BRASIL IMPÉRIO E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DA OFMCAP..... | 82 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 3.3 | BRASIL REPÚBLICA: A ORDEM CAPUCHINHA DIANTE DE ANTIGAS E ATUAIS DEMANDAS..... | 90 |
| 4 | IGREJA CATÓLICA: ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ECLESIAÍSTICA NO ESTADO DO PARANÁ..... | 104 |
| 4.1 | ARQUIDIOCESE DE CURITIBA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA..... | 105 |
| 4.2 | DOM JOÃO FRANCISCO BRAGA: BISPO E ARCEBISPO DE CURITIBA..... | 108 |
| 4.3 | A ATUAÇÃO DE DOM JOÃO FRANCISCO BRAGA NO CONTEXTO EDUCACIONAL PARANAENSE..... | 110 |
| 4.4 | OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS: DA PROVÍNCIA PARANAENSE AO ESTADO DO PARANÁ..... | 113 |
| 5 | OS CAPUCHINHOS E AS ESCOLAS PAROQUIAIS NA EDUCAÇÃO PARANAENSE..... | 124 |
| 5.1 | AS ESCOLAS PAROQUIAIS ENQUANTO INSTRUMENTOS DA RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL..... | 128 |
| 5.2 | AS ESCOLAS PAROQUIAIS NOS DOCUMENTOS ECLESIAIS DA IGREJA DO PARANÁ..... | 133 |
| 5.3 | A ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E AS ESCOLAS PAROQUIAIS NO PARANÁ..... | 143 |
| 5.3.1 | Frei Elias Zulian e a escola paroquial: espaço de luta de expansão pela escola pública..... | 149 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 157 |
| | REFERÊNCIAS..... | 161 |
| | ANEXOS..... | 176 |

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar a atuação da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no contexto educacional do Estado do Paraná, por meio das Escolas Paroquiais por eles erigidas no período de 1920 a 1976, respectivamente, ano da chegada dos Frades Capuchinhos a Curitiba e ano da morte do frei Elias Zulian que se dedicou com afinco à estruturação de Escolas Paroquiais.

Trata-se de uma pesquisa documental na área da História da Educação, que considera a Educação formal instrumento que influencia e é influenciada pelos diversos segmentos da sociedade, considerando, ainda, as interlocuções havidas entre a Igreja Católica e os demais segmentos da sociedade brasileira. Buscamos dialogar com diferentes interlocutores que tratam da relação entre Estado e Igreja Católica, por meio de livros, teses, dissertações, artigos, bem como documentos eclesiais. É necessário considerar que o trabalho com fontes documentais requer do pesquisador apreciação atenta e cautelosa, pois o documento traz, consigo, conteúdos de não neutralidade, bem como especificidades que aludem a determinado período histórico. A utilização de fontes documentais com coerência metodológica impõe ao pesquisador a necessidade de contextualizá-las historicamente, a fim de encontrar respostas para possíveis questionamentos, tais como: Quem é o autor do documento? A quem se destinou? Com quais propósitos foi escrito? O olhar do pesquisador para com a fonte deve ser sempre acompanhado de curiosidade científica e, ao mesmo tempo, de disciplina intelectual, ambas necessárias ao se fazer uma análise crítica das fontes primárias.

O interesse pelo estudo das relações entre a Igreja Católica e a Educação no Brasil teve início no curso de Especialização em Pesquisa Educacional na Universidade Estadual de Maringá, culminou no estudo sobre a atuação ideológica da Igreja Católica na cidade de Maringá, por meio da imprensa local, e resultou na monografia intitulada *Fontes para a História da Educação em Maringá: A influência da Igreja Católica na Educação nas décadas de 1960 a 1970*, apresentada em 2006. Uma vez concluída essa etapa, buscamos manter a coerência em relação à linha de pesquisa dos estudos realizados no Mestrado

pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, cujo resultado foi a dissertação intitulada *A Ação Político-Educativa da Igreja Católica N'O Jornal de Maringá*, defendida em 2009, na qual analisamos as fontes primárias, levantadas e catalogadas durante o curso de especialização.

No tocante à literatura dos franciscanos no Brasil, é importante destacar que, apesar de se fazerem presentes desde o princípio da colonização, a historiografia brasileira possui escasso número de obras referentes à atuação dos Frades Menores no contexto educacional institucionalizado ou na educação formal. Em relação à historiografia dos Frades Menores Capuchinhos no Brasil, percebemos uma escassez ainda maior, cujas poucas obras, em sua maioria, estão vinculadas à narração de fatos centralizados na estruturação das Províncias e atuação nas paróquias e missões.

A presença da Igreja Católica no contexto educacional brasileiro se deu de modo direto pelas mais diversas congregações religiosas, cujo foco de atuação foi centrado na educação formal e institucionalizada, fato que não se atribui à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. Então, quais são as razões de discutirmos a atuação educacional de uma Ordem Religiosa, cujo carisma não é a Educação institucionalizada? Pois bem, foi esse ponto nevrálgico e provocativo que nos impulsionou a questionar: Por que uma Ordem Religiosa com características missionárias, não paroquiais e desvinculada da esfera educativa direcionou suas ações pastorais para a estruturação de Escolas Paroquiais?

Consideramos, *a priori*, que as trajetórias individuais ou coletivas, como no caso de uma Ordem religiosa, devem ser analisadas nas diferentes configurações que compõem sua totalidade: social, econômica, política e cultural, considerando, ainda, o sincronismo e o diacronismo dessas relações. Isso significa situar a atuação da OFMcap na história da educação paranaense como fruto que é do desenvolvimento histórico e não como fato ocasional e isolado.

A partir do objetivo principal, o qual consiste no exame da atuação da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no contexto educacional paranaense, urge responder a um questionamento central: em que medida a atuação dos freis, por meio das escolas paroquiais, se relaciona com as demandas educacionais do Estado do Paraná, da Igreja Católica e da própria OFMcap no período analisado? Para tanto, a pesquisa parte de duas hipóteses. A primeira diz respeito às

implicações estruturais, sociais e culturais, ocasionadas pela Constituição de 1891, no que concerne à laicidade da educação pública. Parte do pressuposto de que as Escolas Paroquiais foram eleitas pela Igreja Católica como instrumento de formação moral e de combate à propagação da laicidade do ensino. A segunda hipótese remete ao papel desempenhado pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos diante dos ideais laicizantes, cada vez mais presentes na sociedade brasileira, considerando a estruturação das Escolas Paroquiais no estado do Paraná, como parte de um projeto mais amplo da Igreja Católica no Brasil, concatenado com as orientações da Santa Sé. Partimos da hipótese inicial de que as escolas paroquiais, empreendidas pela OFMcap, estava atrelada aos ideais da Restauração católica e não restritos à ordem religiosa.

Para tanto, elegemos o período entre 1920 a 1976 como delimitação temporal da pesquisa. Apesar de ser considerado um período longo, julgamos que a referida demarcação se justifica por dois fatores: primeiramente, por envolver o ano de 1920, marcado pelo retorno dos frades Capuchinhos ao estado do Paraná, e o ano de 1976, marcado pelo falecimento do frei italiano, Elias Zulian (1952-1976), que, a partir da criação de uma Escola Paroquial, estruturou um verdadeiro complexo educacional na cidade de Ponta Grossa.

Ocupar-se da análise da Educação comumente demanda, por parte do pesquisador, a utilização de um referencial teórico que o obriga a definir um posicionamento também teórico. Existe uma diversidade de teorias que buscam definir o conceito de Educação. Podemos dizer que a maioria das teorias comunga do entendimento de que o processo educacional não se dá na neutralidade, ele é sempre uma ação proposital e comprometida com determinada doutrina filosófica, sociológica, pedagógica, o que revela as intenções, mesmo veladas, da instituição que representa: escola, igrejas, partidos políticos, associação de moradores ou Organizações Não Governamentais.

A educação é uma área de conhecimento na qual a atuação dos profissionais não é por eles determinada, mas influenciada pelos condicionantes materiais, historicamente estabelecidos, o que implica considerá-la envolta nas amplas articulações do modo de produção. Assim, a educação e todo o aparato escolar não devem ser entendidos desvinculados do contexto histórico no qual

irrompem e se desenvolvem, mas enquanto resultantes das relações econômicas e sociais.

O interesse pelo tema em questão surgiu do contato com religiosos da OFMcap, de modo especial, das longas conversas com os freis Edson Claiton Guedes (1976, frei desde 2002) e Juarez de Bona (1954, frei desde 1974) que apresentaram a atuação da Ordem em terras paranaenses, bem como a necessidade e o desejo de que essa história fosse analisada.

A seleção do material para este estudo priorizou fontes primárias, disponíveis nas bibliotecas dos Conventos Bom Jesus, em Ponta Grossa, e Santa Clara de Assis, na cidade de Londrina; no Arquivo Público Paranaense; na Cúria da Província São Lourenço de Brindes – Paraná/Santa Catarina; nos arquivos da Cúria da Arquidiocese de Curitiba; na Mitra Diocesana de Jacarezinho; e, ainda, no Museu Dom Ernesto de Paula e Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CEDHIS), localizados também na cidade de Jacarezinho.

O primeiro contato com as fontes documentais se deu no mês de outubro de 2013, após contato com frei Luiz Carlos da Silva (1952, frei desde 1976) Guardião da Fraternidade de Ponta Grossa. Frei João Batista (1954, frei desde 1980), responsável pelo acervo histórico arquivado e depositado nas dependências do Convento Bom Jesus, acolheu e acompanhou durante os dois dias em que ali estivemos realizando as pesquisas.

O acervo possui vasto material de pesquisa, composto por uma série de documentos que retratam a organização da OFMcap no Paraná. De acordo com frei João Batista, os objetos serão parte do futuro Centro Histórico da Província São Lourenço de Brindes que abrange os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Os primeiros documentos analisados possibilitaram a compreensão de dois períodos distintos da presença e atuação dos frades Capuchinhos no estado do Paraná: o primeiro período, durante o Segundo Império e início da República (1840-1912), com a atuação dos freis nos aldeamentos de indígenas, e um segundo período, cujo início se deu no ano de 1920, no qual os frades da Província Capuchinha de Veneza (Itália) assumiram uma “Missão” no sul e no norte do estado para atender às paróquias e aos imigrantes, em sua maioria, italianos.

No mês de fevereiro de 2014, foi feito contato com frei Marcio José Tessaro (1977, frei desde 2000), Guardiã do Convento Santa Clara de Assis, de Londrina, cuja biblioteca dispõe de amplo acervo bibliográfico para a formação dos freis. O atendimento foi prestativo e acompanhado pelo Frei João Paulo da Silva Cândido (1981, frei desde 2009). Os dois dias de permanência no convento trouxeram para o trabalho um elemento preponderante: as Escolas Paroquiais. Inicialmente, a motivação da pesquisa era a atuação dos freis na educação por meio dos Seminários Seráficos, porém o contato com o Boletim Oficial da Província São Lourenço de Brindes, publicado periodicamente, possibilitou a constatação da existência de quatro Escolas Paroquiais, erigidas pelos freis e, posteriormente, entregues às religiosas da Ordem Franciscana Feminina, em sua maioria, à Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria.

A curiosidade e a necessidade investigativa nos direcionaram ainda, durante o mês de agosto de 2014, à Diocese de Jacarezinho, cuja criação data de 10 de maio de 1926 e abrangia as cidades de Jacarezinho, Barbosa (Sant-Ana do Itararé), Tomazina, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Ribeirão Claro e São José da Boa Vista, região considerada o “berço da missão capuchinha” no Paraná.

De posse de novas informações, no mês de fevereiro de 2015 retornamos ao Convento Santa Clara na cidade de Londrina. Lá chegando, tivemos a grata surpresa de sermos atendidos pelo frei Luiz Carlos da Silva, transferido de Ponta Grossa e, na ocasião, Guardiã do Convento. Frei Ildo Perondi (1956, frei desde 1985) foi quem acompanhou e orientou nosso estudo e coleta de dados durante os dois dias de permanência no Convento.

A análise dos documentos encontrados até esta etapa demonstrou a necessidade de acesso às fontes primárias. Dessa feita, no mês de abril de 2015 nos dirigimos à Cúria da Província São Lourenço de Brindes, o que exigiu um esforço considerável. Embrenhar-nos no acesso a documentos até então restritos aos freis da OFMcap do Paraná e de Santa Catarina não foi tarefa fácil.

Nessa etapa, contamos com a acolhida do Ministro Provincial, Frei Claudio Sérgio de Abreu (1960, frei desde 1981) que nos direcionou ao Frei Dionysio Destéfani (1929, frei desde 1946), secretário provincial, responsável pela tradução, estruturação e catalogação das fontes históricas da Província São Lourenço de Brindes. A variedade dos documentos, cuidadosamente

disponibilizados, revelou a preocupação com a preservação da história da OFMcap na Província: cartas, diário de bordo, bilhetes das passagens de navio, telegramas enviados durante a viagem, entre outros.

Uma vez coletadas e selecionadas as fontes documentais, passamos então ao exercício de análise. Assim, foi definido o recorte temporal, abrangendo o segundo período de presença e atuação dos frades Capuchinhos no Paraná. O segundo período da atuação desses frades no estado teve início, precisamente, em 20 de janeiro de 1920, quando receberam de Dom João Francisco Braga a incumbência de administrar as paróquias de Cerro Azul, Tomazina, Colônia Mineira (atual município de Siqueira Campos) e Jaguariaíva, sendo esta última cidade escolhida como residência do Superior Regular da Ordem.

O trabalho dos missionários Capuchinhos expandiu rapidamente e nos anos seguintes outras paróquias foram assumidas pela Ordem, estendendo sua ação ao campo educacional, por meio da organização de Escolas Paroquiais. Assim, o trajeto foi definido, a pesquisa adquiriu forma e está assim estruturada:

A primeira seção dedica-se à estrutura e à relevância da pesquisa, às hipóteses, aos princípios teórico-metodológicos, bem como ao itinerário percorrido durante a realização do trabalho investigativo.

A segunda seção, intitulada **A Ordem dos Frades Menores: origem e desdobramentos**, tem como objetivo retratar o contexto histórico do surgimento da OFMcap. Inicialmente, apresenta a origem do franciscanismo, considerando o impacto da atuação de Francisco de Assis na estrutura religiosa da Idade Média. Apresenta também os conflitos internos da OFM, motivados pela observância estrita do Testamento e da Regra deixada por Francisco de Assis, culminando na estruturação jurídica da OFMcap que, com a Ordem dos Frades Menores (OFM) e a Ordem dos Frades Menores Conventuais (OFMcon), que formam a primeira ordem da família franciscana.

Na terceira seção, **A presença dos Frades Menores Capuchinhos na América do Sul**, é tratada a presença da OFMcap na América do Sul, de modo específico no Brasil, considerando os embates no campo educacional e as especificidades dos diferentes períodos históricos. O percurso mencionado abarca a atuação da OFMcap nos grandes períodos: Colônia - relação da Ordem com a Coroa Portuguesa durante no século XVI; o papel limitado da OFMcap

durante o Brasil Imperial (século XIX). No século XX, abarca a atuação da Ordem diante dos desafios impostos pela proclamação e consolidação da República.

A quarta seção, **Igreja Católica: Estruturação e Consolidação da Instituição Eclesiástica no Estado do Paraná**, tem o objetivo de analisar a expansão do catolicismo no estado como parte do processo de romanização da Igreja Católica. Tem como ponto de partida a estruturação da Diocese de Curitiba, a qual se deu em 27 de abril de 1892, por meio da bula *Ad universas orbis ecclesias*, do Papa Leão XIII (1810-1903, Papa desde 1878). A diocese de Curitiba abrangia o estado de Santa Catarina e era sufragânea da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir de então, teve início no Paraná o que alcunhamos por processo de Instauração Católica. A seção discute também o papel desempenhado pelo Bispo Dom João Francisco Braga na vinda e fixação dos frades Capuchinhos no Paraná, bem como a estruturação da Província São Lourenço de Brindes.

A quinta, e última seção desta tese, intitulada **Os Capuchinhos e as Escolas Paroquiais na Educação Paranaense**, tem como objetivo analisar a estruturação das Escolas Paroquiais no Estado do Paraná a partir da orientação dos documentos da Igreja. Iniciamos a seção a partir da análise de quatro documentos da Igreja local: A Carta Circular sobre a importância da Catequese, datada de 06 de janeiro de 1897; a Carta Pastoral sobre as Escolas Paroquiais; e também o Estatuto da Irmandade ou Confraria de Santo Antônio, uma instituição criada pela Igreja local para auxiliar na estruturação e manutenção das Escolas Paroquiais e que se tornou referência para outras dioceses; texto escrito pelo primeiro bispo da diocese de Curitiba, Dom José de Camargo Barros (1858-1906), que ali exerceu o bispado no período de 1894 a 1903, publicados no Boletim Eclesiástico de 02 de março de 1900. A seção apresenta, também, o alcance das Escolas Paroquiais, inicialmente estruturadas pelos freis Capuchinhos diante do desafio da Igreja Católica de combater a expansão da “Escola sem Deus”.

2 A ORDEM DOS FRADES MENORES: ORIGEM E DESDOBRAMENTOS

Os objetivos desta seção são analisar o impacto da atuação de Francisco de Assis na estrutura eclesiástica da Idade Média, que acarretou na estruturação da Ordem dos Frades Menores (OFM), bem como discutir os conflitos internos que culminaram na estruturação jurídica da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMcap).

Os elementos que envolvem a estruturação, formalização e consolidação da Família Franciscana motivam diferentes olhares e análises nos âmbitos teológico, sociológico e, conseqüentemente, histórico, possibilitando, assim, o conhecimento dos múltiplos componentes e estratificações do franciscanismo e estabelecendo relação entre os diferentes interlocutores nos mais amplos contextos, uma vez que o cotidiano que compõe a realidade vivida por diferentes culturas e em tempos históricos distintos não se dá naturalmente. São resultantes de interações sociais e das relações materiais nas quais vivemos. Daí a necessidade de analisarmos a figura de Francisco de Assis como homem da Idade Média, que foi influenciado e influenciou nas formas de sociabilidade que envolveram as relações de controle e poder por parte da representação direta da Cristandade: poderes eclesial, político e econômico.

2.1 DE FRANCISCO DI BERNARDONE A SÃO FRANCISCO DE ASSIS

A historiografia, apresentada por biógrafos e hagiógrafos franciscanos, expressa, na maioria das vezes, características romantizadas, com ênfase no “santo de Assis” e que pouco revela o “Homem Francisco” ou o “Francisco Histórico”, fruto de uma sociedade marcada por lutas e tensões¹. É por isso oportuna a observação de Paul Sabatier:

¹ As hagiografias tiveram sua origem na Antiguidade. Esse gênero textual expressa a memória do cristianismo e traz em si o discurso ideológico dos homens de sua época, marcadamente moral e dogmático. De acordo com Spina (1997, p. 20), “[...] são empenhadas, no sentido em que uma intenção pedagógica, didática, apologética, missionária, edificante, preside sua elaboração”.

De tanto envolver os santos em luz, fazem deles seres acima do humano, sem nada em comum conosco. São privilegiados marcados com o selo de Deus. São vasos escolhidos, como repetem as ladainhas, em que Deus derramou os mais delicados perfumes. Sua santidade tornou-se manifesta, quase contra a vontade deles, e nasceram santos, como outros nascem reis ou escravos. Sua existência ressalta no fundo dourado dos trípticos e não sobre o fundo escuro da realidade. Fazendo isso, é possível que os santos ganhem um pouco mais de respeito diante das pessoas supersticiosas; mas sua vida perde algo de sua virtude e de sua força comunicativa. Se nos esquecermos de que foram pessoas como nós, não vamos mais ouvir em nosso íntimo: 'Vai e faz a mesma coisa' (SABATIER, 2011, p. 27).

Corroborando tal prerrogativa, Donald Spoto (2010) estabelece uma relação entre o objetivo dos primeiros biógrafos franciscanos e os autores dos quatro evangelhos. De acordo com o autor, ambos buscavam responder às necessidades das comunidades locais e utilizavam os recursos e formas literárias próprias do seu tempo. Com os riscos decorrentes de uma utilização unilateral, sem a consideração do contexto histórico que forma o homem do seu tempo, urge a necessidade de uma clarificação em relação aos estudiosos eleitos para fundamentar esta parte da pesquisa. Assim, as fontes biográficas consultadas expressam a preocupação na contextualização do Francisco, sujeito do seu tempo².

Nos primórdios do século XIII, desponta nas terras italianas bem como nas demais regiões da Europa que estavam abertas ao tráfego marítimo o surgimento de uma nova estrutura social. O principal sinal do declínio da sociedade feudo-Italiana foi o surgimento da comuna³. Foi nesse contexto social e econômico que

² Dentre as obras consultadas, destacamos "A história de São Francisco", escrita pelo historiador e teólogo francês, Paul Sabatier (1858-1928), cuja escrita teve início em 1890, sendo concluída em 1893 e com marco de publicação em Paris no ano de 1894. Sabatier atuou como pastor protestante entre os anos de 1885 a 1893, inaugurou a análise histórica de São Francisco, a partir da consideração histórica que o tornou o Homem-Santo, trazendo, consigo, uma visão crítica dos hagiógrafos e das fontes franciscanas, influenciando os franciscanólogos modernos. Em razão das polêmicas suscitadas por Sabatier, no que diz respeito às análises de algumas fontes franciscanas realizadas, até então, por biógrafos, e, ainda, pelo discurso anticlerical por ele propagado, a obra foi incluída no Index (Índice dos livros proibidos), em 1894, ou seja, no mesmo ano de sua publicação. Destacamos, ainda, a obra da escritora espanhola, Emília Pardo Bazán (1851-1921): "San Francisco de Asís (siglo XIII)". Publicada em 1882 e reeditada em 2014, a referida expressa o rigor erudito da autora ao discorrer sobre a vida e o legado de São Francisco de Assis.

³ Comuna consistia em uma cidade-Estado, constituída por uma nova classe social, formada por artesãos e comerciantes, com princípios próprios, voltados para uma dinâmica urbana com delineamentos éticos, morais e religiosos, e que almejava independência e autonomia em relação aos domínios da aristocracia, do império e do papado.

Francisco, filho do próspero mercador, Pedro di Bernardone⁴, mais conhecido como São Francisco de Assis, deu início a uma ordem religiosa, fortemente marcada pelo desapego material e pelo seguimento radical do cristianismo: a Ordem dos Frades Menores.

No ano de 1182 a comuna de Assis sofreu uma catástrofe natural. Situada no Monte Subasia, Província de Úmbria/Itália, Assis foi acometida por uma tempestade que causou destruição e morte, provocando um período de fome e miséria. Nesse período Pedro Bernardone saiu em viagem junto a uma das caravanas que partiam em busca de negócios para a França, onde aconteciam as grandes feiras de tecidos. Foi durante esse período que Francisco nasceu, sendo batizado por sua mãe com o nome de João, em homenagem a São João Batista. Ao regressar da viagem, o comerciante não quis ter o nome do filho associado ao eremita do deserto, que usava pele de camelo como vestimenta e se alimentava de mel e de gafanhotos. Mesmo sem poder revogar o nome batismal, passou a chamá-lo por “Francesco”, um nome caseiro que referendava o país de onde provinha sua riqueza (SPOTO, 2010, p. 32).

Acerca do contexto histórico no qual Francisco de Assis nasceu e viveu, frei Lázaro Iriarte nos assevera que,

Entre o feudalismo e a comuna, entre o acaso do império unitário e o surgimento das nações, entre a língua culta e a língua vulgar, Francisco de Assis encarna as virtudes ativas e construtivas do burguês filho do povo e, ao mesmo tempo, os cavalheirescos e a ânsia de renúncia a uma época em declínio. Enlaça duas épocas e reúne todos os contrastes daquele século em transição (IRIARTE, 1985, p. 34).

A cidade de Assis era uma das mais antigas aldeias da Itália, considerada cristã desde o século II. No ano de 1160, foi conquistada pelo Imperador Frederico I (1122-1190)⁵. Porém a não submissão do povo de Assis acarretou, no

⁴ Os dados biográficos de São Francisco expressam poucas informações sobre sua família. De acordo com Sabatier (2011), as genealogias apresentadas restringem a relatar que seu pai, Pedro de Bernardone foi um importante e próspero comerciante de tecidos, sua mãe chamada Pica, caracterizada como uma mulher doce e generosa possivelmente teve outros filhos além de Francisco, porém os dados biográficos fazem referência somente a Angelo, filho de sua mãe com o primeiro marido do qual ficara viúva (SPOTO, 2010, p. 33).

⁵ Também conhecido como Frederico Barba Roxa, foi imperador do Sacro Império Romano-Germânico entre os anos de 1152 e 1190, e rei da Itália no período de 1155 a 1190, além de ser um exímio cavaleiro, vencedor de inúmeros torneios. Nascido em Waiblingen, Alemanha, herdou o ducado da Suábia (1147) após a morte de seu pai e com a morte de Conrado III

ano de 1174, na revolta aberta, jugulada pelo príncipe-bispo alemão, Cristiano de Mainz, o que colocava Assis sob o domínio do Império e o obrigava a servir e vigiar pela segurança dos domínios do papa. De acordo com Emília Pardo Barzán,

Como muitas vilas da Itália, foi Assis, ao final do século XII, uma aldeia emancipada precocemente do feudalismo, dono da organização municipal e indústria florescente. Comércio extenso e ativo, dificultado, muitas vezes pelos conflitos civis que ocorriam diariamente, sustentava em Assis a prosperidade de uma cidadania poderosa e inteligente. Exportavam-se os frutos dessa campina, férteis cereais e produzidos abundantemente, e não sem motivo, chamado de Jardim da Itália (PARDO BAZÁN, 1882, p. 3, tradução nossa)⁶.

Francisco Di Bernardone nasceu no período de pleno desenvolvimento do Ocidente medieval, numa região que teve sua população aumentada e agrupada em campos e vale circundantes aos castelos e às igrejas dos montes. A consequência do desenvolvimento demográfico e econômico foi o movimento de urbanização, tornando a cidade o principal *lócus* das trocas econômicas, transformada também em centro econômico e de poder.

Quando Francisco de Assis nasce - em 1181-1182, provavelmente -, essa nova sociedade está a ponto de ultrapassar sua fase de crescimento anárquico, de ímpeto selvagem ao estágio de institucionalização. Entretanto a sociedade camponesa não permanece imóvel, ainda que, o *inurbamento*, a imigração urbana, tenha atraído uma parte da população rural para as cidades, os que continuaram no campo conseguiram também eles, isenções de seus senhores e, para os servos, liberdade. Mas a reação dos senhores diante das dificuldades financeiras e a ação crescente das cidades sobre o *contado*, território rural deles, fazem aumentar a exploração econômica sobre a maioria das categorias sociais camponesas (LE GOFF, 2001, p. 26).

(1093-1152), seu tio, foi eleito imperador em 1152, sendo coroado no ano de 1155 pelo Papa Adriano IV (1100-1159), após a captura do Cônego e revolucionário italiano Arnaldo da Brescia (1105?-1155) opositor do poder temporal dos papas. Seu reinado foi caracterizado por uma série de batalhas, as quais estabeleceram uma resistência das cidades lombardas, principalmente Milão, apoiadas pelo papado, o que acarretou em conflitos entre o imperador e a Santa Sé. Ao lado de Filipe Augusto (1180-1223) e Ricardo Coração de Leão (1157-1199), chefou a III Cruzada em 1189. (MEDIEVAL IMAGO & DIES VITAE IMAGENS E COTIDIANO DA IDADE MÉDIA, 2012, p. 1).

⁶ Como otras muchas villas de Italia, era Asís, al finar al siglo XII, un pueblo precozmente emancipado del feudalismo, dueno de organizacion municipal y floreciente industria. Extenso y activo comercio, dificultado á veces por las escaramuzas civiles cotidianas á sazón, sustentaba en Asís la prosperidad de una cidadania poderosa é inteligente. Exportábanse com provecho los frutos de aquella campina, rica en cereales opimos, y no sin motivo llamada el jardim de Itália (PARDO BAZÁN, 1882, p. 3).

As cidades se tornaram centros de trocas e negociações comerciais, logo, centros de poder. Os comerciantes assumiram a condição de cambistas, posteriormente, de banqueiros e substituíram os Mosteiros, que na Alta Idade Média desempenhavam a função de estabelecer créditos para subsidiarem as necessidades do povo desse período.

Conforme Le Goff (2001) enfatiza, a imigração urbana acarretou também transformações entre a população camponesa, que, dentro dessa nova realidade, conseguiu isenções de seus senhores e, para os servos, liberdade. Entretanto a crise financeira, notadamente potencializada pela ação da cidade sobre o campo, acarretou no aumento da exploração econômica dos camponeses.

A formação de Francisco foi influenciada pelos conflitos e transformações da sociedade de Assis. De acordo com o historiador e jornalista italiano, Francisco de Assis “[...] não surgiu como árvore mágica no meio de um deserto, mas foi produto de um lugar e de um momento, a Itália comunal em seu apogeu” (SALVATORELLI, 1926, p. 67).

O Testamento ditado por Francisco de Assis⁷, pouco antes de sua morte, expressa alguns elementos elucidativos acerca do seu processo de conversão:

Foi assim que o Senhor concedeu a mim, Frei Francisco, iniciar uma vida de penitência. Estando pois em pecado, me parecia coisa muito amarga ver os leprosos: E o Senhor mesmo me conduziu para o meio deles e eu usei de misericórdia para com eles. E afastando-me deles, o que parecia amargo se me tornou doçura da alma e do corpo. E depois disto demorei só bem pouco e deixei o mundo (SILVEIRA; REIS, 2000, p. 1-3).

O termo conversão compreende a ideia de mudança, transformação. Etimologicamente, a palavra conversão tem suas raízes, no grego, expressas pelas seguintes palavras: *epístrofe* que quer dizer volta; *epistrefo* e *metabolo*, que significam, respectivamente, dar meia volta e transformar-se (ELWELL, 1988).

⁷ Entre os escritos de São Francisco considerados autênticos, dois se apresentam com o título de Testamento. Sendo o pequeno Testamento, também conhecido como Testamento de Sena, ditado por Francisco de Assis em Sena, aproximadamente seis meses antes de sua morte (abril/maio) em 1226 (ANEXO C). Quanto ao outro Testamento, descrito na *Vita Prima* de Tomas de Celano, também denominado Testamento Definitivo, foi ditado poucos dias antes da morte do *Povorello*. Ambos os Testamentos se destinaram aos frades do presente e àqueles que ainda viriam fazer parte da Ordem dos Frades Menores. Para aprofundar a análise acerca das fontes franciscanas sugerimos a leitura da obra “Estudos e pesquisas do franciscanismo das origens” de Martino Conti. (CONTI, M. **Estudos e pesquisas do franciscanismo das origens**. Petrópolis: Vozes, 2004).

De acordo com o teólogo e franciscano francês, Jacques-Guy Bougerol, a concepção mais propagada acerca do termo “conversão” no século XII está pautada no sentido de fuga do mundo e ingresso na vida monástica, proveniente de São Bernardo de Claraval (1090-1153)⁸. Bougerol também afirma que,

Partindo da primeira experiência, Bernardo fala da conversão espiritual desdobrando-se em graus sucessivos: o conhecimento de si se expande no amor carnal ‘social’, isto é, amor solidariedade com o próximo tão semelhante a nós em nossa miséria. Guilherme de Sain-Thierry, por sua vez, fala do retorno a Deus e Isaac de Stella distingue duas fases no processo de conversão: a investigação e a imitação. Ricardo de São Vitor distingue no espírito humano algo como uma sonolência – como um esquecimento total do mundo e de si – e uma espécie de sonho, como uma alienação na direção da fortíssima iluminação divina. A caridade ordenada não seria outra coisa senão esta anagogia ardente e dinâmica que acontece quando Deus toma conta do homem (BOUGEROL, 1999, p. 101).

Parece plausível a informação de Bougerol, uma vez que percebemos alguns elementos das concepções, por ele elencadas, nas obras deixadas pelos primeiros biógrafos de São Francisco, conforme excerto do Testamento: “E afastando-me deles”. Essa tendência de abandonar o pecado sem abandonar o mundo respondia aos anseios de Francisco de Assis, já integrado nos conflitos sociais, implícitos à sociedade de sua época. Premida pelo desejo de enriquecimento e de liberdade do domínio feudal, a comuna estabeleceu o dinheiro como base do seu crescimento. Considerando esse contexto, partimos do pressuposto de que a conversão de Francisco de Assis se deu de modo processual e formativo, ocorrida no período entre 1204 a 1208, conforme Tomás de Celano e São Boaventura⁹¹⁰.

⁸ São Bernardo de Claraval (1090-1153), abade e doutor da Igreja, nasceu em Dijon, na França, é considerado o reformador e segundo fundador da Ordem de Cister (ordem monástica, fundada pelo abade Roberto de Champagne) (ABADIA NOSSA SENHORA DA SANTA CRUZ, 2014).

⁹ Os registros sobre frei Tomás (1220-1270) denotam que o primeiro biógrafo de São Francisco nasceu por volta de 1185 na cidade Celano, localizada na região conhecida como montanhas dos Abruços, próxima a Roma. Foi acolhido por São Francisco em 1215 (I Cel 57) que no ano de 1221 o enviou em missão para a Alemanha. Sua habilidade na escrita e seus conhecimentos literários apontam que, ao ingressar na Ordem, Tomás possuía boa base intelectual, uma vez que detinha também o domínio significativo do latim. Cinco importantes livros são atribuídos ao Frei Tomás de Celano: a Vida I (I Cel), a Vida II (II Cel), o Tratado dos Milagres (III Cel), a Legenda Chori (IV Cel) e a Legenda de Santa Clara Virgem. (PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL, 2015).

¹⁰ Giovanni da Fidanza, (1217-1274), mais conhecido como São Boaventura, entrou para a Ordem dos Frades Menores em 1243, profundo estudioso da Sagrada Escritura, é considerado o Teólogo de Cristo. Lecionou na Universidade de Paris, porém a carreira universitária foi

Os registros sobre a infância de Francisco são escassos. Possivelmente tenha brincado e cantado muito pelas ruelas e praças de Assis, conforme sugere Sabatier (2011). Da adolescência até alcançar a maioridade medieval (25 anos), Francisco viveu os louros de sua época, revelando-se um jovem alegre, boêmio e popular entre os amigos. Em relação à formação cultural de Francisco, Pardo Bazán assim se expressa:

Em uma cidade como Asís, mais dada ao comércio e ao cultivo das letras, deixa-se entender que não receberia Francisco aquela instrução vasta e profunda que seu Lozano entendimento e claríssimas faculdades reclamariam em Siena ou Bolonia. Tanto equivocados fosse considerar a Francisco prodígio de sapiência, como qualificá-lo de ignorante e privado de cultura. Os espíritos tão extraordinários como o dele poderiam sujeitar-se a medida, diríamos que, submetido à educação literária, fundamental, seria Francisco talvez assombro de seu século nas letras humanas, dada a força de sua percepção estética e a riqueza de sua mente; mas para o fim que o destinava a providência, bastando-o a tintura de conhecimentos que na Itália não faltava ao nenhum indivíduo de acomodada classe. Bem quisera a mãe decorar com algumas sutilizas acrescenta a doutrina aquela fantasia juvenil que estava vendo surgir, aquele coração ardente e generoso, cujos impulsos cada dia observava: para conseguir colocar seu filho, entre os hóspedes de uns dos clérigos, dedicados ao ensino, que lhe dessem noções de literatura e aumentassem-nas amorosamente, já o tinha inspirado. No entanto, o pai planejava fazer de Francisco um parceiro hábil e diligente, destro gestor de suas riquezas; não queria ser letrado, nem clérigo, nem quisera ser soldado de algum dos famosos capitães. Entre a dupla influência paterna e materna, veio encontra-se Francisco dono do que hoje chamaria de um barniz general de ilustração. Com seus professores, os eclesiásticos de San Jorge, aprendeu o latim estudou os livros sagrados; saiu excelente escritor, fazendo pequena letra com ortografia excelente; e nas viagens que realizava com seu pai ampliou o círculo de seus conhecimentos e desenvolveu, sem dúvidas, sua afinidade a música e a ciência, até a

interrompida para assumir como Ministro Geral da Ordem, função que exerceu por 17 anos. A preocupação de São Boaventura, com possíveis distorções acerca da vida e obra de São Francisco, o levou a escrever uma biografia do *Poverello*, baseando-se em documentos e testemunhos daqueles que haviam convivido com São Francisco. A biografia, intitulada *Legenda Maior*, foi reconhecida pelo Capítulo Geral (CG) dos Frades Menores, realizado em Pisa no ano de 1263, como a biografia oficial de São Francisco de Assis. Não será supérfluo citar o curioso fato ocorrido no Capítulo Geral, realizado em Paris no ano de 1266, conhecido como o Capítulo sobre *leyendoclastia*, cerca de 40 anos após a morte de São Francisco, por meio do qual os franciscanos ordenaram a destruição sistemática de biografias anteriores e legendas de São Francisco, incluindo as de Tomás de Celano, em razão de permanecer apenas uma biografia oficial: aquela escrita por São Boaventura. Todavia “[...] um manuscrito da Primeira Vida e outro da ‘Segunda Vida’ escrita por Celano, foram salvos da destruição. O primeiro foi recuperado por Padres *Bolandisti* em 1768, o segundo publicado por frei Stefano Rinaldi, Menor Conventual, em 1806”. (PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL, 2015).

última hora de sua existência (PARDO BAZÁN, 1882, p. 8, tradução nossa)¹¹.

Os ideais da época, estimulados pelos conflitos entre os partidários do papa e os partidários do imperador do Império Romano-Germânico, entre os guelfos e gibelinos, bem como os conflitos entre a nobreza das famílias feudais e a nova burguesia influenciaram Francisco, que desejava ser reconhecido como um grande cavaleiro.

O conflito, conhecido como batalha de *Collestrada* e ocorrido no ano de 1202, envolveu os cidadãos de Assis na guerra contra Perúgia¹². A batalha envolveu as famílias nobres, expulsas de Assis e que estavam refugiadas em Perúgia desde o ano de 1198, cujos antecedentes influenciadores são assim relatados pelo historiador Nachman Falbel:

Em 25 de junho de 1183, Frederico Barba-ruiva, obrigado pela paz de Constança concedia às cidades lombardas todas a liberdades. Com sua morte, porém, Henrique VI voltou a impor o poder imperial à Itália, e Assis viu-se obrigada a renunciar seus direitos municipais e submeter-se a Conrado do Irslingen, duque imperial de Spoleto e Duque de Assis. Entretanto em 1198, subiu ao trono papal Inocêncio III, um ano após a morte de Henrique VI, e o papa deu início a uma política de reconquista do terreno perdido para o império e um aspecto dessa política era a proteção das cidades italianas. Enquanto isso um cisma dividia a Alemanha, fazendo com que dois candidatos ao trono imperial fossem coroados, o gibelino Filipe de Suábia, filho do Barba-ruiva e irmão de Henrique VI, e o Guelfo Otto de Brunswick. O duque de Spoleto,

¹¹ En una ciudad como Asís, más dada ao tráfico al cultivo de las letras, se deja entender que no recibiría Francisco aquella instrucción vasta y profunda que su Lozano entendimiento y clarísimas facultades reclamarían en Siena ó Bolonia. Tan inexacto fuera considerar à Francisco prodígio de sapiência, como calificarle de ignorante y falto de cultura. Si espíritu tan extraordinários como el suyo pudieran sujetarse a medida, diríamos que, sumetido á educación literária, fundamental, sería Francisco quizás asombro de su siglo em las letras humanas, dada la fuerza de fuerza de su percepción estética y lá riqueza de su mente; mas para el fin á que lo destinaba la Providencia, bastóle la tintura de conocimientos que em Italia no faltaba á individuo alguno de acomodada classe. Bien quisera la madre adornar con cuantos primores anade la doctrina aquella fantasia juvenil que estava viendo despuntar, aquel corazon ardiente y generoso cuyos impulsos cada dia observaba: para lograrlo puso a su hijo en pupilaje de unos clérigos dedicados à la ensenanza, que le diesen nociones de literatura y aumentasen las que ella amorosamente le infundiera ya. Mas el padre proyectaba hacer de Fracisco um sócio hábil y diligente, diestro gestor de sus caudales; no le queria letrado, ni clérigo, ni quisera soldado de alguno de los famosos capitanes. Entre el doble influjo paterno y materno, vino a encontrarse Francisco dueno de lo que hoy se llamaría un barníz general de ilustração. Con sus maestros, los eclesiásticos de san Jorge, aprendió el latín estudió los sagrados libros; salió consumado pendolista, haciendo gallarda letra com ortografia excelente; y em los viajes que realizaba com su padre ensachó el círculo de sus conocimientos y se desarrolló sin duda alguna sua afición á la música y á la gaya ciência no desmentida hasta la última hora de su existir.

¹² Ver também, Luigi Bonazzi, *Storia di Perugia*, 2 vol. in-8°. Perugia, 1875-1879, t. I, cap. V, p. 257-322.

Conrado do Irslingen, foi chamado a Narni, onde se encontrava o papa, para lhe prestar homenagem, e naquele momento, os cidadãos de Assis, aproveitando-se de sua ausência, revoltaram-se e atacaram a fortaleza germânica de Rocca Maggiore e destruíram-na. Para assegurar a vitória, construíram rapidamente ao redor da cidade, muralhas protetoras. Os nobres das cidades que se identificavam com os interesses alemães foram expulsos e muitos fugiram para Perúgia, onde se encontrava o centro de seu poder. Nessas circunstâncias, Perúgia e Assis declaram guerra entre si, e o encontro dos exércitos das duas cidades se deu na Ponte San Giovanni, cabendo a vitória a Perúgia (FALBEL, 1995, p. 5).

Aquele que mais tarde pacificaria tantas batalhas, Francisco di Bernardone estava entre os combatentes de Assis e foi feito prisioneiro, permanecendo no cativeiro por aproximadamente um ano. Em 1203, a paz foi estabelecida entre as duas cidades e Francisco retornou para a casa de seus pais, estava, então, com vinte e dois anos (PARDO BAZÁN, 1882, p. 17).

Durante o período em que foi prisioneiro, Francisco contraiu malária, os sintomas da doença persistiram durante toda sua vida e o imobilizaram durante grande parte do ano de 1204. Mesmo assim sua atração pela vida de cavalaria e o ofício das armas não cessou. Então, em 1205, como o intuito de realizar “seus sonhos de glória”, Francisco acompanhou um cavaleiro de Assis, talvez um daqueles que estiveram presos com ele em *Perúgia*, até a região de Apúlia, onde se juntariam aos exércitos papais contra as tropas imperiais (SABATIER, 2011).

De acordo com o biógrafo Tomás de Celano, Francisco foi motivado por um sonho no qual era guiado por homens em direção a um palácio repleto de armaduras, selas, escudos e lanças que dizia¹³: “Todas estas armas serão para ti e seus soldados” (I Cel 5). Francisco interpretou essa visão como a aprovação divina de seus planos. Antes de seguir viagem e ser questionado pela sua família sobre o motivo de tamanha alegria, respondeu: “Sei que vou me tornar um grande príncipe” (SPOTO, 2010, p. 81). No percurso, ao pararem em Espoleto para descansar, Francisco foi acometido por um mal-estar físico, possivelmente uma recorrência da malária. Ao adormecer, teve um novo sonho, no qual era questionado sobre seu destino e sua busca pessoal. No dia seguinte, decidiu

¹³ As manifestações ou revelações são comuns na linguagem bíblica, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. Essa forma de comunicação divina era vista com muita seriedade na vida medieval, principalmente nas descrições hagiográficas. “Na Idade Média as pessoas conheciam os temas dos sonhos nas escrituras hebraicas e cristãs. Os sonhos de Abimeleque, Jacó, Salomão e Labão, do faraó e de Nabucodonosor, no Antigo Testamento, por exemplo, eram tão conhecidos quanto os de José, da mulher de Pilatos e de São Paulo no Novo Testamento” (SPOTO, 2010, p. 83).

retornar a Assis. Nos dizeres de Paul Sabatier (2011), esse foi o encontro de Francisco com o homem religioso.

2.1.1 Os sinais de conversão de Francisco: o encontro com a “Senhora Pobreza”

Ao analisarmos o percurso, trilhado por Francisco de Assis, de sua contínua mudança de vida pessoal e social, importa considerar a leitura dos fatos e a forma como os mesmos foram captados por Francisco e seus contemporâneos. Jacques-Guy Bougerol sintetiza assim a prontidão com que os sinais da conversão de Francisco foram captados:

Naquela época, as pessoas aceitavam com facilidade revelações divinas manifestadas através de sinais: visões, sonhos, encontros [...]. Não é, pois, de admirar que o caminho da conversão e da vida de Francisco seja pontilhado de eventos maravilhosos (BOUGEROL, 1999, p. 102).

O autor faz também referência à análise de tais fenômenos pela crítica moderna, que os aponta como “[...] experiências psíquicas particulares e que, recolhendo em sua força um material imaginário preexistente, vê neles instrumentos de expressão” (BOUGEROL, 1999, p. 103). O fato é que tanto os hagiógrafos quanto os historiadores que analisam a vida de Francisco de Assis comungam do propósito de que a conversão deste se deu de modo processual.

O retorno a Assis veio acompanhado de algumas certezas, dentre elas, a de que os negócios da família, caracterizados pelo universo do comércio e do dinheiro, bem como a vida dos prazeres com os amigos não consistiam mais em ideais a serem buscados. Aos poucos a mudança no comportamento de Francisco ficou notória e ele ganhava a admiração dos pobres de Assis. Mas quem eram os pobres de Assis? Como viviam? Por que se identificavam com o filho de um próspero comerciante?

O contexto social, político e econômico de Assis dos séculos XII e XIII caracteriza-se por três fenômenos sociais: “[...] a generalização das estruturas feudais, o renascimento comercial e o crescimento urbano generalizado, que,

juntos, provocam a desestruturação da vida comunal tradicional” (REZENDE, 2009, p. 1). Praticamente, os pobres que habitavam a cidade de Assis nesse período (entre 1204 e 1206 aproximadamente) eram os oriundos das frequentes guerras, das colheitas mal sucedidas e das doenças¹⁴. Quaisquer que fossem os fatores condicionantes dessa situação de pobreza, aqueles que se encontravam nessa condição viviam na periferia da cidade e com poucos recursos.

Com a aceitação da pobreza, Francisco se propôs a viver em plenitude essa condição, e Roma foi o lugar onde se deu a primeira experiência de mendicância (uma das etapas de conversão) de Francisco de Assis. Após verificar o grande número de mendigos no adro da basílica, Francisco esvaziou sua bolsa, doando tudo o que tinha na *fenestella* do túmulo de São Pedro, e “[...] emprestou os trapos de um deles em troca de sua roupa e, durante um dia inteiro, lá ficou, esfomeado, estendendo a mão” (SABATIER, 2011, p. 69).

O fato, narrado e analisado por hagiógrafos e historiadores, que apresentam, cada um a seu modo, distintas impressões e representações. Jacques Le Goff (2001), por exemplo, realiza uma crítica referente à narrativa de Tomás de Celano, da qual, segundo o historiador, devemos desconfiar uma vez que a atitude de enriquecer Roma não condiz com os ideais de Francisco e que, possivelmente, a narrativa siga uma tendência pró-romana da corrente franciscana moderada. Ainda sobre esse episódio, o também historiador Nachman Falbel (1995) enfatiza que a atitude ostentativa, expressa por Francisco, representava alguns resquícios dos valores familiares que lhe foram ensinados.

A conversão de Francisco de Assis vinculou a renúncia aos bens materiais e o serviço junto aos “menores” de seu tempo. Nesse particular, os leprosos assumiram papel crucial na mudança radical de Francisco de Assis.

¹⁴ Originalmente, a palavra pobre (*pauper*) tinha um sentido adjetivo: “aquele homem é pobre”. Designava pessoas pertencentes a categorias sociais distintas, afetadas por uma carência: um homem pobre, um camponês pobre ou um clérigo pobre. Ao longo do tempo, o vocábulo adquiriu valor substantivo: a pessoa torna-se “um pobre”. Durante a Idade Média, o termo “pobre” adquiriu conceitos amplos e diversos. Tais como: pobreza espontânea ou voluntária designavam os monges (*pauperes Christi*) e os eremitas (*pauperes spontaneus*); famelicus, para nomear os que não tinham; nudus, os carentes de vestuário; caecus eram os cegos; claudus, os aleijados; infirmus, os doentes; leprosus, os leprosos; vulneratus, os feridos; debilis, os fracos; senex, os velhos; os deficientes mentais, idiotus (os idiotas); simplex, os retardados; aqueles que passavam por situações de adversidade, orphanus, os órfãos; viduae, as viúvas; captivus, os prisioneiros; os humilis, aqueles privados de justiça; e, os inermes, entre outros. (MOLLAT, 1978, p. 3).

As atitudes de despojamento de Francisco, expressas, principalmente, no encontro com o leproso, acarretaram em uma opção de vida simples, longe das riquezas e do conforto de sua família. Parafrazeando o historiador uruguaio, Mario Cayota (1992), ao estender a mão ao leproso, Francisco não o fez do alto, mas se colocou no meio deles, fez-se um igual, e o beijo, por ele dado, projetou-se na história da Igreja.

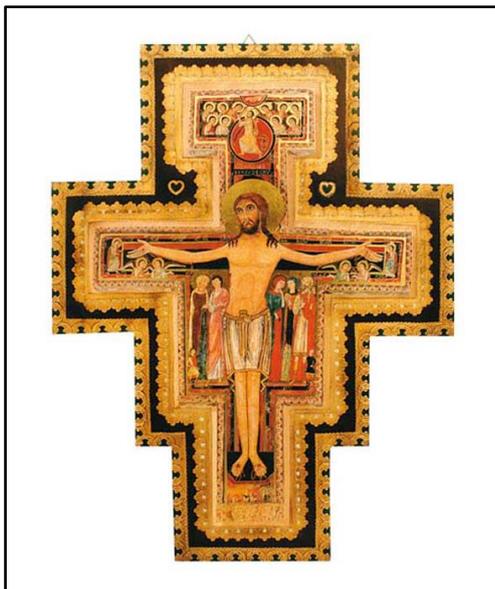
2.1.2 Missão Franciscana: reparar a Igreja em ruínas

A inscrição “Uma voz desceu do crucifixo e disse: Vá, Francisco, repara minha casa que cai em ruínas”, impressa no quarto afresco da igreja superior da basílica de São Francisco, em Assis, abarca a missão assumida por Francisco. Num fim de tarde do verão de 1205, ao regressar de uma das propriedades de seu pai, Francisco buscou descansar na igrejinha de *San Damiano*, localizada ao pé da colina próxima a Assis (I Cel).

Francisco sentou-se no interior da pequena igreja e viu, sobre o altar abandonado, um crucifixo pintado em uma tela de linho¹⁵, do qual, durante um momento de contemplação, ouviu o crucificado que dizia: “Vá, Francisco, repara minha casa que cai em ruínas” (SPOTO, 2010, p. 90).

¹⁵ O Crucifixo de São Damião foi pintado no século XII, e o autor dele é desconhecido. Expressa a tradição iconográfica, de influência síria, é rico em simbologia e é considerado um monumento histórico franciscano e universal. O crucifixo original se encontra na Basílica de Santa Clara de Assis e está sob a responsabilidade das Irmãs Clarissas.

Figura 1 – Crucifixo de São Damião



Fonte: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (2015)

A partir de então, Francisco entendeu ter encontrado o propósito de Deus para sua vida e assumiu literalmente a missão restaurar a Igreja. Iniciou a busca de recursos para a reforma da pequena igreja de São Damião (I Cel 4-9; PARDO BAZÁN, 1832).

Pedro Bernardone apresentou o filho ao tribunal eclesiástico com o intuito de que renunciasse ao direito dos bens paternos. A cena, relatada pela tradição bio-hagiográfica, traz em si a simbologia do abandono de Francisco pelas “coisas do mundo”. Ao ser interpelado publicamente pelo bispo Guido de Assis, Francisco despiu-se das roupas finas que usava, devolveu-as ao pai com o dinheiro da venda das mercadorias e do cavalo.

Ao expor sua nudez, Francisco lançou mão da *ars concionandi*, método de oratória no qual a persuasão da assembleia se dava pelo uso de poucas palavras, acompanhadas de atitudes que surpreendiam os ouvintes. Importa ainda ter em consideração que a nudez de Francisco, coberta pelo bispo, não foi o que impressionou a multidão, tendo em vista que nesse período histórico não havia o sentimento de ignomínia em relação ao corpo.

Há, contudo, um estarecimento coletivo diante do rompimento de Francisco com a família e tudo o que essa estrutura representava: segurança, bens materiais, privilégios. Como nota Donald Spoto, “[...] a nudez foi um poderoso símbolo do que ele desejava: liberdade, como a de um recém-nascido, sem a carga dos bens e privilégios mundanos, sem os prazeres e a responsabilidade da propriedade e das belas roupagens” (SPOTO, 2010, p. 103).

Precisamente no verão de 1206, Francisco passou a morar nas proximidades de São Damião e, seguindo o apelo de Deus, passou a trabalhar na restauração daquela igreja (I Cel. 18). Despindo-se de todas as amarras, assumiu o uso de um hábito de eremita e mendigava seu sustento pelas cidades da Úmbria. Francisco acrescentou ao hábito eremita o TAU¹⁶, última letra do alfabeto hebraico, adotado por Francisco como símbolo de serviço aos pobres, assinalando-o com calcário nas costas da vestimenta. Marca presente também nas assinaturas das cartas expedidas por Francisco, o TAU tornou-se um dos principais símbolos franciscanos (SPOTO, 2010, p. 115).

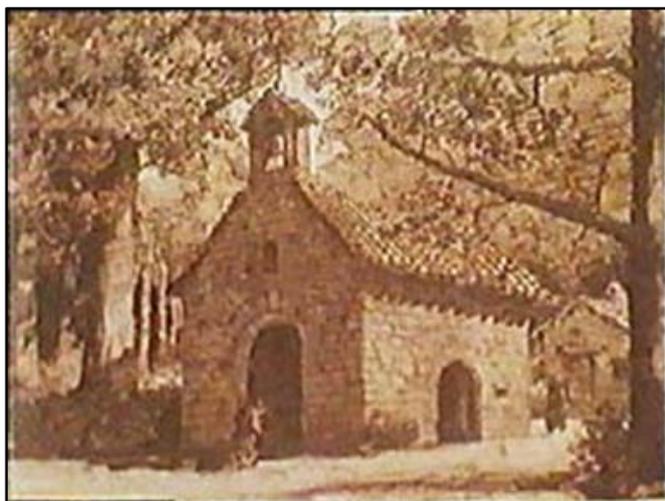
¹⁶ No contexto bíblico o TAU é utilizado como um símbolo que sela o compromisso do povo com Deus. Já vivido por São Francisco, o TAU tem um significado extrabíblico, bastante divulgado na Idade Média: perfeição, meta, finalidade última, santo propósito, vitória, ponto de equilíbrio entre forças contrárias. Apesar de expressar simplicidade, o TAU traz consigo uma simbologia significativa: a linha vertical significa o superior, o espiritual, o absoluto, o celeste. “A linha horizontal lembra a expansão da terra, o material, a carne. O TAU lembra a imagem do sustentáculo da serpente bíblica: clavada numa estaca como sinal da vitória sobre a morte. Uma vitória mística, isto é, nascer para uma vida superior perfeita e acabada. É cruz vitoriosa, perfeição, salvação, exorcismo. Um poder sobre as forças hostis, um talismã de fé, um amuleto de esperança usado por gente devota sensível. Francisco de Assis viveu em um ambiente no qual o TAU estava carregado de uma grande riqueza simbólica e tradicional. Assumiu para si a marca do TAU como sinal de sua conversão e da dura batalha que travou para vencer-se. Não era tão fácil para o jovem renunciar seus sonhos de cavalaria para chegar ao despojamento do Crucificado que o fascinou. Escolhe ser um cavaleiro penitente: eliminar os excessos, os vícios e viver a transparência simples das virtudes. Na sua luta interior chegou a uma vitória interior. Um homem que viveu a solidão e o desafio da comunhão fraterna; que viveu o silêncio e a canção universal das criaturas; que experimentou incompreensão e sucesso, que vestiu o hábito da penitência, que atraiu vidas, encontrou um modo de marcar as paredes de Santa Maria Madalena em Fontecolombo, de assinar cartas com este sinal” (MAZZUCO, 2016. Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016).

Figura 2 – TAU Franciscano.



Fonte: Fonte: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

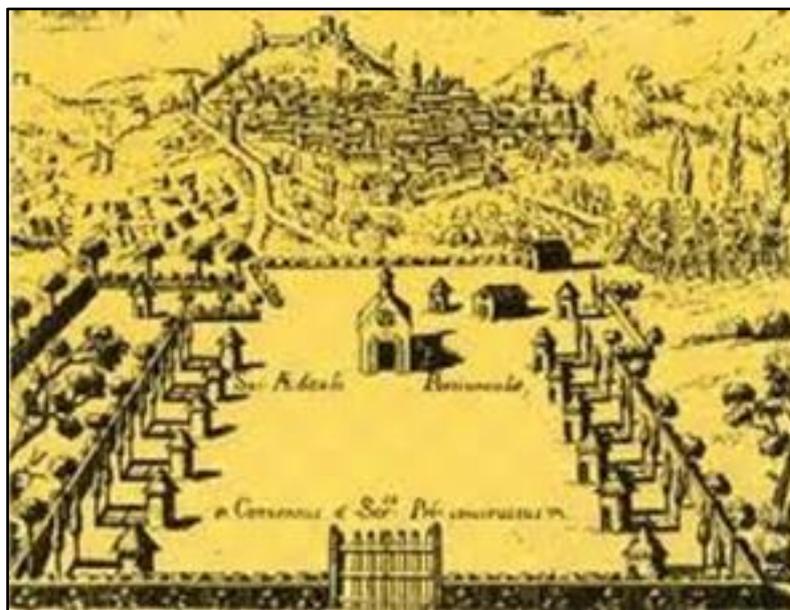
Concluída a restauração da igreja de São Damião, Francisco restaurou a igreja de São Pedro *della Spina* e passou a trabalhar na reforma de uma antiga capela, dedicada à Virgem Mãe de Deus, conhecida como Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula (*porzucle*, uma pequena porção de terra pertencente aos monges beneditinos que haviam abandonado a propriedade).

Figura 3 – Igreja Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula¹⁷.

Fonte: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (2015).

¹⁷ Antigo desenho mostrando no alto a cidade de Assis; na planície a Porciúncula em meio às celas, que serviam de residência para Francisco e os frades.

Figura 4 – Representação da localização da Porciúncula na planície da cidade de Assis.



Fonte: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (2015).

Segundo Paul Sabatier (2011), a igreja Nossa Senhora é o verdadeiro berço do movimento franciscano. Foi nela que, possivelmente, em 24 de fevereiro de 1209, durante a missa celebrada por um padre Beneditino, Francisco ouviu a proclamação da *Missio Apostolorum*:

Por toda parte onde fordes, pregai e dizei: O reino dos céus está próximo. Curai os doentes, limpai os leprosos, expulsai os demônios. Recebestes de graça, dai de graça. Nem leveis convosco ouro ou prata, nem moedas em vossa cintura, nem bolsa, nem duas túnicas, nem sandálias, nem bastão, porque o operário merece a sua comida (Mt, cap. 10, 7-13).

A partir desse momento, as palavras ouvidas em São Damiano: “Vai e restaura a minha casa que está em ruínas” ganharam um novo significado. Francisco passou a percorrer vales, ruas e praças de Assis, usando um hábito grosseiro, cingido por uma corda, convocando as pessoas à penitência, propagando alegria por meio da saudação *Pax et Bonum*.

Figura 5 – Retrato de São Francisco de Assis, pintado por Cimabue Afresco da Basílica inferior de São Francisco¹⁸



Fonte: Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (2015).

Diante do exposto, compreendemos que a “conversão” de Francisco não significou um rompimento com seu passado. Antes, consistiu em um processo que o pôs em contato com sua realidade histórica, impulsionado pela necessidade pessoal de atuar nessa realidade, dando origem a uma Ordem religiosa. Baseados nessa compreensão, trazemos uma análise do contexto no qual se deu a estruturação da Ordem dos Frades Menores (OFM).

2.2 A ESTRUTURAÇÃO DA ORDEM DOS FRADES MENORES

Ao analisarmos a constituição da Ordem dos Frades Menores, é necessário considerar o modo como a Ordem se implantou em Assis. Sabemos

¹⁸ Giovanni Gualteri, nascido em Florença, também conhecido por Cimabue, foi um dos mais importantes pintores do século XIII. Suas obras, influenciadas pelos ícones bizantinos e pelos mosaicos, estão presentes em inúmeros museus da Itália, porém, as obras mais importantes foram realizadas na Igreja de São Francisco, em Assis, Itália. É de sua autoria a representação física que mais se aproxima da pessoa de São Francisco (PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL. 2014. Disponível em: <<http://franciscanos.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2014).

que o fenômeno da união entre Igreja e Estado, instituído na Itália a partir de Constantino, estabeleceu o domínio da hierarquia eclesiástica sobre a população rural e a urbana.

O teólogo franciscano, Leonardo Boff, em seu livro “São Francisco: ternura e vigor” (1982), enfatiza que, a partir do século IV, a Igreja assumiu o papel de conduzir os aspectos políticos e culturais do Ocidente. Assim, fazia-se necessária a constituição de uma corporação detentora do conhecimento e com autoridade, a fim de solidificar tal desafio histórico. Esse corpo de autoridades, constituído pelo clero, com o esfacelamento do Império Romano, era o representante do único corpo universal que concentrou progressivamente o poder tanto religioso quanto civil.

A partir do século VIII ele foi se constituindo num corpo sociológico à parte até realizar seu pleno domínio sob Gregório VII e Inocêncio III, na época de São Francisco. Erige-se então o clericalismo que significa a concentração total do poder sagrado nas mãos do clero. Ele monopoliza a gestão dos bens de salvação e se transforma no detentor exclusivo da competência necessária para a produção e reprodução do capital simbólico. *Pari passu* se realiza uma desapropriação crescente dos leigos, até serem reduzidos à mera massa de fiéis, fregueses dos cultos, destituídos dos meios para produzirem bens religiosos. Até na própria linguagem se opera este processo de concentração e expropriação: clérigo irá significar o letrado e o intelectual e leigo o iletrado e ignorante (BOFF, 1982, p. 130).

As reflexões de Leonardo Boff culminam com a análise da mudança histórica da Igreja-comunidade para a Igreja-eclesial:

Ao lado destas práticas sob o signo do clericalismo se elabora a correspondente justificativa teológica (ideológica). Não se reflete mais a partir do Jesus histórico, fraco em poder e forte no serviço, deixando a utopia de uma comunidade de irmãos, mas a partir da unicidade de Deus, criador do cosmo. Esse Deus único é representado pela única cabeça do Papa, ‘Deus visível sobre a terra’, como dizia o Papa Gregório II. Ou então em termos cristológicos: a única cabeça invisível do corpo da Igreja, Cristo, se torna visível no Papa, cabeça visível da Igreja. A Igreja se transforma no domínio *da monarchia sancti Petri*. É a famosa teoria da cefalização da Igreja. De uma igreja comunhão de povo e ministros se passa lentamente para a compreensão de uma igreja piramidal. A Igreja é principalmente o clero do qual o Papa é a cabeça. Antes o sacrifício da missa era oferecido por todos os fiéis mediante o sacerdote (*tibi offerunt*), agora o sacerdote oferece sozinho em nome e e no lugar dos fiéis (*pro quibus tibi offerimus*). Introduce definitivamente, a distinção dos dois gêneros de cristãos, como se diz no código de Graciano (por volta de 1140) pai da canonística católica: os clérigos que receberam o poder de Cristo e os leigos que não o receberam; os

primeiros se dedicam ao serviço divino, à contemplação e à oração, livres do contágio do mundo; aos segundos, os leigos, é concedido esposar-se, cultivar a terra [...] defender as próprias causas, depositar ofertas sobre os altares, pagar o dízimo, podendo assim salvar-se se evitarem, todavia, os vícios e praticarem o bem. Aqui se verifica uma completa expropriação dos leigos em termos eclesiais. Além disso impõe-se a interpretação de que os ministérios eclesiais, assim como se dão na Igreja, são de instituição divina, por vontade explícita de Jesus Cristo, conferem uma realidade ontológica própria que os demais cristãos não possuem e, por isso, são substancialmente irreformáveis (BOFF, 1982, p. 130).

É importante considerar que o clericalismo, como prática de poder, foi legitimado, de modo teórico e sacralizado, em dado momento histórico com estrutura e conjuntura específicas, devendo ser analisado a partir das categorias da lógica do poder e dos mecanismos ideológicos que o sustentavam.

Os privilégios do clero contrastavam com a miséria do povo, o que se tornou um grande problema para a Cristandade. Francisco se identificou com os miseráveis, assumindo as dores destes e viveu com eles.

O homem que contestava, com sua simplicidade, o luxo e os privilégios da vida eclesiástica era um homem da Igreja e não de fora dela e suas atitudes não foram assimiladas como heréticas ou opositoras. Quanto mais Francisco percebia a necessidade de aproximar o evangelho da Igreja, mais clara ficava para ele sua missão de “restaurá-la”. Nos dizeres de Sabatier (2011), ele amava o evangelho tanto quanto a Igreja e, apesar de perceber as contradições existentes no clero, nunca assumiu um papel separatista, por isso não foi considerado um herege¹⁹.

Ao analisar a conexão existente entre o senso comum, a religião e a filosofia, Antonio Gramsci (1980) enfatiza que a ruptura, havida na comunidade dos fiéis da Idade Média entre os “simplicírios” e os “intelectuais”, eclodiu em movimentos heréticos, fruto dos conflitos sociais, determinados pela estruturação das *comune*. Todavia, segundo Gramsci, a ruptura fora corrigida e os movimentos, reabsorvidos pela Igreja “[...] na formação de novas ordens religiosas em torno a fortes personalidades como Domingos e Francisco” (GRAMSCI, 1980, p. 19).

¹⁹ De acordo com Iriarte (1985), o distanciamento entre a Igreja e o povo precipitou o surgimento de alguns reformadores que pregavam alguns princípios como o retorno à observância do evangelho, pobreza, comunhão de bens e compromisso fraterno, porém também instigavam atitudes de contestação ante a Igreja, dentre os quais destacamos os Valdenses e os Cátaros. Por essa razão foram considerados hereges e perseguidos pela Inquisição.

Francisco na realidade contraria os padrões sociais da época, e, gradativamente, aqueles, que antes caçoavam dele, passaram a admirá-lo e, posteriormente, assumiram o desejo de imitá-lo.

A sociedade italiana da Idade Média organizava-se a partir do seu *status* e se dividia entre “maiores” e “menores”. Os franciscanos tinham predileção pelos “menores”, mas não fugiram do trato com os ricos, consideravam todos irmãos. O clero os via com desconfiança, as famílias dos penitentes os odiavam por terem seus bens doados, e as famílias sofriam pelo medo de que um dos filhos seguisse Francisco de Assis.

Francisco e seus companheiros ultrapassaram as fronteiras de Assis e passaram a levar a mensagem de conversão e penitência, realizando as primeiras missões. A partir dessas missões, o número de adeptos aumentava dia após dia. Então, quando o número de penitentes chegou a doze, Francisco, que inicialmente não tinha nenhuma intenção em fundar uma nova Ordem, viu-se diante da necessidade de aprovação pela Igreja.

Em 1209 escreveu a primeira *forma vitae*, ou Regra Primitiva (RP), baseada nos princípios evangélicos. O texto da redação original da RP não chegou ao nosso conhecimento, porém, ao tomarem como base a RNB e outras fontes biográficas, os franciscanólogos definiram algumas bases da primeira *forma vitae* tais como compromisso de viver conforme o evangelho, pobreza absoluta e missão penitencial, tendo o trabalho e a esmola como meios de vida.

Para melhor compreensão da constituição da Ordem dos Frades Menores e da importância das Regras que compuseram sua história, podemos destacar suas especificidades. À época de Francisco, os eremitas, os monges e os cônegos regulares compunham as três formas típicas de Ordens religiosas. De acordo com Martino Conti, a Regra franciscana é uma das quatro regras que, ao longo dos séculos, mais incidiram sobre a vida religiosa. As Regras de São Basílio e de São Bento são de inspiração monástica, a de Santo Agostinho possui caráter clerical e a de São Francisco é, notadamente, marcada pela inspiração apostólica (CONTI, 1999).

Situemos também a questão da opção de Francisco pela elaboração de uma Regra sem a influência das outras Regras já existentes. De acordo com os escritos de São Boaventura, Francisco não encontrou, em nenhuma das Regras

estabelecidas, a unidade entre a imitação de Cristo na oração e na vida apostólica. Em contrapartida, o *Poverello* seguia todas as orientações da Igreja de Roma, e, fiel a esse propósito, Francisco reuniu um grupo de penitentes e foi para “Roma a fim de conseguir a autenticação do que havia escrito pelo Papa Inocêncio III” (MARTINA, 1999, p. 640).

Após alguns embates com o cardeal João de São Paulo, que tentou, sem êxito, persuadir Francisco e os seus seguidores a ingressarem em um mosteiro ou a se dedicarem à vida eremítica, obtiveram a aprovação da Regra²⁰. O papa incumbiu Francisco de pregar a penitência pelo mundo e também que os irmãos leigos que o acompanhavam fossem marcados pela tonsura²¹.

A viagem dos frades de volta a Assis foi marcada pelo cumprimento do que haviam assumido junto ao papa, enquanto uns pregavam a penitência, outros mendigavam e outros se retiravam para rezar. Foi nesse período que Francisco manifestou o desejo de que ele e seus amigos fossem identificados como *Fratres Minores*, ou Irmãos Menores, cuja designação oficial tornou-se, mais tarde, *Ordo Fratrum Minorum* no português²², como Ordem dos Frades Menores, assim relatado por Sabatier:

Sua família espiritual ainda não tinha um nome propriamente dito porque, ao contrário dos espíritos mais apressados, que batizam suas produções ainda antes de terem brotado, ele esperava a ocasião que haveria de revelar o nome verdadeiro que deveria dar-lhe. Um dia, estavam lendo a Regra diante dele. Quando chegou à passagem: ‘Que os frades, onde quer que estejam para servir ou trabalhar, jamais tenham cargos que os coloquem acima dos outros [...], mas, pelo contraio, estejam sempre por baixo (*sint minores*) do que todos que estiverem na mesma casa’, esse *sint minores* da Regra nas circunstâncias em que se encontrava a cidade pareceu-lhe, de repente, uma indicação providencial. Seu instituto deveria chamar-se Ordem dos Frades Menores (SABATIER, 2011, p. 167).

²⁰ De acordo com Sabatier (2011), a aprovação da Regra pelo Papa Inocêncio III se deu na primavera do ano de 1210, tendo em vista que em maio de 1209 o Papa havia ido a Viterbo e retornado em 04 de outubro a Roma para a coroação do imperador Otto IV (1175-1218).

²¹ Instituída no século IV, a tonsura consistia em uma cerimônia na qual o bispo realizava o corte de cabelo do ordinando, conferindo-lhe o primeiro grau de ordem do clero, como um sinal distintivo. No Oriente usava-se a tonsura *Pauli*, na qual todo o cabelo era cortado, no Ocidente, a tonsura *Petri*, na qual só o topo da cabeça era raspado. Esta também era chamada de ‘*corona Christi*’ ou coroa de Cristo. Desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), a tonsura foi substituída pela ordenação diaconal, porém algumas ramificações do franciscanismo mantêm a tradição (ROMAG, 1949).

²² No século XII as classes mais baixas da população urbana eram chamadas *minores* e, em contrapartida, as classes mais abastadas eram denominadas *maiores* para aprofundar as especificidades da organização social desse período (FELDER, 1969).

Ao chegarem a Assis, os frades se reuniram durante alguns meses nas rústicas instalações de *Rivotorto*, uma pequena construção que abrigava viajantes, localizada próxima ao leprosário e também das Igrejas de São Damião e da Porciúncula, de onde saíam em missão.

Assim que a notícia da aprovação da nova Ordem chegou a Assis, o povo da cidade queria vê-lo e ouvi-lo e então o clero teve que ceder e propôs que fosse pregar na catedral de Assis, uma vez que a igreja de São Jorge seria insuficiente para acolher os ouvintes.

Após certo período de permanência, em *Rivotorto*, na primavera de 1211 a pequena comunidade se mudou para a Porciúncula²³, que, nos dizeres de Falbel (1995), serviria como centro de expansão da Ordem, constituindo uma nova geração franciscana, assim narrado por Sabatier:

Tornando-se mais numerosos, os frades não podiam mais continuar uma vida errante como no passado; precisavam de um abrigo permanente e principalmente de uma pequena capela. Dirigiram-se inutilmente ao bispo para que lhes emprestasse uma, depois aos cônegos de São Rufino, mas foram mais felizes com o abade dos Beneditinos do monte Subásio, que lhes concedeu para sempre o uso da capela, já muito querida por eles, de Nossa Senhora dos Anjos, ou da Porciúncula. Francisco ficou feliz. Ele via entre o nome do humilde santuário e o de sua Ordem uma harmonia misteriosa, preparada pelo próprio Deus. Lá construíram bem depressa algumas cabanas; uma cerca viva serviu de muralha e foi que em dois ou três dias ficou organizado o primeiro convento franciscano²⁴ (SABATIER, 2011, p. 174).

A primeira década a Ordem dos Frades Menores pode ser chamada de “tempos heróicos da Ordem”. Nesse período Francisco teve plena posse de seu ideal e procurou propagá-lo com aqueles que o seguiam.

²³ Após inúteis solicitações junto ao bispo e aos cônegos de Assis, para que cedessem um lugar mais amplo e apropriado para se instalarem, Francisco conseguiu, junto ao abade dos Beneditinos do Monte Subásio, a doação para uso permanente, por parte dos penitentes, da capela de Nossa Senhora dos Anjos, ou da Porciúncula (IRIARTE, 1985, p. 41)

²⁴ É importante esclarecer que o termo convento utilizado por Sabatier não tem relação com as estruturas dos conventos da atualidade. Os frades deviam oferecer seu trabalho para a sociedade, vivendo no meio do povo e não viverem no claustro, assim continuavam a exercer o ofício que tinham e, se não tinham nenhum, deveriam aprender algo. Como pagamento, recebiam o necessário para a comida diária, mas, quando era insuficiente, podiam mendigar. Os frades Menores partilhavam a vida do povo por meio da oração na comunidade cristã, da pregação da penitência e do evangelho na língua vulgar (IRIARTE, 1985, p. 43).

2.2.1 A adequação do carisma franciscano ao poder clerical: conflitos e crises internas

A compreensão dos movimentos que envolvem a estruturação de qualquer objeto em análise, aqui no caso a Ordem Franciscana, requer considerá-la, influenciada pelo contexto histórico ao qual ela devia dar respostas que testemunhassem o papel e o poder da Igreja Católica no período. Nesse particular percebemos que as respostas dadas pela Ordem Franciscana nem sempre expressaram o ideal do fundador.

Segundo fontes franciscanas, em 1212 a atividade missionária dos frades já havia atingido diversas regiões da Itália. A difusão dos ideais evangélicos pelos frades nas mais diversas regiões da Itália despertava o interesse dos que os ouviam. Em 1212, Francisco se deparou com uma situação de conversão muito semelhante à sua. Uma jovem, de nome Clara Favarone (1193-1253), pertencente a uma próspera família de Assis, apresentou-se a Francisco com a disposição de viver uma vida baseada na pobreza evangélica.

A partir de então, nasceu a Fraternidade das Damas Pobres²⁵, que, pela intervenção de Francisco, foram alojadas na Igreja de São Damião. Nesse mesmo período, muitas pessoas que viviam em contato com os frades aderiram ao modelo franciscano de vida, porém sem deixar seus afazeres cotidianos, o que deu origem ao movimento secular.

O ano de 1215 foi marcado pela celebração do IV Concílio de Latrão, convocado pelo papa Inocêncio III, por meio da Bula *Vineam Domini Sabaoth*²⁶, datada de 10 de abril de 1213. Esse evento foi marcado na história da Igreja pelo encontro entre São Francisco de Assis e São Domingos de Gusmão, fundadores de duas ordens mendicantes (FALBEL, 1995).

²⁵ “Fraternidade é a denominação dada pelo fundador ao grupo formado por irmãos espirituais, que partilham tudo em comum. A fraternidade franciscana é antes de tudo cultural por ser constituída de irmãos que com um pacto de amor (profissão), se consagraram ao culto de Deus e, por amor a Deus, ao serviço do homem” (BONI, 1999, p. 278).

²⁶ O termo Bula papal provém do latim *bullā*, cujo significado é “selo de chumbo”. Desde o século XIII, este é o nome atribuído aos documentos considerados importantes e exarados pelo Papa. Traz um selo de chumbo com as efígies dos apóstolos Pedro e Paulo gravadas de um lado e o nome do Papa em versal do outro. As bulas são usadas, por exemplo, para conferir títulos a bispos e cardeais, promulgar canonizações, proclamar anos santos e demais decisões (MCBRIEN, 1997, p. 480).

O IV Concílio de Latrão é considerado o maior dos concílios ecumênicos da Idade Média, do qual resultaram 70 cânones, que legislavam sobre questões importantes daquele momento histórico, tais como dimensão dogmática, dimensão política e dimensão pastoral (BOLTON, 1983). Dentre as imposições do Concílio de Latrão (1215), constam a substituição da confissão pública pela prática anual da confissão auricular para todos os maiores de 14 anos, a condenação das heresias, a renda e a formação dos clérigos, a regulamentação da excomunhão.

Os cânones atuaram no sentido de manter a organização e a centralização do corpo eclesiástico em torno da figura do papa, expressas por meio do combate às heresias, da diminuição da intromissão secular em questões eclesiásticas, da valorização e disseminação da moral cristã e catolização da sociedade (RUST, 2007).

A decisão do Concílio de proibir a fundação de novas ordens religiosas, segundo o cânone 13, não afetou a Ordem dos Frades Menores, uma vez que o papa Inocêncio III declarou que a forma de vida adotada pelos frades já havia sido aprovada anteriormente pela Sé apostólica.

Ao analisar a importância do Concílio de Latrão (1215) para a Ordem dos Frades Menores o historiador Martino Conti (2004) aponta a influência de alguns cânones na definição do carisma franciscano:

Dos setenta cânones promulgados, três destes exerceram uma influência particular na vida e no pensamento de Francisco e da sua Ordem. São os cânones que se referem à pregação (cc. X, XI), à obrigação da confissão anual e da comunhão Pascal. Francisco torna próprias não somente as instâncias do Lateraneense IV, mas também a linguagem, e exprime-se com os termos *ministrare verba* (ministrar as palavras) e *ministrare eucharistiam* (ministrar a eucaristia). Desta sua fé na eucaristia e na palavra de Deus, nos sacerdotes, nos teólogos e em todos os que administram as palavras divinas, que ele enfatiza como 'dom' de Deus, Francisco fala no Testamento (CONTI, 2004, p. 27).

Dessas acepções, podemos observar que Francisco se apropriou das orientações eclesiásticas, demonstrando respeito e obediência à Igreja e toda sua estrutura, buscando conciliá-las com todas as contradições do ideal evangélico,

assumido por Francisco e os seus. Ao observar o estilo de vida dos frades, Jacques de Vitry²⁷ assim se expressou:

No tempo em que estive na corte pontifícia, vi muitas coisas que me deixaram muito triste. Eles estão tão preocupados com negócios seculares e temporais, com tudo que diz respeito aos reinos e aos reis, a litígios e processos, que é quase impossível falar de questões religiosas. Mas encontrei nessa região um motivo de consolação: é que muitas pessoas, de ambos os sexos, ricas e vivendo no século, deixam tudo por amor de Cristo e renunciam ao mundo. Chamam-nos de frades menores. O papa e os cardeais têm muito respeito por eles. Eles mesmos estão completamente desinteressados das coisas temporais e fazem cada dia os mais enérgicos esforços para arrancar das vaidades deste mundo as almas que perecem, levando-as para suas fileiras. Graças a Deus, seu trabalho já produziu muitos frutos, e eles conquistaram muitas almas, pois quem os escuta chama outros e um auditório chama outro auditório. Eles vivem segundo a forma da Igreja primitiva, sobre a qual se escreveu: 'A multidão dos crentes era um só coração e uma só alma'. Durante o dia, eles vão às cidades e aldeias para ganhar almas e trabalhar; de noite, eles vão para la eremitérios ou lugares afastados para entregar-se à contemplação. As mulheres moram juntas perto das cidades, em diversos hospícios. Elas não recebem nada: vivem do trabalho de suas mãos. Ficam muito perturbadas e aborrecidas por se verem mais honradas do que gostariam, tanto pelos clérigos como pelos leigos. Os homens dessa ordem reúnem-se – com muito proveito – uma vez por ano, em lugar predeterminado, para se alegrar no Senhor e comer juntos. Depois, com o conselho de homens de bem, adotam e promulgam instituições santas e aprovadas pelo papa. Depois disso, eles se dispersam por todo o resto do ano na Lombardia, na Toscana e até na Apúlia e na Sicília. Frei Nicolau, que é da mesma cidade do papa, homem santo e religioso, saiu recentemente da cúria para se unir a eles, mas como é indispensável ao papa, foi chamado de volta por ele (VITRY, 1972, p. 54).

É importante assinalar que, na origem do franciscanismo, amiúdam alguns pontos necessariamente antagônicos, tais como a obediência à Igreja e o não conformismo dos homens e mulheres diante desta estrutura. Leonardo Boff assim analisa tais contradições:

Em Francisco encontramos, coexistindo com grande tensão e equilíbrio, o não-conformismo com a obediência, a aceitação da Igreja, dos clérigos com um alargamento corajoso do espaço dos leigos, o respeito pela piedade litúrgica oficial com a criatividade de uma cultura religiosa popular (BOFF, 1982, p. 135).

²⁷ Jacques de Vitry (1180-1240) é considerado uma das personalidades mais ilustres do século XIII, sendo um dos historiadores contemporâneos ao Concílio Lateranense IV. O ex-cônego regular da igreja de São Nicolau em Oignies sur Sambre, foi nomeado bispo de São João d'Acre, na Palestina. Sua obra *História Ocidental* contribui de modo significativo para a historiografia da gênese franciscana.

O mesmo autor enfatiza que a concomitância de polos é de difícil articulação e acarretou em duas tendências históricas que privilegiassem, conseqüentemente, determinadas interpretações. O pastor e franciscanólogo, Paul Sabatier, inaugurou a corrente interpretativa de que Francisco de Assis foi um contestador da Igreja de seu tempo e que foi, gradativamente, por ela institucionalizado, adequando-se às exigências da Cúria romana. Uma segunda tendência interpretativa considera que toda a vida e ação do *Poverello* foram pautadas pela obediência total à Igreja.

2.2.2 As primeiras metamorfoses

Para discutirmos os conflitos e as crises preponderantes, havidas no interior da Ordem, ao longo de sua história adotamos o conceito de “metamorfose”, definido pelo historiador italiano, Grado Giovanni Merlo (2005). De acordo com o autor, o referido conceito expressa com clareza as mudanças ocorridas até o século XVI, tendo em vista o caráter irreversível que marcou substancialmente a trajetória da OFM.

O primeiro decênio da fraternidade foi marcado por grande crescimento. O ingresso de qualquer pessoa ao grupo de penitentes só implicava na adesão pessoal pela perfeição evangélica, não exigindo nenhuma formação ou preparação. Por essa razão havia entre os frades pessoas oriundas de famílias nobres, camponeses, excluídos da sociedade e poucos clérigos, conforme indica David Flood:

Nos primeiros tempos, um ou outro tornou-se frade porque não queria mais viver sozinho. Bastava que um jovem estivesse um pouco perplexo diante da vida e encontrasse frades bem à vontade uns com os outros, bem convictos de seu projeto de vida para que Deus lhe desse a inspiração de seguir esse mesmo caminho. O novo candidato à vida de frade, de acordo com o estilo concreto do movimento, inebriado pelas palavras de explicação, colocava-se logo a serviço dos necessitados (FLOOD, 1986, p. 143).

O início da Ordem era acompanhado de perto pelo fundador, cuja presença mantinha os frades unidos e fiéis aos ideais de vida por ele iniciado. Todavia o

crescimento da Ordem para além de Assis acarretou no distanciamento da ação diretora e modeladora de Francisco. A espontaneidade e as ações providenciais de antes se tornaram fruto de indisciplina e distorção do carisma franciscano por parte de alguns frades. Em contrapartida, a similaridade do modo de vida franciscano com alguns movimentos considerados heréticos pela Igreja, tais como os Cátaros e os Valdenses, causava certo receio em alguns bispos.

Surgiu no seio da própria Ordem uma preocupação com a falta de organização e de diretrizes que normatizassem as ações dos frades. As fontes franciscanas atribuem a esses frades o nome de *Fratres sapientes*, uma vez que eram, na maioria das vezes, clérigos e considerados dotados de grande entendimento e sabedoria. Referindo-se a esse grupo como “partido dos prudentes”, o frei Capuchinho Iriarte comenta sobre a importante decisão por eles encaminhada no Capítulo Geral de Pentecoste, realizado no ano de 1217:

O primeiro êxito da pressão do partido dos prudentes foi a divisão em províncias. Passo importantíssimo, que fala bem alto da criatividade e do sentido de adaptação histórica do próprio Francisco, ao introduzir uma organização totalmente nova na tradição monástica, sobretudo levando-se em conta que, nessas circunstâncias regionais os frades continuavam sem estabelecer-se em moradias fixas. A província vem de comunidade Itinerante, que se move e atua numa região sob a direção do ‘ministro provincial’ (IRIARTE, 1985, p. 51).

A vida comunitária dos religiosos das mais diversas Ordens ou congregações se dá por meio de uma série de estruturas organizadas a partir de seus carismas. As assembleias, ou reuniões que aconteciam e acontecem periodicamente com a reunião dos membros da comunidade, são denominadas de Capítulo²⁸. Os Frades Menores realizavam espontaneamente um encontro fraterno, no qual se reuniam para partilharem as experiências vividas.

Na análise de Sabatier, essas reuniões iniciais não se caracterizavam como Capítulos, o que aconteceria por volta do ano de 1213, quando Francisco

²⁸ Os capítulos Gerais propriamente ditos foram institucionalizados somente a partir da *Charta Caritatis* aprovada pela Ordem Cisterciense em 1119 e aperfeiçoada em 1195. Da Ordem Cisterciense a instituição jurídica do Capítulo Geral passou às outras ordens monásticas até que, em 1215, é confirmado e revestido de poderes decisórios pelo IV Concílio Lateranense. No início do século XIII a estrutura da vida monástica já apresenta duas modalidades de Capítulos: um que é a assembleia do mosteiro e outro que é a assembleia dos abades. Em tal contexto das estruturas capitulares a Ordem Minorítica que nascia, haveria de encontrar, de maneira natural, modelos seguros para a realização de seus originais encontros fraternos e de suas frequentes assembleias (SANNA, 1999, p. 78).

determinou que estes fossem celebrados duas vezes por ano, na festa de Pentecostes e no dia 29 de setembro, festa de São Miguel.

Os Capítulos mais importantes foram os de Pentecostes. De modo especial, salientamos o Capítulo Geral de Pentecoste, realizado em 1217, considerado um marco na história franciscana, no qual foram tomadas algumas decisões importantes para a estrutura da Ordem Minorítica, tais como as missões para além dos Alpes, e, no Oriente Médio, a divisão das fraternidades franciscanas em províncias e a nomeação dos primeiros ministros provinciais (CONTI, 2004).

A divisão das fraternidades em províncias, pela expansão territorial da Ordem, instituiu a realização do Capítulo Provincial, regulamentado pela Regra Não Bulada (RNB) (ANEXO A), capítulo 18, e pela Regra Bulada (ANEXO B e C), capítulo 8, no que diz respeito à composição, convocação e frequência (SANNA, 1999).

Tratava-se, portanto, de uma nova estruturação, na qual se estabelecia a autoridade do ministro provincial diante dos frateros da província. Francisco, entretanto, tratou de garantir um limite em relação à autonomia hierárquica do provincial, fazendo constar na regra que caberia aos frades a observação do comportamento dos ministros, e, caso suas atitudes se distanciassem do modo de vida da fraternidade, deveriam ser corrigidos e, se necessário, denunciados ao Capítulo Geral.

O Capítulo de Pentecoste de 1217 definiu a atuação missionária dos frades para fora da Itália e no Oriente. O *locus* de pregação de Francisco foi a França, onde conheceu o Cardeal Hugolino de Segni (1145-1227), bispo de Óstia (legado da Santa Sé na Lombardia e na Toscana) e eleito papa Gregório IX. A amizade entre o *Poverello* e o Cardeal, que se tornaria conselheiro de Francisco, “[...] uniu dois homens tão diferentes, feitos para entender-se e completar-se” (IRIARTE, 1985, p. 51).

Sabatier (2011) atribui a influência do Cardeal na Ordem Minorítica como responsável pelo desvirtuamento do carisma original de Francisco de Assis.

Desde 1216, ele se tinha constituído protetor do movimento franciscano. Então, das duas uma: ou não tinha entendido a profundidade do esforço franciscano, ou então, se tinha compreendido, passou o resto da vida

brandindo a bandeira das idéias franciscanas enquanto as traía. Mas pode haver outra solução. Hugolino era desses que não enxergam a diferença entre os interesses religiosos do mundo e os interesses políticos da Santa Sé. Para esse velho de indomável energia, cuja força intelectual e moral estava assim orientada, o sucesso das idéias franciscanas só tinha despertado uma idéia bem prática: Como poderei utilizar essa força? João de São Paulo, cardeal-bispo de Sabina, que tinha sido o primeiro protetor benévolo dos Frades, tinha morrido 275 em 1214. Hugolino ofereceu-se a São Francisco para sucedê-lo. Naturalmente, essa manobra tão extraordinária encheu de alegria a alma do humilde pobrezinho de Deus (SABATIER, 2011, p. 275).

Segundo o historiador, Hugolino aproveitou-se da simplicidade e da inexperiência de Francisco para adequar o movimento franciscano às aspirações do partido dos doutos em consonância com os interesses da Santa Sé.

O Capítulo de Pentecostes de 1219 indicou novos caminhos e projeção externa da Ordem, por meio da organização da primeira missão entre os “infiéis”, empreendida no reinado de Marrocos e pelo Oriente. A ida de Francisco e de outros frades ao Oriente resultou na fundação da Custódia da Terra Santa e também no martírio de cinco frades no Marrocos.

Ao perceber que perdia o controle da Ordem, Francisco abdicou da sua chefia administrativa, para a qual indicou o frei Pedro Catani. Vindo este a falecer pouco tempo depois de sua indicação, em 10 de março de 1221, o provincial da Síria, frei Elias Bombarone, assumiu como ministro geral. Mesmo abdicando da autoridade de ministro geral, Francisco continuava sendo referência para todos os freis, por isso, pouco tempo antes do Capítulo Geral de Pentecoste de 1221, retirou-se para um lugar isolado, na companhia do frei Cesário de Espira, para reelaborarem a *Regra primitiva*, aprovada verbalmente pelo papa Inocêncio III, fundamentando-a com textos bíblicos.

A redação final da regra foi apresentada no Capítulo e ficou conhecida como Regra Não Bulada (RNB), pois não obteve a aprovação do pontífice (IRIARTE, 1985). A aprovação da Regra Bulada (RB), ou definitiva, deu-se no ano de 1223. Sua elaboração contou com a participação dos freis Leão e Bonizo de Bolonha.

De acordo com Iriarte, as informações acerca da elaboração dessa Regra são “confusas e tendenciosas”. Entre os franciscanólogos, é unânime a afirmação de que o processo de redação da RB foi de dissabores e conflitos para Francisco.

O extravio ou perda da primeira redação da Regra pelo frei Elias é um fato que ilustra muito bem a dificuldade vivida por Francisco:

Francisco retirou-se para o eremitério de Fonte Colombo, no vale do Rieti, acompanhado de frei Leão e frei Bonizo; ali, em longas jornadas de oração e jejum, foi ditando o texto a frei Leão. Terminada a primeira redação, entregou-a a frei Elias, que por descuido, talvez intencionado, a perdeu (IRIARTE, 1985, p. 58).

Tudo indica que o texto não tenha ficado de acordo com os interesses dos provinciais reunidos em Capítulo. Coube, então, a Francisco realizar uma nova redação, que foi analisada pelo cardeal Hugolino, que, suprimindo alguns pontos e acrescentando outros, procurava adequar os interesses de Francisco e dos ministros provinciais, cujo texto foi apresentado no Capítulo Geral de 1223.

A carta *Solet Annuere*, do papa Honório III²⁹, de 29 de novembro de 1223, encerra o período denominado como “ciclo evolutivo da lei fundamental” e as normas e regras a serem vividas pela família franciscana tornavam-se uma lei canônica, logo, inalterável.

Dentro da concepção evangélica, compreendida e vivida por Francisco, não havia espaço para privilégios, vaidades e poder eclesial. As fontes franciscanas mostram a tenacidade do *Poverello* na luta contra as regalias almeçadas e conquistadas pelas ordens monásticas. Por essa razão Francisco sofria espiritual e fisicamente, ao ver os frades institucionalizados e prestes a se tornarem meros seguidores de normas e regras.

Foi nesse período que, debilitado fisicamente e acometido por um sofrimento moral, Francisco foi estigmatizado. Durante permanência no Monte Alverne o *Poverello* teve impressas em seu corpo as chagas de Cristo.

Na primavera de 1226, estando em Sena e percebendo sua limitação física, Francisco ditou o texto que ficou conhecido como o Pequeno Testamento de Sena, no qual abençoava todos os frades, pedia que mantivessem caridade entre si, fidelidade à Senhora Pobreza e obediência aos prelados e clérigos.

Após significativa melhora, Francisco foi levado para Assis, na Igreja da Porciúncula, onde ditou, então, o Testamento de São Francisco, mais conhecido

²⁹ A carta *Solet Annuere* se encontra exposta em uma capela do complexo conventual de São Francisco, em Assis (MERLO, 2005, p. 39).

como Testamento Definitivo (ANEXO D). Por meio de um texto mais completo, cujo conteúdo buscou reforçar os valores evangélicos, Francisco concluiu afirmando que o Testamento não era uma nova Regra, mas impôs aos ministros gerais e demais superiores que respeitassem o texto, que durante os Capítulos fosse lido com a Regra e proibiu qualquer mudança em seus textos.

Acompanhado por poucos frades, Francisco morreu na tarde do dia 03 de outubro de 1226, na mais absoluta pobreza, deixando impressos na história a sua incapacidade de odiar, seus desejos de renovação política e social, sua poesia, seu amor pela natureza. Dois anos após sua morte, Francisco foi canonizado por Gregório IX, nome escolhido pelo cardeal Hugolino ao se tornar papa (ANEXO E).

2.2.3 Os movimentos de reforma e a diversidade da família franciscana

A propósito do impacto da atuação de Francisco de Assis na estrutura religiosa da Igreja de sua época, Avrom Saltman (1995), ao prefaciá-la obra “Os Espirituais Franciscanos”, de Nachman Falbel, sublinha que a Ordem Franciscana não veio ao mundo para trazer paz à Igreja, e sim a espada, uma vez que os mendicantes se posicionaram contrários às ordens monásticas tradicionais, com o foco intelectual nas universidades, com a generalidade do clero e seu enriquecimento, o que os distanciava, segundo Francisco de Assis, da essência do cristianismo: o evangelho.

Após a morte de Francisco, na Ordem dos Frades Menores (OFM) teve início um período particularmente difícil. A OFM que, mesmo antes da partida do *Poverello*, se encontrava à mercê de alguns conflitos internos, passou por contendas e dissensões, as quais foram aqui elencadas em ordem cronológica³⁰.

³⁰ A cronologia apresentada envolve os períodos que sucederam a morte de São Francisco e tem como fonte de pesquisa os autores Grado Giovanni Merlo e Lázaro Iriarte, por compreendermos que suas análises acerca das transformações da (Ordem dos Frades Menores) OFM se expressam de modo crítico e imparcial (ANEXO D).

Quadro 1 – Principais metamorfoses da OFM.

| Período | Principais metamorfoses | Influenciadores da mudança | Bulas Papais e demais documentos |
|-----------|--|---|---|
| 1226-1257 | Segunda fase de metamorfose da OFM. Superação do período, denominado heroico. | Papa Gregório IX (1144 – 1241, Papa desde 1227) e Ministro Geral ³¹ Frei Elias ³² | <i>Quo elongati</i> (28 de setembro de 1230) <i>Nimis iniqua</i> (21 de agosto de 1231). |
| 1226-1257 | Os Doutos se tornaram cada vez mais numerosos e influentes e alcançaram privilégios junto à Santa Sé; Transformação da fraternidade de clérigos e leigos em Ordem de clérigos; A OFM se tornou uma potência religiosa; Aumento do conflito entre os espirituais e os progressistas. | Ministro Geral Frei João Parenti Ministro Geral Frei Alberto de Pisa Ministro Geral Frei Haymo Faversham e Papa Inocência IV (1195-1254, Papa desde 1243) Ministro Geral Frei Crescência de Jesi e Ministro Geral Frei João de Parma | <i>Ordinem Vestrum</i> (14 de novembro de 1245) |
| 1257-1274 | Ações contra os ataques internos da Ordem por parte dos “espirituais” (inimigos internos); A Legenda Maior, escrita por São Boaventura, foi considerada a biografia oficial de São Francisco de Assis, e, como consequência do Capítulo de 1263, todos os demais escritos sobre o <i>Poverello</i> foram destruídos; Declaração solene do Papa Nicolau III (1216-1280) acerca da obediência total à Regra; | Papa Inocência IV, Ministro Geral Frei São Boaventura, Guilherme de <i>Saint-Amour</i> Ministro Geral Frei São Boaventura (1221-1274) Ministro Geral Frei Jerônimo de Ascoli | <i>Exiit qui seminavit</i> (15 de agosto de 1278) |

³¹ Na hierarquia franciscana da Primeira Ordem (Conventuais, Observantes e Capuchinhos), o ministro, o custódio, o guardião e o vigário são títulos dos superiores. Os Ministros Geral e provinciais são os superiores maiores, os custódios gerais e provinciais estão à frente, respectivamente, das províncias e custodias. Os guardiães são os Freis responsáveis pela casa ou convento, também chamadas de fraternidades, ou seja, são os superiores locais. Já os vigários são os substitutos dos diferentes superiores em distintas instâncias. Tais títulos estão postos desde a origem da Ordem e não são exclusivos dos franciscanos (ODOARDI, 1999).

³² Frei Elias é considerado, por muitos historiadores franciscanos, como um traidor dos ideais de São Francisco por meio da não-valorização da Regra e introdução de inovações que deram origem a conflitos e facções no interior da OFM (ESSER, 1972).

| Período | Principais metamorfoses | Influenciadores da mudança | Bulas Papais e demais documentos |
|-----------|--|--|--|
| | <p>Conflitos entre o clero secular e os franciscanos pelo aumento dos privilégios permitidos pelo Papa aos mendicantes;</p> <p>Regulamentação das relações entre o clero secular e os frades;</p> | <p>Ministro Geral Frei Bonagrazia e Papa Martinho IV (1210-1285, Papa desde 1281).</p> <p>Papa Bonifácio VIII (1235-1303, Papa desde 1294)</p> | <p>Ad fructus úberes (13 de dezembro de 1281).</p> <p>Super Cathedram (18 de fevereiro de 1300)</p> |
| 1274-1318 | <p>Reconhecimento do pleno direito de inserção dos frades no corpo eclesiástico da Igreja, durante o Segundo Concílio de Lyon (1274);</p> <p>Reação dos espirituais contra as decisões do Segundo Concílio de Lyon. Espirituais é a nomenclatura utilizada pelos historiadores ao fazerem referência ao "partido" franciscano que defendia a radicalidade da pobreza como a essência do franciscanismo por meio da observância radical da Regra e do Testamento de São Francisco.</p> <p>O grupo dos espirituais recebeu autorização Papal para viver em eremitérios, observar a Regra, e se autodenominarem pobres ermitães;</p> <p>Com a renúncia do Papa Celestino, os espirituais sofreram represálias pelo Papa Bonifácio VIII;</p> <p>Disputa de Avinhão: Papa Clemente V nomeou uma comissão cardinalícia para a realização de uma investigação imparcial, que resultou em medidas contrárias às pretensões dos espirituais;</p> <p>A ruptura dos espirituais com a OFM eclode em 1312, quando foram excomungados e muitos condenados como hereges.</p> | <p>Papa Gregório X (1210-1276, Papa desde 1271)</p> <p>Frei Hugo de Digne, Frei Olivi, Frei Ministro Geral Mateus de Acquasparta, Papa Nicolau III (1216-1280, Papa desde 1277) e Papa Nicolau IV (1227-1292, Papa desde 1288).</p> <p>Papa Celestino V (1215-1296, Papa desde 1294)</p> <p>Papa Bonifácio VIII (1235-1303, Papa desde 1294)</p> <p>Papa Clemente V (1264-1314, Papa desde 1305), Frei Ministro Geral Gonzalo de Balboa.</p> <p>Papa João XXII (1249-1334, Papa desde 1316), Frei Angelo Clareno e Frei Ubertino de Casale</p> | <p>Cânion Religionem diversitaten nimiam</p> <p>Bula <i>Exiit qui seminatur</i> (15 de agosto de 1278).</p> <p>Bula <i>Exivi de paradiso</i> (06 de maio de 1312).</p> <p>Bula <i>Sancta Romana</i> (30 de dezembro de 1317)</p> |

| Período | Principais metamorfoses | Influenciadores da mudança | Bulas Papais e demais documentos |
|------------------------------------|--|---|---|
| 1318-1528 | Embates entre a OFM e o Pontífice João XXII acerca da pobreza enquanto perfeição evangélica; | Papa João XXII, Frei Ministro Geral Miguel de Cesena, Frei Luís de Bravieira. Papa João XXII, Frei Miguel de Cesena. | Bula <i>Ad conditorem</i> (08 de dezembro de 1322). |
| | Divisão interna da OFM entre Conventuais e Observantes ³³ ; | Frei João Della Valle, Ministro Geral Frei Guilherme Farinier, Papa Clemente VI (1291-1352, Papa desde 1342). | |
| | Em 1415 os observantes se estabeleceram na <i>Porciúncula</i> , o berço do franciscanismo; | São João de Capistrano, Frei Alberto de Sarteano e São Tiago das Marcas. | |
| | Redação e promulgação das constituições martinianas em 1430, com o intuito de estabelecer a paz entre conventuais e observantes; | Papa Martinho V (1369-1431, Papa desde 1417), São João de Capistrano e Frei Guilherme de Casale. | |
| | Ano de 1438, caracterizado pelo crescimento dos observantes na Europa; | Papa Eugênio IV (1383-1447, Papa desde 1431). | Bula <i>Ut sacra</i> |
| | 1446: separação definitiva dos observantes; | Papa Leão X (1475-1521, Papa desde 1513). | Bula <i>Ite vos</i> (29 de maio de 1517). |
| | Capítulo geral extraordinário envolvendo Conventuais, Observantes e demais grupos independentes, cujo objetivo era amenizar os conflitos gerados pela separação; | | |
| 1525: início da reforma Capuchinha | Frei Mateus de Bascio, Frei Ludovico, Frei Rafael de Fossombrone, Duquesa Catarina de Cibo e Papa Clemente VII (1478-1534, Papa desde 1523) | Bula <i>ReligionisZelus</i> (3 de julho de 1528). | |

Fontes: Iriarte (1985); Merlo (2005).
Quadro elaborado pela autora.

³³ É importante destacar que a divisão da OFM não estava restrita aos Observantes e Conventuais, mas havia também um número expressivo de distintas observâncias.

As três Ordens que compõem a família franciscana tiveram sua origem de modo autônomo e com Regra de vida distinta, por meio de formas diversas de compreender e viver os ideais franciscanos. Andrea Boni (2002) enfatiza que as relações entre essa tríade não se dão em termos jurídicos e que os liames existentes entre elas correspondem unicamente ao “vínculo de comunhão”. Lembremos que a origem das Primeira, Segunda e Terceira Ordens está relacionada com a vida prática de Francisco de Assis.

A bula *Ite vos exarada*, do Papa Leão X, em 29 de maio de 1517, buscou amenizar os conflitos entre Observantes e Conventuais, entretanto não conseguiu unificar os diferentes grupos (MERLO, 2005). Assim, as reformas autônomas, surgidas na OFM, consolidaram a tríplice composição da família franciscana:

Primeira Ordem

Ordem dos Frades Menores ou Observantes (OFM)

Ordem dos Frades Menores Conventuais (OFM.conv)

Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM.cap)

Segunda Ordem

Ordem feminina

Terceira Ordem

Terceira Ordem Regular (TOR)

Terceira Ordem Secular ou Ordem Franciscana Secular

A Primeira Ordem é formada por homens, clérigos ou não, que vivem segundo a Regra franciscana, mas possuem autonomia jurídica específica. Fazem parte da Primeira Ordem os Frades Menores ou Observantes (OFM), os Frades Menores Conventuais (OFM.conv) e os Frades Menores Capuchinhos (OFM.cap).

No que tange à Segunda Ordem, é importante considerarmos o movimento dos penitentes que, na Itália do século XII, envolveu um número significativo de mulheres. Foi esse movimento o berço da Segunda Ordem, a Ordem das Franciscanas, conhecidas como Clarissas, em razão da cofundadora, Clara Favarone, mais tarde Santa Clara de Assis (1193-1253) (MERLO, 2005).

Assim como a estruturação da Segunda Ordem, a Terceira Ordem também se estabeleceu por meio dos movimentos da penitência. Na segunda metade do século XII e início do século XIII os leigos que não encontravam espaço junto ao clero iniciaram o movimento da penitência que encontrou convergência entre os ideais do movimento penitente e o carisma evangélico de São Francisco. De acordo com Léon Bédrune (1999), foi esse movimento dos leigos que levou o Concílio IV de Latrão (1215) a se ocupar expressamente do assunto, fato inédito na história da Igreja até então.

Atualmente, a Terceira Ordem é subdividida em Terceira Ordem Secular, ou Ordem Franciscana Secular (OFS), e Terceira Ordem Regular (TOR). A primeira conta com a participação de sacerdotes e religiosos, além de leigos, casados e solteiros. Ao passo que a segunda (TOR), erigida em 1250, é composta exclusivamente por religiosos e sacerdotes, que seguem as regras de suas constituições franciscanas (ANEXO F). Os conflitos e cisões ocorridos desde a gênese da OFM influenciaram os debates acerca do retorno às origens da Ordem.

Uma vez que nenhuma ação humana se dá a partir da neutralidade ou naturalização dos fatos, a análise e a compreensão do movimento franciscano se dão a partir da inserção do *Poverello* em seu contexto histórico. É partindo desse entendimento que contextualizaremos na sequência o movimento conhecido como Reforma Capuchinha que deu origem à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.

2.3 REFORMA CAPUCHINHA: EXPRESSÃO DE VELHOS E NOVOS CONFLITOS

Surgida em 03 de junho de 1528, por meio da Bula Papal *Religionis Zelus*, expedida pelo Papa Clemente VII (1478-1534, papa desde 1523), numa conjuntura eclesial, marcada pela crise das Ordens Mendicantes, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMcap) compôs a Primeira Ordem da família franciscana, com os Conventuais e os Observantes.

Ao considerarmos o contexto eclesial, a OFMcap possui um aspecto eremítico e contemplativo, fator que não foi impeditivo para que se consolidasse como uma Ordem próxima dos pobres, particularmente em razão das “pestes” que afetaram a população durante os séculos XVI e XVII.

Os historiadores franciscanos concordam sumariamente que, durante todo o século XV, a OFM foi afligida por intensos conflitos que adentraram o século XVI e acometeram toda a estrutura da Ordem, acarretando na divisão Conventuais e Observantes (CAYOTA, 1992; D'ALATRI, 1998; IRIARTE, 1985; MERLO, 2005).

Os conflitos entre Observantes e Conventuais envolveram as províncias ultramontanas e cismontanas. Com o agravamento da crise na Província francesa as discussões se alargaram até o Parlamento de Paris, cujos parlamentares atribuíram, ao Papa Leão X (1475-1521), a tarefa de amenizar os problemas.

As decisões institucionais e organizativas, tomadas pelo Papa Leão X, não foram suficientes para conter outros desdobramentos. A chamada “Reforma Capuchinha” (início do século XVI), ocorrida a partir de embates no interior da Observância, culminou na estruturação da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMcap). É importante considerar que os embates que deram origem a uma nova Ordem religiosa não foram marcados pelo ineditismo e, sim, por conflitos internos entre Espirituais e Observantes, que historicamente se apresentaram nomenclaturas distintas, porém mantiveram como elementos propulsores a observância e a prática radical do ideal franciscano.

As duas tendências, sempre latentes, vão se enfrentando, dia a dia, em toda a história franciscana sob diferentes denominações, mas traduzindo sempre o mesmo conflito. No século XIII, chamaram-se ‘espirituais’ e ‘comunidade’, no século XV ‘observância’ e ‘conventualismo’, no século XVI ‘estrita observância’ e ‘regular observância’ (IRIARTE, 1995, p. 239).

É importante destacar que as duas concepções concordam que a Regra deixada por Francisco de Assis constitui a norma crucial para o modelo de vida a ser seguido pelos franciscanos. Todavia, enquanto os observantes buscam

interpretar os fatos à “luz do fundador”, os conventuais procuram atualizar a Regra deixada pelo *Poverello* conforme as mudanças ocorridas na Ordem.³⁴

No caso de alguns freis Observantes, a liberdade para viver de acordo com o modo de vida deixado por Francisco, priorizando o retorno à pobreza e ao desapego, constituiu a base da reforma capuchinha, da qual se tornaram adeptos os frades considerados mais informados e capacitados. Para responder às preocupações contemporâneas, esses frades “[...] cuidarão de redesenhar o franciscanismo, sem perder ou adulterar seus antigos caracteres constitutivos” (MERLO, 2005, p. 239).

Cabe aqui questionarmos: quais eram as exigências contemporâneas que demandaram, por parte dos Observantes, respostas que atendessem a essa realidade histórica? Dentre as contribuições para a elucidação de tais exigências destacamos:

A rebelião luterana iniciou pouco depois do fracasso da enésima tentativa de reforma geral da Igreja, através do quinto Concílio de Latrão que terminou na duodécima sessão, em março de 1517. Do outro lado dos Alpes, vontade de renovação religiosa, tensão anti-romanas e ‘nacionalismos’ convergiam para fomentar e difundir a separação do Papado. Em 1525, em Zurique, foi introduzido o culto evangélico e abolidas as celebrações das missas; coisa que foi reproposta em Genebra dez anos depois. 1525 é também o ano da trágica conclusão do ‘sonho’ anabatista de Tomás Muntzer e da revolta ‘apocalíptica’ dos camponeses alemães. Em 1534, nascia a Igreja ‘nacional’ anglicana. A difusão e o fortalecimento da presença protestante na Europa central e setentrional coincidiam com outras graves dificuldades e derrotas do Papado romano. Sobretudo no decurso de 1527, a cidade sede pontifícia foi submetida a longos meses de terríveis devastações e destruições levadas a efeito pelas tropas do imperador Carlos V. Com o ‘saque de Roma’ desfaziam-se muitas ilusões e planos culturais e políticos que viam no Papado, sustentado pelo mito do universalismo romano, um centro unificador e promotor de paz entre os príncipes. Ao se aproximarem os anos trinta do século XVI, a Europa perdera qualquer indício de unidade e possibilidade de unificação. No plano político, monarquias nacionais e Estados menores já agiam unicamente em função dos interesses particulares, isso numa Europa que simultaneamente descobria as fascinantes e frutuosas aventuras abertas pelo descobrimento do imenso continente das ‘Índias ocidentais’ (MERLO, 2005, p. 238).

³⁴ O termo atualizar aqui utilizado, não corresponde às modificações literais no documento deixado por São Francisco e, sim, a uma adequação da Regra aos diferentes momentos vividos pelos frades conventuais. Como exemplo, podemos citar a fixação dos frades em casas de recolhimento, isoladas do povo e sem envolvimento pastoral (CASAGRANDE, 1999).

Ao buscar respostas para os diferentes desafios de determinado período histórico, o homem estrutura “novas” ordens sociais, uma vez que possui as condições materiais para a resolução dos conflitos. Assim, percebemos que o principal elo não está no âmbito religioso e, sim, eclesial, expresso por meio do conflito entre Igreja e Estado.

Uma vez que os embates foram norteados pela observância e fidelidade radical do carisma franciscano, inevitavelmente, surgiu entre os Observantes a mesma tendência reformadora de seguir a Regra franciscana “ao pé da letra”. Nessa encruzilhada, um movimento particularmente alentado emergiu entre os Observantes da Península Itálica, fortemente influenciada pelo franciscanismo, na região conhecida por Marcas³⁵.

Desejoso por seguir na radicalidade o santo fundador da OFM, Francisco de Assis, o frei Observante, Mateus de Bascio (1495-1552), é tido como “iniciador e precursor involuntário” da Reforma Capuchinha (D’ALATRI, 1998) (ANEXO G).

Nos primeiros meses de 1525, por não conseguir aprovação junto aos seus superiores locais para viver de um modo diferente, Frei Mateus fugiu do convento de Montefalcone em direção a Roma, com o intuito de obter aprovação pontifícia para viver na pobreza, na pregação itinerante e no modo de se vestir³⁶. Conforme fontes franciscanas, tudo indica que a aprovação do Papa Clemente VII (1478-1534, papa desde 1523), foi dada oralmente, sem nenhum documento comprobatório, o que acarretou no descrédito por parte do Provincial das Marcas, Frei João de Fano, que, acusando-o de apóstata, ordenou seu encarceramento no convento de Farano.

Frei Mateus de Bascio permaneceu preso por aproximadamente três meses, quando foi solto em razão da intervenção da duquesa de Camerino, Catarina Cibo, sobrinha do Papa Clemente VII, que tinha por aquele especial apreço em razão de sua atuação junto aos acometidos pela peste em 1523, na capital do ducado. Após sua libertação, o ex-frade Observante passou a pregar de forma itinerante, vestindo o hábito que já levava consigo (IRIARTE, 1985).

³⁵ Marcas é uma região da Itália central que tem como capital a cidade de Ancona. A região foi fortemente influenciada pelo Renascimento italiano com destaque para as cidades de Urbino e Pesaro. (Disponível em: <www.regione.marche.mc.it>. Acesso em: 11 mar. 2015).

³⁶ Frei Mateus de Bascio teria tido uma visão na qual São Francisco se apresentava com um hábito rústico e com um capuz alongado e costurado na gola da túnica.

Muitos freis observantes também se encontravam insatisfeitos e comungavam do mesmo desejo de Mateus de Bascio. Já nos últimos dias de 1525, os freis e irmãos consanguíneos, Ludovico e Rafael de Fossombrone, se apresentaram ao provincial João de Fano, solicitando autorização para viverem com outros frades em um eremitério, com o intuito de observarem a “Regra franciscana em toda sua pureza” (IRIARTE, 1985, p. 243).

Diante da resposta negativa do provincial, os dois irmãos fugiram e buscaram refúgio entre os Conventuais de Cingoli e, posteriormente, em 24 de março de 1526 pediram asilo no eremitério dos Camaldulenses³⁷, onde permaneceram por alguns meses e, como não foram aceitos formalmente pela ordem, uniram-se a Mateus de Bascio para buscar aprovação pontifícia³⁸. A aprovação pontifícia veio acompanhada de uma importante ressalva: os quatro freis teriam permissão para se retirar e viverem a regra apenas com o consentimento do provincial local. Entretanto o provincial João de Fano, mais do que não aprovar, se embrenhou em uma ferrenha perseguição aos “desertores”.

Por essa razão, mediados por Ludovico e mais uma vez apoiados pela duquesa Catarina Cibo, os Freis foram incorporados aos Conventuais, cujo Ministro Geral permitiu que vivessem a Regra. Ao que consta, foi também de fundamental importância a intervenção da duquesa junto ao seu tio, o Papa Clemente VII, para a expedição da bula *Religionis zelus* (ANEXO H) em 03 de julho de 1528, que fundava juridicamente a Ordem Capuchinha.

Primeiramente, os frades foram chamados de *fratres Minores da vitaeremitica*. A partir de 1531 a denominação Capuchinho passa a ser utilizada pelo povo ao se referirem aos frades que faziam uso de um hábito com capuz

³⁷ “A Congregação Camaldulenses da Ordem de São Bento (latim: Ordo Sancti Benedicti Camaldulensis) (OSB Cam) faz parte da família dos Beneditinos, fundada por São Bento, no século VI. O ramo Camaldulense estabeleceu-se graças aos esforços do monge italiano, São Romualdo, no início do segundo milênio. A sua reforma pretendia renovar e reintegrar a dimensão solitária da vida monástica, essencialmente de uma Ordem contemplativa, portanto, a reforma da disciplina monástica. O convento mais célebre, fundado por Romualdo, foi o de Camaldoli, em Toscana, que deu à Ordem toda o nome de Ordem dos Camaldulenses. Extraordinário era em Romualdo o espírito de penitência, sendo-lhe a vida um constante jejum, uma mortificação ininterrupta. Romualdo morreu em 1027. O túmulo tornou-se-lhe glorioso, pela multidão de milagres, que Deus obrou pela intercessão do Santo. Romualdo foi canonizado por Clemente VIII, em 1569”. (DALL’ALBA, 1999, p. 59).

³⁸ De acordo com D’Alatri, o período vivido pelos freis Ludovico e Rafael entre os camaldulenses influenciou em alguns encaminhamentos dados na Ordem Capuchinha, dentre eles, “[...] a denominação inicial de congregação de vida eremítica, inclusive a ideia de dar vida a uma nova congregação separada dos frades menores” (D’ALATRI, 1998, p. 15).

diferente, tais como *fratres a scapucino* e finalmente, a *frati cappuccini*³⁹(D'ALATRI, 1998).

Uma vez expedida a bula, frades Observantes e alguns noviços se uniram aos Capuchinhos, o que acarretou na ampliação dos eremitérios e ainda, na necessidade de organizar de modo planejado a recém-criada Ordem Religiosa. Inicialmente, Frei Mateus de Bascio foi considerado o pai da Reforma Capuchinha, entretanto o chefe de direito, em razão da bula papal, foi Frei Ludovico, que em abril de 1529 convocou o primeiro capítulo, conhecido como o Capítulo de Albacina que impulsionou a estruturação jurídica da OFMcap.

2.3.1 A estruturação jurídica da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos

A compreensão da estruturação da OFMcap requer que consideremos o aspecto reformador do IV Concílio de Latrão (1215), cuja maior preocupação era em relação aos movimentos religiosos de aspecto apostólico, que se organizavam a partir da necessidade do povo e muitos dos quais foram considerados heréticos pela Igreja. Nesse sentido, era necessário incorporá-los à legalidade do direito canônico por meio de uma Regra institucional apropriada e aprovada pela Sé Apostólica (BONI, 2002).

O objetivo do Concílio não era apenas conter os hereges, por meio do controle dos movimentos, mas também garantir coerência com a disciplina da própria Igreja. As Ordens já existentes nesse período compreendiam a Basiliiana, Agostiniana, Beneditina e Franciscana. De acordo com Jacques de Vitry (1972), o Concílio Lateranense buscou, também, a conformidade das Ordens já existentes

³⁹ Uma característica peculiar da Ofm é a atribuição dos nomes de uma família religiosa estar particularmente relacionada aos seus costumes e hábitos de se vestirem, tais como os Zoccolanti, que usavam tamancos; os descalços; os calçados, entre outros. Os nomes eram muitas vezes atribuídos pelas pessoas. No caso dos Capuchinhos, “[...] quando os reformados apareceram, pela primeira vez, nas ruas de Camerino como novo hábito e barba longa, os jovens os jovens os tomaram como ermitãos errantes e os seguiram gritando: scapuccini! Scapuccini! Romiti! Romiti! O povo começou a chama-lo por esse apelido devido ao longo capuz adotado; em seguida, também os escritores e, desde 1534, os documentos pontifícios” (IRIARTE, 1985, p. 245).

e daquelas que surgiriam futuramente em relação às instituições de base eremítica, monástica, canonical e apostólica⁴⁰.

Alguns meses após a bula *Religionis zelus* ter sido exarada, precisamente no mês de abril de 1529, Frei Ludovico convocou o primeiro capítulo da nova família franciscana, realizado no eremitério de Albacina, a fim de escolher seus superiores e redigir as Constituições⁴¹.

A constituição intitulada *Constituzioni dei frati detti della vita eremitica*, ou Constituições de Albacina, como ficou conhecida, tem mais que um caráter reformador, expressa uma busca de autenticidade e fidelidade aos ideais de São Francisco, regrados pela pobreza, austeridade, oração, solidão e pelo silêncio, vinculados ao trabalho pastoral, que passou a ser entendido como um dever e um direito do Frei Capuchinho.

Outro objetivo do Capítulo de Albacina foi a eleição daqueles que estariam à frente da Ordem. Não houve pleito para Ministro Geral, uma vez que os frades estavam submetidos a uma regra de obediência ao ministro dos conventuais. Frei Mateus de Bascio, mesmo a contragosto, foi eleito vigário-geral, cargo por ele renunciado dez dias após o Capítulo a fim de retornar à vida de “pregador ambulante”. De acordo com Iriarte (1985), já desde o início Mateus de Bascio deixou claro que sua intenção não era a criação de uma Ordem independente.

O governo da Ordem ficou sob a responsabilidade de Frei Ludovico, que se empenhou na expansão da Ordem capuchinha, ao passo que, no Capítulo

⁴⁰ Em relação às terminologias Ordem e Religião, expressas nos documentos do Concílio de 1215, fazem-se necessários alguns apontamentos. De acordo com Andrea Boni, Jacques de Vitry “[...] utiliza o conceito de ordem (parte) para indicar o conceito de religião (todo) e toma o conceito de religião para indicar o conceito de ordem. Em outras palavras, é verdade que no conceito de ‘religião apostólica’ está incluído o conceito de ‘Ordem dos Frades Menores’, como no conceito de ‘religião monástica’ está também o conceito de ‘Ordem de São Bento’; mas os dois conceitos não ‘identificáveis’: os dois termos não são sinônimos” (BONI, 2002, p. 280). Em contrapartida, o franciscanólogo Kajetan Esser (1972) afirma que naquele período os conceitos de Ordem e Religião eram sinônimos.

⁴¹ As Constituições consistem em um documento organizado pelos participantes do Capítulo Geral, que tem como base a Regra franciscana. Para os Capuchinhos, a observância da Regra é necessária bem como a necessidade de adaptar-se às diversas exigências do período e contexto histórico no qual se vive, eis o papel das Constituições, atualizar-se na sociedade a partir das orientações deixadas por São Francisco de Assis. Ao longo da história da OFMcap foram promulgadas quatro Constituições. As primeiras Constituições tiveram sua promulgação no ano de 1529 na celebração do primeiro Capítulo Geral, convocado pelo Frei Ludovico de Fossombrone. Após os embates havidos no que compreende a resistência de Ludovico em relação à convocação de um novo Capítulo Geral, as novas Constituições foram discutidas no Capítulo Geral, realizado em 1535, e promulgadas no ano seguinte (DESBNONETS, 1987).

realizado entre os anos de 1535 e 1536, a OFMcap contava com 700 religiosos e 12 províncias.

Um dos aspectos a contribuir para a expansão da OFMcap foi a saída tanto de frades quanto de noviços da Observância, para se unirem aos Capuchinhos. Por sua vez, o êxodo dos Observantes para os Capuchinhos desencadeou, por parte dos superiores observantes, ações para conter a saída dos observantes bem como a reforma capuchinha. Entretanto os breves emitidos não suprimiam a bula *Religionis zelus*, e as exigências realizadas pelo superior dos Observantes em relação aos reformadores Capuchinhos refletiam também sobre os freis reformadores observantes⁴².

Por essa razão, os principais frades observantes deixaram a Observância para ingressar na OFMcap. Dentre eles destacam-se Bernardino de Asti, que se tornou um dos mais importantes vigários-gerais da reforma capuchinha; o doutor em direito canônico, Frei Francisco de Jesi; Frei Bernardino Ochino, respeitado pregador italiano; e Frei João de Fano, que de ministro provincial observante e “perseguidor” dos Freis Mateus, Ludovico e Rafael Fossombrone passou a defensor da causa capuchinha (IRIARTE, 1985).

A partir daí produziu-se um embate entre Frei Ludovico e os superiores Observantes, o qual, com a intervenção do Papa Clemente VII por meio do breve *Cum sicut accepimus*, impediu os Capuchinhos de receberem frades da observância e de abrirem novas casas sem a autorização da Santa Sé. É inegável a capacidade de persuasão utilizada por Ludovico diante dos embates havidos com os superiores observantes, uma vez que convenceu o Papa a não obrigar o retorno dos frades Capuchinhos, oriundos dos Observantes, para a OFMcap.

Se, por um lado, a atuação do Frei Ludovico à frente da Reforma Capuchinha como vigário-geral contribuiu para expansão e consolidação, da OFMcap por outro, suas atitudes concentravam todas as decisões da Ordem, contrariando, inclusive, as determinações da Regra franciscana que orientava a realização dos capítulos a cada triênio. Dessa forma, pouco a pouco os freis descontentes com a ação monopolizadora de Ludovico passaram a buscar auxílio junto ao superior geral dos Conventuais e à marquesa de Pescara, Vitória

⁴² Breve Papal ou apostólico é o nome dado à carta pontifícia, menos formal que a bula, assinada em nome do Papa por um secretário e estampada com o selo papal (MCBRIEN, 1997).

Colonna⁴³. Esta, por sua vez, não conseguindo convencê-lo da necessidade da celebração de um novo capítulo, manteve-o encarcerado em seu castelo de *Rocca di Papa* até conseguir dele a convocação, enquanto isso ela própria conseguiu junto ao Papa o Decreto convocatório (FERREIRA, 1948).

Em 1535, no convento de santa Eufêmia em Roma, os capitulares se reuniram e elegeram como vigário-geral o Frei Bernardino de Asti, decisão não aceita por Ludovico, que conseguiu, junto ao Papa Paulo III (1468-1549, papa desde 1534), a reconvocação do capítulo.

No mês de setembro de 1536, os capitulares se reuniram novamente em Santa Eufêmia, onde, presididos pelo cardeal Domingos de Cupis, confirmaram a eleição dos superiores já escolhidos anteriormente e também promulgaram as novas constituições da OFMcap, que “[...] direcionaram as ações da Ordem por mais de quatro séculos” (D’ALATRI, 1998, p. 22).

Interessante ressaltar que tanto Frei Mateus de Bascio quanto frei Ludovico Fossombrone não permaneceram na OFMcap. Ambos foram expulsos simultaneamente no ano de 1536, por motivações distintas. Podemos, assim, dizer que Mateus de Bascio não tinha a pretensão de viver sob a rigidez da Ordem, suas motivações eram pautadas na liberdade vivida pela família franciscana primitiva e, mais que a renovação de uma ordem, buscava “[...] o livre curso de sua personalidade espiritual” (ABATE, 1960, p. 33). Talvez, por essa razão, não se adaptou às exigências da Observância e nem mesmo da Ordem capuchinha.

Frei Fossombrone, ao contrário de Mateus de Bascio, tinha características de um líder organizador, sistemático e obediente aos mandos da Santa Sé. Nos dizeres de Iriarte, Frei Ludovico era “[...] genial para a insurreição e a luta, mas não tinha condições de ser o educador de uma instituição em marcha; mais que uma reforma franciscana parecia pretender inaugurar um novo gênero de vida eremítica” (IRIARTE, 1985, p. 248).

⁴³ Marquesa de Pescara, Vitória Colonna (1490-1547) tornou-se a mais vigorosa defensora dos freis Capuchinhos, dama de relevante personalidade na Itália Renascentista. Ela substituiu a primeira grande protetora, Catarina Cibo, que, após a morte de seu tio, Papa Clemente VII, perdera sua influência. “Mais do que nunca os Capuchinhos precisavam de ‘padrinhos protetores’, tendo em vista que seus perseguidores os acusavam de luteranismo por pregarem a liberdade de espírito, de submeter-se aos bispos locais abrindo mão do privilégio da isenção, de rebeldia frente à Santa Sé, por não acatarem os breves pontifícios publicados contra eles” (IRIARTE, 1985, p. 250).

Frei Bernardino de Asti esteve como vigário geral por dois mandatos consecutivos, abrangendo o período compreendido entre 1535 e 1538. Foi nesse período que se deu a efetivação da Reforma Capuchinha.

O percurso trilhado pela OFMcap foi marcado por dificuldades externas, principalmente pelos conventuais, e dificuldades internas, motivadas pelo desafio de viver com fidelidade o modelo deixado por São Francisco. No que compreendem as dificuldades externas em relação aos observantes, podemos notar que, paulatinamente, o movimento de reforma da observância perdeu força e a Ordem passou a ser compreendida pelos Capuchinhos, como um ramo distinto da família franciscana.

A terceira etapa do Concílio de Trento (1545-1563) foi um importante marco para a OFMcap. Foi a primeira vez em que o vigário geral participou entre os demais vigários das ordens mendicantes. Nas sessões públicas, alguns padres conciliares enfatizaram a importância dos frades Capuchinhos para a Igreja, bem como a necessidade de que os mesmos deixassem de ser conduzidos pelos superiores da observância. Nos dizeres de Riolando Azzi (1962), o concílio, cuja duração foi de 18 anos, teve o papel de irradiar a força regeneradora da Igreja em relação aos dogmas e, também, ao campo das ciências sagradas e das devoções.

2.3.2 Autonomia e expansão da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos

A tão almejada autonomia capuchinha foi concedida pelo Papa Paulo V (1552-1621, papa desde 1605), em 23 de janeiro de 1619, e concretizou-se com o breve *Alias felicitis recordationis* (D'ALATRI, 1998; MERLO, 2005). Inicialmente, por determinações reais e pontifícias⁴⁴, a atuação dos frades Capuchinhos esteve restrita aos limites da Península Itálica. Após a revogação dos atos pontifícios anteriores, realizada pelo Papa Gregório XIII (1502-1585, Papa desde 1572), por

⁴⁴ "O imperador Carlos V, em 4 de dezembro 1535, escrevia ao Papa para que não permitisse de modo algum à Reforma capuchinha pôr os pés na Espanha. Como se tratasse de um grave negócio de Estado! Mas expressões desse gênero se repetiram diretamente também sobre a Cúria romana, tanto assim que a proibição seria reafirmada por Paulo III em 1537 e por Julio III em 1550" (D'ALATRI, 1998, p. 33).

meio do breve derogatório de 06 de maio de 1574, a expansão da OFMcap para além dos Alpes alcançou outros países e se expandiu para a França, Bélgica, Inglaterra, Espanha, Suíça, entre outros.

Por meio da análise dos dados do quadro a seguir, é possível observarmos a expansão da OFMcap durante o primeiro século de sua existência:

Quadro 2 – Dados referentes ao primeiro século da OFMcap.

| ANO | PROVÍNCIAS | CONVENTOS | RELIGIOSOS |
|------|------------|-----------|------------|
| 1529 | | 4 | 30 |
| 1536 | 12 | | 700 |
| 1550 | 15 | | 2.500 |
| 1575 | 18 | | 3.300 |
| 1578 | 21 | 325 | 3.746 |
| 1599 | 30 | 689 | 3.746 |
| 1602 | 30 | 713 | 8.803 |
| 1605 | 34 | 757 | 9.595 |
| 1608 | 35 | 808 | 10.708 |
| 1613 | 39 | 918 | 12.461 |
| 1618 | 40 | 1.030 | 14.846 |

Fonte: D'Alatri, 1998, p. 33. Elaborado pela autora.

Esse período é considerado pelos franciscanólogos como a verdadeira “era de ouro” da Ordem Capuchinha, uma vez que muitos dos freis que atuaram nesse período foram, posteriormente, canonizados pela Igreja.

A segunda fase abrange o período de 1619 a 1761 e foi marcado pelo crescimento e estabilização da Ordem, expressos por tímidas mudanças internas. Chama a atenção o aumento no número de religiosos que saltou de 14.846, no ano de 1618, para 34.229, registrados no ano de 1761. Contraditoriamente, o aumento quantitativo dos frades Capuchinhos tornou-se uma preocupação tanto para o poder eclesial quanto para o poder civil. Diante da insegurança de uma sociedade em transição, os conventos se tornaram uma possibilidade de refúgio, o que se constituiu em um grave problema interno, pois, diante do aumento do número de frades, viver na fidelidade ao ideal franciscano primitivo, se tornou novamente um desafio (IRIARTE, 1985).

A superpopulação religiosa contrastava com as novas exigências sociais, marcadas pelo liberalismo, cujo âmbito discursivo era norteado pelas liberdades

individual, comercial, produtiva, religiosa, entre outras. Dessa forma, consideradas representantes da autoridade e supremacia Católica, as Ordens mendicantes passaram a ser alvos das “forças anticatólicas”, tais como o enciclopedismo iluminista, jansenismo, febronianismo, regalismo e maçonaria (IRIARTE, 1985).

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX o franciscanismo tornou-se uma força operante na sociedade europeia. As diferentes forças que compunham a sociedade da época depositavam significativa credibilidade nos frades franciscanos. Todavia essa popularidade estava decaindo nos setores sociais considerados mais cultos, uma vez que os frades assumiram cada vez mais o isolamento nos conventos como principal característica. Assim, mantinham-se enclausurados nos conventos, alheios às mudanças sociais e científicas, fazendo com que uma parte da sociedade os visse como alienados.

A enorme popularização do franciscanismo dos séculos anteriores estava caindo vertiginosamente, não diante do povo simples, mas diante da nova classe culta. A denominação *frade* era então símbolo de valores que já não existiam e de um ideal visto com desdém. Enquanto a sociedade avançava rapidamente para novas aspirações e novas preocupações, mesmo religiosas, o frade permanecia, cada vez, mais isolado em seu convento, atento às suas próprias tradições Domésticas e encerravam-se na cultura eclesiástica, à margem da cultura ‘profana’ científica, apesar dos esforços realizados por algumas inteligências, abertas à realidade ambiente, para harmonizar a formação escolástica como os postulados da ciência experimental (IRIARTE, 1985, p. 432).

Diante desse contexto, a atuação dos Ministros gerais esteve orientada para o retorno aos anseios primitivos da reforma capuchinha por meio da promulgação de novas constituições. Porém a principal interferência sofrida pela OFMcap, no decorrer do século XVIII, se deu pelas ações externas à Ordem com o aval da Santa Sé. Referimo-nos aqui à intervenção dos governos, que tinham uma motivação financeira, aliada ao desejo eclesiástico de conter o excesso de frades. As palavras de comando comum entre Igreja e Estado eram debilitar e nacionalizar as Ordens, a fim de garantir o caráter supranacional da Igreja (POBLADURA, 1963).

As Ordens foram submetidas à análise das “Comissões de reforma”, denominação que não expressava as reais intenções de sua atuação. A Comissão de reforma dispunha de um questionário que favorecia a verificação de

cada convento no que compreendia aspectos estruturais e de ordem financeira. Para as Ordens religiosas, as consequências foram calamitosas.

Após a análise dos dados levantados, por meio da bula *Instauranda e regularis*, o Papa Clemente X (1590-1676, Papa desde 1670) determinou o fechamento dos pequenos conventos e proibiu a abertura de novas casas religiosas sem a autorização explícita da Santa Sé. As determinações dadas por Clemente X foram levadas a efeito pelo seu sucessor, o Papa Alexandre VII (1599-1667, Papa desde 1655). Os pequenos conventos permaneceram fechados por sete anos no período que compreendeu os anos de 1660 a 1667, quando o Papa Clemente IX (1600-1669) autorizou sua reabertura (D'ALATRI, 1998; IRIARTE, 1985; POBLADURA, 1963).

As transformações históricas de determinada sociedade não são naturalmente postas ou predeterminadas mas são construídos de “[...] processos não-lineares nem necessitados, estratificados e complexificados, heterogêneos e descontínuos” (RAGAZZINI, 2009, p. 49). Ao lançarmos esse olhar para o processo histórico dos séculos XVII e XVIII, percebemos que uma “nova sociedade” e um “novo homem” foram forjados e se tornaram o grande desafio de cristianização para a Igreja Católica.

A hierarquia, a disciplina, a ordem garantida pela autoridade, os dogmas que regulam a vida com firmeza: eis o que os homens do século XVII amavam. Sujeições, autoridade, dogmas: eis o que detestavam os homens do século XVIII, seus sucessores imediatos. Os primeiros são cristãos e os outros anticristãos. Os primeiros crêem no direito divino, os outros no direito natural. Os primeiros vivem à vontade numa sociedade que se divide em classes desiguais. Os segundos só sonham com a igualdade. A maioria dos franceses pensavam como Bossuet. De repente, os franceses pensam como Voltaire (AZZI, 1962, p. 234).

Pela supressão das Ordens religiosas pela Assembleia Nacional formada na França após a Revolução de 1789, alguns Capuchinhos deixaram o hábito e outros se dispersaram para diferentes territórios. O processo de restauração das Ordens se deu de modo gradativo e, apesar da diminuição de religiosos, trouxe para a família franciscana um novo contexto de atuação.

O século XVIII marcou o ápice da OFMcap no que compreende crescimento. No ano de 1771 havia 34.030 freis, distribuídos em 1.130 conventos espalhados pela Península Itálica, Espanha, Polônia e Irlanda (CARLI, 1980). O

século XIX, seguindo a corrente liberal anticlerical, foi um século marcado pelas supressões, perseguição e reestruturação das Ordens Religiosas tradicionais e também da estruturação de novas Ordens, motivadas por diferentes carismas.

A OFMcap primou pela manutenção do caráter missionário, iniciado por Francisco de Assis, ultrapassou o universo cultural da Itália do século XIII e se estabeleceu no continente americano, conforme trataremos na seção a seguir.

3 A PRESENÇA DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS NA AMÉRICA DO SUL

A atuação e a influência da Igreja Católica no processo educacional, seja ele institucionalizado ou não, têm se constituído em importantes campos de investigação para a historiografia da educação brasileira. A análise de uma Ordem Religiosa requer a consideração de variáveis que, aparentemente estão desvinculadas desse processo, porém constituem-se em condicionantes para a elucidação dos objetivos aqui propostos. Esta seção tem como objetivo analisar a presença e atuação da OFMcap na América do Sul, de modo específico no território brasileiro, no âmbito da educação informal e da formal.

A presença e atuação da OFMcap na América do Sul tiveram início a partir de um amplo projeto da Igreja Católica, pautado no objetivo europeu de conquistar o “Novo Mundo”. Esse foi o principal motivo que levou príncipes e bispos a recrutarem os frades Capuchinhos para atuarem nos diferentes continentes sob a égide da *Propaganda Fide*⁴⁵.

A inserção dos Capuchinhos na *Propaganda Fide* se deu a partir de situações cotidianas como de o grande número de vocacionados Capuchinhos existentes e a falta de campo de trabalho bem como as relações diretas entre as missões nos reinos de Portugal e Espanha, com a Lei do Padroado⁴⁶, cuja

⁴⁵ A *Propaganda Fide* teve início com a Bula *Inscrutabili Divinae*, de 22 de junho de 1622, promulgada pelo Papa Gregório XV (1554-1623), seguida por outros documentos pontifícios fundamentais: *Romanum decet* (com a mesma data), *Cum inter multiplices* (14 de dezembro 1.622), *Cum nuper* (13 de junho de 1.623) e, finalmente, *Immortalis Dei* (agosto de 1627). A função da Congregação era propagar a fé católica no mundo inteiro, com a específica competência de coordenar todas as forças missionárias, de estabelecer diretrizes para as missões, de promover a formação do clero e das hierarquias locais, de encorajar a fundação de novos Institutos Missionários e de prover ajuda material para as atividades missionárias. A nova Congregação torna-se, desse modo, o instrumento ordinário e exclusivo do Santo Padre e da Santa Sé, para o exercício de jurisdição sobre todas as missões e cooperação missionária. Em 1988, durante o Papado de João Paulo II (1920-2005, Papa desde 1978), passou-se a nomeá-la como Congregação para a evangelização dos povos (AGENZIA FIDES, 2015).

⁴⁶ Padroado é a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um Domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal Domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). No período colonial, as atribuições e jurisdições do Padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente estabelecidas no Reino

intermediação se dava por meio da *Propaganda Fide*. As missões capuchinhas ultrapassaram as fronteiras da Europa e durante um século os frades seguiram em missão para diferentes nações: América portuguesa em 1612; América espanhola em 1632; Congo no ano de 1635; Etiópia em 1637; e finalmente no ano de 1640 chegaram à Índia do Norte e ao Tibete.

No que compreende a atuação dos frades na América do Sul, Crocoli (1980) afirma que até o final do século XIX os Capuchinhos que atuaram no Brasil, Bolívia, Chile, Argentina, Peru, eram frades espanhóis, italianos ou franceses, concatenados com o projeto romanizador.

A Ordem veio para a América do Sul como parte de uma Igreja que, por sua vez, era elemento constitutivo da civilização europeia a conquistar o Novo Mundo. Essa conquista foi feita por um sistema de colonização que transplantou pessoas e modelos de cultura. As Ordens religiosas vieram em função da expansão universal da cristandade, e responderam bem à sua missão, sem se preocupar, primeiramente, em oferecer uma opção de vida evangélica. Nos primeiros tempos os religiosos vinham quase exclusivamente por iniciativas direta ou indiretamente, governamentais, pois o governo colonial organizava, distribuía, amparava e regulamentava as atividades da Igreja (CROCOLI, 1980, p. 12)

Ainda sobre a estruturação da OFMcap na América do Sul, o mesmo autor enfatiza que as Ordens religiosas vieram em razão da expansão universal da cristandade e, de modo geral, responderam prontamente a essa demanda. Entretanto, com a progressiva independência e as novas relações entre a Igreja e o Estado, os frades Capuchinhos passaram a ser convidados pelos bispos e, após autorização do Ministro Provincial, enviados em missão para a América (CROCOLI, 1980).

Com um trabalho restrito às ações de caráter clerical e desvinculado do carisma franciscano nas paróquias e junto aos indígenas, “[...] os Capuchinhos

português: a *Mesa de Consciência e Ordens* e o *Conselho Ultramarino*. A primeira, criada pelo rei Dom João III em 1532, julgava, por mandato Papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às “causas de consciência” (práticas religiosas especialmente). A segunda tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambas delegada real, geralmente doutores em teologia nomeados pela Santa Sé. A união indissociável entre Igreja Católica e Estado português e espanhol marcou a ação colonizatória destes dois reinos em disputa pela hegemonia no comércio mundial no início dos Tempos Modernos e também as ações pastorais de atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo. O fim do regime de Padroado no Brasil se deu com a Proclamação da República em 1889. (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006, p. 1).

não tomaram conhecimento do novo tipo de homem que emergia do caldeamento de raças que aqui se procedeu” (CROCOLI, 1980, p. 13).

A análise de determinado contexto histórico não se restringe a uma justaposição de acontecimentos. Nesse ponto Ragazzini (2009) afirma que se faz necessária a consciência da temporalidade desses acontecimentos, o que nos permitirá, aqui no caso, considerar a totalidade do processo social no qual a OFMcap estava inserida e, ainda, quais as relações das mudanças ocorridas no contexto educacional brasileiro e dos acontecimentos que a determinaram.

3.1 BRASIL COLONIAL: EDUCAÇÃO, IGREJA E OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS

O legado educacional católico na história do Brasil, pelas mais diversas congregações religiosas, é vasto e pode ser utilizado como referencial para a análise de determinado contexto social. Nas últimas décadas os estudos desenvolvidos por pesquisadores que se ocupam da História da Educação no Brasil Colonial têm contribuído de modo significativo para o debate acadêmico acerca de um período histórico no qual se deu a gênese da educação escolar brasileira e se estabeleceram as bases dos conflitos e contradições da educação dos dias atuais⁴⁷.

Por todo o Império Português e em suas Colônias a Igreja Católica se fez representar hegemonicamente pelos padres da Companhia de Jesus. Na Colônia do Brasil, onde permaneceram por aproximadamente dois séculos, estruturaram uma organização educacional específica, moderna para o seu tempo, e se tornaram “[...] agentes indispensáveis e eficazes instrumentos organizadores e reguladores do Império Português e da sua colônia na América, especificamente” (CASIMIRO; SILVEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 54).

Todavia, além dos jesuítas, outras ordens religiosas aportaram em terras brasileiras: os Beneditinos, os Carmelitas, os franciscanos da Ordem dos Frades

⁴⁷ Destacamos aqui a contribuição dos pesquisadores vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR – Faculdade de Educação-UNICAMP e do Grupo de Pesquisa sobre Política, Religião e Educação nos Tempos Modernos, coordenado pelo prof. Dr. César Alencar Arnaut de Toledo, vinculado ao CNPq desde 2000.

Menores (OFM). Durante evento comemorativo dos 350 anos de fundação do Convento de Santo Antônio do Recife, realizado em 26 de outubro de 1956, Gilberto Freyre assim se referiu à presença franciscana no Brasil: “Desde Frei Henrique de Coimbra que há sempre um franciscano ou a fazer ou a escrever a história do Brasil: às vezes escrevê-la com o próprio sangue” (FREYRE, 1959, p. 32).

A compreensão das vinculações entre o pensamento católico, a atuação dos frades Capuchinhos e a estruturação da sociedade brasileira no período colonial carecem da clareza de que Estado e Igreja caminharam juntos com o objetivo de dilatar, respectivamente, o Império Português e a fé católica. Mario Alighiero Manacorda, ao discorrer sobre o papel hegemônico das relações pedagógicas, afirmou: “Nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social” (MANACORDA, 2008, p. 14). Dessa perspectiva,

[...] a educação religiosa no Brasil Colonial – a catequese, as normas religiosas impostas e obrigatórias, a doutrinação, os castigos, as representações imagéticas, os rituais, os cultos e, principalmente, a pregação – foi, talvez, a forma mais eficiente de ‘educação para a vida’ daquele tempo, pois educava, simultaneamente, os senhores e os escravos, os possuidores e os despossuídos, os poderosos e os subjugados. Educaram para o êxito da empresa colonial, para a manutenção do *status quo* de um pequeno grupo e para a instauração de formas de mentalidades peculiares, que ultrapassaram as barreiras daquele período e que perduram até hoje, como traços da sociedade brasileira (CASIMIRO; SILVEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 37).

Nesse contexto, o modelo de cristandade e o Regime do Padroado foram os pilares nos quais se pautou a institucionalização da Igreja Católica. A ação colaborativa entre o “altar e a Coroa” serviu, inicialmente, ao interesse de ambos. Se por um lado a coroa portuguesa possuía o aval da Santa Sé para atuar na criação de cargos, recolher o dízimo, acompanhar as ações dos religiosos, entre outros, a Igreja difundia a fé católica aos povos das terras conquistadas. O rei, imbuído de autoridade conferida pelo papa, assumia a função de grão-mestre da Ordem de Cristo, comandava as ações do clero em solo brasileiro.

[...] no Brasil colonial, a atuação da Igreja teve, como premissa básica, essa ‘pedagogia’ que doutrina, justificava a doutrina, fiscalizava e punia. Isso aconteceu, na maioria das vezes, por intermédio das ordens religiosas aqui instaladas, como as ordens dos carmelitas, mercedários,

franciscanos, e, prioritariamente, os jesuítas, principais propagadores da fé e da Igreja Católica em todo o Reino Português (CASIMIRO, 2005, p. 5).

Embora sob a égide do Padroado Português a vinda dos freis Capuchinhos no Brasil, não se deu primeiramente dentro dos domínios portugueses, mas, por meio dos invasores franceses. Em setembro de 1612 os Capuchinhos pisaram pela primeira vez o solo brasileiro, precisamente quatro religiosos franceses desembarcaram na ilha *Maragnon* (Maranhão), acompanhados pela expedição francesa de Daniel de La Touche (1570-1631)⁴⁸, porém isso durou pouco tempo, uma vez que foram expulsos com os franceses em 1614. Mas qual era o objetivo do governo francês?

De acordo com Daher (2007), o objetivo do governo francês era o de instaurar uma *França Equinocial* no Maranhão. A inserção dos Capuchinhos na expedição se deu pela intervenção da própria rainha regente, Maria de Médici (1575-1642), que solicitou ao provincial do Convento de Paris que disponibilizasse alguns religiosos para auxiliar na formação cristã no território.

O prestígio dos frades, diante do número de conversões que praticavam e que combatia o protestantismo, bem como da expressiva popularidade diante do povo, foi o principal fator que influenciou na escolha dos religiosos. O crescimento da OFMcap na França se deu em razão da inserção de frades da Observância para a Ordem Capuchinha.

No início do século XVII, os missionários franceses da Província de Paris fizeram do Maranhão (região Norte no Brasil) o território da primeira missão capuchinha junto aos indígenas brasileiros, onde também inauguraram o primeiro convento Capuchinho no Brasil. Porém não progrediram, em razão das incursões portuguesas, sendo expulsos no ano de 1615 (PRIMÉRIO, 1942; D'ABBEVILLE, 1975; ARNAUT DE TOLEDO; BARBOZA, 2015).

No ano de 1642, sob o governo de Maurício de Nassau (1637-1644), novos missionários Capuchinhos franceses da província de Bretanha aportaram em Pernambuco, após serem capturados pelos holandeses na costa ocidental

⁴⁸ Daniel de la Touche, também conhecido como Senhor de La Ravardière, foi general da marinha francesa e liderou a expedição francesa que pretendia colonizar o Norte do Brasil. Denominada de França Equinocial, cujo marco de atuação foi a fundação do Forte São Luís (PIANZOLA, 1992).

africana, quando viajavam em missão à Guiné. Os frades atuaram na atividade missionária junto aos colonos, na catequização dos índios e participaram também da guerra de Restauração de Pernambuco.

Após a Restauração de Pernambuco e a expulsão dos holandeses, em janeiro de 1654, os Capuchinhos alcançaram a licença régia e avançaram para outras regiões: em 1665 se fixaram em Recife, onde construíram um *Hospice*, casas religiosas, onde moravam os irmãos de determinada congregação. No Rio de Janeiro obra com o mesmo fim foi construída em 1668; em 1671, por meio do Frei Teodoro de Lucé, iniciaram, na Paraíba, a atividade missionária com os indígenas.

Muitos maus tratos tiveram de sofrer da parte dos protestantes holandeses, apesar do favor que lhes dispensou João IV de Portugal cujo mandato se achava o Brasil. Nas lutas que os colonizadores portugueses e os nativos sustentaram contra os holandeses, cabe em grande parte aos Capuchinhos. Foi um leigo Capuchinho quem dirigiu as tropas lusitanas no cerco de Pernambuco, último baluarte dos invasores holandeses. Eles foram considerados como os paladinos da fé católica; e, poderíamos acrescentar os colaboradores na formação do entendimento pátrio. O labor foi ingente, mas fecundo e de fagueiros resultados; eles evangelizaram e civilizaram numerosas tribos; fundaram povoados que logo se converteram em prósperas e florescentes cidades. Se lograram levantar *mui alto* o nível de instrução religiosa, menos consolador não foi o resultado no terreno material e social (PRIMÉRIO, 1942, p. 155).

Mesmo com apoio expreso à Coroa Portuguesa, os Capuchinhos franceses eram vistos com desconfiança. As autoridades lusitanas temiam o envio de reforços aos levantados de Pernambuco, por meio dos frades franceses. Os frades passaram a ser vigiados por suspeita de traição, o que gerou algumas dificuldades diplomáticas entre Portugal e França. Assim, os Capuchinhos foram novamente expulsos do Brasil pelo Rei de Portugal em 1698. Revela-se interessante destacar que a preocupação da Coroa Portuguesa com os frades Capuchinhos está diretamente relacionada à sua nacionalidade francesa.

Como vimos, o Padroado atribuía ao representante do Estado (Rei) a autoridade legal para gerir assuntos pertinentes à Igreja e que a atuação da OFMcap, na América do Sul, estava vinculada à *Propaganda Fide*, o que estabeleceu uma relação direta da Ordem com a Santa Sé.

Essa especificidade permitiu que os frades Capuchinhos se posicionassem de modo distinto de outras Ordens diante do contexto vivido na Colônia. Fragoso (1992) aponta em seus estudos o posicionamento contrário dos Capuchinhos em relação à escravidão praticada na colônia brasileira:

Vinham eles de outro horizonte e de outra realidade (França e depois Itália), e por isso seu mundo mental fora plasmado em categorias outras, que não as do sistema colonialista: razão por que se chocavam eles profundamente com a crueldade e desumanidade que revestiam na prática a escravidão negra. Além do que estavam eles só indiretamente vinculados ao Padroado Régio, pois vinham para o Brasil sob os cuidados da *Sagrada Congregação da Propaganda Fide*. Isto envolvia para eles um canal todo especial de comunicação com a Santa Sé, através do qual eles continuamente dirigiam seus protestos contra os absurdos da escravidão negra (FRAGOSO, 1992, p. 185).

Quando o autor fala sobre canal todo especial de comunicação com a Santa Sé, enfatiza, no nosso entendimento, uma ação educacional distinta do projeto educacional dos Jesuítas, no que compreende o empenho dos Capuchinhos de atender às demandas da Igreja local, no trabalho junto aos indígenas nos aldeamentos. Além disso buscaram também estruturar a OFMcap na Colônia:

Desde 1644, aportaram na Colônia frades italianos. Muitos deles encontravam-se em viagem de ida ou de volta ao Congo. Por convite de autoridades locais e com a anuência de Roma, preocupada com a *Propaganda Fide*, em abrir uma cunha no círculo fechado do Padroado, alguns deles se estabeleceram na Colônia. Dependendo diretamente de Roma, dividiram-se em três prefeituras: Recife, Bahia e Rio de Janeiro (COSTA; BONI, 1996, p. 14).

No intento de analisar a atuação de uma Ordem Religiosa e seu alcance na educação informal e formal, é importante ter em consideração que sua atuação está vinculada às estruturas eclesiais. No caso brasileiro, a estruturação de dioceses e paróquias se deu de modo reduzido e gradativo.

De 1551 a 1676 o Brasil teve apenas uma diocese, a de Salvador na Bahia. Nos anos de 1676 e 1677 foram criadas mais três: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, esta última diretamente dependente de Lisboa. No Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1575, foi criada a prelazia de São Sebastião, que, desmembrada do Bispado da Bahia, abrangia um território que se estendia da Capitania de Porto Seguro até o rio da Prata. O primeiro prelado do Rio de Janeiro foi o

Padre Doutor Bartolomeu Simões Pereira (1578-1603). Na primeira metade do século XVII foram criadas mais três dioceses: Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745) e este número de sete dioceses manteve-se até a independência (1822) (MOURA, 2000, p. 37).

Com efeito, fica evidenciado o aspecto negativo do Padroado para o desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil. A transformação da religião em mero serviço público e, sob influência do Concílio de Trento, com uma estrutura fortemente hierarquizada, resultou na “[...] separação entre clérigos e leigos e em uma religião como coisa particular do clero, situação ainda mais agravada pelo emprego do latim” (TORRES, 1968, p. 32). O Padroado infundiu na Igreja do período Colonial um perfil meramente prático, sem a consciência da Igreja enquanto comunidade de cristãos.

Nesse particular, ressaltamos a análise realizada pelo Padre Julio Maria (1850-1916)⁴⁹:

Foi grande, repito, o período colonial. É certo que desde as origens da nossa organização eclesiástica, o Padroado tinha ficado de algum modo instituído. É certo isso; mas o Padroado, mais tarde transformado em um instrumento de opressão e aviltamento para a Igreja, não tinha tido ainda as celebérrimas interpretações que no nosso período monárquico-independente lhe deram nossos políticos e estadistas, cada qual, salvas as devidas exceções, mais solícito e cuidadoso, nas assembleias, nos parlamentos, nos ministérios ou nos conselhos de Estado de firmar a supremacia do Estado sobre a Igreja, do rei sobre o Papa; de nulificar a ação religiosa no país, neutralizando, quanto possível, a influência do catolicismo nas leis, nos códigos, na educação e no ensino literário das gerações brasileiras (MARIA, 1950, p. 131).

O Padroado profissionalizou o clero, tornando os padres verdadeiros funcionários da Coroa, totalmente apegados à sacristia e distantes do povo. Essa constatação ratifica a proposição de que as bases materiais, regidas pela máxima da mais-valia, não se dão à margem de nenhuma dimensão social, principalmente, a educacional e a religiosa.

⁴⁹ Ao nascer, recebeu de seus pais o nome de Julio César, porém, no ano de 1892, adotou o nome Julio Maria. Após dois casamentos dos quais ficara viúvo, Julio Maria se converteu do agnosticismo para o catolicismo, ingressou no Seminário e foi ordenado padre em 29 de novembro de 1891. Realizou severas críticas ao clero de sacristia distante da realidade do povo. Escreveu inúmeras obras de combate e divulgação doutrinal. Sua tentativa era catolicizar o Brasil pela palavra evangélica. “Com ele passamos da Igreja aristocrática para a Igreja democrática. Rigorosamente, foi um precursor da Ação Católica” (VILLAÇA, 2006, p. 125).

Imbuído dos ideais iluministas, o Marquês de Pombal atribuiu a estagnação e o fechamento dos portugueses em relação ao desenvolvimento da ciência ao pensamento católico, justificativa plausível para implementar em Portugal e na Colônia a Reforma Pombalina pela lei de 6 de novembro de 1772.

Por essa razão terminou a OFMcap com as demais Ordens religiosas, expulsas da colônia portuguesa. Quando de suas expulsões, os Capuchinhos atuavam nas seguintes regiões: São Luís do Maranhão desde (1612); Pernambuco (1641); Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia entre os anos de 1670 e 1698; Rio de Janeiro (1720), todos afetados pela reforma pombalina e pelos conflitos diplomáticos entre a Santa Sé e a Coroa Portuguesa. “A simpatia das autoridades locais fez com que alguns freis Capuchinhos permanecessem no Brasil” (COSTA; BONI, 1996, p. 14).

Na subseção a seguir discutiremos como se deu relação entre Igreja e Estado e o papel desempenhado pela OFMcap na educação desse período.

3.2 BRASIL IMPÉRIO E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DA OFMCAp

A independência do Brasil, proclamada em 1822, não foi suficiente para extirpar o clima de insatisfação social e política que assolava a nação. As tensões existentes no período colonial continuaram latentes por meio da continuidade do sistema colonial, caracterizado pelo latifúndio, pela monocultura e pelo regime escravista. A emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único na história da América Latina “O Brasil continuou, economicamente dependente, a partir de então, do Imperialismo inglês e, no aspecto cultural, sob forte influência francesa e com o fortalecimento da figura do imperador” (FAUSTO, 1995, p. 89).

A primeira e única Constituição do período imperial, outorgada em 25 de março de 1824, significou, nos dizeres de Boris Fausto, que a Constituição representava um avanço nos seguintes aspectos: organização dos poderes; definição das atribuições; e garantia dos direitos individuais. Todavia, segundo o autor, “[...] aos direitos se sobrepunha a realidade de um país onde a massa

dependia dos grandes proprietários rurais, onde só um pequeno grupo tinha instrução e onde existia uma tradição autoritária” (FAUSTO, 1995, p. 149).

De modo semelhante, Raymundo Faoro afirma:

As vilas se criavam antes da povoação, a organização administrativa precedia ao afluxo das populações. Prática que é modelo da ação do estamento, repetida no Império e na República: a criação da realidade pela lei, pelo regulamento. A economia, a sociedade se amoldarão ao abstrato império das ordens régias – em lugar do ajustamento, em troca de concessões o soberano corrigirá as distorções com a espada, a sentença e a punição (FAORO, 2001, p. 145).

É importante destacar, que, no que compreende as relações entre a Igreja Católica e o Estado, a Constituição de 1824, passou a permitir o culto particular de outras religiões, sem utilização de templos, e manteve o Catolicismo como religião oficial do Império.

Sobre a questão da educação no Título 8º Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, o artigo 179, nº 32, apresentou a seguinte redação: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824, art. 179).

A partir daí teve início o debate acerca da educação popular, a fim de estruturar uma lei específica para a instrução nacional, cuja aprovação se deu em 15 de outubro de 1827 pela Assembleia Legislativa. A referida lei estabelecia que, “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827). E explicita ainda que os ordenados dos professores seriam definidos pelos presidentes da província; o método de ensino mútuo, desenvolvido depois de 1808⁵⁰, se tornou obrigatório; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a

⁵⁰ “Proposto e difundido pelos ingleses Andrew Bell, pastor da Igreja Anglicana e Joseph Lancaster, da seita dos Quakers, o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano, se baseava no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas. Embora esses alunos tivessem papel central na efetivação desse método pedagógico, o foco não era posto na atividade do aluno. Na verdade, os alunos guindados à posição de monitores eram investidos de função docente. O método supunha regras pré-determinadas, rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão único e bem amplo. De uma das extremidades do salão, o mestre, sentado numa cadeira alta, supervisionava toda a escola, em especial os monitores. Avaliando continuamente o aproveitamento e o comportamento dos alunos, esse método erigia a competição em princípio ativo do funcionamento da escola. Os procedimentos didáticos tradicionais permanecem intocados” (SAVIANI, 2006b).

necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; os conteúdos das disciplinas definido; deveriam ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana; priorizar temas sobre a Constituição do Império e História do Brasil no ensino de leitura (NASCIMENTO, 2006a).

A palavra de ordem para o catolicismo era “Restauração”, o retorno à observação das origens, o que significava olhar para Roma, pôr em ação as bases estabelecidas pelo Concílio de Trento, cujas prioridades eram a formação do clero e maior influência do bispo na Igreja. Essas e outras ações se desenvolveram no século XIX e tinham como foco a superação da inércia assumida pela Igreja, ao longo dos séculos anteriores, que acarretaram, nos dizeres de João Fagundes Hauck, na perda de identidade religiosa, configurando um quadro religioso caótico:

É difícil ter consciência clara e definida num contexto de perda de identidade, e esta era a situação da religião no Brasil no início do século XIX. O Padroado esvaziava de tal forma a função episcopal que os bispos não chegavam a constituir um centro de unidade. O papel exercido antes pelos jesuítas, cuja rede de colégio cobria os pontos mais importantes do litoral não foi assumido por ninguém. O episcopado continuava pouco numeroso, não acompanhando o aumento da população, e sua influência não era significativa: a maior parte das funções episcopais era exercida pela instituição leiga do Padroado; bispos e sacerdotes eram nomeados e mantidos pelo rei (HAUCK, 2008, p. 14).

No caso da Igreja Católica, é necessário indicar que o processo de sua estruturação jurídica no Brasil se deu de modo gradativo, conforme o surgimento das demandas sociais e religiosas e, também, de acordo com os interesses da Coroa Portuguesa. Em 25 de fevereiro de 1551 o Papa Julio III (1487-1555, papa desde 1550), por meio da bula *Super Specula Militantis*, erigiu a Diocese de São Salvador da Bahia. O primeiro bispado do Brasil teve seu território desmembrado do Arcebispado de Funchal, na Ilha da Madeira. No ano de 1676 a diocese da São Salvador foi elevada ao *status* de Arquidiocese e passou a ter como sufragâneas as dioceses do Rio de Janeiro, Olinda, São Tomé e Angola, sendo as duas últimas localizadas no continente africano.

A primeira jurisdição da Diocese de São Paulo, criada em 06 de dezembro de 1745, compreendia os territórios da Colônia do Sacramento, do Rio Grande do

Sul e de Santa Catarina. Tendo em vista a extensão territorial e a impossibilidade de acompanhamento religioso sistemático, ocorreu a criação das Vigararias da Vara e das Vigararias Gerais Forenses, a fim de efetivarem o atendimento nos planos espiritual e jurisdicional (COSTA, 1967, p. 625).

No início do século XIX, a Igreja Católica foi marcada pelo abandono pastoral e estrutural, cuja situação não era nada alentadora:

O clero provinha de uma formação deficiente, e num país continental se distribuía em apenas sete dioceses (Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São Luís, Belém, Mariana e São Paulo) e duas prelazias (Cuiabá e Goiás). Nenhuma universidade existia, e os religiosos, depois da experiência pombalina, a muito haviam perdido a antiga vitalidade. Quanto ao povo, na sua imensa maioria composto de analfabetos, o conhecimento doutrinário estava longe de rudimentar; enquanto que entre numerosos membros da classe política e dirigente ideias maçônicas, galicanistas e certos resquícios jansenistas grassavam livremente (VIEIRA, 2007, p. 11).

Situação não menos complexa vivia também o clero regular, uma vez que, desde o ano de 1760, estava sob a tutela da Coroa Portuguesa e desprovido das orientações superiores gerais de Roma. Sob o pretexto de “combater o estado de relaxamento” de algumas famílias religiosas, o Império emitiu, no ano de 1824, instruções que proibiam a sujeição das Ordens religiosas aos superiores de Portugal e, também, a entrada e o estabelecimento de freis de qualquer Ordem religiosa, inclusive a dos Frades Menores Capuchinhos, de se estabelecerem em solo brasileiro (VIEIRA, 2007).

A Igreja brasileira se encontrava sem autonomia e sem condições de implementação do modelo Tridentino. O quadro de precariedade, caracterizado por “[...] dioceses acéfalas, escassez de agentes religiosos, falta de uma condução centralizada, pouca comunicação com Roma e uma marcante dependência dos vaivéns das situações políticas”, transitou durante boa parte do século XIX (ESQUIVEL, 2013, p. 109).

Tais desdobramentos ratificavam os pontos de tensão entre Estado e Igreja, uma vez que a expropriação do clero regular implicava em maior autoridade e apropriação de todos os bens materiais dos religiosos. Roberto Romano elucida com maestria tal problemática:

Não é resultado do acaso a enorme redução do clero regular no Brasil, durante o Império. As medidas contra os mosteiros encaminham-se no sentido de eliminar os membros independentes do clero: quase todos os pontos de tensão entre Igreja e Estado passam, no período, pelos religiosos. Suas terras eram cobiçadas, eles eram o grande sustentáculo da nova política ultramontana e estavam dispostos a entrar na disciplina geral novamente articulada. Por sua vez o clero secular era pobre, economicamente dependente do governo e nessa medida estava sujeito mais diretamente ao arbítrio do funcionalismo laico. Não obstante, era mal visto e tido como exemplo vivo de desobediência, desrespeito por seu estado, ignorância, liberalismo. O que abria campo a intervenções, muitas vezes antagônicas, tanto do Império quanto de Roma: ambos brandiam contra ele o espantinho da desordem, visando enquadrá-lo na burocracia secular, seja na sagrada (ROMANO, 1979, p. 93).

Ainda de acordo com Romano, o interesse da Monarquia em anular as Ordens religiosas e, ao mesmo tempo, mantê-las em funcionamento, a seu serviço, como garantia de manutenção da ordem, se constituía em uma ação contraditória, pois,

Para que houvesse influência efetiva da Igreja, era necessário que sua pregação e sua propaganda tivessem continuidade liquidando-se aquelas Ordens, aniquilavam-se exatamente os elementos disponíveis para esse trabalho, comprometendo-se a esperada colaboração. Desse modo, a tendência era conseguir uma Igreja devotada aos fins da burocracia Imperial, mas esta, ao expandir-se e estender o controle sobre ela, arrebatando para si sua substância material, solapou também sua capacidade de realização própria, defrontando-se com a destruição do objeto ambicionado. Como valer-se da influência da Igreja, retirando-lhe os meios adequados para exercê-la? (ROMANO, 1979, p. 94).

É importante que, sobretudo, destaquemos a atuação dos religiosos e padres regulares junto aos indígenas nos aldeamentos, na administração dos sacramentos, na catequese dos “iletrados”, nas Capelarias e nas Missões. Essa proximidade do religioso, que também representa o Estado, com o povo tornava-se um importante instrumento de contenção de conflitos e manutenção da ordem no Império. Em específico, os frades Capuchinhos atuaram nas seguintes frentes:

Durante o Império, frades italianos foram muitas vezes solicitados, a fim de atuarem junto aos índios, de pregarem missões populares e de servirem como capelães no exército. Coube-lhes a direção da capelania militar na Guerra do Paraguai. Organizaram diversos aldeamentos de índios na Amazônia e no Nordeste, tornaram-se a principal presença da Igreja em diversas localidades do Centro-Oeste do país, e celebrizaram-se como missionários populares. Entremontes, seus confrades de Sabóia (França), foram convidados a dirigir o Seminário Maior da Diocese de

São Paulo, lá permanecendo entre 1854 e 1878 (COSTA; BONI, 1996, p. 14).

No quartel derradeiro do século XIX, a Igreja se posicionou muito mais com o caráter romano do que o nacional. Influenciada pela contestação ao liberalismo, propagado na França e na Itália, a Igreja Católica do Brasil tornou-se militante na defesa dos ideais conservadores. As reações contra os ideais liberais por parte da Igreja de Roma culminaram no *Syllabus* e na convocação do Concílio Vaticano I (1869-1870) pelo Papa Pio IX (1792-1878, Papa desde 1846)⁵¹.

A intenção da Coroa em obter um clero “neutro” era incompatível com a estrutura eclesiástica. Não obstante, o substrato do regalismo régio também encontrava defensores na Igreja, atrelado a outras contingências religiosas, sociais e políticas tais como o processo de romanização da Igreja, a problemática do trabalho escravo e as novas demandas liberais, que culminaram em uma profunda transformação da Igreja e na desagregação do Estado confessional com a Proclamação da República em 1889. O questionamento realizado por Roberto Romano encontra respostas nos embates havidos entre a Igreja e o Estado durante o segundo Reinado (1840-1889), na disputa pela formação do pensamento hegemônico entre a Igreja Católica e a maçonaria.

⁵¹ Em 8 de dezembro de 1864, foi promulgada pelo Papa Pio IX a encíclica *Quanta Cura*, que aprovava o *Syllabus*, um compêndio composto de oitenta proposições condenadas, que, em conjunto eram as ideias admitidas nos meios liberais e progressistas. De acordo com Giacomina Martina “as 80 proposições, estavam divididas em 10 capítulos, podemos resumir em 4 pontos fundamentais. O primeiro grupo de erros (props. 1-18) diz respeito ao panteísmo, ao naturalismo, ao racionalismo absoluto e mitigado, ao indiferentismo, à asseverada incompatibilidade entre razão e fé. O segundo grupo reúne os erros sobre a ética natural e sobrenatural, especialmente em relação ao matrimônio (props. 56-74) A terceira série (props. 19-55) diz respeito aos erros sobre a natureza da Igreja e do estado e sobre a relação entre os dois poderes. Destacam-se, por sua importância, duas afirmações, que de modo implícito, mas logicamente necessário, ressaltam três verdades opostas aos erros condenados; a plena independência que compete a Igreja por sua própria natureza, a subordinação do Estado à lei moral e a existência de direitos naturais anteriores ao Estado e dele independentes (props. 19 e 39). As demais teses condenadas podem ser consideradas consequência lógica dos princípios expostos nestas duas proposições. Rejeitam-se assim as doutrinas galicanas e jurisdicionista sobre a subordinação da Igreja ao Estado; enumeram-se de modo bastante analítico os abusos cometidos pelos governos; e rejeita-se o princípio fundamental do liberalismo, da separação entre Igreja e Estado (prop. 55). Mais grave, ao menos pelas reações suscitadas na opinião pública, é a última classe, de apenas quatro proposições (77-80). A religião católica deve ser também nos nossos dias considerada religião do Estado, com exclusão dos outros cultos; condenam-se a liberdade de pensamento e de imprensa. Em síntese, rejeitam-se algumas das teses fundamentais da sociedade moderna, os ‘princípios imortais’ de 1789” (MARTINA, 1996, p. 103).

O conflito conhecido como “A questão religiosa” e cujos principais articuladores foram o bispo de Olinda, o Capuchinho Dom Vital Maria (1844-1878) e o bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891), foi o principal embate realizado pela Igreja Católica na disputa pelo domínio da formação do pensamento hegemônico, visto durante o século XIX. Com formação italiana, baseada nos princípios ultramontanos, Dom Vital e Dom Macedo consideravam inadmissível um “[...] esquema de poder em que a Igreja estivesse subordinada aos interesses do poder secular” (ESQUIVEL, 2013, p. 111). Outrossim, recusavam uma participação política em grupos que comungavam os princípios liberais, com os quais se identificavam os maçons. “A questão religiosa” expressava o embate entre regalistas, maçons e jacobinos e os bispos representantes da tendência ultramontana, cujos embates favoreceram o limiar da separação entre a Igreja e o Estado no Brasil.

No tocante à OFMcap, durante o Império, assim como na Colônia, observamos que ela se fez representar por dois grupos advindos de diferentes países e com papéis distintos. Referimo-nos aos frades Capuchinhos, vindos da Itália (1840) e da França (1854), que se ocuparam, respectivamente, do trabalho junto aos indígenas e na irradiação do catolicismo ultramontano por meio da atuação no Seminário Episcopal de São Paulo (ZAGONEL, 2001).

A promulgação do Decreto Imperial nº 285, de 21 de junho de 1843, autorizou a permanência dos missionários Capuchinhos italianos no Brasil e permitiu, também, a estruturação de ações regionalizadas, distribuídas em províncias onde eram implantadas as igrejas e, futuramente, a própria Ordem Capuchinha. O papel precípua dos frades italianos era o de atender à política indigenista do Império que objetivava a “integração” dos indígenas à “civilização”:

Uma visão política escondia-se atrás de toda essa legislação indigenista. Ela inspirava-se no ideal de ‘civilização’ e na mística da ‘europeização’. Para não falar nos interesses das classes Dominantes, que na prática era o que prevalecia. Daí pode-se dizer que uma política indigenista do Segundo Império, é em grande parte ‘colonialista’ e de ‘Dominação’. Os índios eram vistos como alguém que devia ser ‘inserido no plano’ de civilização. Da possibilidade ou não de sua inserção dependia em grande parte o seu tratamento. Por outro lado, por outro lado eles deviam perder sua face ‘selvagem’ – ou seja, seus calores específicos- para adquirir uma face ‘civilizada’, conforme os moldes europeus (HAUCK, 2008, p. 169).

Os principais aldeamentos organizados pelos Frades Menores Capuchinhos foram na Bahia, o Aldeamento de São Pedro de Alcântara; no Mato Grosso, a Missão do Baixo Paraguai; e, no Paraná, as Missões de Itambacuri e São Pedro de Alcântara de Jataí.

[...] Aldeamento de São Pedro de Alcântara (Bahia) onde Frei Ludovico de Livorno é comparado ao Pe. José de Anchieta e Pe. Las Casas por Dom Romualdo Seixas. Morre depois de 30 anos de presença junto aos índios (1847). Missão do Baixo Paraguai (Mato Grosso) onde trabalharam Frei Mariano Bagnaia e Antônio Molinetto; este exerceu ofícios pastorais diversos (inclusive construtor de igrejas) e mereceu do Imperador a comenda de 'Pregador Imperial'; Missão de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia e Angelo de Sassoferrato em 1874. A catequese, o estudo e o trabalho social, coordenado pelos missionários, construíram estradas, pontes, casas e aldeias [...] São Pedro de Alcântara de Jataí (Paraná) onde se destaca Frei Timóteo de Castelnuovo que mereceu o título de 'Pai dos índios Coroados' (ZAGONEL, 2001, p. 9).

A atuação dos freis Capuchinhos nos aldeamentos estava atrelada às Santas Missões, cujo estatuto, reformulado em 1887(ZAGONEL, 2001), assentava cada uma das "prefeituras" instaladas no Brasil sob uma jurisdição italiana⁵².

Destacamos, ainda, a atuação dos frades junto à estruturação de alguns Seminários nesse período. O Seminário Episcopal de São Paulo, fundado em 1856 e dirigido pelos frades Capuchinhos franceses, vindos de Savoia, a pedido do então bispo Dom Antônio Joaquim de Melo (1791-1861), cumpriu o papel de atender tanto aos interesses de Dom Pedro II (1825-1891), no discurso de fortalecimento do absolutismo, quanto aos interesses do Vaticano quanto à formação do clero local e a expansão do ultramontismo. No ano de 1879, sob o episcopado de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1826-1894), os frades Capuchinhos deixaram a direção do Seminário, em cumprimento ao testamento deixado por Dom Antônio, o qual previa a transferência da direção do Seminário para o clero ali em formação (WERNET, 1987).

Percebemos aqui um diferencial nos encaminhamentos realizados junto à OFMcap e às demais Ordens religiosas, cujos fatores preponderantes podem

⁵² As prefeituras são divisões específicas da Ordem que se equiparam às divisões em vicariatos, no caso do Brasil, eram três: na Bahia (1712), Pernambuco (1725) e Rio de Janeiro (1737) (COSTA; BONI, 1996, p. 34).

estar relacionados à vinculação da OFMcap à *Propaganda Fide* e também pelo fato de os superiores da Ordem não serem Portugueses, o que facilitaria o controle dos religiosos. Entretanto tais condições não os livravam das ingerências expressas do Padroado:

A Igreja, através da Congregação da Propaganda da Fé, procurava subtrair-se à ingerência estatal excessiva mas sem grande êxito: os Missionários apostólicos ‘feriam brios nacionalistas e galicanos’ do governo; e, os Missionários Capuchinhos por serem estrangeiros, sofriam maiores dificuldades – qualquer suspeita era suficiente para repatriá-los! Por isso eles procuravam dançar com muito equilíbrio entre a obediência ao Papa e a subserviência ao Imperador. Não bastasse isso, sobravam-lhes os atritos com os Bispos, ciosos de sua autoridade diminuída pelas faculdades extraordinárias concedidas pela Congregação da Propagação da Fé aos Missionários apostólicos que, não raro, delas abusavam usando-as em suas atividades pastorais nas vilas, nas cidades, nas paróquias e, principalmente, nas Missões populares, quando deveriam valer-se, apenas, na área da catequese indígena (ZAGONEL, 2001, p. 223).

A atitude cautelosa da OFMcap diante do “Trono e do Altar” foi fundamental para sua permanência em terras brasileiras, o episódio que envolveu o impedimento de obtenção de orientações do Ministro Geral da Ordem aos superiores locais ilustra com clareza esse contexto. Por meio do Decreto Imperial nº 373, de 30 de junho de 1844, o governo Imperial definiu as regras de atuação dos freis, incluindo a autonomia do Império no controle das atividades dos freis e a proibição de se submeterem às orientações do Ministro Geral da Ordem que ficava em Roma. Entretanto tais imposições não foram aceitas pelos frades que, após protestarem junto ao Ministro dos Negócios Exteriores, Pedro Teixeira França, obtiveram a autorização do governo Imperial para se dirigirem aos superiores da OFMcap.

A bem da verdade, o governo recuou por conveniência, pois não queria correr o risco de ficar sem a colaboração dos frades, ciente como estava de que os religiosos eram os únicos a enfrentarem com disponibilidade e eficiência questões delicadas como os aldeamentos indígenas, que depois, obviamente, se transformavam, em cidades, bem integradas à civilização. Os frades ainda se faziam respeitar também, ainda pela sua conduta irrepreensível, e à firmeza com que coibiam eventuais desvios internos (VIEIRA, 2007, p. 161).

Essas diversas vicissitudes expressam a importância da OFMcap no contexto da vida religiosa e social do país durante o império, que em razão de sua estruturação foi minimamente afetada com a queda da monarquia.

Consideramos de salutar importância concluir esta subseção com o panorama sucinto da educação brasileira, apresentado por Maria Isabel Moura Nascimento:

No final do Império, o quadro geral do ensino era de poucas Instituições Escolares, com apenas alguns liceus províncias nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidades insatisfatórias para as necessidades do país. Alguns cursos superiores quem garantiam o projeto de formação (médicos, advogados, de políticos e jornalistas). Identificando o grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira que, quando muito, tinham uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial (NASCIMENTO, 2006b, p. 1).

Foi diante desse contexto educacional, movido sempre pelas relações materiais postas, que se deram a Proclamação da República e um redirecionamento na relação entre Igreja e Estado e, conseqüentemente, da OFMcap no período em análise.

3.3 BRASIL REPÚBLICA: A ORDEM CAPUCHINHA DIANTE DE ANTIGAS E ATUAIS DEMANDAS

Inspirada no modelo norte-americano, a primeira Constituição brasileira republicana de 1891 consolidou o regime presidencialista. O regime republicano caracterizou-se pelo predomínio das forças político elitistas, representadas pelos Estados mais ricos da Federação: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que defendiam a concepção de República federativa que garantiria autonomia às unidades regionais. Conforme Fausto, “[...] a passagem do Império para a República enquanto episódio foi praticamente um passeio” (FAUSTO, 1995, p. 138). Entretanto os anos que sucederam foram marcados por embates entre o grupo que defendia os ideais positivistas, lideranças gaúchas e os políticos mineiros e paulistas que sustentavam a defesa de uma política liberal.

A relação de poder que se trava entre o Estado e a sociedade civil unifica-se a partir do momento no qual ambos unem forças distintas, para defender interesses comuns, sempre voltados ao domínio das relações econômicas.

Os efeitos causados mundialmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como as dificuldades na importação, aumentaram o investimento e o consumo de produtos brasileiros, aquecendo a economia interna. Assim, os novos investidores passaram a exigir o direito ao voto, o que, conseqüentemente, exigia que o povo fosse instruído, tendo em vista o alto índice de analfabetismo no país, pois, conforme dados do censo de 1890, 85,21% da população brasileira era analfabeta (PAIVA, 1990, p. 8). Nesse sentido, a educação escolar é mais uma vez utilizada como instrumento de formação da classe trabalhadora para uma realidade emergencial e mercadológica.

Os fatores que circunscreveram e antecederam a implantação e o desenvolvimento da República brasileira se fundem ao itinerário da Igreja Católica no Brasil. Reabre-se, desse modo, aspecto de não neutralidade da Igreja diante dos embates sociais, que na sociedade brasileira do início do século XX são representados pelo antiliberalismo e antipositivismo.

Apesar das incertezas que o novo regime trazia, o alvorecer da República foi bem recebido pela hierarquia eclesiástica brasileira, uma vez que o Padroado impunha amarras que mantinham a Igreja nas mesmas condições da Colônia.

O certo é que o regime do Padroado ocasionou um sufocante abatimento do catolicismo no Brasil. Uma estrutura obsoleta e esclerosada e um estado de estagnação, no que concerne à produção teológica e às estratégias de ação na sociedade civil, salientavam a deterioração de sua presença na cena pública. Por outro lado, devido à proibição e ingresso no país dos noviços brasileiros ordenados no exterior e à perseguição das ordens religiosas, o próprio recrutamento de agentes especializados e a sobrevivência da estrutura da Igreja entrava numa situação de risco (ESQUIVEL, 2013, p. 110).

Após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, a eminente separação entre Igreja e Estado se deu um ano depois, por meio do decreto nº 119-a, de 07 de janeiro de 1890, sendo ratificado pela primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891.

O clero aprovava, praticamente sem ressalvas, a instauração da república, que era vista como uma libertação das amarras do Padroado. Porém tanto o

Decreto de 1890 quanto a Constituição 1891 envolveram calorosas discussões entre a hierarquia eclesiástica e os líderes políticos do governo provisório. Destacamos o bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891), o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde (1850-1930), o Ministro da Fazenda Rui Barbosa (1849-1929) e Campos Sales (1845-1913), então Ministro da Justiça.

O Decreto nº 119-a, de 07 de janeiro de 1890, estabeleceu as bases para a implementação dos princípios de laicidade e de secularização de poder no Brasil, ao mesmo tempo, mediou e acomodou as “[...] reivindicações anticlericais de jacobinos, maçons, positivistas, e, de outro, as exigências católicas emitidas por uma pequena, mas prestigiada elite eclesiástica de alcance nacional, e mesmo internacional” (AQUINO, 2013, p. 121).

Para responder às demandas explicitadas no Decreto nº 119-a, o episcopado brasileiro se reuniu em São Paulo sob a coordenação de Dom Macedo, para analisar o documento. No encontro, ocorrido em 19 de março de 1890, os bispos redigiram a primeira Carta Pastoral Coletiva do episcopado brasileiro, intitulada “Do Episcopado brasileiro ao Clero e aos fiéis da Igreja do Brasil”⁵³.

O encontro de São Paulo em 1890 marcará para o Episcopado um ponto alto no início de uma visão comum da situação religiosa do país, de uma programação mais ampla dos problemas da Igreja, transcendendo mesmo as questões que o contexto do regime colocava e possibilitando uma unidade de ação pastoral mais esclarecida e mais próxima da realidade (LUSTOSA, 1997, p. 47).

O conjunto da Carta Pastoral expressava o parecer favorável dos bispos em relação à República e apregoava a necessidade de solidificar uma relação de mútua colaboração entre os dois poderes:

⁵³ O projeto reformista da Igreja objetivava informar e doutrinar os seus fiéis de acordo com as orientações emanadas da Santa Sé. Assim, as cartas pastorais se tornaram um importante instrumento que foi massivamente adotado pela hierarquia eclesiástica. O estilo literário adotado pautou-se nas cartas paulinas também chamadas por alguns exegetas, como “Cartas Pastorais”, por meio das quais São Paulo orientava, acompanhava e se aproximava da Igreja primitiva. No Brasil, as Cartas Pastorais foram e são escritas com o mesmo objetivo, isto é, orientar e aproximar o episcopado do povo católico (ARAÚJO, J. C. S. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986).

Cidadãos devem obediência às leis do Estado; fiéis devem obediência às leis da igreja. Ora bem! Exigir que o Estado legisle para os cidadãos, prescindindo do religioso respeito devido à autoridade da Igreja, a que estão sujeitos os mesmos cidadãos; e vice-versa, querer que a Igreja exerça sua jurisdição sobre os fiéis sem olhar sequer para o Estado de que são igualmente súditos os mesmos fiéis, é um sistema este, aos olhos do senso comum e da mais vulgar equidade, injusto em si e impossível na prática. Impossível praticamente porque não se pode conceber que a Igreja e o Estado governem soberanamente, no mesmo lugar, os mesmos súditos sem se porem de acordo, se quiserem evitar a lesão recíproca de seus direitos (CARTA PASTORAL DE 1890 apud BRUNEAU, 1974, p. 67).

Sérgio Buarque de Holanda enfatiza que o posicionamento favorável do episcopado brasileiro em relação à República, explicitado com clareza na referida Carta Pastoral, “[...] surge quase como um aplauso franco ao regime republicano, implantado quatro meses antes, não obstante lhe seja impossível aprovar, em princípio, as ideias de separação entre Igreja e Estado” (HOLANDA, 1995, p. 118).

Simultaneamente, norteados pelos documentos eclesiais do magistério do Papa Pio IX, encíclica *Quanta Cura*, exarada em 1864e, a encíclica *Rerum Novarum*, exarada no ano de 1891, do Papa Leão XIII (1810-1903), os bispos denunciavam por meio de severas críticas “[...] os ataques da impiedade moderna, à liberdade de cultos que igualava o Catolicismo a qualquer seita” (VIEIRA, 2007, p. 357). Todavia o episcopado deixava claro que preferia as incertezas momentâneas da República nascente às ingerências da monarquia.

A publicação da primeira Carta Pastoral do episcopado brasileiro foi recebida com notoriedade pelos mais diversos setores da sociedade brasileira. No jornal *A Gazeta do Norte*, de Fortaleza, publicado em 28 de abril de 1890, a Carta Pastoral ganhou destaque com o texto intitulado “A Pastoral dos Bispos” (ANEXO I):

A PASTORAL DOS BISPOS - Acaba de sahir [sic] à luz da publicidade, extensa Carta Pastoral do episcopado brasileiro a qual já era esperada, segundo o eminente e sábio Bispo do Pará, quando alguém aventurou um reparo sobre o silêncio da Igreja diante dos grandes acontecimentos que mudarão a forma de governo da nossa Pátria. A pastoral é assinada pelo Sr. Arcebispo da Bahia e por todos os outros senhores Bispos do Brasil, inclusive o Vigário Capitular do Rio Grande do Sul, ao todo 12, número expressivo, que lembra os 12 apóstolos, primeiros mensageiros do Evangelho do divino Cristo (A GAZETA DO NORTE, 28 de abril de 1890, p. 2).

O artigo cumpre o papel de apresentar um resumo da Carta Pastoral e da magnitude do documento, direcionado ao povo católico, assim expresso pelo autor: “Não é possível apreciar neste breve e pálido resumo o importantíssimo documento a que nos temos referido. Quisemos unicamente dar uma simples notícia aos nossos leitores” (A GAZETA DO NORTE, 28 de abril de 1890, p. 2).

Merece destaque, também, o documento de Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891), intitulado “Alguns pontos de Reforma da Igreja do Brasil”, escrito em 1890. A partir do relato do conflito entre a Igreja Católica e o Governo Imperial, representado pela maçonaria, o documento apresenta medidas concretas que direcionariam a Reforma Católica no Brasil, sendo considerado “[...] a sùmula do processo de romanização do catolicismo brasileiro” (OLIVEIRA, 1985, p. 52). Dos nove capítulos, que de modo geral ressaltam a urgente e tão necessária padronização das ações eclesiais, destacamos o III capítulo que direciona as ações do clero, dentre as quais enfatizamos a visita dos padres às escolas e o papel de influenciar os professores. O capítulo VII, que compreende as Ordens Religiosas, traz a seguinte redação:

VII – As Ordens Religiosas: dada a impossibilidade de restaurar as ordens religiosas tradicionais por seus próprios meios, faz-se necessário trazer da Europa membros dessas ordens para que tomem em mãos a direção dos conventos. Além disso, convém trazer da Europa outras congregações religiosas, masculinas e femininas, para fundar e dirigir escolas paroquiais (MACEDO COSTA, 1982, p. 69).

Aos 22 dias do mês de junho de 1890, três meses após a publicação da Carta Pastoral, de Dom Macedo, o Governo Provisório, comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), aprovou o Decreto nº 510, contendo o Projeto a ser debatido na Assembleia Nacional Constituinte. O projeto mobilizou a hierarquia eclesiástica, por conter pontos que atingiam diretamente a ação da Igreja.

Entre outras coisas, mantinha as leis de mão-morta; reconhecia somente o casamento civil, o qual precederia sempre ao casamento religioso; estabelecia que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos seria exclusivamente leigo; os cemitérios teriam caráter secular; nenhum culto ou Igreja gozaria de subvenção oficial; seria excluída do país a Companhia de Jesus, proibida a profissão religiosa e a fundação de novos conventos ou ordens monásticas; e além disso, também ficariam

inelegíveis para o Congresso Nacional os clérigos ou religiosos de qualquer confissão (VIEIRA, 2007, p. 348).

A reação dos bispos foi imediata. Em 6 de agosto de 1890, uma comissão formada pelo primaz do Brasil, Dom Antônio Macedo Costa, Dom Jerônimo Tomé da Silva (1849-1924), bispo do Pará, e o coadjutor de Olinda, Dom João Esberard (1843-1897), entregou ao marechal Deodoro um documento intitulado de *Reclamação*, no qual criticavam com veemência todos os dispositivos do projeto. Por conseguinte, a Carta Magna foi aprovada com a alteração de alguns pontos anticlericais referentes, principalmente, aos religiosos, tais como o artigo 72 §3º que concedia aos religiosos a liberdade de adquirir bens, mas deveriam observar os limites das leis de mão-morta. Enquanto que o § 8 do mesmo artigo mantinha a proibição da fundação de novos conventos. Os termos “observando os limites postos pela mão-morta” foram substituídos por “observadas as disposições do direito comum”. O § 8 que proibia a fundação de novos conventos e ordens monásticas foi retirado, por sua vez, foi acrescentado ao mesmo artigo o § 24, que garantia a liberdade no exercício de qualquer “profissão moral, intelectual e individual” (VIEIRA, 2007, p. 351).

O projeto republicano previa a formação de um Estado Moderno, dentro dos padrões burgueses. Padrões que suprimiam da instituição católica a competência sobre diversos aspectos explicitados, adotando o princípio de “Igreja livre em Estado livre” (VIEIRA, 2007, p. 369).

Não causa surpresa o desfecho das discussões que culminaram na Constituição de 1891, uma vez que os principais interlocutores da primeira Constituição Republicana brasileira foram intelectuais e fazendeiros influenciados pelos ideais liberais, pelo modelo norte-americano, propagado por Rui Barbosa (1849-1923), pela influência do positivismo e da maçonaria. Houve entre os interlocutores consenso sobre o papel ideológico, desempenhado pela Igreja Católica, por isso reforçaram, dentre outros aspectos, a ratificação do ensino laico, ministrado nos estabelecimentos públicos, buscando afastar a atuação da Igreja do contexto escolar público.

A Constituição de 1891 imprimiu no Brasil as bases da laicidade no ensino público. Uma vez livre das amarras do Padroado, a Igreja se deparou com uma nova realidade política e social, a qual se apresentava como “terreno fértil” para a

propagação do catolicismo ultramontano. Nesse sentido, “[...] tanto para o Estado quanto para a Igreja o que estava em jogo era a conquista da consciência dos sujeitos” (ROMANO, 1979, p. 41).

Durante as três décadas iniciais da República, marcadas pela separação entre Estado e Igreja Católica, as prerrogativas expressas pelo Decreto de abril de 1890 foram seguidas criteriosamente pelos republicanos. A prevalência do pensamento liberal e positivista por parte dos líderes políticos ignorou a ação e a presença da Igreja Católica que, em contrapartida, primou pela organização interna, a fim de consolidar a reforma católica, iniciada no século XIX. Entre os anos de 1920 a 1930, teve início uma nova etapa na história da Igreja Católica no Brasil: a Restauração Católica⁵⁴, cujo projeto pastoral trazia a ideia de ressacralização da sociedade brasileira.

Segundo os prelados, com a organização do Estado leigo, a partir da decretação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão estavam eles realizando um esforço a fim de reconquistar uma posição de privilégio para a crença católica, sob a alegação, de que se tratava de um direito assegurado pela própria tradição cultural do país. De fato, a ideia ampla de sacralidade se afunila em termos concretos, num plano para recatolizar o país (AZZI; GRIJP, 2008, p. 11).

Nesse mesmo texto, Azzi e Grijp elencam outro aspecto fundamental para compreensão crítica desse período histórico:

Para realizar o seu projeto os bispos contam com a direta colaboração e orientação da Cúria Romana. Mais ainda: é a partir de um estímulo vindo da própria Santa Sé que a Igreja do Brasil se lança nessa campanha. Assim sendo, ela envolve como um dos seus elementos essenciais a romanidade (AZZI; GRIJP, 2008, p. 11).

Podemos inferir que o “plano pastoral eclesiástico” da Igreja Católica no Brasil trazia em seu bojo os princípios romanizadores, a fim de efetivar o processo de Catolicização no Estado laico. Para tanto, as ideias que dominaram os líderes do catolicismo consistiam em dois pontos: maior presença da Igreja e colaboração

⁵⁴ O Projeto da Restauração Católica foi implantado no início do século XIX, caracterizado pelo retorno à observação da ortodoxia doutrinária, litúrgica e disciplinar do Concílio de Trento (1545-1563), como resposta aos movimentos de laicização e secularização da modernidade. De acordo com Lúcio Kreutz (1991), o associativismo, a imprensa, a escola e o professor paroquial eram os instrumentos básicos de implementação do Projeto da Restauração Católica.

efetiva com o governo. Inicialmente, a principal necessidade da Igreja Católica seria superar o desafio de aproximá-la dos fiéis, das questões sociais, atuando efetivamente por meio de lideranças entre o povo brasileiro. Em segundo lugar, buscar um trabalho de colaboração efetiva com o governo brasileiro (AZZI, 1974).

O decênio marcou a aproximação entre Estado e Igreja Católica, uma vez que ambas as instituições uniram forças para a manutenção da ordem no país e na contenção dos movimentos revoltosos em ascensão nesse período, e teve em Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), bispo coadjutor do Rio de Janeiro, o grande expoente da Restauração Católica (ANEXO J).

Que os católicos mornos de hoje após lerem está atualíssima carta se convertam assim como Jackson de Figueiredo e tantos outros que, acordados pelas palavras inspiradas de Dom Leme, despertaram para a constante e urgente necessidade na Igreja de leigos comprometidos e com ardor dos santos! Amigo da Cruz (LEME, 1916, p. 1).

O excerto diz respeito à introdução da Carta Pastoral, escrita e publicada por Dom Leme ao tomar posse da arquidiocese de Olinda. Direcionada, inicialmente, aos fiéis da arquidiocese, a Carta Pastoral se tornou, a partir dos anos de 1920, um “[...] verdadeiro programa de ação pastoral para todo o país” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 11). Com formação em Roma, o então arcebispo de Olinda convocava os fiéis católicos a serem protagonistas na sociedade:

Sim, ao católico não pode ser indiferente que a sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair a Jesus; seria trair a pátria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de católicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrofante com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciência dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tentá-lo – é obra de fé e ato de patriotismo (LEME, 1916, p. 1).

Ressaltamos que havia plena consonância entre o conteúdo da Carta Pastoral e as aspirações eclesiais e políticas daquele contexto. A militância dos leigos católicos foi a mola propulsora do fortalecimento da sociedade burguesa e representou a presença da Igreja Católica no mundo secular.

A atuação de Dom Sebastião Leme foi além do processo de diocesanização (fenômeno que almejava ampliar o número de dioceses no Brasil), superou o catolicismo inoperante, influenciando nas relações

socioeconômicas e culturais. Antonio Carlos Villaça destaca a importância da Carta Pastoral, escrita por Dom Leme, no que compreende a relação estabelecida entre a Igreja Católica e seu papel sociocultural:

A importância que dá nesta Carta Pastoral aos intelectuais, à sua função, à sua responsabilidade, mostra quanto era Dom Leme sensível ao pensamento, à cultura, à inteligência. É uma pastoral toda voltada a um tempo para a inteligência e para a ação. Pede a união e a ação eficaz dos católicos. ‘Em vez de coro plangente, formemos uma legião que combata: quem sabe falar, que fale, quem sabe escrever, que escreva’ (VILLAÇA, 2006, p. 16).

A atuação de intelectuais católicos era considerada, por Dom Leme, um importante instrumento da representatividade católica na sociedade. A partir dessa perspectiva, dois fatos representam a vanguarda da atuação dos intelectuais católicos na República: as publicações na *Revista Ordem* e a criação do Centro Dom Vital⁵⁵.

Nesse particular é importante ressaltarmos a observação feita por Antonio Carlos Villaça, ao analisar o papel dos intelectuais católicos em 1975:

Em 1921, com Hamilton e José Vicente de Souza, funda Jackson a revista A Ordem, à qual logo se segue a fundação do Centro, no mesmo ano da fundação do P.C.B. Era o ciclo revolucionário que começava. Semana de Arte Moderna (de 3 dias, 13, 15 e 17 de fevereiro), tenentismo, partido comunista, reação católica ou contra revolução espiritual. Era o Centenário da Independência política (VILLAÇA, 2006, p. 170).

Jackson de Figueiredo (1891-1928) e seu sucessor, Alceu Amoroso Lima (1893-1983)⁵⁶, sob a orientação de Dom Sebastião Leme, estiveram à frente do

⁵⁵ Convertido ao catolicismo por intermédio de Dom Leme, o advogado Jackson Figueiredo foi um dos intelectuais católicos que atuou na preparação de uma elite que “lutasse pela cristianização brasileira” na luta contra os ideais socialistas e liberais que proliferaram após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os nomes são bastante significativos. A palavra ‘ordem’ evoca o lema da república ‘Ordem e Progresso’, estampado na bandeira brasileira, de sabor positivista. Em face dos movimentos revolucionários que começam a se manifestar, os católicos, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, levantam a bandeira da Ordem. A religião deve constituir um elemento de ordem na nação, em face dos movimentos considerados anárquicos.

O nome ‘Dom Vital’ lembra o caráter combativo do bispo de Pernambuco na defesa dos direitos da Igreja contra as pretensões do regalismo Imperial e contra o poder da maçonaria. “A Restauração Católica será implantada mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo” (AZZI, 1974, p. 150).

⁵⁶ O intelectual Católico Alceu Amoroso Lima (1893-1983), também conhecido por Tristão de Ataíde, foi um dos principais interlocutores do movimento de Restauração Católica, por meio

Centro Dom Vital que, com a revista *A Ordem*, se constituiu no principal órgão de propagação do pensamento católico, da preparação de intelectuais e, ainda, na articulação para a inserção dos intelectuais católicos nos mais diversos setores políticos da sociedade.

A “Restauração Católica”, iniciada nas últimas décadas do século XIX, encontrou, em Dom Sebastião Leme e nas demandas de uma República em formação, terreno fértil para uma atuação católica sob o binômio Estado e Catolicismo.

Ao analisar os distanciamentos e aproximações entre a Igreja Católica e o Estado, em diferentes períodos da nossa história, Roberto Romano (1979) assinala que a dependência da Igreja no Brasil em relação ao regime monárquico acarretou no desaparecimento físico dos seus instrumentos decisivos de mobilização popular, como as ordens religiosas, e a impossibilidade de qualquer mudança doutrinária que afetasse questões basilares de suas relações com o Império.

No período Colonial, para a Coroa Portuguesa, os bispos deveriam estar sujeitos aos fins do Estado, e não buscarem um projeto de autonomia eclesiástica. Assim, o ultramontismo provocou uma reação coletiva contra a Igreja, na qual políticos laicos, conservadores procuraram reduzir o catolicismo à atuação meramente “espiritual”. Diante da imposição referente à delimitação do trabalho eclesial, a resposta do catolicismo veio por meio da atuação de intelectuais católicos que auxiliaram na campanha da Igreja contra o poder secular: “[...] a Igreja dinamiza suas mais antigas tradições para colocar-se na ordem do dia” (ROMANO, 1979, p. 63).

No contexto da Restauração Católica a educação laica foi severamente atacada pela hierarquia católica. Para a Igreja Católica, os princípios do ensino laico, defendidos por liberais e maçons e expressos na Constituição de 1891, eram entendidos como a mais pura expressão de “[...] uma guerra declarada contra a religião” (AZZI, 2008, p. 13). A Carta Pastoral, redigida por Dom Sebastião Leme em 1916, ressalta a importância atribuída à educação formal pela Igreja Católica:

dos embates realizados nos diversos setores da sociedade, principalmente, àqueles travados no setor educacional ao disputar espaço com os intelectuais liberais reformadores da educação (SKALINSKI JUNIOR, 2015).

Que se entende por ensino leigo? Quer dizer ensino neutro. Ensino neutro quer dizer não confessional, ensino que não professa religião alguma. Ora, se é sem religião alguma é anti-religioso. Em nossa Pátria mais que qualquer outra nação, o ensino leigo está em flagrante contradição com os sentimentos do povo (LEME, 1916).

A escola se constituiu historicamente como *lócus* privilegiado de formação cultural e ideológica. Logo, apesar de não ser o único, constituiu-se, por excelência, no principal “palco” das disputas entre Estado e Igreja no Brasil do século XX. De acordo com o professor Carlos Roberto Jamil Cury (1988), a Igreja Católica era, para o Estado, uma importante aliada na coesão do pacto e na luta anticomunista. Em contrapartida, para a Igreja, um Estado absoluto não lhe interessava, por essa razão, a relação entre Igreja Católica e Estado, principalmente no que diz respeito ao campo educacional, deu-se mediante aproximações e distanciamentos, explicitados nas Constituições de 1934 e 1946 e de forma calorosa na tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024, aprovada em 1961, por meio da qual a Igreja Católica buscava combater o monopólio educacional estatal.

Nesse cenário sociopolítico as Ordens religiosas consolidaram o movimento iniciado no século XIX e se inscreveram como importantes instituições de atuação no contexto educacional confessional, âmbito no qual se fez representar a OFMcap, cuja importância foi ressaltada pelo Internúncio Francesco Spolverini⁵⁷.

Os Capuchinhos estão desaparecendo, mas, são estimados pelo povo e seu hábito obtém melhores resultados que a polícia e as tropas imperiais para acalmar revoltas populares. (INTERNÚNCIO SPOLVERINI, 1889, apud ZAGONEL, 2001, p. 229).

Em sua análise o Frei e historiador, Carlos Zagonel (2001), aponta que a presença da OFMcap nas diversas regiões brasileiras foi marcada por duas fases distintas, sendo a primeira, nos períodos colonial e imperial, caracterizada por uma atuação “ambulante”, vinculada às missões populares. A segunda fase se

⁵⁷ Monsenhor Francesco Spolverini, exerceu a função de Internúncio no Brasil durante a implantação da República e auxiliou nas discussões e elaboração de documentos sobre a laicização do Estado que compuseram a Pastoral Coletiva de 1890. A atuação do “Internúncio Spolverini e de seus sucessores conduziram a reorganização da IC no Brasil facilitando contatos e mediando a formação de novas dioceses com a nomeação dos respectivos bispos” (VIEIRA, 2007, p. 259).

deu após a Proclamação da República, marcada pela implantação da ordem enquanto província e consolidou-se com a estruturação da Conferência dos Capuchinhos do Brasil (CCB) em 20 de julho de 1965.

Figura 6 – Conferência dos Capuchinhos do Brasil



Fonte: Atlas Geograficus Capuccinus (1993).

O Brasil foi mantido como território da missão capuchinha até o ano de 1937. Nesse ano o número de Freis Capuchinhos no país somava 291, dos quais grande parte era missionários europeus, quadro esse que passou a ser modificado por meio do processo de Romanização (CARLI, 1980).

Quadro 3 – Presença da OFMcap no Brasil (1900-1971).

| CAPUCHINHOS PRESENTES NO BRASIL (1900-1971) | |
|--|------------------------|
| Ano | Número de Freis |
| 1900 | 124 |
| 1905 | 160 |
| 1910 | 202 |
| 1915 | 182 |
| 1920 | 209 |
| 1925 | 221 |
| 1930 | 210 |
| 1935 | 268 |
| 1940 | 449 |
| 1945 | 531 |
| 1950 | 771 |
| 1955 | 910 |
| 1960 | 1.072 |
| 1965 | 1.270 |
| 1971 | 1.008 |

Fonte: Carli (1980, p. 65). Elaborado pela autora.

Seguindo as prerrogativas do modelo eclesial tridentino, a Igreja Católica no Brasil expandiu o número de dioceses e se dedicou também à formação de um clero nacional por meio da estruturação dos seminários nas dioceses em ascensão.

O controle do Estado é parte elementar da hegemonia burguesa, e esta se vale de diferentes instituições sociais para essa apropriação. Nesse compasso a educação formal foi eleita, também, pela Igreja Católica como instrumento de expansão da fé, notadamente marcada por uma política de instrução, caracterizada pela edificação de “uma Igreja, uma escola”.

No esforço de compreendermos a complexidade desse processo na educação paranaense por meio da OFMcap, contextualizaremos, na seção a seguir, a estruturação da Igreja Católica no Estado.

4 IGREJA CATÓLICA: ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ECLESIASTICA NO ESTADO DO PARANÁ

As relações entre o Estado, Igreja Católica e Educação revelam um percurso na história do Brasil com implicações aparentes no arcabouço cultural, político e social do estado do Paraná. No início da República (1889) havia, no Brasil, apenas uma província eclesiástica e 11 dioceses sufragâneas. O número reduzido de jurisdições diocesanas era incompatível com a dimensão territorial e populacional do país e se constituía no principal desafio para a expansão do catolicismo. A partir dessa compreensão, a seção a seguir tem como objetivo discutir a estruturação da Igreja Católica no Paraná no processo de Restauração Católica, o qual elegeu a educação como espaço de missão evangelizadora no combate ao pensamento laico.

Diante do contexto, reunidos em conferência durante o mês de agosto de 1890, na cidade São Paulo, e presididos por Dom Antônio de Macedo Costa, os prelados discutiram a necessidade de aumentar o número de jurisdições eclesiásticas. A partir da conferência, formou-se uma comissão que, após análise contextual, emitiu parecer favorável ao encaminhamento de solicitação à Cúria Romana, discorrendo sobre a necessidade de ampliação da atuação católica no Brasil por meio do aumento do número de dioceses. Coube, então, a Dom Macedo a tarefa de redigir uma *Memória* e apresentá-la para apreciação em Roma.

Após a obtenção do consenso cardinalício, o Papa Leão XIII (1810-1903, Papa desde 1878) exarou, em 1892, a bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, que constituiu as províncias eclesiásticas Norte e Sul, respectivamente com sedes em Salvador e Rio de Janeiro, com a criação de outras duas dioceses em cada província, dentre elas, a Diocese de Curitiba, que envolvia o Estado de Santa Catarina, sendo sufragânea da sede metropolitana do Rio de Janeiro (AZZI, 2008; ESQUIVEL, 2013; VIEIRA, 2007).

A partir de então, houve aumento do clero, que também se apresentava mais comprometido e preparado. Nessas circunstâncias, o modelo ultramontano da Igreja Católica passou a ser difundido no Estado do Paraná. O processo de

*diocesanação*⁵⁸ no Estado se deu em duas fases distintas, cuja temporalidade assim apresentamos: a primeira, inaugurada em 27 de abril de 1892, com a criação da diocese de Curitiba, e a segunda fase a partir do ano de 1926, na qual foi criada a Província Eclesiástica de Curitiba, conforme explicitado no próximo quadro.

Quadro 4 – Estruturação da Província Eclesiástica de Curitiba – Início do século XX.

| DIOCESE DE CURITIBA – ANO DE CRIAÇÃO:1892 | | | | |
|---|------------------------|---|------------------------------|-------------------------------------|
| DIOCESE | DATA DE CRIAÇÃO | ABRANGÊNCIA | BULA | PAPA |
| Diocese de Curitiba | 27 de abril de 1892 | Estado do Paraná e Santa Catarina ⁵⁹ | Ad Universas Orbis Ecclesias | Leão XIII (1810- 1903) |
| PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE CURITIBA – ANO DE CRIAÇÃO:1926 | | | | |
| DIOCESE SUFRAGÂNEA | DATA DE CRIAÇÃO | ABRANGÊNCIA | BULA | PAPA |
| Arquidiocese de Curitiba | 10 de maio de 1926 | Curitiba, Abranches, Água Branca, Antonina, Araucária, Assungui de Cima, Bocaiúva, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Lapa, Morretes, Murici, Orleans, Palmeira, Paranaguá, Piraquara, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus, Tamandaré, Tomas Coelho, Umbará e Votuverava | Quum in Dies numerus | Pio XI (1857-1939, Papa desde 1922) |
| Diocese de Ponta Grossa | 10 de maio de 1926 | Carambeí, Castro, Imituva, Ipiranga, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva, Tibagi, Ivaí, Piraí do Sul, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Ventania, Irati, Guamiranga, Imbaú. | Quum in Dies numerus | Pio XI (1857-1939, Papa desde 1922) |
| Diocese de Jacarezinho | 10 de maio de 1926 | Jacarezinho Barbosa (Sant-Ana do Itararé), Tomazina, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Ribeirão Claro e São José da Boa Vista | Quum in Dies numerus | Pio XI (1857-1939, Papa desde 1922) |

Fonte: Arquidiocese de Curitiba (1992).
Quadro elaborado pelo autor.

⁵⁸ Sobre o processo de diocesanação no Brasil, indicamos a leitura da tese intitulada MODERNIDADE REPUBLICANA E *DIOCESANIZAÇÃO* DO CATOLICISMO NO BRASIL: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923), de autoria do professor Maurício de Aquino (AQUINO, 2012).

⁵⁹ No ano de 1908, com a criação da diocese de Florianópolis, o Estado de Santa Catarina foi desmembrado da diocese de Curitiba.

Até o ano de 1970 a **Província Eclesiástica de Curitiba** era a única do Estado. Atualmente a Igreja Católica do Paraná pertence à Região Episcopal Sul 2 e está assim estruturada: **Província Eclesiástica de Curitiba (1926)**: Arquidiocese de Curitiba, Diocese de Ponta Grossa, Diocese de Paranaguá, Diocese de São José dos Pinhais, Diocese de União da Vitória e Diocese de Guarapuava; **Província Eclesiástica de Londrina (1970)**: Arquidiocese de Londrina: Diocese de Jacarezinho, Diocese de Cornélio Procópio, Diocese de Apucarana; **Província Eclesiástica de Maringá (1979)**: Arquidiocese Maringá: Diocese de Campo Mourão, Diocese de Umuarama, Diocese de Paranavaí; **Província Eclesiástica de Cascavel (1979)**: arquidiocese de Cascavel, Diocese de Foz do Iguaçu, Diocese de Toledo, Diocese de Palmas e Diocese de Francisco Beltrão.

4.1 ARQUIDIOCESE DE CURITIBA: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Durante o ano de 1775, foram criadas na província paranaense duas Varas, a de Curitiba e a de Paranaguá⁶⁰. Quase um século depois, em 2 de abril de 1869, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1826-1894), bispo de São Paulo, criou a Vigararia Forense do Paraná, com sede em Curitiba e cujo responsável era o vigário geral forense que exercia as mais diversas funções, assim elencadas por Odah Costa:

[...] Dispensar os impedimentos e proclamas; dar justificação de batismo e estado livre; preparar processo para casos de anulação de matrimônios; dar absolvição dos pecados e às censuras anexas; possibilitar a reconciliação das igrejas interditas; liberar sepulturas, em

⁶⁰ Desmembrada da Província de São Paulo, por meio da Lei 704, sancionada pelo imperador Dom Pedro II, em 29 de agosto de 1853, a instalação da Província do Paraná se deu em 19 de dezembro de 1853 e contava com aproximadamente 62.258 habitantes. “O Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos manteve Curitiba como Capital da Província do Paraná e a dividiu em três comarcas: Curitiba, Paranaguá e Castro. Nesse momento, o Paraná tinha em seu território duas cidades – Curitiba e Paranaguá – sete vilas – Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava – seis freguesias – Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro – e cinco capelas curadas – Guaraqueçaba, Iguaçu, Tindiquera (atual Araucária), Votuverava (Rio Branco) e Palmas. A vida econômica era baseada na pecuária, muares, agricultura de subsistência, comércio, indústria extrativada erva-mate e indústria de transformação incipiente” (CAMPINAS, 2005, p. 142).

lugares sagrados, a pessoas sôbre as quais existiam dúvidas; dar provisão à exposição solene do Santíssimo Sacramento e procissões solenes; fazer visitas a locais para a construção de igrejas, capelas e oratórios e dar delegação a outros sacerdotes para fazerem as visitas em seu nome; realizar inspeção, jurisdição sôbre vigários, coadjutores e religiosos; suprimir capelanias e outras (COSTA, 1967, p. 627).

Percebemos aqui algumas características da restauração católica, uma vez que as funções realizadas pelo vigário eram divididas entre os afazeres específicos, atribuídos ao modelo eclesial da Cristandade, ao mesmo tempo em que buscava sua substituição pelo modelo tridentino, uma vez que este último considerava a Igreja uma sociedade. Assim, o processo de diocesanização, que, além de aumentar o número de províncias eclesiásticas, buscava também, uma formação mais completa e rigorosa do clero, tornou-se o grande desafio para a Igreja Católica.

Com base em tais prerrogativas se deu a criação da Diocese de Curitiba, em 27 de abril de 1892, por meio da bula *Ad universas orbis ecclesias*, do Papa Leão XIII (1810-1903), que se estendia ao Estado de Santa Catarina, sendo sufragânea da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo primeiro bispo foi o Cônego José de Camargo Barros (1859-1906), eleito em 06 de janeiro de 1894, ficando à frente da diocese até o ano de 1903, quando foi transferido para a diocese de São Paulo. A partir de então, teve início no Paraná o projeto de romanização da Igreja cujo contexto é assim analisado por Dom Pedro Fedalto⁶¹:

A situação do Brasil era precária, duas eram as forças que muito atuavam no fim do Império e início da República: a maçonaria e o positivismo de Augusto Comte. Teixeira de Souza, o positivista brasileiro, afirmava que a República devia sua existência no Brasil aos positivistas da imprensa e do exército. Adotou uma atitude de tolerância para com o Catolicismo e impediu uma perseguição, como aconteceu na França, Espanha e Portugal (FEDALTO, 2014, p. 144).

⁶¹ Sobre a história da Igreja Católica no Estado do Paraná, sugerimos leitura da obra recentemente lançada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2009), intitulada "História da Igreja no Paraná: contribuição de Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto para a celebração do jubileu de ouro da Regional Sul 2 da CNBB (2014)", de autoria de Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto.

Dom Pedro Fedalto⁶² considera a relação entre Igreja Católica e positivistas brasileiros pautada pela tolerância, o que se deu de modo recíproco, uma vez que, para a Igreja Católica, também não interessava promover uma “guerra declarada” contra os representantes do Estado, conforme ocorrido na Europa.

A constituição brasileira era dominada pelo laicismo. Basta ver a bandeira e mesmo o Hino Nacional. O clero era mal formado com o concubinato em muitos casos, sem uma evangelização séria, uma religião devocional. Os sacerdotes eram poucos e muitos estrangeiros no Paraná. E nem todos eram dignos de sua vocação sacerdotal. Nesse clima é que foi criada a Diocese de Curitiba (FEDALTO, 2014, p. 144).

O bispado assumido por Dom José de Camargo Barros era composto por 78 paróquias e nove curatos nos dois Estados (Paraná e Santa Catarina) para uma população de aproximadamente 700.000 habitantes, distribuída em uma região territorial de 295.458 km de extensão. Havia poucos padres, num total de 68 no Paraná e Santa Catarina. Quarenta e três sacerdotes atuavam no Estado do Paraná dos quais 15 eram italianos, 15, poloneses, sete, brasileiros, três, portugueses, um, ucraniano, um, austríaco e um, francês (COSTA, 1967).

Em 2 de outubro de 1904, ocorreu na diocese de Curitiba a posse do seu segundo bispo, Dom Duarte Leopoldo e Silva (1867-1938). Após dois anos à frente da diocese Dom Duarte foi transferido para o Sólido Episcopal de São Paulo. Com a transferência de Dom Duarte, o nome escolhido para substituí-lo foi o de Dom João Francisco Braga, então bispo de Petrópolis, cuja posse se deu em 17 de fevereiro de 1908.

Como vértice dessa substituição, surgiu no contexto eclesial paranaense a figura de um bispo concatenado com as mudanças históricas da Igreja Católica no Brasil bem como com o compromisso de inscrever os fiéis católicos do Estado no processo de romanização católica e de luta diante dos desafios da República laica.

⁶² Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto nasceu no dia 11 de agosto de 1926 na Colônia Antônio Rebouças – município de Campo Largo/PR. Foi ordenado sacerdote em 6 de dezembro de 1953 e sagrado bispo em 28 de agosto de 1966. Foi bispo auxiliar da Arquidiocese de Curitiba de 1966 a 1970. Após a morte de Dom Manuel da Silveira D’Elboux (1904-1970) foi indicado administrador apostólico diocesano, sendo empossado como arcebispo no dia 28 de fevereiro de 1970, função que exerceu até 15 de maio de 2004, quando, a seu pedido, foi afastado do cargo aos 75 anos de idade (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2015).

4.2 DOM JOÃO FRANCISCO BRAGA: BISPO E ARCEBISPO DE CURITIBA

Ao Rvdo, Clero e ao Povo de Deus da mesma Diocese, saudação e paz em nosso Senhor Jesus Cristo – Da obscuridade em que, felizes, nos decorriam os dias do Sacerdócio, arrancados fomos cinco anos há – para enfrentar uma dignidade, que, jámais, sonháramos, para honrar a cruz do Episcopado, em que, jámais, pensáramos, para desfalecido nos sentir, ante tamanha elevação [...] Cumpria, não obstante, obedecermos ao aceno de duas queridas Imagens, imperiosas e meigas, que vimos levantarem-se deante de nós – O Papa e o Brasil. Agora, [...] a mesma voz se faz, de novo, ouvir – o mesmo aceno se faz sentir, com igual império, enviando-nos a esta Diocese de Curytiba. E neste momento, chegado somos ao vosso meio, Irmãos e Filhos queridíssimos, habitantes todos do Paraná e Santa Catarina (BRAGA, 1908, p. 4).

A saudação se encontra na primeira Carta Pastoral, escrita por Dom João Francisco Braga (1968-1937), direcionada aos féis do Paraná e Santa Catarina. Nascido em 24 de agosto de 1868 na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Dom João Francisco Braga deu início aos estudos em um externato sediado num Seminário de Porto Alegre. Na mocidade acompanhou seu pai, o diplomata Manoel Vieira Braga, à cidade alemã de Hamburgo, onde concluiu o curso de Humanidades, e retornou ao Brasil.

No ano de 1895, com 28 anos de idade, iniciou sua formação sacerdotal junto aos padres Lazaristas⁶³, no Seminário de Mariana, Minas Gerais. Após a conclusão dos cursos de Filosofia e Teologia foi ordenado sacerdote em 17 de abril de 1900. O então padre João Francisco Braga permaneceu alguns meses no Rio de Janeiro na companhia do Arcebispo Dom Joaquim Arcoverde (1850-1930), de onde foi transferido para Porto Alegre, para atuar como secretário do bispado e reitor da Capela do Espírito Santo.

A nomeação ao episcopado se deu em março de 1902 pelo Papa Leão XIII (1810-1903), quando foi indicado para ser o primeiro bispo de Petrópolis, permanecendo cinco anos à frente da diocese. Entretanto, foi na diocese de Curitiba, que Dom João Francisco Braga, exerceu com

⁶³ A Ordem das Missões, também conhecida como Lazaristas ou Vicentinos, foi fundada no ano de 1625, pelo sacerdote francês, Vicente de Paulo. Os conflitos e a instabilidade religiosa e política que marcaram a França durante os séculos XVI e XVII foram o “pano de fundo” para que a Igreja Católica implementasse as resoluções do Concílio de Trento (1545-1563). A congregação formada por padres seculares e leigos consagrados se dedica ao acompanhamento religioso e material dos pobres. A chegada dos portugueses Lazaristas ao Brasil se deu por volta do ano de 1819, fixaram-se na ermida Nossa Senhora Mãe dos Homens do Caraça, Minas Gerais (FRENCKEN, 2010).

afinco seu episcopado, permanecendo por mais de vinte e oito anos à frente dos trabalhos pastorais (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 1992).

Nos dizeres de Dom Pedro Fedalto, se os dois primeiros bispos de Curitiba, Dom José de Camargo Barros e Dom Duarte Leopoldo e Silva, eram provenientes de famílias humildes e pobres, o terceiro bispo, Dom João, descendia de uma família nobre e abastada, cujo pai era diplomata. Dentre os fatores que mais influenciaram na nomeação de Dom João Francisco Braga para Curitiba, estiveram sua diplomacia e sua condição financeira, uma vez que Curitiba era uma cidade anticlerical, necessitando de um pastor zeloso, culto e especialmente diplomata, além do mais era uma diocese pobre e o novo bispo possuía recursos materiais que poderiam ajudar em sua estruturação (FEDALTO, 2014).

De acordo com Vieira, no despontar do século XX a grande preocupação do clero e das associações leigas era consolidar, no contexto eclesial do país, as orientações vindas de Roma, principalmente no tocante “[...] à disciplina e à integridade da doutrina” (VIEIRA, 2007, p. 425). Considerando o contexto histórico, é possível observar que a atuação de Dom João Francisco Braga estava concatenada com a “Igreja de Roma” e se deu nos mais diversos setores da Arquidiocese de Curitiba: na educação informal por meio do “ambão”, na estruturação das mais diversas pastorais e, curiosamente, por meio da imprensa local; na educação formal, pela busca incessante de diferentes Ordens religiosas que implementaram no Estado do Paraná colégios confessionais.

A escassez das jurisdições diocesanas foi um dos obstáculos a serem superados pela Igreja Católica no Brasil naquele período, o que levou Dom João Francisco Braga a atuar diretamente na criação da Província Eclesiástica do Paraná⁶⁴, com sede em Curitiba. A bula *Quum in dies*, exarada do Papa Pio XI (1857-1939), em 10 de maio de 1926, criou as novas dioceses de Jacarezinho, Ponta Grossa e a Prelazia de Foz do Iguaçu, sendo a diocese de Curitiba elevada à Arquidiocese e Dom João Francisco Braga, seu primeiro Arcebispo. (ANEXO K).

A atuação de Dom João Francisco Braga foi significativa no apoio à estruturação dos seguintes periódicos: “A imprensa católica” (1931-1932), a

⁶⁴ Província Eclesiástica corresponde à subdivisão da Igreja em um país, tal subdivisão considera não apenas a extensão geográfica das dioceses, mas, sobretudo a demanda pastoral existente. Após o estabelecimento da Província Eclesiástica as dioceses são elevadas à Arquidiocese e passam a ter outras dioceses sufragâneas (FEDALTO, 2014).

“Folha do Povo”, o “Vigilante” de Paranaguá, o “Veritas”, de Curitiba, a “Cruzada” (1926-1931), o “Alvor” (1935-1936) e “O Cruzeiro” (1930) (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 1992).

Após quase três décadas de atuação na Arquidiocese de Curitiba e com a saúde debilitada em razão de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), Dom João Francisco Braga assinou sua renúncia em 22 de junho de 1935 e seguiu para Petrópolis, no Sanatório das Irmãs de Caridade, onde faleceu em 13 de outubro de 1937, aos 69 anos de idade, dos quais, 35 dedicados ao episcopado. Atento às exigências que a Igreja lhe fazia, Dom João Francisco Braga assumiu algumas ações à frente do contexto educacional.

4.3 A ATUAÇÃO DE DOM JOÃO FRANCISCO BRAGA NO CONTEXTO EDUCACIONAL PARANAENSE

A educação foi e é entendida pela Igreja como um importante instrumento de propagação e de manutenção da fé católica. Ao analisar o período vivido pela Igreja e conhecido como cristandade, Thomas Bruneau afirma que “Era de grande interesse da Igreja se integrar no maior número possível de estruturas em virtude principalmente de ser a maioria delas também relacionada ao Estado” (BRUNEAU, 1974, p. 28).

A Proclamação da República, em novembro de 1889, trouxe o ensino laico para o centro do debate entre o governo republicano e a hierarquia eclesiástica. O argumento da Igreja era fundado no discurso de que a laicidade no campo educacional se constituía em uma “forma prática de ateísmo” (AZZI, 2008, p. 86). Acresce que esse movimento ocorreu também no continente europeu, em razão da estruturação da sociedade burguesa.

Mesmo diante das severas críticas realizadas pela hierarquia católica, o governo republicano manteve o Ensino Religioso apenas nas escolas particulares e confessionais, bem como a liberdade de atuação da Igreja a fim de que se “expandisse e fortalecesse” (AZZI, 2008, p. 86). Assim, o processo de diocesanização contou com a significativa colaboração das mais diversas ordens religiosas que vieram ao Brasil, a fim de atuarem na estruturação de colégios,

hospitais, seminários e conventos. No Estado do Paraná a situação e as ações não se deram de modo diferente.

Os prelados brasileiros seguiram viagem para a Europa na busca das mais diversas congregações religiosas, para se instalarem em diferentes regiões do continente brasileiro, e implantaram uma ampla rede de escolas. No caso do Paraná, foi durante o bispado de Dom João Francisco Braga que uma multiplicidade de congregações se fixou ali para atuar na educação formal das crianças e dos jovens, conforme dados explicitados no livro comemorativo em alusão ao centenário da Arquidiocese de Curitiba:

Dom João foi o responsável pela implementação dos seguintes educandários: O Colégio São Mateus das Irmãs de Caridade (1908); a Escola de Dom Pedro das Irmãs da Sagrada Família (1908); a Escola de Água Branca das Irmãs da Sagrada Família (1909); Colégio Santa Ana das Servas do Espírito Santo (Ponta Grossa – 1911); novo Colégio de Sion (1912) das Irmãs de Sion, na Praça Santos Andrade (Curitiba); Colégio Santa Cândida das Irmãs da Sagrada Família (1912); Colégio das Irmãs da Divina Providência (Rio Negro – 1913); Colégio das Irmãs de Caridade (Tomaz Coelho – 1913); Colégio das Irmãs da Divina Providência (Palmas – 1913); Colégio das Irmãs da Sagrada Família (Cruz Machado – 1914); Colégio Paroquial dos Padres Josefinos (Paranaguá – 1920); Colégio dos Irmãos Maristas (1925); Colégio das Irmãs da Sagrada Família (Campo Largo – 1925); Internato Menino Jesus das Irmãs da Sagrada Família (1927); Colégio das Irmãs de Caridade (Araucária – 1928); Internato Nossa Senhora Aparecida das Irmãs da Sagrada Família (1931); Instituto Senhora das Mercês das Irmãs da Caridade (1932); Colégio das Irmãs da Sagrada Família (Triunfo – 1932) (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 1992, p. 89).

É um número expressivo de congregações, cujo principal carisma e área de atuação compreendiam o campo educacional. A Igreja se utilizaria de uma estrutura educacional de escolas privadas, sendo algumas pagas e outras gratuitas, que cumpriram o papel de garantir a formação cristã para um número significativo de crianças e jovens. Frei Oscar de Figueiredo Lustosa, sobre a atuação das congregações religiosas no Brasil, observa:

É impressionante, comparando-se com outras tarefas, o número de institutos religiosos que se fixam ou são criados no Brasil para atender ao mercado de escolas ou colégios. Será por meio deles que o catolicismo prestará serviços preciosos à classe média e alta, sem esquecer de atender, também, às camadas desfavorecidas, ao mesmo tempo que se beneficiará dos favores e do prestígio, como também, das vocações que, em grande parte, sairão das camadas intermediárias (LUSTOSA, 1997, p. 54).

Outro ponto a ser destacado corresponde ao número significativo de congregações femininas, chamadas para atuar em diferentes municípios do Estado, tais como Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro, Palmas, Paranaguá, Campo Largo e Araucária. Já nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina possuía um delineamento claro, principalmente na região Sudeste e nos grandes centros urbanos do país. Mas o que objetivava a educação das estudantes brasileiras? A educação “[...] tratava de preparar as moças para a inserção progressiva na sociedade urbana, pautada pelos padrões burgueses de comportamento” (AZZI, 2008, p. 90).

Dom João, assim como outros prelados, empenhou-se na vinda das Ordens Religiosas para as terras paranaenses. Bem sabemos que a ação se fez necessária para ampliar o número de religiosos, suprir a carência de padres e consolidar a atuação da Igreja no campo educacional. Ao falar sobre a ação pastoral de Dom João Francisco Braga no que compreende a área educacional, Dom Pedro Fedalto elenca os seguintes méritos:

Dom João Francisco Braga se preocupou muito com a Educação da Juventude. Encontrou uma diocese eivada de anti-clericalismo e maçonaria. Era preciso evangelizar a juventude dentro dos princípios cristãos. Para isso quis que os sacerdotes saíssem a luta na imprensa e nas escolas. Incentivou padres a lecionarem filosofia, história da Filosofia, história e latim nas escolas para transmitir aos alunos os princípios cristãos do evangelho. Em seu Episcopado em Curitiba foram fundados 19 colégios católicos, especialmente por Irmãos, destacando-se os masculinos dos Irmãos Maristas e o Ginásio Diocesano, de acordo com o Colégio Dom Pedro II da Capital Federal, funcionando no mesmo prédio do Seminário São José, fundado em 1915, atual Colégio Marista Paranaense, desde 1938 (FEDALTO, 2014, p. 207).

Ao fazer referência aos desafios a serem superados pelo novo prelado, o mesmo autor assim se pronunciou:

Grandes foram as dificuldades a serem vencidas, mormente no início, quando conhecidos anticlericais desfechavam pelos jornais, pelas cátedras escolares e nos seus templos campanhas tenaz contra a Igreja. Os dois primeiros bispos que estiveram à frente da grei paranaense iniciaram junto com seus padres o trabalho de reconquista. A imprensa Católica convenceu o povo paranaense de que a luz da verdade deve brilhar sobre as trevas. A preocupação de Dom João com o número de sacerdotes, o levou até a Europa para obter ordens e congregações religiosas para o Paraná. A ele deve-se a vinda dos Padres Passionistas, Padres Estigmatinos, Padres Josefinos de Asti e dos Padres

Capuchinhos ao Paraná, donde se irradiaram pelo Brasil (FEDALTO, 2014, p. 26).

Como vimos, foi de Dom João Francisco Braga o mérito da vinda e fixação de várias congregações religiosas masculinas e femininas que passaram a atuar nas paróquias e nas mais diversas frentes de ação: social, de saúde, religiosa e educação. Merece destaque a atuação, na área educacional, de uma ordem religiosa, cujo carisma principal não é a educação: a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.

O plano de ação de Dom João Francisco Braga estava concatenado com os objetivos da Igreja. Seus esforços na implementação da educação como frente de trabalho pastoral podem ser considerados positivos pela ótica católica, uma vez que muitas congregações construíram redes de ensino e deram também sua contribuição para superar a escassez de padres e religiosos, por meio da criação dos conventos e seminários. Foi nesse contexto que se deu o “retorno” dos Frades Menores Capuchinhos ao Estado do Paraná.

4.4 OS FRADES MENORES CAPUCHINHOS: DA PROVÍNCIA PARANAENSE AO ESTADO DO PARANÁ

Atualmente a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos se faz representar no Estado do Paraná por meio da Província São Lourenço de Brindes, fundada em 1968 e que abrange também o Estado de Santa Catarina.

A partir das contribuições do Frei Capuchinho Hermínio Quaresma Filho, no texto intitulado “Presença e ação dos Capuchinhos no Paraná”, vemos que os freis Capuchinhos deixaram as marcas de sua ação em solo paranaense em dois momentos distintos: o primeiro momento, no período do Segundo Império e início da República, caracterizado pela atuação junto aos indígenas nos aldeamentos, e o segundo momento, o período iniciado no ano de 1920, quando a Província Capuchinha de Veneza (Itália) assumiu uma missão popular no Sul e no Norte do Estado, para atendimento aos imigrantes que aqui chegavam.

No primeiro período, o trabalho dos frades junto aos aldeamentos respondia às demandas da época. Destacaram-se pelo trabalho junto aos indígenas os Freis Pacífico de Montefalco e Ponciano de Montaldo, que se fixaram nas primeiras povoações no vale do Rio Itararé, território da então paróquia de São João Batista do Rio Verde, atual cidade paulista de Itaporanga no ano de 1840, bem como os Freis Timóteo de Castelnuovo e Matias de Gênova que, a partir do anos de 1854, dedicaram-se no trabalho junto aos indígenas na Colônia Militar de Jataí e Aldeia São Pedro de Alcântara, no vale do Rio Tibagi, hoje região pertencente a Jataizinho, e, ainda, os Capuchinhos Frei Luiz de Cemitle e Frei Gaudêncio de Gênova (QUARESMA FILHO, 1969).

Uma vez superada a necessidade do trabalho junto aos indígenas, os Freis Capuchinhos deixaram as terras paranaenses no ano de 1912 e regressaram ao estado do Paraná oito anos depois, para atuarem no processo de diocesanização, sob a tutela de Dom João Francisco Braga.

Quando em sua Visita *ad Limina*, ocorrida em maio de 1919⁶⁵, Dom João Francisco Braga, bispo de Curitiba, solicitou junto ao Papa Bento XV (1854-1922, papa desde 1914), que enviasse missionários para auxiliarem na evangelização, tendo em vista que em 1910 havia 25.000 imigrantes italianos na diocese de Curitiba (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 1992).

Encontrava-se também em Roma o pregador apostólico, Frei Lucas de Pádua, que sugeriu a Dom João Francisco Braga que procurasse pessoalmente o Provincial de Veneza, Frei Serafim de Údine, então Ministro Provincial de Veneza (RIBEIRÃO PRETO, 1948). Antes, porém, Dom João esteve com o Geral dos Capuchinhos, Frei Venâncio de Lisle-em-Rigault, que encaminhou ao Ministro Provincial a seguinte carta:

Roma, 07 de abril de 1919 – Reverendíssimo Padre. Ontem foi nos encontrar Sua Eminência Reverendíssima Maior João Francisco Braga, Bispo do Paraná no Brasil, expondo-nos o desejo de ter em sua própria Diocese alguns dos nossos religiosos para coadjuvá-lo no apostólico ministério. E como a colônia italiana é formada na maior parte de

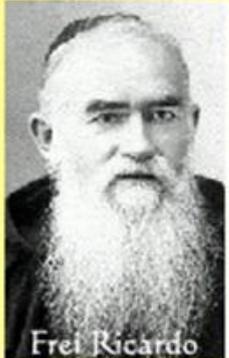
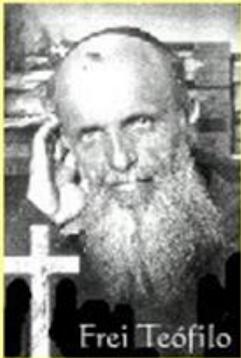
⁶⁵ A visita *Ad limina Apostolorum*, que significa visita aos túmulos dos apóstolos, que diz respeito também à reunião realizada com periodicidade de cinco anos, entre o Bispo Diocesano e o Santo Padre. Prevista no Código de Direito Canônico nos seus cânones 399-400, é por meio desta visita que o Papa é atualizado acerca das ações de cada diocese. O Bispo deve apresentar ao Sumo Pontífice um relatório sobre a estruturação e situação atual do prelado sob sua responsabilidade (ELWEL, 1988, p. 34).

imigrantes pertencentes à região do Veneto, gostaria muito que os nossos religiosos destinados à sua Diocese fossem desta mesma província monástica. O Bispo está imbuído das melhores intenções e no momento se contentaria em quatro sacerdotes. Mas antes de chegar às negociações, gostaríamos de saber se esta Província poderia assumir tal tarefa não lhe escondendo que tanto nós quanto a nossa resolução geral gostaríamos muito que a província Veneta aceitasse o compromisso. O Brasil, e particularmente, o Estado do Paraná, é um campo muitíssimo aberto ao empenho dos nossos sacerdotes e teria nos parece, um futuro esplêndido para esta província, a qual encontraria naquela missão para onde endereçar os próprios alunos desejosos de trabalhar na mística Vinha do Senhor. Na firme esperança que Vossa Reverendíssima será da mesma opinião e quererá nos confrontar com uma afirmativa e com uma gentil atenção para poder, por nossa vez, dar a resposta cuidadosa ao Bispo interessado. Aproveitamos com prazer a circunstância para cumprimentá-lo de coração enquanto reafirmamos isso. Confiantes no senhor: ARQUIVO PROVINCIAL CAPPUCINOS (FREI VENÂNCIO DE LISLE-EM-RIGAUULT, 1919, p. 1, Tradução nossa)⁶⁶.

Em resposta, Frei Serafim solicitou que Dom João Francisco Braga fosse até Veneza e apresentasse pessoalmente sua proposta. No dia 6 de maio de 1919, no Convento Santíssimo Redentor, reuniram-se os freis de todas as casas de Veneza para a Conferência com o bispo de Curitiba. “Todos ouviram atentamente a exposição. Ficaram comovidos e entusiasmados com a missão no Paraná” (FEDALTO, 2014, p. 214). Dentre aqueles, quatro freis responderam positivamente ao convite de Dom João Francisco Braga: Frei Ricardo de Vescovana (1876-1942), Frei Teófilo de Tiene, Frei Angélico de Ênego e Frei Maximiliano de Ênego.

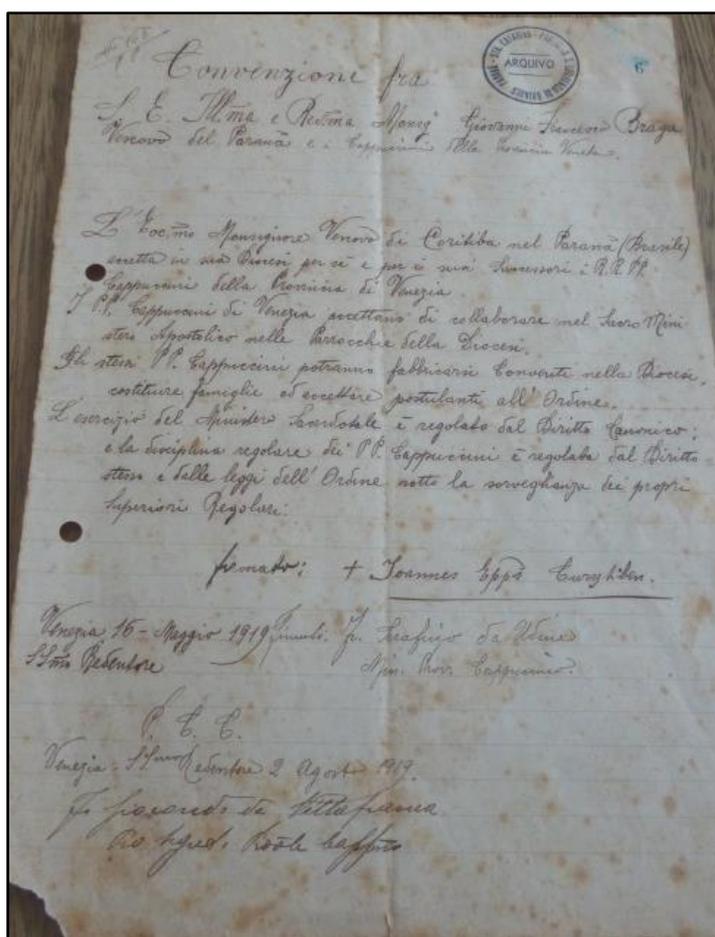
⁶⁶ Roma, 07 Aprile 1919 - Revmo. P. Ieri é stato a trovarci S. E. Rma Mgr. Giovanni Francisco Braga, Vescovo del Paraná nel Brasile, esponendoci il Desiderio di avere nella própria Diocesi alcuni nostri Religiosi per coadiuvarlo nell' apostólico ministero. E siccome la colônia italiana é formata in massima parte di emigrante appartenenti alle província veneto bramerebbe che i nostri Religiosi destinati ala sua Diocesifossero di conesta monástica Provincia. Il Vescovo é anmato dalle migliore intenzioni e pel momento si contenterebbe di quatro Sacerdoti. Prima però di addivenire alle trattative, vorremo sapere se codesta Provincia potrebbe assumersi tale incarico, non nascondendole che tanto Noi quanto il Nostro Definitório Generale vedremmo molto volentieri che la Provincia Veneta ne accettasse l'impegno. Il Brasile, e particolarmente lo Stato de Paraná, é um campo vastissimo aperto allo zelo dei nostri Sacerdoti, ed avrebbe, Ci sembra, um avvenire splendido per codesta província, la quale troverebbe in quella Missione dove indirizzare i proprii alunni desiderosi di lavorare nella mística Vigna del Signore. Nella ferma speranza che la P.V.Rma sarà del nostro avviso e vorrà risontra Ci com una affermativa e com qualcne premurosa sollecitudine, per potere a mostra volta dare una risposta sollecita al Vescovo interessato, Ci serviamo volentieri della circostanza per salutarla di cuore, mentre Ci reafirmiamo. Affmo nel signore: ARCHIVIO PROVINCIALI CAPPUCINI (FREI VENÂNCIO DE LISLE-EM-RIGAUULT, 1919, p. 1).

Figura 7 – Freis que iniciaram a Missão paranaense em 1920.

|  Frei Ricardo |  Frei Teófilo |  Frei Angélico |  Frei Maximiliano |
|--|---|--|--|
| MISSÃO | CUSTÓDIA | COMISSARIADO | PROVÍNCIA |
| <ul style="list-style-type: none"> • 16.05.1919: Bispo de Curitiba e Província de Veneza assinam contrato. • 11.09.1919: Partida do primeiro grupo • 05.10.1919: Primeiro grupo chega ao Rio de Janeiro • 20.01.1920: Primeiro grupo chega a Curitiba • Papa: Bento XV: Bispo de Curitiba: Dom João Francisco Braga • Min. Geral: Frei Venâncio de Lisle-em_Rigault • Min. Prov. de Veneza: Frei Serafim de Údine • 1º Superior da Missão: Frei Ricardo de Vescovana • Primeiro grupo: fr. Ricardo de Vescovana, fr. Angélico de Ênego, fr. Maximiliano de Ênego e fr. Teófilo de Thiene. | <ul style="list-style-type: none"> • 31.04.1937: Decreto do Ministro Geral eleva as Missões da Ordem a Custódias • Papa: Pio XI Min. Geral: Frei Vigílio de Valstagna • Min. Prov. de Veneza: Frei Venceslau de S. Martinho de Lúpari • Primeiro Custódio: Frei Inácio de Ribeirão Preto | <ul style="list-style-type: none"> • 20.12.1957: Custódia é elevada a Comissariado • Papa: Pio XII Min. Geral: Frei Benigno de S. Ilario Milanese: • Min. Prov. de Veneza: Frei Clemente S. Maria In Punta • Primeiro Comissário: Frei Patrício de Nébola | <ul style="list-style-type: none"> • 09.11.1968: Comissariado é levado à Província • Papa: Paulo VI Min. Geral: Frei Clementino de Vlissingen: • Min. Prov. de Veneza: Frei Justo de Vigorová • Primeiro Min. Prov.: Frei Agostinho Sartori |

De acordo com suas Constituições, para a fixação de uma Missão da OFMcap em determinada região se exigia a realização de um Convênio, ou *Convenzione* (ANEXO L), assinado em 16 de maio de 1919⁶⁷, no qual foi firmado o contrato de prestação de serviços entre o Provincial de Veneza, Frei Serafim de Údine, e Dom João Francisco Braga.

Figura 8 – Convenzione fra– 16 de maio de 1919.



Fonte: Arquivo Provinciali Cappuccini: Curia Provincial São Lourenço de Brindes (1919).

⁶⁷ De acordo com as Constituições da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, atualizadas e publicadas em 2014, a OFMcap possui a seguinte estruturação: A Fraternidade é constituída de irmãos, cada um dos quais agregado a uma circunscrição e designado para uma fraternidade local. Cada circunscrição e cada fraternidade local, tomadas individualmente, são uma verdadeira fraternidade. As circunscrições são ordinariamente as províncias e as custódias, unidas por um relacionamento vital entre si, sob a autoridade do Ministro Geral. A Província é parte essencial e imediata da Ordem, e é governada pelo ministro provincial. Possui uma consistência própria que lhe permite expressar e desenvolver a vitalidade de nosso carisma, por um eficaz testemunho apostólico e para a utilidade da vida da Ordem (CONSTITUIÇÕES DA ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E ORDENAÇÕES DOS CAPÍTULOS GERAIS, 2014, p. 116).

O convênio assinado explicitava a aceitação de Dom João e de seus sucessores dos freis Capuchinhos da Província de Veneza em sua diocese e concedia a eles o direito de construir conventos na diocese, formar família religiosa e aceitar postulantes na OFMcap. Em contrapartida, os Padres Capuchinhos de Veneza aceitavam colaborar com o ministério apostólico nas paróquias da diocese, com exercício do ministério sacerdotal, regido pelo Código de Direito Canônico, estando, também, sujeitos às leis da Ordem e sob supervisão dos próprios superiores regulares.

Em 17 de setembro de 1919, Dom João e os missionários seguiram viagem no navio *Princesa Mafalda*, em direção ao Rio de Janeiro. Desembarcaram em 05 de outubro, ficando hospedados junto aos confrades da Província de Messina, no Rio de Janeiro, onde permaneceram até o dia 17 de dezembro, quando foram até São Paulo a fim de aguardarem a ordem de Dom João para assumirem as Missões no Paraná. De acordo com relato do próprio Frei Ricardo de Vescovana, o período no Rio de Janeiro foi dedicado à aprendizagem da língua portuguesa e foi muito proveitoso: “Esta parada foi para nós uma verdadeira providência em todos os aspectos, já até escrevemos um discursozinho em português que o professor está revendo” (CARTA DOS QUATRO MISSIONÁRIOS, 08 de outubro de 1919).

Dom João Francisco Braga recebeu os quatro freis Capuchinhos na residência episcopal em 20 de janeiro de 1920, ano que marcou o início do segundo período de atuação da OFMcap no Paraná. O retorno dos freis ao Estado está associado ao contexto da política de romanização e renovação católica, conjuntamente ao envolvimento dos frades no processo de restauração da própria OFMcap que perdera o campo de Missão no Paraná.

Os Capuchinhos assumiram a pastoral paroquial e foram imediatamente designados para as paróquias de Cerro Azul, Tomazina e Colônia Mineira, atualmente, Siqueira Campos. Frei Ricardo de Vescovana, então Superior Regular da Missão, foi nomeado vigário das mesmas, conforme documento de 28 de janeiro de 1920:

DOMINUS JOANNES FRANCISCUS BRAGA/ Dei et Apostolicae Sedis gratia/ Episcopus Curitibensis in Brasilia/ Omnibus haec lecturis salutem in Domino. Temos por bém nomear, enquanto não for determinado o

contrário, encarregado, com todos os poderes paroquiais e faculdades A. B., dos territórios de Cerro-Azul, Tomazina e Colônia Mineira e em todos os lugares que constituem os sobreditos territórios, o Revmo. P. Frei Ricardo de Vescovana, que poderá fazer auxiliar no seu ministério paroquial, sempre que julgar necessário pelos seus companheiros Frei Angélico de Ênego, Frei Teófilo de Tiene e Frei Maximiliano de Ênego [...] (RIBEIRÃO PRETO, 1948, p. 25).

Posteriormente, Frei Ricardo solicitou, junto ao Provincial, a autorização para assumir a paróquia de Jaguariaíva, cuja distância de Cerro Azul é de 120 km ao Norte, o que facilitaria a comunicação dos freis com o Bispo de Curitiba. Assim, Jaguariaíva tornou-se parte do território da Missão e centro da Missão dos Capuchinhos no Paraná.

Em 1º de junho de 1922, os freis Capuchinhos passaram a responder também pela Paróquia de Jacarezinho, bem como pelas capelas de Santo Antônio da Platina, Barra Grande (Guapirama), Saltinho, São Roque do Pinhal e Cambará. Posteriormente, no ano de 1933, a direção do Grupo Escolar Paroquial Imaculada Conceição (Santo Antônio da Platina) também ficou sob a tutela dos frades.

Figura 9 – Mapa da Missão Capuchinha no Paraná.



Fonte: Província São Lourenço de Brindes dos Freis Capuchinhos do PR e SC (2014).

De acordo com Frei Emílio Botter, as atividades dos freis se deu em meio a muitas dificuldades:

A vida religiosa era incipiente e descuidada. Além das diversas seitas protestantes, com as quais era impensável o diálogo ecumênico, prevalecia a maçonaria que usava de todos os meios pra descrerianizar os fiéis, criando dificuldades aos capuchinhos, apelando até para calúnias morais sobre os mesmos. A ignorância, a superstição, crenças do mau-olhado, tabus, resquícios do paganismo fetichista, a imoralidade muito difusa, e no campo social, a miséria alimentando os vícios. Os Capuchinhos, contudo, não esmoreceram. Começaram a limpar a selva, numa ação em profundidade, a espanar a fé nos corações, cobertas de tantas cinzas e com reforço de novas levas de missionários, foram alargando o raio de suas atividades (BOTTER, 2008, p. 80).

As dificuldades elencadas expressam que a linha de atuação dos frades Capuchinhos e o aspecto missionário pautaram-se na formação moral, mas também responderam às necessidades reais da população. O segundo grupo de missionários italianos chegou a Jaguariaíva em 02 de setembro de 1920, o local escolhido como sede do primeiro Superior Regular, Frei Ricardo de Vescovana, tornando-se o berço dos Capuchinhos no Paraná (BOTTER, 2008).

Figura 10 – Segundo grupo de missionários Capuchinhos vindos do Vêneto ao Paraná.



Fonte: Província São Lourenço de Brindes dos Freis Capuchinhos do PR e SC (2014).

Com a criação da Diocese de Jacarezinho, em maio de 1926, ampliou-se também a atuação dos freis no Estado, uma vez que a nova Diocese passava a abarcar praticamente toda a região Norte e alguns municípios dos Campos Gerais. Ao assumir como primeiro bispo da Diocese de Jacarezinho, em 22 de abril de 1927, Dom Fernando Taddei (1867-1940) solicitou ao Ministro Provincial de Veneza que enviasse freis Capuchinhos para auxiliar no trabalho paroquial. Em 1928, os Capuchinhos eram responsáveis por seis das oito paróquias existentes na diocese (QUARESMA FILHO, 1968).

O trabalho profícuo, iniciado por um número reduzido de freis, contribuiu para a vinda de outros religiosos, acarretando na ampliação da atuação da OFMcap e influenciando a vinda de outras congregações religiosas ao Paraná.

Historicamente, as ordens e congregações religiosas assumiram, como regra geral, a dinâmica de renovação eclesial, contrapondo-se ao aspecto hierárquico e conservador. Porém, de acordo com Riolando Azzi (2008), no Brasil essa força dos mais variados institutos atuou mais no sentido de conservação de valores do que de renovação.

A estruturação e manutenção da Missão contavam com o trabalho dos freis e a contribuição dos fiéis por meio de doações e esmolas, conforme relatório escrito pelo Ministro Provincial, Frei Virgílio Valstagna, após sua visita à Missão paranaense em 25 de março de 1927:

Quanto aos bens da Ordem, se olharmos o que é necessário de primeira necessidade, temos o suficiente. Os proventos são tirados das espórtulas. As ofertas em dinheiro são raras e diminutas. As doações em gêneros, menos ainda. Pequenas hortas e pomares produzem algumas verduras e frutas. Recebe-se o suficiente para roupa e alimentação. Com sacrifício os Freis conseguiram adquirir belo terreno em Curitiba, para construir parte do terreno e uma quadra em Jaguariaíva. Mas não conseguiram pagar a viagem dos sete últimos missionários nem os gastos do Ministro Provincial. Os bens das Missões são poucos e insuficientes para as necessidades das Igrejas, manutenção das escolas paroquiais. Grande parte dos bens do Padroeiro, foram vendidos, com autorização do Bispo, para construir casas paroquiais, fundar e dotar escolas paroquiais e restaurar igrejas (VALSTAGNA apud ZAGONEL, 2001, p. 328).

Apesar das dificuldades elencadas, a Missão Capuchinha foi elevada à condição de Custódia em 30 de abril de 1937 e 20 anos depois promovida a Comissariado Provincial, no dia 20 de dezembro de 1957, e finalmente em 11 de

novembro o Comissariado Provincial foi promovido à Província São Lourenço de Brindes, que abarca os estados do Paraná e Santa Catarina (ZAGONEL, 2001).

Figura 11 – Província São Lourenço de Brindes.



Fonte: Atlas Geographicus Capuccinus (1993).

Com o crescimento da Ordem no estado, veio também a necessidade de estruturar instituições para sua manutenção, dentre elas, a construção dos Seminários Seráficos, que tinham como objetivo a formação religiosa dos futuros frades. A partir do levantamento realizado pelo Frei Juarez de Bona (2011), os seminários inaugurados e dirigidos pela OFMcap no Estado do Paraná são os seguintes:

Quadro 5 – Seminários Seráficos.

| SEMINÁRIO | LOCALIZAÇÃO | PERÍODO DE FUNCIONAMENTO |
|---|--------------------------|----------------------------|
| Seminário Nossa Senhora das Mercês | Curitiba | 1930 a 1934 |
| Seminário Santo Antônio | Almirante Tamandaré | 1934 a 1968 1973 a 1975 |
| Seminário Santa Maria | Irati | 1953 a 1987 |
| Seminário Vocacional São José | Almirante Tamandaré | 1955 a 1972 |
| Seminário Vocacional Nossa Senhora de Fátima | Cruzeiro do Oeste | 1963 a 1966 |
| Seminário Vocacional Nossa Senhora de Fátima | Siqueira Campos | 1967 |
| Seminário Vocacional Assunção | Uraí | 1968 a 1993 |
| Seminário Vocacional Frei Ricardo de Vescovana | Céu Azul | 1971 |
| Seminário Vocacional Nossa Senhora de Guadalupe | Santo Antônio da Platina | 1994 |

Fonte: Bona (2011).

Considerando o movimento de Restauração Católica, a fim reafirmar sua presença na sociedade brasileira, a Igreja Católica buscou manter o equilíbrio entre sua atuação nos campos espiritual e material, ou seja, procurou manter a obediência à Santa Sé, ao mesmo tempo em que se adaptava às especificidades locais.

É nesse contexto que situamos a atuação de freis Capuchinhos, na região no Paraná, durante o século XX, à frente das escolas paroquiais. Na seção a seguir analisaremos como se deram a implantação das Escolas Paroquiais e o âmbito de atuação da OFMcap nesse processo.

5 OS CAPUCHINHOS E AS ESCOLAS PAROQUIAIS NA EDUCAÇÃO PARANAENSE

O intuito desta seção é analisar a atuação da OFMcap na educação paranaense em dois aspectos essenciais: a estruturação das escolas paroquiais, considerando os documentos, e os meandros da estruturação da escola pública no Estado do Paraná. Partimos da consideração de que a atuação dos missionários Capuchinhos não aconteceu desvinculada dos condicionantes sociais e políticos, norteadores da sociedade daquele momento histórico, muito menos esteve desvinculada das orientações da Igreja Católica. O grande desafio é analisar um objeto de pesquisa sem cair nos determinismos e particularidades historicamente postos, partindo sempre da consideração de que “[...] a principal tarefa do historiador, não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender (HOBBSAWM, 1995, p. 34).

As discussões expressas nessa seção buscam considerar a conjuntura do contexto político paranaense, que organizava o ensino público no Estado, considerando a relação entre a Educação, a Igreja Católica e a OFMcap. A análise sobre a estruturação de instituições distintas, Igreja e Escola, que, em razão da função e objetivos peculiares, “parecem” desvinculadas entre si. O ajustamento de uma nova ordem social e a afirmação do pensamento hegemônico encontram na esfera educacional um importante meio de expressão.

Até o ano de 1853 o Paraná permaneceu como parte da Província de São Paulo. A emancipação política da província se deu para atender aos anseios da elite local, representada pela recém-criada máquina administrativa, cuja representatividade se dava, principalmente, pelos comerciantes, desejosos em ampliar a autonomia em relação às atividades econômicas (MAGALHÃES, 2001). Nesse particular, Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877), que foi o primeiro governador da província, ocupando o cargo no período de 29 de dezembro de 1853 a 03 de maio de 1855, incumbiu-se de atender às demandas impostas por essa elite, das quais destacamos a emancipação financeira e o investimento na instrução pública.

O principal motivo para incluir a instrução pública como pauta de discussão residiu na necessidade de “abrasileirar” os estrangeiros que se estabeleciam na província paranaense. Por meio da instrução pública os “[...] governados seriam atraídos para a administração, a mão de obra seria melhor formada e o governo ganharia maior visibilidade frente aos governados” (MAGALHÃES, 2001, p. 24).

A instauração da República Federativa e Presidencialista no Brasil em 15 de novembro de 1889, ratificada pela Constituição de 1891, estabeleceu novos parâmetros organizativos para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, para a educação. Todavia manteve o mesmo dualismo educacional, praticado no Regime Imperial, pois o artigo 35, itens 3º e 4º da Constituição, atribuía à União o papel de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados, prover a instrução secundária no Distrito Federal e a educação primária ficaria sob a responsabilidade dos Estados.

Apoiada na perspectiva do liberalismo europeu, a escola foi eleita pelos republicanos como o principal símbolo de implementação de uma nova ordem social, configurando-se como um aporte político-cultural do ideário liberal. Historicamente, as bases do ensino público no Brasil estiveram concatenadas aos interesses dos “donos do poder”, conforme exemplifica Romanelli:

No Brasil, até o final da década de 1920, as camadas dominantes, com o objetivo de servir e alimentar seus próprios interesses e valores conseguiram organizar o ensino de forma fragmentária, tomado o país como um todo, e ideal, considerado o modelo proposto de educação. Isso se deu mesmo quando essas camadas deixaram de ser as únicas a procurar a educação escolar. O fato é que o toque aristocrático e o caráter de classe que essa educação conferia não só concorriam para manter o *status*, pela natural distância social que ajudava a promover, como também serviam de instrumento de ascensão social aos estratos que, embora privados da propriedade da terra, se achavam em condições de assumir posições mais elevadas (ROMANELLI, 2014, p. 31).

As medidas educacionais tomadas a efeito, no Estado do Paraná, com a proclamação da República, expressavam uma educação pública, voltada para o ensino das primeiras letras, do controle e da inspeção que foram ratificados pelas reformas educacionais em curso. Isso se deu, pois, a educação pública não foi entendida como prioridade e não esteve articulada às demandas sociais e econômicas do regime político e da reorganização do Estado. Todavia “[...] a

cultura cafeeira já tivera início e tais modificações estavam sendo gestadas, mas só eclodiriam no cenário brasileiro, a partir da década de 20 deste século” (MIGUEL, 1992, p. 123).

A Reforma da Instrução Pública Paulista de 1892-1893 (Lei nº 169 de 07/08/1893), implementada no início da Primeira República (1889-1930), que apesar de enfatizar o ensino Primário e o Normal, abrangeu todos os níveis de ensino, tornou-se referência para as demais Reformas ocorridas em outros Estados brasileiros, tais como a Reforma implementada em São Paulo por Sampaio Dória (1883-1964); no Ceará, por Lourenço Filho (1897-1970) em 1923; em 1924 no Paraná sob a tutela do professor Lysímaco Ferreira da Costa (1883-1941); em 1925 no Estado da Bahia com Anísio Teixeira (1900-1971); no Estado do Rio Grande do Norte com José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971); no Estado de Minas Gerais, Francisco Campos (1891-1968) e Mario Casassanta (1898-1963) em 1927; e, no ano de 1928, Antônio Carneiro Leão (1887-1966) organizou a Reforma de Ensino em Pernambuco (NAGLE, 1974; RIBEIRO, 2007; SAVIANI, 2006a; PENTEADO; NETO, 2010).

Em meio à série de reformas educacionais e pedagógicas, empreendidas na década de 1920, é interessante também assinalar a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 16 de outubro de 1924. Com sede localizada no Rio de Janeiro, a ABE se constituía em uma sociedade civil e reunia, voluntariamente, professores e demais profissionais interessados em discutir as questões educacionais do país.

Antes do surgimento da ABE o debate educacional estava restrito a intelectuais, advogados, médicos, clero e ao âmbito do Estado. A partir das conferências organizadas pela ABE, a educação brasileira e suas políticas educacionais foram debatidas pela sociedade civil⁶⁸.

⁶⁸ Durante o período 1924-1935 a ABE serviu de centro de debates das reformas que se faziam no campo educacional, tanto no âmbito estadual quanto no federal, destacando-se a reforma João Luís Alves/Rocha Vaz, do ensino secundário e superior, de 1925; a criação do Ministério da Educação, em 1930; o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931; a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1931, e a autorização para o ensino religioso nas escolas públicas, também em 1931. O ponto culminante da atuação da ABE no período foi a elaboração do Manifesto dos pioneiros da educação nova, logo após a conferência de 1932, defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. Depois da conferência de 1935, só veio a ser realizada outra em 1942. A conferência realizada no ano de 1945, foi um brado contra a política educacional autoritária desenvolvida por Gustavo Capanema, ministro da Educação de Getúlio Vargas. Os congressos seguintes, bastante

A análise do contexto histórico do período de implementação da República, principalmente nas primeiras décadas do século XX, possibilita a constatação de que a educação pautada pelos ideais positivistas foi eleita como via de progresso e desenvolvimento de uma sociedade moderna e industrializada. A historiadora Otaíza Romanelli abordou esse contexto, considerando que, “[...] assim como acontece com a cultura letrada e com a ordem econômica, a forma como se origina e evolui o poder político tem implicações para a evolução da educação escolar” (ROMANELLI, 2014, p. 30).

A política educacional que criou os grupos escolares no Brasil teve início em meados dos anos de 1890 no Estado de São Paulo. No decorrer das duas primeiras décadas da Primeira República, a educação pública paranaense estruturou-se sob as demandas organizativas do ensino primário, advindas dessa política educacional, mas também foi resultante de conflitos e embates de grupos migratórios que se instalaram principalmente nas regiões dos Campos Gerais e do Norte Pioneiro Paranaense, respectivamente, período e *lócus* de fixação da OFMcap no Estado.

É importante considerarmos alguns aspectos sob os quais se deu a instituição da escola pública nesse período: “[...] as atividades econômicas inicialmente baseadas na mineração, no criatório, no comércio de tropas e na indústria extrativa da erva-mate determinaram uma fixação populacional bastante lenta” (LUPORINI, 2007, p. 211), configurando uma estrutura urbanizada com centros afastados, acarretando na morosidade da institucionalização da educação escolar. Ainda segundo a autora, nos idos de 1900 apenas 30% da área territorial paranaense era ocupada e a população se concentrava na região litorânea e os Campos de Curitiba, nas regiões de Castro e Guarapuava.

espaçados (1950 e 1954), em nada faziam lembrar os tempos iniciais da ABE. Depois de 1945, os educadores já não estavam impedidos de discutir suas posições, mas estavam integrados na burocracia do Estado ou faziam parte de outras instituições da sociedade civil que, sem reunir profissionais da educação escolar, tomaram da ABE a bandeira da luta pela democratização do ensino. Foi assim que sindicatos, associações profissionais, instituições religiosas e partidos políticos tomaram a si a luta em torno das diretrizes e bases da educação nacional, na qual a ABE – desempenhou papel secundário. Depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1961, a ABE atuou de modo tímido na discussão e formulação de políticas educacionais no Brasil (CUNHA, L. A. Associação Brasileira de Educação (Abe). 2009. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/\(ABE\)>](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/(ABE)>). Acesso em: 02 jul. 2016).

Do ponto de vista legal a instrução pública elementar no Estado do Paraná encontrou nos anos de 1920 o período mais fértil de implantação das Reformas Educacionais no Estado, orquestrada pelo professor paulista César Prieto Martinez à frente da Inspetoria Geral de Ensino do Paraná entre os anos de 1920 a 1924, sendo substituído por Lysímaco Ferreira da Costa durante o período de 1924 a 1928. De acordo com Maria Luisa dos Santos Ribeiro (2007), ao considerarmos o contexto educacional a partir de um modelo econômico agrário-comercial dependente, a descentralização e as Reformas Educacionais implementadas nesse período não ultrapassam os discursos políticos e se constituíram “letra morta”, pouco influenciando na superação dos problemas vivenciados no contexto educacional: alto índice de analfabetismo, escolas insuficientes, prédios escolares em péssimas condições, professores sem formação e também alto índice de analfabetismo, expresso no censo de 1920, demonstrando que 53,8% da população paranaense acima de cinco anos eram analfabetos (RIBEIRO, 2007).

Foi nesse contexto que, a pedido de Dom João Francisco Braga, Arcebispo de Curitiba, os frades Capuchinhos, vindos de Veneza no ano de 1919, acompanhando o próprio Arcebispo, foram encarregados, no ano seguinte (1920), de assumirem as paróquias da região conhecida como Norte Pioneiro e, ao lado de cada paróquia, procuraram erigir também uma Escola Paroquial, cuja direção era assumida por congregações femininas. Antes, porém, de analisarmos o âmbito de atuação das referidas escolas, discutiremos a estruturação das Escolas Paroquiais pela Igreja Católica.

5.1 AS ESCOLAS PAROQUIAIS ENQUANTO INSTRUMENTOS DA RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL

A laicização do Estado brasileiro estabeleceu uma nova ordem na relação entre a Igreja Católica e o Estado. Deixando de ser a religião oficial do país e tendo que disputar os espaços religioso e educacional, até então hegemônicos, com outras denominações religiosas, a Igreja Católica, direcionada pela Santa Sé, constituiu ações que amenizassem os danos causados no campo educacional

com a supressão do Ensino Religioso nas escolas públicas, por meio da estruturação de uma rede escolar Católica, cujas principais orientações emanaram do Concílio Vaticano I (1869-1870).

Dentre as medidas para conter o processo de laicização, os prelados latino-americanos participaram em Roma do Concílio Plenário da América Latina⁶⁹, ocorrido entre os meses de maio e julho 1899. As discussões realizadas durante o Concílio foram sistematizadas no documento intitulado *Decreta Concilii Plenarii Latinae*. Conforme Franscino Oliveira Silva, o Concílio teve um cunho eclesial e uma “visão fortemente religiosa de defesa da liberdade da Igreja” (SILVA, 2008, p. 110), expressos no documento com a seguinte estrutura:

I – Fé e Igreja

II – Dos impedimentos e perigos da Fé

III – As pessoas eclesiásticas

IV – O culto divino

V – Os Sacramentos

VI – Os sacramentais

VII – A formação do clero

VIII – A vida e a honestidade dos clérigos

IX – A educação católica da juventude

X – A doutrina cristã

XI – O zelo das almas e a caridade cristã

XII – O modo de conferir os benefícios eclesiásticos

XIII – O direito da Igreja de aquisição e posse de bens temporais

XIV – As coisas sagradas

XV – Os juízes eclesiásticos

XVI – A promoção e execução dos decretos do Concílio (FRANSCINO, 2008).

⁶⁹ Convocado pelo Papa Leão XIII (1810-1903), por meio da carta apostólica *Cum diuturnum*, o Concílio Plenário da América Latina foi um marco histórico na Igreja Católica da América Latina, pois foi o primeiro Concílio particular que reuniu o episcopado, favorecendo a experiência da colegialidade episcopal. A partir do Concílio Plenário em 1899, uma série de conferências e sínodos ocorreram na América Latina ao longo do século XX: Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano no Rio de Janeiro em 1955; a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que se realizou em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968; a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que aconteceu na cidade de Puebla de Los Angeles, no México em 1979; e a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano Santo Domingo que se deu no ano de 1992, em Santo Domingo, República Dominicana (SILVA, 2008).

O documento *Decreta Concilii Plenarii Latinae* foi publicado de modo solene no primeiro dia do ano de 1900. O conteúdo do decreto apontava que, ao menos nas primeiras décadas do século XX, as ações da Igreja Católica caminhariam para o *continuum* do projeto educacional, desenvolvido ao longo do século XIX, conforme o decreto IX, intitulado “A educação católica da juventude”. Na análise de Wernet (1991), o texto enfatiza o quanto uma educação formal “acatólica e neutra” seria nociva para a família, para a sociedade e, conseqüentemente, para o Estado.

A propagação dos postulados do Concílio Plenário da América Latina se deu por meio da convocação de concílios provinciais e dos sínodos diocesanos⁷⁰. Nesse período a Igreja Católica no Brasil estava estruturada em duas províncias eclesiais: a Bahia, sede da Província Setentrional, e o Rio de Janeiro, sede da Província Meridional, à qual pertencia a Província Eclesiástica de São Paulo que abrangia a diocese de Curitiba.

O ponto fundamental para a Igreja Católica era retomar o espaço do conhecimento formal (escolar), a fim de aliar “saber e poder” na formação da juventude católica, que, nos dizeres do Papa Leão XIII, era dever da Igreja e do Estado, cabendo à família a educação e orientação na fé católica.

Como na nossa época a fé cristã está diariamente exposta às manobras e astúcias de uma falsa sabedoria, cumpre que todos os jovens, e particularmente aqueles cuja educação é a esperança da Igreja, sejam nutridos de uma doutrina de uma armadura completa, cedo se habituem a defender a religião com denodo e sabedoria, ‘prontos’, consoante o aviso do apóstolo, ‘a dar a quem quer que a peça a razão da esperança que está em nós’ substancial e forte, a fim de que, cheios de vigor e revestidos (PAPA LEÃO XIII, 1879).

Ainda nos dizeres do Papa Leão XIII, o jovem que se afastasse dos ensinamentos cristãos seria facilmente induzido pelos pensamentos imorais, tornando-se nocivo para a família e para o Estado. Pressupostos esses ratificados

⁷⁰ A palavra Sínodo é uma junção de duas outras palavras da língua grega, cujo significado é fazer “juntos o caminho” ou “caminhar juntos”. Trata-se de uma série de encontros de representantes das diversas classes de fiéis para tratarem de assuntos propostos por quem convocou o Sínodo e proporem encaminhamentos para as questões discutidas. Um Sínodo acontece somente a partir da convocação do bispo, quando se realiza em uma Diocese ou do Papa, quando se realiza para tratar de assuntos relativos à Igreja Universal (CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS, 1997).

em 1929 pelo Papa Pio XI (1857-1939, Papa desde 1922) na Carta Encíclica *Divinii Illius Magistri* “Acerca da educação cristã da juventude”, escrita em 1929:

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e, portanto, uma prioridade de direitos relativamente à sociedade civil. Não obstante, a família é uma sociedade imperfeita, porque não possui em si todos os meios para o próprio aperfeiçoamento, ao passo que a sociedade civil é uma sociedade perfeita, tendo em si todos os meios para o próprio fim que é o bem comum temporal, pelo que, sob este aspecto, isto é, em ordem ao bem comum, ela tem a preeminência sobre a família que atinge precisamente na sociedade civil a sua conveniente perfeição temporal. A terceira sociedade em que nasce o homem, mediante o Baptismo, para a vida divina da graça, é a Igreja, sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, porque reúne em si todos os meios para o seu fim que é a salvação eterna dos homens, e, portanto, suprema na sua ordem (PIO XI, 1965, p. 13).

É preciso considerar que a Igreja Católica sempre atuou no campo educacional, porém, a partir da estruturação de uma nova ordem social, no contexto da Revolução Industrial e para atender a uma camada social emergente, a instituição direcionou seu olhar para os mais pobres e não apenas para a elite. Desse modo, ao longo do século XIX, as mais diversas Congregações Religiosas penetraram gradativamente o campo educacional e passaram a atuar junto à elite e também aos pobres, tanto na esfera pública quanto na privada, as denominadas Escolas Paroquiais⁷¹.

No Brasil do século XIX, conforme indicado por Moura (2000), havia várias entidades educacionais, mantidas pela Igreja Católica, conforme quadro apresentado pelo historiador:

⁷¹ No decorrer da pesquisa observamos que o termo Escolas Paroquiais faz referência direta ao ensino primário e recebe uma variação em sua nomenclatura, sendo nomeadas por Escolas e por educandários.

Quadro 6 – Colégios católicos fundados entre 1827 a 1889.

| NOME DA ESCOLA | MUNICÍPIO | UF | FUNDAÇÃO | MANTENEDORA |
|--|-------------------|-------|----------|--|
| Colégio Diocesano Padre Rolim | Cajazeiras | PB | 1827 | Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras |
| Colégio da Providência | Rio de Janeiro | RJ | 1853 | Associação São Vicente de Paulo |
| Educandário São Vicente de Paulo | Recife | PE | 1858 | Santa Casa de Misericórdia de Recife |
| Colégio São Bento | Rio de Janeiro | RJ | 1858 | Mosteiro de São Bento |
| Escola Coração de Maria | Rio Grande | RS | 1861 | Educandário Coração de Maria |
| Instituto Nossa Senhora de Salete | Salvador | BA | 1862 | Instituto Nossa Senhora de Salete |
| Colégio São Luís | São Paulo | SP | 1867 | Sociedade Brasileira de Educação |
| Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo | Petrópolis | RJ | 1871 | Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo |
| Colégio São Luís | Santa Cruz do Sul | RS | 1871 | União Sul Brasileira de Educação e Ensino |
| Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo | Petrópolis | RJ | 1867 | Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo |
| Colégio São José – Escola de 1º e 2º graus | São Leopoldo | RJ | 1872 | Sociedade Caricativa e Literária S. Francisco de Assis |
| Colégio Sagrado Coração de Jesus – Escola de 1º e 2º graus | Santa Cruz do Sul | RS | 1874 | Sociedade Caricativa e Literária S. Francisco de Assis |
| Associação São Vicente de Paulo – Colégio Santa Isabel | Petrópolis | RJ | 1875 | Associação São Vicente de Paulo |
| Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho | Maceió | AL | 1877 | Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho |
| Congregação de Santa Dorotéia Brasil – Colégio Santo Antônio | Belém | PA | 1877 | Congregação de Santa Dorotéia Brasil – Colégio Santo Antônio |
| Colégio Franciscano Santo Antônio | Blumenau | SC | 1877 | Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil |
| Colégio Nossa Senhora das Dores | Uberaba | MG | 1885 | Sociedade Brasileira de Educação |
| Colégio Anchieta | Nova Friburgo | RJ | 1886 | Sociedade Brasileira de Educação |
| Colégio Sant' Ana | Goiás | Goiás | 1889 | Colégio Santa Rosa de Lima |
| Escola de 1º grau São Francisco de Assis | Pelotas | RS | 1889 | Sociedade Caricativa e Literária São Francisco de Assis |

Fonte: Moura (2000, p. 155).

Com base no demonstrativo desse quadro, observamos que, a partir da segunda metade do século XIX, em razão do fim do Regime do Padroado, aumentou o número de congregações religiosas que atuava no campo educacional. Outro aspecto a ser destacado diz respeito à estruturação de Escolas Paroquiais na região Sul do país e à importância de sua atuação junto aos imigrantes europeus, como indicado por Dallabrida:

As escolas paroquiais foram muito importantes nas colônias de imigrantes europeus oitocentistas, especialmente no Sul do Brasil, marcadas pela pequena propriedade agrícola policultura, mão de obra familiar e pela nucleação comunitária em torno de igrejas e capelas. Nessa região elas foram formadas antes da proclamação da República por iniciativa dos colonos e/ou por estímulo do clero e o prédio escolar localizava-se ao lado das igrejas e capelas ou mesmo no interior das mesmas (DALLABRIDA, 2011, p. 80)⁷².

O mesmo autor enfatiza em suas pesquisas as recomendações das Pastorais Coletivas do Episcopado brasileiro em relação à fundação das escolas primárias (Escolas Paroquiais), nas paróquias, que se constituiriam em importantes estratégias na “[...] cruzada contra as escolas públicas laicas instituídas pelo regime republicano” (DALLABRIDA, 2011, p. 81). Em torno dessas constatações, torna-se relevante analisar os documentos eclesiais que, no nosso entendimento, influenciaram e ampararam a estruturação das Escolas Paroquiais no Estado do Paraná.

5.2 AS ESCOLAS PAROQUIAIS NOS DOCUMENTOS ECLESIAIS DA IGREJA DO PARANÁ

Após a Proclamação da República, a hierarquia Católica do Brasil elaborou cartas pastorais e documentos com orientações práticas que deveriam ser seguidas pelo clero e pelos fiéis, a fim de amenizar os possíveis danos causados pela laicização do Estado. Os documentos apresentam como linha de frente da Restauração Católica uma atuação clerical pedagógica e de cunho escolar, por nós eleitos, como objeto de análise, pois consideramos que suas prerrogativas

⁷² Sobre o tema Escola Paroquiais e imigrantes cf. Kreutz (1991) e Seyferth (1990).

sustentaram a linha de atuação das mais variadas Congregações e Ordens Religiosas que atuaram no contexto educacional paranaense e que afetaram de modo direto a OFMcap.

Optamos pela análise de quatro documentos, sendo uma Carta Oficial, duas Cartas Pastorais⁷³, redigidas pelo bispo de Curitiba, umas delas contendo o Estatuto da Irmandade Santo Antônio e uma Carta Pastoral, redigida pelos Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil contendo a aprovação da Irmandade Santo Antônio:

Quadro 7 – Documentos que respaldaram a estruturação das escolas paroquiais no Estado do Paraná.

| DOCUMENTO | TÍTULO | AUTOR E DESTINATÁRIOS | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--|---|--|------------------------|
| Carta Circular (ANEXO M). | O Catechismo | Escrita pelo primeiro bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, dirigida ao clero, aos Curas, Capelães, Vigários e demais Sacerdotes da Diocese de Curitiba | 06 de janeiro de 1897 |
| Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba – ANNO I - Carta Pastoral – nº 3 (ANEXO N) | Sobre as Escolas Paroquiais | Escrita pelo primeiro bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, dirigida aos Curas, Capelães, Vigários e demais Sacerdotes da Diocese de Curitiba | 02 de março de 1900 |
| Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba – ANNO I - Carta Pastoral – nº 3 - (ANEXO O) | Estatuto da Confraria ou Irmandade de Santo Antônio | Escrita pelo primeiro bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, dirigida aos Curas, Capelães, Vigários e demais Sacerdotes da Diocese de Curitiba | 02 de março de 1900 |
| Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba – ANNO I - Província Eclesiástica Meridional do Brasil - (ANEXO P) | Aprovação do Estatuto | Redigido pelo Episcopado e direcionada ao Clero | 08 de novembro de 1901 |

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos documentos oficiais.

⁷³ De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury os princípios do movimento da Restauração Católica estão postos e garantidos pela autoridade da Tradição, da Escolástica e do Magistério. As Cartas Pastorais são consideradas importantes adaptações regionais das “Revelações” expressas, sobretudo pelas encíclicas (CURY, 1988, p. 41).

Consideramos a Carta Circular sobre a importância da Catequese, redigida por Dom Barros em 06 de janeiro de 1897, dirigida ao clero, aos Curas, Capelães, Vigários e demais Sacerdotes da Diocese de Curitiba, composta por 19 densas páginas, o documento norteador das ações do clero paranaense, que impôs uma demanda rigorosamente voltada para a ação educacional, cujo foco principal era o catecismo da Igreja⁷⁴.

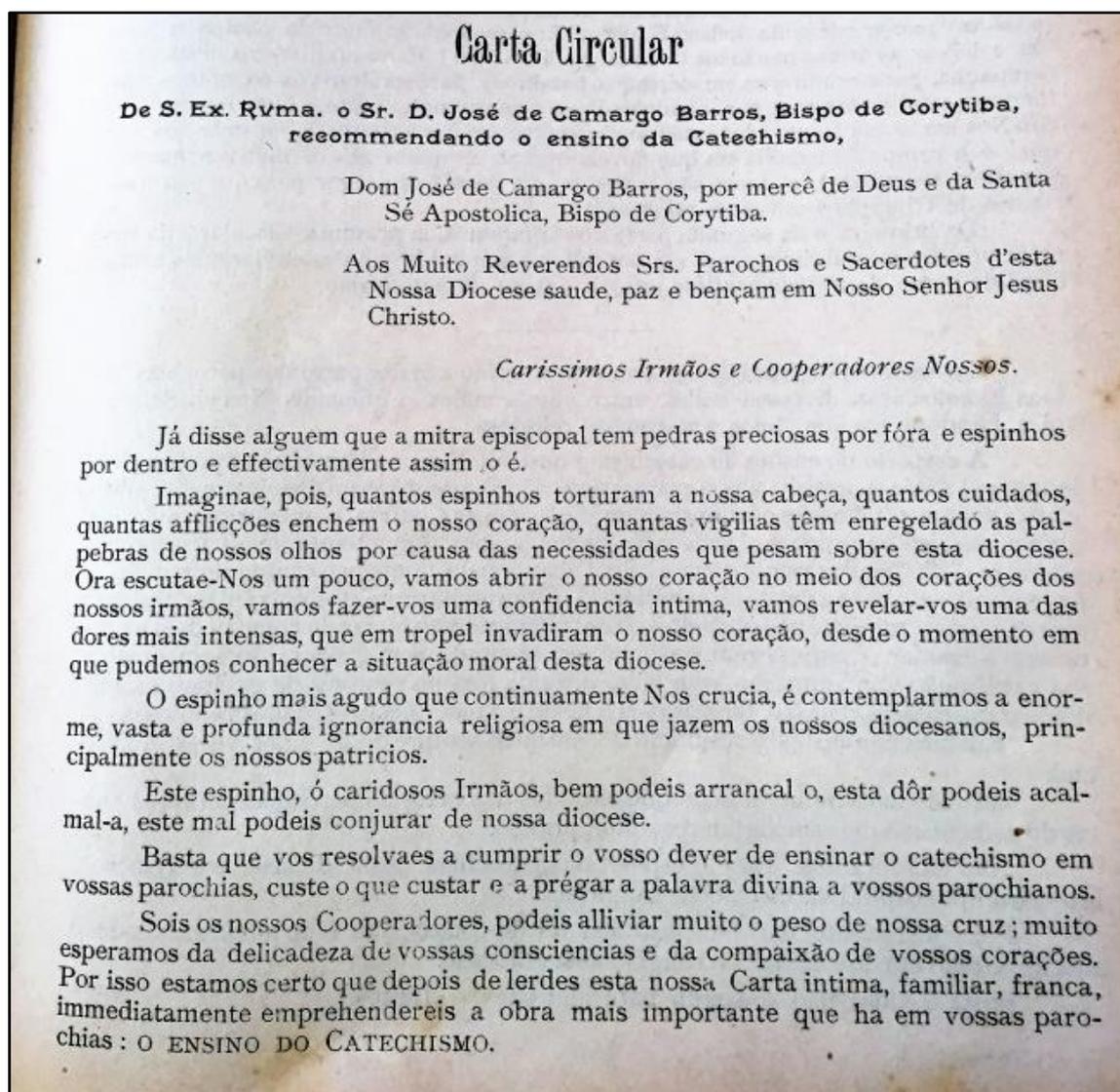
O CATECHISMO - CARÍSSIMOS IRMÃOS E COOPERADORES NOSSOS- Já disse alguém que a Mitra Episcopal tem pedras preciosas por fora e espinhas por dentro e effectivamente assim o é. Imaginae, pois, quantos espinhos torturam a nossa cabeça, quantos cuidados, quantas afflicções enchem o nosso coração, quantas vigílias tem enregelado as pálpebras dos nossos olhos por causa das necessidades que pesam sobre essa diocese. Ora escutae-Nos um pouco, vamos abrir o nosso coração no meio dos corações dos nossos irmãos, vamos fazer-vos uma confiança íntima, vamos revelar-vos uma das dores mais intensas, que entropou invadiram nosso coração, desde o momento em que pudemos conhecer a situação moral desta diocese. O espinho mais agudo que continuamente nos crucia, é contemplarmos a enorme, vasta e profunda ignorância religiosa em que jazem nossos diocesanos, principalmente os nossos patrícios. Este espinho, ó caridosos irmãos, bem podeis arrancar-o, esta dor podeis acalmar-a, este mal podeis conjurar de nossa diocese. Basta que vos resolveis a cumprir o vosso dever de ensinar o CATECHISMO em vossas paróquias, custe o que custar e a pregar a palavra divina a vossos parochianos. Sois os nossos colaboradores, podeis alliviar muito o peso da nossa cruz. Muito esperamos da delicadeza de vossas consciências e da compaixão de vossos corações. Por isso estamos certos que depois de lerdes esta nossa Carta íntima, familiar, franca, imediatamente comprehendereis a obra mais importante que há em vossas paróquias: O ENSINO DO CATECHISMO (BARROS, 1897, p. 1).

É possível observar que Dom Barros enfatiza no conteúdo da Carta Circular os fundamentos de uma espiritualidade de “Restauração do catolicismo”, que é a retomada dos princípios básicos da fé católica, por meio da educação daqueles que vivem sob a “vasta e profunda ignorância religiosa” (BARROS, 1897, p. 1). Uma vez reeducados, a partir dos princípios expressos no “Catechismo Católico”, a formação moral dos paroquianos deixaria de ser um “espinho” para a sociedade. Os princípios do movimento da Restauração Católica

⁷⁴ Os documentos analisados foram publicados nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930) e o marco inicial da nossa pesquisa se dá em 1920, entretanto, foram esses os documentos orientadores das Escolas Paroquiais que encontramos nos Arquivos da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Curitiba. A partir desse período, o que observamos são orientações da Igreja Católica a partir de Encíclicas e orientações voltadas para a educação católica em um contexto já estruturado e não mais com característica de Escolas Paroquiais.

viam a solução da crise religiosa no resgate do conhecimento de Deus, uma vez que a origem de todos os males estava no Seu esquecimento. Conforme Cury (1988), para a fé Católica, apenas esses princípios restituíam ao homem as dimensões imanentes (naturais) e transcendentais (sobrenaturais), que foram abolidas pelo racionalismo.

Figura 12 – Carta Circular.



Fonte: Acervo histórico da Arquidiocese de Curitiba.

Três anos após a publicação da Carta Circular sobre a importância do magistério do Catecismo Católico, Dom Barros publicou no Boletim Eclesiástico

Anno I a Carta Pastoral⁷⁵ nº 3, datada em 02 de março de 1900, intitulada “Sobre as Escolas Paroquiais”. O documento apresenta uma avaliação do trabalho realizado pelo clero. A Carta está dividida em três partes: a primeira parte introdutória, nela o bispo exorta a atuação do clero no trabalho catequético dos últimos três anos e o convoca a ampliar essa atuação por meio das Escolas Paroquiais:

CARÍSSIMOS E RESPEITÁVEIS IRMÃOS: A 6 de janeiro de 1897, vos enviamos uma extensa e bem desenvolvida Carta Circular, pela qual longamente vos exortamos a cumprirdes o vosso dever a respeito do ensino do catechismo. Agora para honra vossa, devemos manifestar publicamente nosso contentamento, porque doceis a voz de vossa consciencia tendes vos dedicado com mais afinco dever de todo o Cura d'almas. O relatório que nos apresentou o diretor geral do Catechismo, é uma prova evidente do muito que tendes feito no vasto campo do ensino catechistico. Mas o que já se tem feito está ainda bem longe de corresponder às grandes necessidades do momento. Embora conheçamos bem todas as dificuldades que oppõem como muralha de bronze, ao êxito completo do ensino do catechismo, voltamos a falar hoje sobre o mesmo assumpto e não é infundada a nossa insistência. A nossa attitude deante das grandes enfermidades Moraes da Diocese é a de um médico, que para salvar o seu enfermo, tem só um remédio, cujo resultado ele conhece efficacíssimo, mas ao qual se oppõem as pessoas da família e o próprio doente. Que faz o médico? Inventta discursos para convencer o doente, emprega paliativos? Não. Diz simplesmente: 'Ou o doente há de tomar este remédio e eu garanto a cura, ou morre infalivelmente'. Eis o que viemos vos dizer mais uma vez: Ou haveis de ensinar o catechismo por qualquer modo que seja e vereis vossas paróchias reformadas ou vossas ovelhas perder-se-ão. Pois bem, viemos vos propor hoje, um meio práctico, que se de um lado exige alguns sacrificios, de outro lado, é de uma eficácia soberana e duradoura. Viemos vos dizer que é chegado o momento de imitardes os exemplos dos nossos irmãos da Europa e da América do Norte. Viemos vos falar da necessidade e da possibilidade de fundardes e manterdes em vossas freguesias Escolas Paroquiais de ambos os sexos (BARROS, 1900, p. 23).

A segunda parte da Carta apresenta as Escolas Paroquiais como um instrumento necessário de combate ao pensamento secularizado. Dom Barros evidencia a preocupação da Igreja Católica do Brasil com o aspecto laicista, estabelecido pela Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, bem como com a supressão do Ensino Religioso das escolas públicas do Distrito Federal. Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, defendia que “[...] não cabia ao Estado apurar o sentimento religioso, bastando

⁷⁵ As Cartas Pastorais são consideradas importantes adaptações regionais das “Revelações”, expressas, sobretudo, pelas encíclicas.

para isso o lar a ação da mãe de família e nos templos de cada religião a ação do sacerdote” (NISKIER, 1996, p. 185). Com relação à laicidade e à supressão do Ensino Religioso, Dom Barros pautou-se por um discurso ainda mais severo, apresentando a “secularização e a deschristianização da escola”:

Entre todas as brechas que a impiedade, assentada nas cadeiras legislativa do Congresso constituinte, abriu nos muros da moral christã, nenhuma se pôde comparar com secularização do ensino, a deschristianização da escola, e essa mesma impiedade está tão cerra dos seus pacíficos triunfos em um futuro bem próximo, que facilmente tem feito algumas seductoras tréguas na vehemencia dos seus combates concedendo ao mesmo tempo pequenos favores sob outros pontos de vista. E se a lei por si mesma já é inconveniente, os seus efeitos são ainda mais desastrosos, quando ella deve ser executada por homens sectários. É o que estamos vendo. Se em alguns Estados se tolera o ensino da religião na escola, fora da hora (BARROS, 1900, p. 24).

Em torno dessas constatações Dom Barros fala da importância da implementação das Escolas Paroquiais na diocese de Curitiba, como instrumento de combate à secularização:

Quando se ensinava a religião nas escolas públicas, as escolas parochiaes, se eram sempre úteis, não eram, entretanto, de absoluta necessidade, porque naquelas escolas havia um dia da semana, destinado ao ensino da religião, e se permitia e se recebia na escola, mesmo como uma grande honra e com todas as deferências, a vista do vigário que ali ia dar as lições de religião e moral christã aos meninos e meninas. Mas, agora nestes tempos em que não somente não se ensina nenhuma palavra de religião nessas escolas públicas, mas leva-se à intolerância de nem permitir a presença do padre; nesses tempos em que se pretende sequestrar a infância de todo contacto com o sacerdote e de toda a influência religiosa; nestes tempos a necessidade de escolas parochiaes se impõe como a necessidade da luz, do ar e da vida (BARROS, 1900, p. 25).

Mais adiante, o bispo ressalta as consequências da laicidade, estabelecida pela nova ordem social, e enfatiza ser a escola uma área de atuação do magistério da Igreja Católica:

Pela nova ordem política todo o ensinamento religioso fica banido das nossas escolas populares. Causa terrível, e para um paiz catholico que é o Brasil, sumamente anoma-la. A instituição da escola sem Deus é nefasta, e n'um paiz catholico sacrílega. Em teoria e por desgraça, também na prática, o Brazil tem essa instituição. Resultam disso deveres extraordinários e excepçoes, tanto para os sacerdotes quanto para os

paes. Tanto a escola primária como a instrução superior é uma instituição da igreja (BARROS, 1900, p. 27).

Observamos que o documento tem o intuito de convencer o clero de que as Escolas Paroquiais se constituíam num importante instrumento de ação pastoral da Igreja e de que a educação escolar era, antes de mais nada, dever da Igreja e da família, cabendo ao Estado o papel de complementá-la.

Antigamente em nosso paiz, não somente os padres podiam ir às escolas ensinar o catechismo, mas até os professores públicos eram obrigados a dar e davam este ensino. Mas hoje expulsou-se da escola o ensino da religião, isolou-se, afastou-se completamente do parcho a infância de sua parochia. Eu outro passo devemos dar? Que outra cousa devemos fazer, senão abrimos nossas próprias escolas? (BARROS, 1900, p. 24).

Nessa perspectiva, Dom Barros atribuía às Escolas Paroquiais um significado histórico, profético e evangélico. Ele impôs aos sacerdotes o dever de auxiliar na estruturação de um processo educacional, amparado pelas Escolas Paroquiais, trazendo, ainda, o exemplo de outras nações católicas que já avançaram na estruturação desse modelo educacional.

Olhae para a França, olhae para a América do Norte e vereis exemplos animadores. Nos Estados-Unidos não se permite a construção de uma igreja sem que ao mesmo tempo se ordene a construção da casa para a escola parochial: é assim que todas as parochias tem as suas escolas e os fieis concorrem não só para as despesas do culto mas também para a manutenção das escolas cathólicas, sem contar ainda os impostos gerais e comuns que pagam ao governo. É assim, que há nos Estados Unidos quatro mil escolas parochiaes. Demais disto, o que pretendemos fazer, o que devemos fazer nas presentes circunstâncias, é apenas repetição do que já tem feito a nossa Igreja em todos os séculos de sua existência. O estabelecimento das Escolas Parochiaes é uma exigência da nossa missão (BARROS, 1900, p. 25).

Na terceira e última parte, Dom Barros exalta as Escolas Paroquiais como uma necessidade contemporânea, mas também como a alma histórica da Igreja que sempre se ocupou do magistério, e apresenta a Associação de Santo Antônio cujo objetivo era fornecer aos párcos recursos materiais para a manutenção das escolas. Conforme explicação de Dom Barros ao Clero, a Associação de Santo Antônio foi uma adaptação da obra de São Francisco de Sales (1567-1622), “[...]”

fundada em Paris para a conservação da fé e espalhada por todo o país” (BARROS, 1900, p. 31).

O Estatuto da Associação de Santo Antônio apresenta sete artigos, os quais serão explicitados na íntegra, uma vez que estão na base da estruturação das Escolas Paroquiais no Estado do Paraná:

Art. I - A exemplo da obra de São Francisco de Sales, fundada em Pariz, aprovada e muito recomendada pela Santa Sé esta Associação se propõe:

1º Fundar e manter escolas primárias, de ambos os sexos em cada paróquia;

2º Estabelecer outras obras de utilidade social, conforme os recursos que dispuser.

Art. II - A Associação será dirigida por um Conselho Superior, residente em Curytiba e por diretores locais nas paróquias.

Art. III - Os sócios dirão, a cada dia, uma jaculatória: Santo Antonio Rogae por nós. Em honra do mesmo Santo e por intenção de todos os Sócios e darão cem reis por mês. Os sócios mais generosos, não ficam impedidos, antes são convidados a darem maior quantia mensal, se assim lhe approuver.

Art. IV-A Associação admite também uma outra categoria de Socios com a denominação de Socios Beneméritos.

Serão Socios Benemeritos aquellas pessoas que derem por uma só vez, a quantia de sessenta mil reis. Receberão um diploma especial e gozarão de todas as vantagens espirituais da Associação.

Art. V - Os sócios terão parte em todas as orações dos associados e, em uma missa que na primeira terça-feira de cada mês, será celebrada em cada paróquia por intenção dos Socios vivos e mortos e pela qual se dará a esmola usual.

Art. VI - Na primeira terça-feira de novembro um serviço fúnebre solemne será celebrado em cada paróquia em suffragio das almas dos Socios falecidos durante o anno.

Art. VII - As festas Solennes da Associação são a 13 de junho dia de Santo Antonio, padroeiro principal da Associação e a 8 de setembro, dia da Natividade da Santíssima Virgem, Padroeira desta Diocese (BARROS, 1900, p. 29).

Cumprido destacar que, ainda como parte integrante dos Estatutos da Associação de Santo Antônio, havia o Regimento Interno, composto por 13 artigos, com orientações acerca da estruturação, funcionamento e função dos diretores, secretários e demais membros da associação.

Art. I - A Associação Santo Antônio é uma só e a mesma em toda a Diocese e terá personalidade jurídica, representada pelo Conselho Superior da mesma.

Art. II - Os Membros do Conselho Superior serão nomeados pelo Bispo Diocesano.

Art. III -A propriedade dos bens da Associação pertence ao Conselho Superior. Mas o uso-fructo deles deve ser aplicado nos logares onde eles existem, salvo quando essa aplicação seja inútil ou impossível.

Art. IV – Todo Parocho ou Capellão Cura, devidamente provisionado é *ipso facto* Director local da Associação em sua Parochia ou capellanania.

Art. V –O Presidente do Conselho Superior pode, em caso de necessidade apresentar à Autoridade Diocesana alguns bons Cathólicos além dos Vigarios para directores locais.

Art. VI – Ao Director local compete os vice-directores, secretários, tesoureiros e zeladores locais e interessar-se por todas as obras da Associação.

Art. VII – Ao Secretário compete encarregar-se de toda a escripturação e mandar no fim de cada anno ao Conselho superior o relatório das diversas obras realizadas.

Art. VIII – Ao Thesoureiro compete encarregar-se do caixa da Associação, tendo em boa ordem o livro de receita e despeza e mandar no fim de cada semestre vinte por cento da receita total de cada mez, bem como o balancete da receita da despeza. Esta porcentagem enviada ao Conselho será empregada nas despesas gerais da Associação e em obras Diocesanas.

Art. IX – Aos Zeladores compete propagar a Associação e angariar esmolas.

Art. X – As creanças desde que tenham o uso da razão e saibam rezar a Ave Maria podem ser admitidas como sócios, contribuindo por ellas, seus paes ou quaisquer outros.

Art. XI - As escolas não serão totalmente gratuitas, mas os paes pagarão mensalmente a quantia que puderem e as pessoas, sumamente indigentes, nada pagarão.

Art. XII – Somente os Directores locais terão ingerência na administração e direção das escolas e das outras obras da Associação.

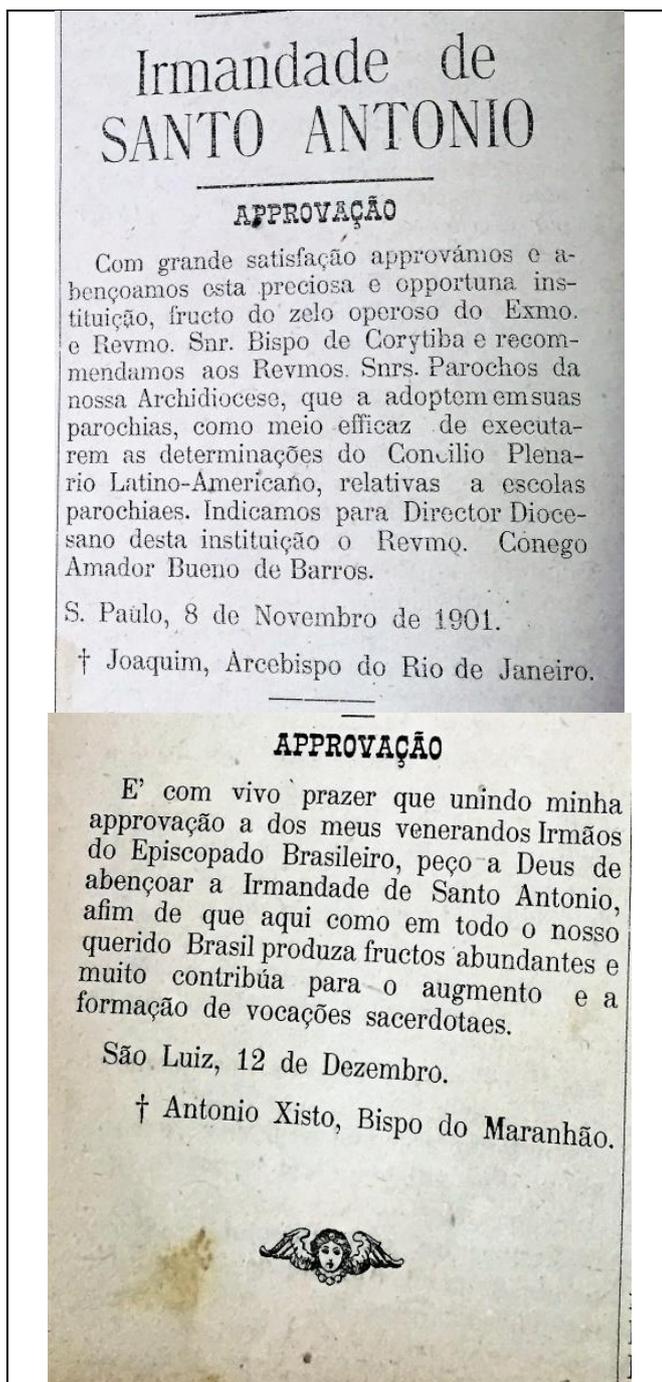
Art. XIII - Este Regimento poderá ser modificado mediante consentimento e aprovação da Auctoridade Diocesana (BARROS, 1900, p. 31).

É possível evidenciar, no artigo XI que trata sobre o pagamento de mensalidades pelo ensino ministrado, a intenção da Igreja de ensinar a doutrina cristã a todas as crianças. Mesmo aquelas crianças “sumamente indigentes” poderiam frequentar as Escolas Paroquiais, pois estariam isentas ao pagamento da mensalidade. Por outro lado, cabe o questionamento acerca dos critérios utilizados para a definição do que representaria para a Igreja uma pessoa “sumamente indigente” (BARROS, 1900, p. 31).

Cabe aqui considerar que a Associação de Santo Antônio foi criada por Dom Barros na diocese de Curitiba, aprovada pelos bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil no mês de dezembro de 1901 e adotada como modelo pela Província Eclesiástica Meridional do Brasil, que abarcava a Arquidiocese do Rio de Janeiro e sete bispados sufragâneos: São Pedro do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mariana, Diamantina, Cuiabá, Niterói e Curitiba, bem

como pelo bispado da Província Eclesiástica Setentrional, formada pela Arquidiocese de São Salvador e os bispados sufragâneos de Belém, São Luís, Fortaleza, Olinda, Goiás, Amazonas e Paraíba.

Figura 13 – Aprovação da Irmandade Santo Antônio.



Fonte: Boletim Eclesiástico da Diocese de Corytiba, Anno III, 1902.

As proposições expressas nos documentos eclesiais no início da Primeira República nortearam a ação da Igreja junto ao contexto educacional do período. Para os ideais republicanos, a escola laica era o principal instrumento de instauração de uma nova ordem; para a Igreja Católica, a escola laica e a absolutização do Estado eram o prenúncio da decadência da família e da sociedade. Para a hierarquia Católica, as Escolas Paroquiais eram um meio eficiente de combate à propagação das escolas laicas e públicas, instituídas pelos ideais republicanos.

5.3 A ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E AS ESCOLAS PAROQUIAIS NO PARANÁ

Nas circunstâncias em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que os revdos. Párcos se esforcem por fundar em suas paróquias escolas primárias, nas quais a mocidade nascente da paróquia encontre o pasto espiritual da doutrina cristã e de outros conhecimentos úteis para a vida prática (PASTORAL COLLETIVA, 1902, p. 41).

Optamos por iniciar esta subseção com o excerto do texto resultante da primeira Pastoral Coletiva da Província Meridional, realizada em 1901, recomendando a fundação das Escolas Paroquiais, com o intuito de considerar a atuação da OFMcap a partir dos condicionantes que envolvem toda a sua materialidade, uma vez que “[...] os homens fazem a sua própria história, não como querem e sim sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997, p. 18).

Os frades retornaram ao Estado do Paraná em 1920, sob a tutela do arcebispo Dom João Francisco Braga. Os missionários não estavam acostumados ao trabalho paroquial e tiveram que adaptar a experiência vivida nos conventos italianos à nova realidade da Missão paranaense. O território de Missão abrangia uma região de cerca de 3.500 km². Estava dividida em duas regiões: a primeira ao sul do Estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, e a segunda, no norte do Paraná (QUARESMA FILHO, 1969).

Obedientes às demandas da Igreja local, as preocupações dos frades não se restringiam ao trabalho paroquial. Os frades se empenhavam na organização das Paróquias, das Capelas e das Escolas Paroquiais.

Ao chegarem no Paraná os Freis perceberam que não era apenas de assistência espiritual que o povo precisava. Era triste ver tantas crianças e jovens privados do direito de aprender a ler e escrever por falta de escolas organizadas e professores preparados. Com empenho e boa vontade dentro dos limites impostos pelas condições financeiras comunidade, os Freis com a ajuda do povo, tentaram senão resolver por completo, ao menos dar início à construção de várias escolas [...]. As escolas depois de construídas eram entregues às Congregações Femininas, que na medida do possível catequizavam e alfabetizavam ao mesmo tempo (QUARESMA FILHO, 1969, p. 372).

O relato do frei Capuchinho, Quaresma Filho, sobre o trabalho dos frades, contribui para o registro dos fatos. Entretanto, cabe-nos problematizar essas ações, considerando o contexto histórico. Possivelmente, os frades tenham sido movidos pelo sentimento de piedade, ao se depararem com crianças e jovens analfabetos e sem acesso à escola, mas precisamos, também, considerar que se ocupar da educação formal como instrumento de propagação da doutrina católica era parte de um projeto maior, com pretensões amplas, vinculadas à *Ekklesia*, que elegeu a educação formal como principal promotora da doutrina católica. A carta encaminhada aos padres pelo Bispo Diocesano de Jacarezinho, Dom Fernando Taddei (1867-1940), no ano de 1932 reafirma a proposta da Igreja Católica de investir na estruturação de Escolas Paroquiais:

JACAREZINHO 20, DE MAIO DE 1932 Revmo Senhor Pe Bellino – O exemplo de N. S. J. C. que exigia que deixassem chegar a ele os meninos, e que nós devemos imitar, nos obriga a cuidar da educação da infância. D'hai a necessidade de abirmos Collégios ou Escolas por toda a parte. Sendo assim, enquanto não for possível abrir um Colégio nessa cidade, conforme todos desejam, peço a vossa Revma que abra o quanto antes uma **Escola Paroquial**. Espero e desejo que todo o povo Cathólico de Colônia Mineira, coadjuvará a V^a Rvma nessa obra tão Santa e útil, quer mandando seus filhos para a Escola Paroquial quer concorrendo com seus auxílios primários cada um conforme as suas posses. Pedindo ao Nosso Senhor que abençoe essa nossa iniciativa, envio a minha benção a V^a Rvma e a todo o povo Cathólico dessa freguesia. D. Fenando Bispo Diocesano (TADDEI, 1932, p. 194, grifo nosso).

As circunscrições ou territórios de Missão Capuchinha são acompanhadas por visitas realizadas pelo Ministro Provincial, isso quando a Ordem está consolidada enquanto Província. No caso aqui analisado, a Missão Capuchinha recebia visitas pastorais esporádicas dos freis da Província do Vêneto (Itália). De acordo com Zagonel (2001), em 1927 a Missão Capuchinha paranaense recebeu o Visitador Geral da Ordem, Frei Vírgílio de Valstagna. O relatório de viagem, escrito pelo frei Virgílio em 25 de março de 1927, informa aos Superiores italianos que naquele período havia quatro Escolas Paroquiais na região atendida pelos frades: em Curitiba (1931), em Santo Antônio da Platina (1933), em Uraí (1952) e na cidade de Jaguariaíva (1927).

Há Escolas Paroquiais em quatro lugares, duas foram construídas pelos nossos freis e duas foram compradas e reformadas. A frequência dos alunos não é tão numerosa ou porque surgem escolas públicas do Estado, ou porque faltam recursos para manter estas mesmas Escolas Particulares (VALSTAGNA, 1927, p. 14)

A 18 de março de 1932, frei Inácio de Ribeirão Preto (1897-1963) escreve aos Superiores italianos sobre o Convento Nossa Senhora das Mercês, localizado em Curitiba, e fez o seguinte relato sobre a Escola Paroquial:

Ao lado da Igreja foi construída uma pequena Escola de madeira, propriedade da Ordem, com capacidade para quase 100 crianças. Desde fevereiro foram chamadas para o ensino as Irmãs Vicentinas, já presentes na cidade. São muito estimadas pelo povo e fazem muito bem. A Escola conta com 85 alunos (RIBEIRÃO PRETO, 1932, p. 11).

Durante os anos de 1968 a 1974, a Missão Capuchinha foi elevada à condição de Província São Lourenço de Brindes e recebeu a visita pastoral do frei italiano, Emílio Botter. O relatório de viagem, escrito no mês de maio de 1968, apresenta a seguinte introdução:

A visita que fiz na Província dos Capuchinhos do Paraná e Santa Catarina (1969-1974) me constringe levar aos conhecimentos dos coirmãos o resultado de minhas principais pesquisas. Não me limitarei ao diário de viagem e lugares visitados. Limitar-me-ei a apresentar pequeno sumário do Apostolado que nossos freis realizaram e continuam a desempenhar no vasto campo da evangelização. Estou convencido de que estas anotações, além de serem úteis para a história,

aumentam a estima da nossa Província Veneta que soube estender seus ramos frutíferos na América Latina (BOTTER, 2008, p. 79).

Após a introdução, seguem ao relatório importantes elementos de análise acerca das Escolas Paroquiais, erigidas pelos frades, e do trabalho por eles realizado no campo educacional.

Entre as Escolas Elementares que, hoje funcionam à sombra das Igrejas Paroquiais, está a de Curitiba (Mercês), onde o ensino é gratuito. Outra Escola se encontra em Londrina, na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes. Foi iniciada em dezembro de 1959 e é frequentada pelas crianças da Paróquia. Nossos freis Capuchinhos também se interessam pela alfabetização de jovens mais adultos. Conforme consta em algumas crônicas paroquiais, foram programados para eles cursos de alfabetização em Curitiba, Umuarama e outras. É por mérito dos confrades que, em diversos lugares, especialmente na zona rural, os jovens não se sentem complexados pelo analfabetismo. Contra essa praga social, bastante latente, deve-se usar todos os meios disponíveis, porque a alfabetização facilita o ensino da catequese, participação na liturgia e divulgação da imprensa cristã ou de livros religiosos (BOTTER, 2008, p. 87).

A educação se desenvolve de acordo com as demandas postas pelas contradições de uma sociedade. “Se o pressuposto desta sociedade são as relações inerentes ao capitalismo, ainda que em geral, então a densidade histórica da Educação estará em relação com as necessidades da produção social” (CURY, 1992, p. 97). É o que observamos ao analisar o relato do frei Emílio, no que diz respeito ao objetivo de alfabetizar os alunos. O processo de apropriação do conhecimento não era atrelado à emancipação do indivíduo, mas para servir à classe que detinha o conhecimento – aqui, no caso, alfabetizar implica capacitar o indivíduo para a vida católica (rituais litúrgicos) – e, ainda, para ratificar o projeto da Igreja que era a evangelização por meio da imprensa de outros meios de comunicação.

Para completar estas informações sobre o assunto da educação, acrescento que nossos freis lecionam em várias escolas públicas e em colégios dirigidos por religiosas. Naturalmente, a prioridade é o ensino religioso catequético. Para mim é muito grato lembrar a iniciativa, muito proveitosa, realizada em Siqueira Campos pelo frei Gabrielangelo Caramore. Em 1963, com rádios instalados nas 37 escolas municipais, através da rádio local, Rádio Bom Jesus, transmite lições de religião para os alunos. É com senso de grande responsabilidade que nossos confrades exercem o magistério nos diversos setores do saber, para

evangelizar a juventude, preparando-a para assumir os destinos do país (BOTTER, 2008, p. 87).

É importante ressaltar, no relatório apresentado, as lições de religião, transmitidas via rádio, para 37 escolas municipais. Nesse período estava em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024/61, que, no artigo 97, contemplava o Ensino Religioso nas escolas públicas nos seguintes termos:

O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os cofres públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

1º parágrafo – A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

2º parágrafo – O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

Os ideais da laicidade na escola pública não se consolidaram na prática e os freis Capuchinhos utilizaram-se não apenas das Escolas Paroquiais, mas de outros instrumentos para a propagação da fé Católica. Todavia o olhar dos frades não estava restrito à “sacristia”, conforme observamos no quadro a seguir.

Quadro 8 – Escolas Paroquiais estruturadas pela Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no Paraná.

| Cidade | Nome da Instituição | Ano de abertura | Ano de encerramento das atividades | Congregação confiada | Atualidade |
|-------------|---------------------------------|-----------------|------------------------------------|---|---|
| Jaguariaíva | Educandário do Senhor Bom Jesus | 1927 | Não há registros | Congregação das Irmãs da Sagrada Família | Não há registro de atividades vinculadas à educação |
| Curitiba | Escola Nossa Senhora das Mercês | 1931 | Não há registros | Congregação das Irmãs Terciárias Alcantarinas e posteriormente Filhas da Caridade | Não há registro de atividades vinculadas à educação |

| Cidade | Nome da Instituição | Ano de abertura | Ano de encerramento das atividades | Congregação confiada | Atualidade |
|--------------------------|---|-----------------|------------------------------------|--|---|
| Tomazina | Colégio Nossa Senhora das Dores | 1936 | 1963 | Irmãs da Divina Providência | Casa Santa Terezinha (Casa das Irmãs) |
| Santo Antônio da Platina | Educandário Santa Terezinha do Menino Jesus | 1947 | 1968 | Congregação das Irmãs da Sagrada Família | Centro de Educação Infantil Sagrada Família (Privado) Escola Municipal Sagrada Família e Escola Estadual Santa Terezinha |
| Joaquim Távora | Educandário São José | 1948 | 1954 | Congregação das Irmãs da Sagrada Família | Escola Municipal São José |
| Bandeirantes | Escola Paroquial | 1949 | Não há registros | Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração Imaculado de Maria | Não há registro de atividades vinculadas à educação |
| Uraí | Ginásio da Missão | 1952 | 1968 | Freis Capuchinhos e religiosas franciscanas | Não há registro de atividades vinculadas à educação |
| Mandaguapé | Escola São Francisco de Assis | 1955 | Não há registros | Congregação das Irmãs Carmelitas da Caridade | Escola São Francisco de Assis |
| Alto Paraná | Não há registros | 1955 | Não há registros | Não há registros | Não há registros |
| Rio Branco do Sul | Colégio Nossa Senhora do Perpétuo Socorro | 1966 | Não há registros | Congregação das Irmãs da Sagrada Família | Não há registros |

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A afirmativa “[...] nossos confrades exercem o magistério nos diversos setores do saber, para evangelizar a juventude, preparando-a para assumir os destinos do país” (BOTTER, 2008, p. 87) nos remete à ideia de que o Estado se faz representar por um conjunto de instituições que legitima o domínio de uma classe sobre a outra, no caso, da burguesia sobre o proletariado, no intuito de manter as bases ideológicas e o *status quo*.

A partir dessas considerações, analisaremos o trabalho realizado pelo frei Capuchinho, Elias Zulian, junto à Capelania da Rede Ferroviária Federal do Paraná e Santa Catarina no Bairro Oficinas, localizado em Ponta Grossa.

5.3.1 Frei Elias Zulian e a Escola Paroquial: espaço de luta de expansão pela escola pública

Eugênio Zulian, popularizado como Frei Elias Zulian, nasceu aos 9 dias do mês de agosto do ano de 1920, em Postioma, Província Italiana de Treviso. De acordo com as fontes disponíveis na Cúria da Província São Lourenço de Brindes, frei Elias ingressou no Seminário localizado na Província de Rovigo em 01 de setembro de 1932. Realizou a vestimenta do hábito Capuchinho na Província de Bassano Del Grappa, emitiu os votos perpétuos em Veneza, onde foi ordenado sacerdote em 09 de setembro de 1945.

As atividades religiosas de frei Elias em terras italianas se estenderam até o ano de 1949, quando foi enviado em missão para o Brasil, especificamente, para o Estado do Paraná. No dia 08 de julho de 1949, ele foi destinado por seu provincial como missionário ao Paraná. O embarque no porto de Gênova em 22 de outubro de 1949 é assim apresentado no número especial, Necrológio do Boletim Interno da Província São Lourenço de Brindes:

Partiu de Gênova com frei Celestino Coletti aos 22.10.1949 no navio Anna Costa. Ao embarque estavam presentes um irmão, uma irmã, e sua mãe, dona Giovanna. Enquanto os irmãos choravam, a mãe, na sua dor, mas sem derramar uma lágrima, recordou-lhe o que havia dito antes do seu ingresso no Seminário: ‘Meu filho pense bem no que você está fazendo... Veja! A porta desta casa está aberta para sua partida, mas ficará fechada para o seu retorno. Assim lhe falei... Agora, após ter me pedido a bênção para a missão, a minha atitude não mudou. Vá e

cumpra seu dever até o fim... Desta vez não quero chorar, pois sei que você está para assumir uma missão sacrossanta'. 'Eu, frei Elias, não aguentei e me prorrompi em prantos'. Logo, seu companheiro, fr. Celestino de Veneza lhe animou o espírito (BOLETIM INTERNO DA PROVÍNCIA, 2015, p. 88).

O desembarque no porto da cidade paulista de Santos se deu em 09 de novembro de 1949. No mesmo ano frei Elias iniciou suas atividades na cidade catarinense de Barra Fria, no ano seguinte foi enviado ao Estado do Paraná, para Bandeirantes, onde atuou até o ano de 1951, quando foi transferido para Ponta Grossa, onde atuou no período de 1952 a 1976.

Nas paróquias por onde passou frei Elias atuou como pároco, vigário e professor. Todavia foi à frente da Capelania dos Ferroviários da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina (RVPSC)⁷⁶, com sede no Bairro Oficinas, em Ponta Grossa, que o frei Capuchinho atuou de modo ativo na estruturação do que chamaremos de um verdadeiro 'Aparato Educacional Católico'.

De acordo com a historiadora Rosângela Wosiack Zulian (2015), o Bairro Oficinas surgiu do fluxo ferroviário na região e da necessidade de manutenção dos maquinários. Para atender a essa demanda, estruturou-se, a aproximadamente 3km do centro da cidade, um complexo com para atender às demandas reais dos ferroviários:

[...] com pátios de manobra e armazenamento de comboios, oficinas de locomotivas e vagões, estações de cargas e passageiros, depósitos, usinas de tratamento de dormentes entre outros. Integravam o sistema: a Vila dos Operários, a Cooperativa Mista 26 de outubro, fundada em outubro de 1906, a Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti, de setembro de 1940, e ainda o Hospital 26 de outubro (ZULIAN, 2015, p. 6)

Em 18 de maio de 1952, frei Elias assumiu como Capelão a assistência social da Capelania dos ferroviários com o objetivo de prestar atendimento espiritual aos moradores do Bairro Oficinas e também aos moradores das regiões próximas às estações sob a jurisdição da Capela Ferroviária, que, segundo

⁷⁶ A RVPSC originou da junção das linhas férreas Companhia de São Paulo – Rio Grande, Estrada de Ferro Paraná, Estrada de Ferro do Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, que posteriormente, em 1957, uniu-se a outras autarquias e veio a se constituir a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), com 100% das ações pertencentes à União (Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/img1_16.pdf>).

estatísticas da época, totalizavam 267 estações, distribuídas em uma extensão de 3.000km (BOLETIM INTERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ E SANTA CATARINA, 2015, p. 88).

Figura 14 – Frei Elias Zulian em viagem de vagonete.



Fonte: Arquivos da Cúria Provincial São Lourenço de Brindes.

A atuação de frei Elias junto à Capelania dos ferroviários se deu de modo dinâmico, como Clérigo e Religioso. Haja vista o legado expresso na elevação da Capelania à categoria de Matriz em 1965 e na edificação da Igreja Matriz São Cristóvão, no Bairro Oficinas, da qual foi o primeiro pároco. Entretanto nos chamam a atenção a dedicação e empenho do frei Capuchinho na estruturação das instituições educacionais que até o presente momento configuram como espaços educativos na cidade de Ponta Grossa.

A capacidade organizativa de Frei Elias culminou na estruturação de uma ramificação da família franciscana: a Ordem Terceira Franciscana dos Ferroviários Paranaenses (OTFFP), fundada no mês de maio de 1955, na Igreja São Cristóvão, no bairro Oficinas, onde estava situada sua sede. A finalidade da OTFFP

[...] era programar e realizar obras de cunho social, cultural, educacional, de lazer, que mantivessem os trabalhadores do bairro em constante atividade. A ordem, nos primeiros momentos de sua criação, traçou um plano de desenvolvimento: jardim de infância para 100 crianças, curso primário para 300 crianças, moradia para 20 religiosas, escola doméstica para 60 moças e ainda um internato para 80 filhas de turmeiros, o qual tinha por objetivo formar meninas em trabalhos domésticos, para que posteriormente pudessem contribuir com a formação das crianças e disseminar o aprendizado no local. Para a execução das metas previstas, Frei Elias contava com a participação da comunidade, o apoio dos superiores e da diretoria da RVPSC que tinha interesse na realização das obras. Além disso, segundo a crônica 'já ganhara o respeito e consideração da classe política da época'. O terreno para as construções foi cedido em regime de comodato pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina (ZULIAN, 2015, p. 7).

Apesar do crescimento populacional, a oferta de escolas públicas no Estado era escassa. Os Grupos Escolares ou Escolas Isoladas, se constituíam em medidas estruturais econômicas, pois agrupavam duas ou mais escolas reunidas e que funcionavam no mesmo local. De acordo com Nascimento (2006a), na Região dos Campos Gerais as poucas escolas públicas que funcionavam se encontravam em estado precário. Foi nesse contexto que se inseriu a atuação de frei Elias no contexto educacional formal.

O informativo comemorativo dos sete anos de fundação da Capelania RVPSC, publicado em 1961, apresenta a linha de ação definida e criteriosamente levada a efeito por frei Elias:

Fundada em 1950 pelo então diretor Cel. José Machado Lopes no constante esforço de solucionar seriamente o vasto e urgente problema social – educacional na classe ferroviária, erigiu em 1º de maio de 1955, uma entidade autônoma e integrada de bons elementos ferroviários, sob a orientação do Pe Capelão e assistente social da RVPSC que é orientador e fundador da entidade (A CAPELANIA DA RVPSC, 1961. p. 1)

A preocupação com a educação dos ferroviários estava vinculada às demandas impostas socialmente. Com o desenvolvimento industrial, era necessário preparar os trabalhadores e os filhos dos trabalhadores para responderem às novas demandas e exigências sociais.

Figura 15 – Frei Elias e ferroviários na construção da Escola Isolada da Vila Ferroviária.



Fonte: Arquivos da Cúria Provincial São Lourenço de Brindes.

Figura 16 – Grupo Escolar São José Operário.



Fonte: Arquivos da Cúria Provincial São Lourenço de Brindes.

No mesmo periódico frei Elias apresentou um demonstrativo das obras edificadas no contexto educacional, as quais estruturamos no quadro a seguir:

Quadro 9 – Instituições organizadas pelo frei Elias Zulian.

| Data de inauguração | Instituição | Caracterização | Sessões e alunos matriculados |
|----------------------------|--|--|---|
| 1º de abril de 1956 | Auditório Cine teatro São Cristóvão | Auditório com capacidade para 400 pessoas | 4 sessões semanais com ótima frequência |
| 18 de fevereiro de 1957 | Inauguração da Escola Isolada da Vila Ferroviária | Capacidade para atender a 126 alunos. No ano de 1957, atendeu provisoriamente ao Curso Primário. | 60 alunos |
| 18 de fevereiro de 1958 | Por meio do decreto nº 16.768 de 23/05 passou a categoria de Grupo Escolar Jesus Divino Operário. | Foram inauguradas mais quatro confortáveis salas de aula, acrescentadas às existentes, ampliaram-se as atividades do Instituto e permitiu-se a oficialização do mesmo. | 430 alunos |
| 13 de março de 1961 | Escola Doméstica e moradia das professoras religiosas das Irmãs Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria. | Parte do prédio passou a ser utilizado para acolher as filhas dos ferroviários que estudariam em regime de internato. | 55 alunas |
| Setembro de 1964 | Cine Teatro Pax | | |

Fonte: A CAPELANIA DA RVPSC (1961, p. 1).
Quadro organizado pela autora.

No que compete ao Grupo Escolar Jesus Divino Operário, julgamos necessário explicitar as mudanças ocorridas em razão das reformas educacionais. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Divino Jesus Operário,

No ano de 1976, por meio do decreto nº 1925 de 09/06/1975 a escola passou a ser denominada Escola Divino Jesus Operário, que funcionava anexa ao Ginásio Pax. Em 1982, com cessação das atividades do Ginásio Pax, a Escola Estadual Divino Jesus Operário passou a ofertar o ensino de 1º grau, conforme resolução nº 579/84. Em 1998, passou a chamar-se Escola Estadual Jesus Divino Operário – Ensino Fundamental, conforme Deliberação nº 003/98 do Conselho Estadual de Educação publicada em D.O.E. do dia 16 de julho de 1998 e da Resolução nº 3120/98 da Secretaria de Estado da Educação publicada em D.O.E. do dia 11 de setembro de 1998. Diante do processo de

municipalização das séries iniciais de ensino, 1º de outubro de 2001, ocorreu o desmembramento do ensino de 1º a 4º série do Ensino Fundamental, que passou a ser mantido pela Secretaria Municipal de Educação, mas continuará no mesmo prédio, em espaço compartilhado até abril do ano letivo de 2006. A partir dia 07 de abril do ano de 2006, já com prédio próprio, começou a funcionar a Escola Municipal Frei Elias Zulian, deixando então de ser compartilhado o nosso prédio com o município (ESCOLA ESTADUAL JESUS DIVINO OPERÁRIO, 2010, p. 8).

Frei Elias esteve concatenado com as exigências reais do contexto no qual estava inserido. Homem do seu tempo, apropriou-se com afinco de um contexto cultural pouco familiar e logo compreendeu que a educação se constituía em um importante instrumento de “acomodação” a uma nova ordem social.

Em relação ao número de alunos que frequentaram as Escolas Paroquiais, estruturadas pelos frades Capuchinhos, existe uma lacuna, uma vez que não foram encontrados registros ou documentos com essas informações. Conforme Dalabrida (2011), as Escolas Paroquiais perderam sua função à medida que ocorreu a aproximação entre Estado e Igreja, e baseados em um regime de colaboração com a doutrina católica ganhou espaço na escola pública mesmo num país laico e deixando de ser, legalmente, a religião oficial do país.

6 CONCLUSÃO

Ao retomarmos o contexto histórico brasileiro do final século XIX e início do século XX, principalmente nas décadas que marcaram a implantação e formação da República, percebemos significativas repercussões da Igreja Católica no contexto educacional brasileiro e que a instituição sempre esteve atenta às mudanças ocorridas historicamente.

Avaliar o impacto da ação dos frades Capuchinhos na educação paranaense implica em considerar a trajetória de suas ações de modo articulado junto à Igreja Católica e demais segmentos do Estado em formação. Não avaliar a presença da OFMcap sob esta perspectiva, implicaria na conformação de uma visão parcial de sua importância, estabelecendo limites às ações que não se restringiram às sacristias das paróquias.

Perguntar hoje se a OFMcap atuou no contexto educacional paranaense a serviço da elite católica é formular uma questão abstrata. É muito mais fecundo indagar a função ideológica e histórica efetiva que esses religiosos tiveram e o impacto de suas atuações no contexto educacional paranaense. Parafraseando Cury (1988), temos a compreensão de que os fenômenos que envolvem a sociedade não são diáfanos.

A consideração do franciscanismo, enquanto fenômeno religioso, possibilitou a compreensão de que, desde sua origem, os problemas sociais advindos das relações desiguais de poder, seja no feudalismo ou sistema capitalista, causaram inquietações, primeiramente, em Francisco de Assis, posteriormente, nos franciscanos. Todavia, as ações realizadas assumiram historicamente papel de acomodação ao sistema, apaziguando os conflitos e auxiliando na manutenção da ordem social.

Os conflitos internos na Ordem dos Menores que deu origem à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, motivados pelo retorno deram sustentação para analisar o perfil dos frades que se fixaram no Paraná assumindo ao trabalho missionário, imbuídos do carisma originário dos primeiros companheiros de Francisco de Assis.

É possível perceber que o movimento histórico da sociedade remeteu a OFMcap a um retorno às causas primeiras de São Francisco. Curiosamente, isso se deu por uma necessidade posta socialmente, ou seja, surgiu de situações concretas, e não pela mera argumentação da observação das normas deixadas pelo *Poverello*. Diante de conflitos e reformas que acometeram a família franciscana, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMcap), primou pela busca do retorno aos valores deixados por São Francisco de Assis.

Na América do Sul, a atuação franciscana pautou-se na hierarquização da Igreja Católica e no papel desempenhado sempre em consonância com representatividade do Estado. As transformações ocorridas nas relações materiais, que acarretaram na transposição de um Brasil Colonial, para uma República laica e “independente” deu à educação o *status* de principal instrumento de desenvolvimento da sociedade.

Nesse contexto a Igreja Católica demonstrou sua capacidade de adaptar-se às exigências e responder às novas demandas sociais valendo-se da educação. Como representantes da Igreja, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos atendeu aos diferentes períodos. Serviu à Coroa nos Aldeamentos, ministrou os sacramentos durante no Brasil imperial e estruturou Escolas Paroquiais nas primeiras décadas republicanas.

A relação entre Estado e Igreja Católica, no Brasil, se deu por meio de um regime de colaboração, caracterizado por períodos de aproximação e raros momentos de distanciamento entre as duas instituições. A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos serviu nos diferentes períodos históricos para aproximar as duas instituições.

A expansão do catolicismo no Estado do Paraná se deu como parte do processo de romanização da Igreja Católica e a inserção das ordens religiosas europeias no processo de diocesanização brasileira, a OFMcap se consolidou no Paraná. A estruturação da diocese de Curitiba, em 27 de abril de 1892, introduziu o projeto de Restauração Católica, que ousamos denominar de “Instauração Católica”, uma vez que no Estado a Igreja Católica estava em sua gênese, em que congregações estrangeiras vieram para assumir e atuar em diferentes setores, principalmente, na educação.

O empenho de Dom João Francisco Braga, para a vinda e fixação dos frades Capuchinhos na Diocese de Curitiba, ratifica a hipótese de que os frades italianos atenderiam às necessidades oriundas da imigração italiana para o Estado do Paraná e, ainda, pela capacidade adaptativa dos frades nas diferentes frentes de trabalho.

O papel desempenhado por Dom João Francisco Braga, enquanto terceiro bispo e primeiro arcebispo da Arquidiocese de Curitiba, se constituiu em uma ação formativa nos mais diferentes ambientes de embate social que a Igreja Católica enfrentou durante as três primeiras décadas do século XX, no Estado do Paraná.

A OFMcap, mesmo não estando vinculada à atuação direta no âmbito educacional formal, atuou de modo direto no contexto educacional escolar nas Paróquias por onde passaram como, por exemplo, na ampliação de escolas públicas ou das escolas confessionais católicas privadas ou não. Todavia, as ações realizadas não podem ser entendidas como um programa de ação evangelizadora da própria OFMcap, mas, como um projeto amplo da Igreja Católica.

A análise dos documentos expressa a unidade no discurso da Igreja Católica, “Universal”, em que bispos, padres e religiosos se empenharam para livrarem as crianças e os jovens da ignorância e dos males do “país sem Deus”.

As ações realizadas por frei Elias e capitaneadas pelas autoridades políticas da região do Bairro Oficinas deixam claro que a estruturação de um “Complexo Educacional” esteve atrelada a uma necessidade econômica e socialmente estabelecida pelas exigências históricas.

Por meio dos documentos deparamo-nos com as ações do Frei Elias Zulian. O trabalho realizado pelo frei Capuchinho, em Ponta Grossa, amenizou conflitos entre os trabalhadores da Rede Ferroviária e auxiliou na ampliação da escola pública na região.

De modo específico, as ações realizadas pelos frades Capuchinhos, baseiam-se na dialética do pêndulo hierocrático, fascinado pelo poder secular, mas sendo obrigado, por força de sua autopreservação essencial, a se afastar do exercício direto. A atuação da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no contexto educacional do Estado do Paraná, por meio das Escolas Paroquiais por

eles erigidas no período de 1920 a 1976, pautou-se em um plano de trabalho muito mais amplo do que os do limite da própria OFMcap., antes, foram obedientes a um projeto de uma instituição universal.

A Missão Capuchinha no Paraná, iniciada com o pequeno grupo de quatro frades, que gradativamente, aumentou, mostrou o esforço da Igreja Católica em atuar na formação moral da população. Os Capuchinhos prestaram significativo serviço à sociedade paranaense, no que compreende à ampliação da escola pública e na contribuição de superação do analfabetismo.

Algumas questões ainda necessitam de análises sistemáticas: Por que algumas Escolas Paroquiais foram extintas e outras foram cedidas ao Estado e continuaram em funcionamento como escola pública? Qual o impacto da ação de Frei Elias junto aos ferroviários?

A partir do conceito gramsciano de bloco histórico, é possível compreender que as demandas expressas pelas diferentes instituições, são frutos da relação entre a “superestrutura e a infraestrutura”, aqui no caso empreendido, é preciso considerar a Igreja e as Escolas Paroquiais, como instituições que articularam de modo recíproco todos os condicionantes social e organicamente imbricados de modo dialético. Diante da instituição da República e das exigências de ordem econômica caracterizada pela fase monopolista e imperialista do capitalismo, se dá também a exigência de que a escola avance a passos largos para responder às necessidades postas e impostas por essa nova realidade.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

A CAPELANIA DA R.V.P.S.C. **Sete anos de atividade**. Ponta Grossa: Gráfica Ideal, 1961. p. 1-4.

A GAZETA DO NORTE, Fortaleza, 28 de abril de 1890, p. 2.

BOLETIM ECLESIAÍTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA. **Carta Pastoral**, Corytiba, Diocese de Corytiba, ano 1, n. 3, p. 26-29, 2 mar. 1900.

BOLETIM INTERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ E SANTA CATARINA. **40 anos de vida provincial**: província São Lourenço de Brindes. Curitiba, Ano XIV, n. 173 especial, 2008.

BOLETIM INTERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ E SANTA CATARINA. **Necrológio**: Província São Lourenço de Brindes. Curitiba, Ano 47, Número Especial, 2015.

CARTA DOS QUATRO MISSIONÁRIOS, 08 de outubro de 1919. Archivio Provinciali Cappuccini: Curia Provincial São Lourenço de Brindes, Curitiba, 2015.

CONVENZIONE, 16 de maio de 1919. Archivio Provinciali Cappuccini: Curia Provincial São Lourenço de Brindes, Curitiba, 2015.

FREI VENÂNCIO DE LISLE-EM-RIGAULT. **Carta ao Provincial Serafim de Udine, 7 de abril de 1919**. Archivio Provinciali Cappuccini: Curia Provincial São Lourenço de Brindes, Curitiba, 2015.

TADDEI, F. Abertura de Escolas Paroquiais. **Livro Tombo da Diocese de Jacarezinho**, n. 98. 1932, p. 194.

FONTES SECUNDÁRIAS E LITERATURA DE APOIO

ABADIA NOSSA SENHORA DA SANTA CRUZ. **Nossa história**. 2014. Disponível em: <<http://www.abadaitaporanga.org.br>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

ABATE, G. **Fra Matteo da Baccio e gli inizi dell' Ordine Cappuccino**. Roma: Istituto Storico Capuccino, 1960.

AGENZIA FIDES. **Órgão de informação das pontifícias obras missionárias desde 1927**. 2015. Disponível em: <<http://www.fides.org/ita/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

AQUINO, M. A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas. In: CARREIRO, G. S.; SANTOS, L. de A.; FERRETTI, S. F.; SANTOS, T. L. de. (Org.). **Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões**. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013. p. 119-142.

AQUINO, M. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103158>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

ARAÚJO, J. C. S. **Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Padroado. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Graf. FE.: Histedbr, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_Padroado2.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; BARBOZA, M. A. Fundamentos da educação cristã no Brasil no século XVII. In: ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; RIBAS, M. A. A. B.; SKALINSKI JUNIOR, O. (Org.). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial**. Maringá: Eduem, 2015. p. 13-40. 3 v.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **A Arquidiocese de Curitiba em sua história e Diocese de Curitiba: 100 anos**. Curitiba: Arquidiocese de Curitiba, 1992.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Dom Pedro Antonio Marchetti Fedalto**. Disponível em: <<http://arquidiocesedecuritiba.org.br/bispos/Dom-pedro-marchetti-fedalto/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

ATLAS GEOGRAPHICUS CAPUCCINUS. Roma: Curia Generalis OFMcap, 1993.

AZZI, R. **A cristandade colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

AZZI, R. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Santuário, 2008.

AZZI, R. **Ascensão ou decadência da Igreja?**. São Paulo: Editora das Américas, 1962.

AZZI, R. O movimento de reforma católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, Vozes, v. 34, n. 135, p. 646-662, mar. 1974.

AZZI, R.; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio da Igreja a partir do povo**. Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção história geral da América Latina).

BÉDRUNE, L. Ordem franciscana secular. In: CAROLI, E. (Org.). **Dicionário franciscano**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 509-521.

BOFF, L. **São Francisco de Assis: ternura e vigor: uma leitura a partir dos pobres**. Petrópolis: Vozes, Cefepal, 1982.

BOLTON, B. **A reforma na idade média**. Lisboa: Edições 70, 1983.

BONA, J. **Seminários menores**. Curitiba: Província São Lourenço de Brindes, 2011.

BONAZZI, L. **Storia di Perugia**, 2 vol. in-8°. Perugia, 1875-1879, t. I, cap. V, p. 257-322.

BONI, A. **As três ordens franciscanas**. Petrópolis: FFB, 2002.

BONI, A. Fraternidade: irmão, irmã, companheiro, recreação. In: CAROLI, E. (Org.). **Dicionário franciscano**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 270-279.

BOTTER, E. B. Apostolado dos Capuchinhos do Paraná e Santa Catarina de 1920 até 1968. **BOLETIM INTERNO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ E SANTA CATARINA. 40 anos de vida provincial:** província São Lourenço de Brindes. Curitiba, Ano XIV, n. 173 especial, 2008. p. 79-92.

BOUGEROL, G. J. Conversão fuga do mundo. In: CAROLI, E. (Org.). **Dicionário franciscano.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 101-109.

BRAGA, J. F. **Carta pastoral.** Curitiba: Diocese de Curitiba, 1908.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Pelotas; Porto Alegre: Livraria Universal, 1896. Disponível em: <<http://www.oab.or.br/editora/revista/users/revista/1211291541174218181901.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890.** Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o Padroado e estabelece outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BRUNEAU, T. **Catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1974.

CAMPINAS, R. da C. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J.; TRICHES, R. I. (Org.). **Paraná, espaço e memória:** diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 130-157.

CANONICI, L. Porciúncula, santuário. In: CAROLI, E. (Org.). **Dicionário franciscano.** Petrópolis: Vozes, 1999, p. 600-607.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: _____. (Org.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CARLI, R. **Os Capuchinhos:** análise de uma ordem religiosa. São Paulo: Ave Maria, 1980.

CASAGRANDE, G. Una Orden para los laicos. Penitencia y penitentes en el siglo XIII. In: BARTOLI LANGELI, A.; PRINZIVALLI, E. (Org.). **Francisco de Asís y el primer siglo de historia franciscana.** Oñati: Franc. Arantzazu, 1999, p. 265-288.

CASIMIRO, A. P. B. S. Pensamentos fundadores na educação religiosa do Brasil colônia. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.html>. Acesso em: 15 jul. 2016.

CASIMIRO, A. P. B. S.; SILVEIRA, C. N. D; ALMEIDA, M. C. O. Jesuítas: evangelização e escravidão nas terras brasílicas. In: ARNAUT DE TOLEDO, C. A; RIBAS, M. A. A. B; SKALINSKI JUNIOR, O. (Org.). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial**. Maringá: Eduem, 2015. p. 16-35. 4 v.

CAYOTA, M. **Semeando entre brumas**: utopia franciscana e humanismo renascentista, uma alternativa para a conquista. Petrópolis: CEFEPAL, 1992.

CENTRO FRANCISCANO DE ESPIRITUALIDADE. 2015. Disponível em: <<http://www.centrofranciscano.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

COMUNE DI CINGOLI. 2015. Disponível em: <<http://www.comune.cingoli.mc.it/>>. Acesso: 11 mar. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretório da liturgia e da organização da Igreja no Brasil**: 2009. Brasília: CNBB, 2010.

CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS. **Instrução sobre os sínodos diocesano**. 1997. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregatio>. Acesso em: 19 out. 2016.

CONSTITUIÇÕES DA ORDEM DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS E ORDENAÇÕES DOS CAPÍTULOS GERAIS: a Regra e o Testamento de São Francisco. Porto Alegre: Estef, 2014.

CONTI, M. **Estudos e pesquisas sobre o franciscanismo das origens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CONTI, M. Regra e monarquismo. In: CAROLI, E. (Org.). **Dicionário franciscano**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 639-653.

COSTA, O. R. G. As fontes primárias existentes no arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. In: Simpósio Nacional dos professores universitários de História, 4. 1967. São Paulo. **Anais Colonização e Migração**, Porto Alegre: ANPUH, 1967, p. 625-667.

COSTA, R.; DE BONI, A. **Os Capuchinhos do Rio Grande Sul**. Porto Alegre: Est Edições, 1996.

CROCOLI, A. **Capuchinhos para a América Latina**. São Paulo: CCB; Porto Alegre: Escola Superior de teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

CUNHA, L. A. **Associação Brasileira de Educação (Abe)**. 2009. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20\(ABE\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2016.

CÚRIA GERAL OFMConv. 2013. Disponível em: <<http://www.capgenofmconv2013>>. Acesso em: 28 out. 2014.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 5. ed. São Paulo. Cortez. 1992.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

D'ALATRI, M. **Os Capuchinhos**: história de uma família franciscana. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

DAHER, A. **O Brasil francês**: a singularidade da França Equinocial (1612-1615). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DALL'ALBA, H. **A saga dos camaldulenses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

DALLABRIDA, N. Das Escolas Paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. IN: STEPHANOU, M.; BASTOS, C. M. H. **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 76-87. 3 v.

DESBONNETS, T. **Da intuição à instituição**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DI FONZO, L. **Frades menores conventuais**: história e vida 1209-1995. Brasília: Edições Kolbe, 1997.

ELWELL, W. A. **Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1988. 1 v.

ESCOLA ESTADUAL JESUS DIVINO OPERÁRIO. **Projeto político pedagógico**: 2010. Ponta Grossa, 2010. 29 p.

ESQUIVEL, J. C. **Igreja, estado e política**: estudo comparado no Brasil e na Argentina. Aparecida, SP: Santuário, 2013.

ESSER, K. **Origens e espírito primitivo da Ordem Franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FALBEL, N. **Os espirituais Franciscanos**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FAMÍLIA FRANCISCANA DO BRASIL. 2015. Disponível em: <<http://ffb.org.br>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de desenvolvimento da Educação. 1995.

FEDALTO, P. A. M. **História da Igreja no Paraná**: contribuição de Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto para a celebração do jubileu de ouro da Regional Sul 2 da CNBB. Curitiba: CNBB Regional Sul 2, 2014.

FELDER, H. **Las ciudades repúblicas italianas**. Madri: Guadarrama, 1969.

FERREIRA, L. **A Ordem de Frades Menores Capuchinhos**. Petrópolis: Vozes, 1948.

FLOOD, D. **Frei Francisco e o movimento franciscano**. Petrópolis: CEFEPAL, 1986.

FRAGOSO, H. (OFM). A era missionária (1686-1759). In: HOORNAERT, E. (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, Cehila. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 139-208.

FRENCKEN, G. **Em missão: os padres da Congregação da Missão (Lazaristas) no nordeste e norte do Brasil.** Fortaleza: UFC, 2010.

FREYRE, G. **A propósito de frades.** Salvador: Livraria Progresso, 1959.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 2 v.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

HAUCK, J. F. **História da Igreja no Brasil: ensaio de apresentação a partir do povo: segunda época, século XIX.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INFORMAÇÃO CATÓLICA. **A igreja no Brasil e no mundo.** 2015. Disponível em: <<http://www.icatolica.com/p/cnbb-regionais.html>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

IRIARTE, L. **História franciscana.** Petrópolis: Vozes, 1985.

KREUTZ, L. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã.** Porto Alegre: UFRGS, 1991.

LE GOFF, J. **São Francisco de Assis.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEÃO XII, PAPA. Encíclica Aeterni Patris. Disponível em: <<http://www.icatolica.com/p/cnbb-regionais.html>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

LEME, S. **A carta pastoral de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme: quando arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos.** 1916. Disponível em: <www.amigodacruz.com.br/carta-pastoral-de-dom-leme-de-1916.html>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LUPORINI, T. J. Instituições escolares: etnia e educação escolar. In: NASCIMENTO, I. M. et al. (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007, p. 209-229.

LUSTOSA, O. F. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Giro, 1997.

MACEDO COSTA, A. Alguns pontos de reforma na Igreja do Brasil. In: **Cadernos de História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1982. p. 184-197.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná, política e governo: coleção história do Paraná: textos introdutórios**. Curitiba: SEED, 2001.

MANACORDA, M, A. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas: Alínea, 2008.

MARTINA, G. **História da igreja de Lutero a nossos dias: a era do liberalismo**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MAZUCO, V. **TAU, símbolos e significados**. Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MAZZAROTTO, J. **A arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba: Arquidiocese de Curitiba, 1956.

MCBRIEN, R. P. **Os Papas: os pontífices de São Pedro a João Paulo II**. São Paulo: Loyola, 1997.

MEDIEVAL IMAGO & DIES VITAE IMAGENS E COTIDIANO DA IDADE MÉDIA. **O instigante Frederico I Barba Roxa**. 2012. Disponível em: <<http://pvmarques.com/2012/10/20/o-instigante-frederico-i-barba-roxa>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

MERLO, G. G. **Em nome de Francisco**: história dos frades Menores e do franciscanismo até início do século XVI. Petrópolis: Vozes, 2005.

MIGUEL, M. E. B. **A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense**: início, consolidação e expansão do movimento. 1992. 292 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MOLLAT, M. **Les pauvres au Moyen Âge**. Paris: Hachette, 1978.

MOURA, L. D. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU, 1974.

NASCIMENTO, M. I. M. Grupos escolares na região dos Campos Gerais (PR). In: VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado e Letras Edições e Livraria, 2006a. p. 323-340.

NASCIMENTO, M. I. M. O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional. **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Graf. FE.: Histedbr, 2006b. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_Padroado2.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

NISKIER, A. **Educação brasileira**: 500 anos de história. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

ODOARDI, G. Ministro, servo, serviço, custódio, guardião. In: CAROLI, E. (Org.). **Dicionário franciscano**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 421-432.

OLIVEIRA, M. C. M. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1994.

PAIVA, V. Um século de educação republicana. **Revista Pro-Posições**, Campinas, Unicamp, n. 2, jul. 1990.

PARDO BAZÁN, E. **San Francisco de Asís**: siglo XIII. Madrid: Libreria de D. Miguel Olamendi, 1882.

PÁSTZOR, E. Gli scritti leonini, in La “questione francescana” dal Sabatier ad oggi. **Atti del I Convegno Internazionale**, Assisi 18-20 ottobre 1973, Assisi 1974, p. 199-212.

PEDROSO, J. C. C. **Fontes franciscanas**: apresentação geral. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 1998.

PENTEADO, A. E. A.; NETO, L. B. As reformas educacionais na primeira república (1989-1930). In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (Org.). **História da administração escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. Campinas: Alínea, 2010, p. 75-102.

PIANZOLA, M. **Os Papagaios amarelos**: os franceses na conquista do Brasil. São Luís: Secretaria da Cultura do Estado do Maranhão, 1992.

PINTARELLY, E. A. **Fontes franciscanas e clarianas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIO XI, Papa. **Encíclica Divini Illius Magistri**. 1929. Sobre a educação cristã da juventude. São Paulo: Paulinas, 1965.

POBLADURA, M. **La bella e santa reforma dei Frati Minori Cappuccini**. 2. ed. Roma, 1963.

POBLADURA, M. **Seminarios de misiones y conventos de perfecta vida común**. Roma: Istituto Storico Capuccino, 1963.

PORTELLI, H. **Gramsci e a questão religiosa**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

PRIMÉRIO, F. M. **Capuchinhos em Terra de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

PROVÍNCIA DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://procamig.org.br>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL. 2015. Disponível em: <<http://franciscanos.org.br>>. Acesso em: 25 out. 2015.

PROVÍNCIA SÃO LOURENÇO DE BRINDES DOS FREIS CAPUCHINHOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA. 2015. Disponível em: <<http://Capuchinhosprsc.org.br/santos-Capuchinhos>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec-Edusp, 2002.

QUARESMA FILHO, H. Presença e ação dos Capuchinhos no Paraná. **Revista Atos**, Ponta Grossa, ano 1, nov. 1968/ mar.1969.

RAGAZZINI, D. Diacrônico/sincrônico e os paradoxos educativos da historiografia. In: LOMBARDI, J. C; SAVIANI, D. (Org.). **Navegando pela história da educação**: 20 anos de Histedbr. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 46-55. Disponível em: <<http://www.regione.marche.mc.it/>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

REGIONE MARCHE GIUNTA REGIONALE. 2015. Disponível em: <<http://www.regione.marche.mc.it/>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

REID, D. G. **Dicionário teológico**. São Paulo: Loyola, 1999.

RESENDE, F. B. C. Os pobres na idade média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, Universidade de Taubaté (UNITAU), v. 1, n. 1, p. 1-9, 2009.

RIBEIRÃO PRETO, I. **A custódia provincial dos padres Capuchinhos**: nos estados do Paraná e Santa Catarina de 1920 aos nossos dias. Santo Antônio da Platina: Convento de Santo Antônio, 1948.

RIBEIRÃO PRETO, I. **Escolas Paroquiais**. Atti della Província Veneta. 1932, p. 11.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 20 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROMAG, D. **Compêndio da história da Igreja**. São Paulo: Vozes, 1949. 1 v.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**: 1930-1973. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROMANO, R. **Brasil**: igreja contra estado. São Paulo: Kairós, 1979.

ROTZETTER, A. **Com Deus nos dias de hoje: curso básico de vida franciscana**. Petrópolis: Vozes, 2003.

RUST, L. D. O concílio, o Papado e o tempo: ou algumas considerações críticas sobre a institucionalização do Papado medieval (1050-1270). **História: questões & debates**, Curitiba: Ufor, n. 46, p. 163-187, 2007.

SABATIER, P. **Vida de São Francisco de Assis**. Tradução: Frei José Carlos Corrêa Pedroso OFM. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 2011.

SALTMAN, A. Prefácio. In: FALBEL, N. **Os espirituais franciscanos**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SALVATORELLI, L. **Vita di san Francesco d'Assisi**. Brescia, Italia: La Fenice, 1926.

SANNA, A. Capítulos. In: CAROLI, E. (Org.). **Dicionário franciscano**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 77-86.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006a.

SAVIANI, D. Pedagogia e política educacional Império brasileiro. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006b, Uberlândia. **Anais**. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/Dermeval%20Saviani.htm>>. Acesso em: 13 maio 2015.

SCHLESENER, A. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: UFPR, 2002.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

SILVA, F.O. O Concílio Plenário Latino-Americano (1899): primeiras aplicações na Diocese de Diamantina. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 16, n. 64, jul./set. 2008. p. 109-125.

SILVEIRA, I.; REIS, O. dos (Org.). **São Francisco de Assis: escritos e biografias de São Francisco de Assis: crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscanos**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SKALINSKI JUNIOR, O. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945):** uma proposta de espírito católico e corpo secular. Curitiba: CRV, 2015.

SPINA, S. **A cultura literária medieval.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

SPOTO, D. **Francisco de Assis: o santo relutante.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TORRES, J. C. O. **História das ideias religiosas no Brasil:** a Igreja e a sociedade brasileira. São Paulo: Grijalbo, 1968.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná – textos introdutórios).

URIBE, F. **Por los caminos de Francisco de Asis.** Oñate: Franciscan Aránzazu, 1990.

VALSTAGNA, V. Escolas Paroquiais. **Boletim Provincial,** Veneza. Itália, 1927, p. 1-15

VIEIRA, D. R. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926).** Aparecida, SP: Santuário, 2007.

VILLAÇA, A. C. **O pensamento católico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VITRY, J. **Historia occidentalis:** la letteratura francescana: Francesco e Chiara d'Assisi, 1972.

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX:** a reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

WERNET, A. O auge da romanização: o concílio plenário da América Latina. REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 10., 1991, Curitiba. **Anais.** 1991. p. 197-200.

ZAGONEL, C. A. **Capuchinhos no Brasil.** Porto Alegre: Edições EST, 2001.

ZULIAN, R. W. Uma experiência de cristianização do mundo do trabalho: Frei Elias Zulian e os ferroviários (1950-1976). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG – UNICENTRO, 2., 2015, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa: UEPG, 2015. Disponível em: <http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1439217062_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOINTERNACIONAL2015.pdf>. Acesso em: 9 maio 2015.

_BOLETIM ECLESIAÍTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA. **Irmadade de Santo Antônio: aprovação.** Corytiba, Diocese de Corytiba, ano 3, n. 11, 8 nov. 1902.

_BOLETIM ECLESIAÍTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA. **Estatuto da Irmadade de Santo Antônio,** Corytiba, Diocese de Corytiba, ano 1, n. 3, p. 29-32, 2 mar. 1900.

_BOLETIM ECLESIAÍTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA. **Carta Circular,** Corytiba, Diocese de Corytiba, p. 95-111, 6 jan. 1897.

ANEXOS

ANEXO A

REGRA NÃO BULADA

Introdução

Às vezes também é chamada de *Primeira Regra*, deixando-se o nome de *Segunda Regra* para o que estamos denominando Regra Bulada. Na verdade, não foi a primeira. Alguns chamam de *Proto-regra* ou *Regra Primitiva* a que foi aprovada por Inocêncio III em 1210. A Regra não bulada é a versão final que resultou em 1221, depois que os capítulos gerais foram acrescentando modificações à Regra Primitiva, para se adequar à vida de uma fraternidade que não parava de crescer. É o maior dos escritos de São Francisco. Ele é certamente o autor, mas teve ampla colaboração de todos os frades reunidos nos capítulos gerais. Trata-se de um documento vivo, ardoroso, cheio de orações e de citações bíblicas. É imprescindível para se conhecer o pensamento de Francisco e de seus primeiros companheiros sobre a Ordem que estava começando.

Prólogo

1. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo!
2. Esta é a vida do Evangelho de Jesus Cristo, que Frei Francisco pediu que lhe fosse concedida e confirmada pelo senhor Papa. E ele o concedeu e confirmou para si e seus frades, presentes e futuros.
3. Frei Francisco e todo o que for cabeça desta religião, prometa obediência e reverência ao senhor Papa Inocêncio e a seus sucessores.
4. E todos os outros frades estejam obrigados a obedecer a Frei Francisco e a seus sucessores.

Capítulo 1

Que os frades devem viver sem próprio e em castidade e obediência

1. A regra e vida destes frades é esta, a saber, viver em obediência, em castidade e sem próprio, e seguir a doutrina e os vestígios de nosso Senhor Jesus Cristo, que diz:
2. “Se queres ser perfeito, vai e vende tudo (cfr. Lc 18,22) que tens, e dá aos pobres e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me” (Mt 19,21).
3. E: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo e tome a sua cruz e me siga” (Mt 16,24).
4. Do mesmo modo: “Se alguém quer vir a mim e não odeia pai e mãe e mulher e filhos e irmãos e irmãs, e também sua própria vida, não pode ser meu discípulo” (Lc 14, 26).
5. E: “Todo aquele que deixar pai ou mãe, irmãos ou irmãs, esposa ou filhos, casas ou campos por causa de mim, receberá o cêntuplo e possuirá a vida eterna” (Mt 19,29; Mc 10,29; Lc 18,29).

Capítulo 2

Da recepção e vestes dos frades

1. Se alguém, querendo por inspiração divina receber esta vida, vier aos nossos frades, seja benignamente recebido por eles.
2. E se estiver firme para receber nossa vida, guardem-se muito os frades de intrometer-se em seus negócios temporais, mas o reapresentem logo que puderem ao seu ministro.
3. O ministro, porém, receba-o benignamente e o conforte, e lhe exponha diligentemente o teor de nossa vida.
4. Feito isso, o predito, se quiser e puder espiritualmente sem impedimento, venda tudo que é seu e procure dar tudo aos pobres.
5. Guardem-se os frades e o ministro dos frades de se intrometer de modo algum em seus negócios
6. E não recebam pecúnia alguma nem por si nem por pessoa intermediária.
7. Mas, se precisarem, podem os frades receber outras coisas necessárias para o corpo, menos dinheiro, por causa da necessidade, como os outros pobres.
8. E quando tiver voltado, o ministro conceda-lhe os panos da provação para um ano, isto é, duas túnicas sem capuz e o cingulo e as bragas e um caparão até o cingulo.
9. Mas acabado o ano e término da provação, seja recebido na obediência.
10. Depois não lhe será lícito entrar em outra religião nem “vagar fora da obediência” de acordo com o mandato do senhor Papa e segundo o evangelho; porque “ninguém que põe a mão no arado e olha para trás é apto para o reino de Deus” (Lc 9,62).
11. Mas se vier algum que não pode dar seus bens sem impedimento e tem vontade espiritual, deixe-os e lhe baste.
12. Ninguém seja recebido contra a forma e a instituição da santa Igreja.
13. Mas os outros frades que prometeram obediência tenham uma túnica com capuz e outra sem capuz, se for necessário, e o cingulo e as bragas.
14. E todos os frades vistam-se de roupas vis e possam remendá-las com sacos e outros retalhos com a bênção de Deus, porque diz o Senhor no evangelho: “Os que estão em vestes preciosas também estão em delícias” (Lc 7,25) e “os que se vestem de moles estão nas casas dos reis” (Mt 11,8).
15. E mesmo que os chamem de hipócritas, todavia não deixem de fazer o bem nem procurem roupas caras neste século, para poderem ter um vestimento no reino dos céus.

Capítulo 3

Do ofício divino e do jejum

1. Diz o Senhor: Este tipo de demônios não pode sair senão com jejum e oração (cfr. Mc 9,28);
2. E ainda: “Quando jejuardes não vos façais tristes, como os hipócritas” (Mt 6,16).

3. Por isso todos os frades, tanto clérigos como leigos, façam o ofício divino, os louvores e as orações, conforme o que devem fazer.
4. Os clérigos façam o ofício e rezem pelos vivos e pelos mortos segundo o costume dos clérigos.
5. E pelos defeitos e negligências dos frades digam todo dia Miserere mei Deus (SI 50) com o Pai nosso;
6. E pelos frades defuntos digam De profundis (SI 129) com o Pai nosso.
7. E só podem ter os livros necessários para cumprir seu ofício.
8. E também aos leigos que sabem ler o saltério seja permitido tê-lo.
9. Mas aos outros que não sabem letras não seja permitido ter livro.
10. Os leigos digam o Credo in Deum e vinte e quatro Pater noster com Gloria Patri pelas matinas; e por laudes, cinco; por prima Credo in Deum e sete Pater noster com Gloria Patri; por sexta e noa e cada hora sete, por vésperas doze; por completas Credo in Deum e sete Pater noster com Gloria Patri; pelos mortos sete Pater noster com requiem aeternam; e pelos defeitos e negligências dos frades três Pater noster todos os dias.
11. E igualmente todos os frades jejuem da festa de Todos os Santos até o Natal e da Epifania, quando nosso Senhor Jesus Cristo começou a jejuar até a Páscoa.
12. Mas em outros tempos não sejam obrigados a jejuar segundo esta vida a não ser na sexta-feira.
13. E seja-lhes licito comer de todos os alimentos que lhes são servidos, segundo o evangelho (cfr. Lc 10,8).

Capítulo 4

Dos ministros e dos outros frades, como se organizam

1. Em nome do Senhor!
2. Todos os frades que são constituídos ministros e servos dos outros frades, coloquem seus frades nas províncias e lugares em que estiverem, e sempre os visitem e admoestem espiritualmente e confortem.
3. E todos os meus outros frades benditos obedeçam-lhes diligentemente no que diz respeito à salvação da alma e não é contrário à nossa vida.
4. E ajam entre si como diz o Senhor: “Tudo que quereis que os homens vos façam, fazei-o para eles”: (Mt 7,12;
5. E “o que não queres que te façam, não faças ao outro” (Tb 4,16).
6. E lembrem os ministros e servos que diz o Senhor: “Não vim para ser servido mas para servir” (Mt 20,28) e que lhes foi confiada a solicitude pelas almas dos frades, dos quais, se algo se perder por sua culpa e mau exemplo, no dia do juízo terão que dar contas (cfr. Mt 12,36), diante do Senhor Jesus Cristo.

Capítulo 5

Da correção dos frades em pecado

1. Portanto guardai vossas almas e as dos vossos frades; porque “é horrível cair nas mãos do Deus vivo” (Hb 10,31).
2. Por isso se algum dos ministros dessa ordem a algum dos frades contra nossa vida ou contra sua alma, não terá que obedecer-lhe; porque não é obediência essa em que se comete delito ou pecado.
3. Entretanto, todos os frades que estão sob os ministros e servos, considerem os feitos dos ministros e servos racional e diligentemente,
4. E se virem que algum deles caminha carnal e não espiritualmente, em vez da retitude de nossa vida, se não se emendar depois da terceira admoestação, denunciem-no no capítulo de Pentecostes ao ministro e servo de toda a fraternidade, sem que o impeça nenhuma contradição.
5. Mas se entre os frades, onde quer que seja, houver algum frade que queira andar carnal e não espiritualmente, os frades, com os quais está, avisem-no, instruem e corrijam humilde e diligentemente.
6. E se ele, depois da terceira admoestação, não quiser se emendar, mandem-no o mais depressa que puderem ou avisem seu ministro e servo, o qual ministro e servo faça dele como, segundo Deus, melhor lhe parecer conveniente.
7. E guardem-se todos os frades, tanto ministros e servos como os outros, de perturbar-se ou irar-se pelo pecado ou mal do outro, porque o diabo quer corromper muitos pelo delito de um;
8. Mas, espiritualmente, como melhor puderem, ajudem o que pecou, porque não precisam de médico os sãos mas os que estão mal (cfr. Mt 9,12 com Mc 2,17).
9. Semelhantemente, todos os frades não tenham nisso poder ou Domínio entre si.
10. Pois, como diz o Senhor no evangelho: “Os príncipes dos povos os Dominam, e os que são maiores exercem poder sobre eles”, (Mt 20,25), mas não será assim entre os irmãos (cfr. Mt 20,26);
11. E todo que quiser entre eles ser o maior seja seu ministro (cfr. Mt 20,26) e servo;
12. E quem é o maior entre eles faça-se como o menor (Lc 22,26). 13 E nenhum frade faça mal ou fale mal ao outro;
14. Antes, pela caridade do espírito, sirvam e obedeçam uns aos outros (cfr. Gl 5,13).
15. E esta é a verdadeira e santa obediência de nosso Senhor Jesus Cristo.
16. E todos os frades, quantas vezes se desviarem dos mandatos do Senhor e vagarem fora da obediência, como diz o profeta (Sl 118,21), saibam que são malditos fora da obediência enquanto estiverem em tal pecado cientemente.
17. E quando perseverarem nos mandatos do Senhor, que prometeram pelo santo evangelho e por sua vida, saibam que estão na verdadeira obediência, e são abençoados pelo Senhor.

Capítulo 6

Do recurso dos frades aos ministros e que nenhum frade se chame prior

1. Os frades, em qualquer lugar que estão, se não podem observar nossa vida, logo que puderem, recorram a seu ministro, manifestando isso.
2. Mas o ministro procure provê-los de tal maneira, como ele mesmo quisera que se lhe fizesse, se estivesse em caso semelhante.
3. E nenhum se chame prior, mas em geral todos se chamem frades menores.
4. E um lave os pés do outro (cfr. Jo 13,14).

Capítulo 7

Do modo de server e de trabalhar

1. Todos os frades, em qualquer lugar em que estiverem em casa de outros para servir ou trabalhar, não sejam morDomos nem canceleres nem estejam à frente das casas em que servem; nem recebam algum emprego que cause escândalo ou produza detrimento para sua alma (cfr. Mc 8,36);
2. Mas sejam menores e submissos a todos que estão na mesma casa.
3. E os frades, que sabem trabalhar, trabalhem e exerçam o mesmo ofício que sabem, se não for contra a salvação da alma e puder ser feito honradamente.
4. Pois diz o profeta: “Comerás os trabalhos dos teus frutos; és feliz e estarás bem” (Sl 127,2);
5. E o apóstolo: “Quem não quer trabalhar, não coma” (cfr. 2Ts 3,10);
6. E Cada um fique na arte e ofício em que foi chamado (cfr. 1Cor 7,24).
7. E pelo trabalho possam receber tudo que for necessário, menos dinheiro.
8. E quando for necessário, vão pela esmola como os outros pobres.
9. E possam ter ferramentas e instrumentos convenientes para seus ofícios.
10. Todos os frades esforcem-se por suar em boas obras (S Greg M Hom 13 in Ev.), porque está escrito: Faz sempre alguma coisa boa, para que o diabo te encontre ocupado (S Jeron Ep 125,11).
11. E ainda: “A ociosidade é inimiga da alma” (S Bern Reg 48,1).
12. Por isso os servos de Deus devem insistir sempre na oração ou em alguma obra boa.
13. Guardem-se os frades, onde quer que estejam, em eremitérios ou outros lugares, de apropriar-se de lugar algum ou de impedi-lo a alguém.
14. E quem quer que venha a eles, amigo ou adversário, ladrão ou assaltante, receba-se benignamente.
15. E onde quer que estejam os frades e onde quer que se encontrem, devem voltar a ver-se e honrar-se espiritual e diligentemente “mutuamente sem murmuração” (1Pd 4,9).

16. E cuidem de não se mostrar tristes por fora e sombrios hipócritas; mas se mostrem alegres no Senhor (cfr. Fl 4,4) e bem humorados e convenientemente amáveis.

Capítulo 8

Que os frades não recebem pecúnia

1. Manda o Senhor no evangelho: Olhai, guardai-vos de toda malícia e avareza (cfr. Lc 12,15);
2. E Guardai-vos da solicitude deste século e dos cuidados desta vida (cfr. Lc 21,34).
3. Por isso nenhum dos frades, onde quer que esteja e onde quer que vá, de modo algum tome, nem receba nem faça receber pecúnia ou dinheiro nem por pretexto de roupas nem de livros nem pelo preço de algum trabalho, mesmo em nenhuma ocasião, a não ser por manifesta necessidade dos frades doentes; porque não devemos ter e calcular maior utilidade na pecúnia e no dinheiro que nas pedras.
4. E o diabo quer cegar os que a cobiçam ou a calculam melhor do que as pedras.
5. Guardemo-nos, portanto, os que deixamos tudo (cfr. Mt 19,27), para não perder por tão pouco o reino dos céus.
6. E se em algum lugar encontrarmos dinheiro, não nos preocupemos com ele, como do pó que calcamos com os pés, porque “ vaidade das vaidades e tudo vaidade ” (Eclo 1,2).
7. E se por acaso, longe disso, acontecer de algum frade recolher ou ter dinheiro, excetuando apenas a predita necessidade dos doentes, todos os frades o tenhamos como falso frade e apóstata e ladrão e assaltante, e que tem a bolsa (cfr. Jo 12,8), a não ser que se penitencie de verdade.
8. E de nenhum modo os frades recebam ou façam receber pecúnia como esmola nem dinheiro para algumas casas ou lugares; nem vão com pessoa que pede pecúnia ou dinheiro para tais lugares;
9. Mas os frades podem fazer nos lugares outros serviços que não são contrários à nossa vida, com a bênção de Deus.
10. Entretanto, em manifesta necessidade dos leprosos, os frades podem pedir esmola para eles.
11. Mas guardem-se muito do dinheiro.
12. Do mesmo modo guardem-se os frades de circular pelas terras por algum lucro torpe.

Capítulo 9

Do pedir esmolas

1. Todos os frades se empenhem em seguir a humildade e a pobreza de nosso Senhor Jesus Cristo e lembrem que não convém termos mais nada do mundo inteiro, senão, como diz o apóstolo, tendo alimentos e com que nos cobrir, com isso estamos contentes (cfr. 1Tm 6,8).
2. E devem alegrar-se quando convivem com pessoas vis e desprezadas, com pobres e fracos e doentes e leprosos e os que mendigam à beira da estrada.

3. E quando for necessário vão pela esmola.
4. E não se envergonhem, antes lembrem que nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus vivo (Jo 11,27) onipotente, pôs sua face como uma pedra duríssima (Is 50,7), e não se envergonhou;
5. E foi pobre e hóspede e viveu de esmolas, ele e a bem-aventurada Virgem e os seus discípulos.
6. E quando as pessoas os envergonharem e não quiserem dar-lhes esmola, dêem por tudo isso graças a Deus; porque pela vergonha vão receber grande honra diante do tribunal de nosso Senhor Jesus Cristo.
7. E saibam que a vergonha não se imputa aos que a sofrem mas aos que a causam.
8. E a esmola é a herança e justiça que se deve aos pobres, e foi adquirida para nós por nosso Senhor Jesus Cristo.
9. E os frades que trabalham para adquiri-la terão uma grande recompensa e fazem ganhá-la e adquiri-la os que a dão; porque tudo que os homens vão deixar no mundo vai perecer, mas pela caridade e as esmolas que fizeram terão prêmio da parte do Senhor.
10. E com segurança manifeste um ao outro sua necessidade, para que encontre o que lhe é necessário e o sirva.
11. E cada um ame e nutra seu irmão, como a mãe ama e nutre seu filho (cfr. 1Ts 2,7), naquilo em que Deus lhe der a graça.
12. E “o que não come, não julgue o que come” (Rm 14,3).
13. E quando quer que sobrevenha a necessidade, seja lícito a todos os frades, onde quer que estejam, usar todos os alimentos que as pessoas podem comer, como diz o Senhor de Daví, que comeu os pães da proposição (cfr. Mt 12,4), que não era lícito comer senão aos sacerdotes (Mc 2,26).
14. E lembrem o que diz o Senhor: Guardai-vos de que por acaso se sobrecarreguem os vossos corações na crápula e na bebedeira e nos cuidados desta vida e sobrevenha de repente para vós aquele dia;
15. Pois sobrevirá como um laço para todos os que habitam sobre a face do orbe da terra (cfr. Lc 21,34-35).
16. Semelhantemente, também em tempo de manifesta necessidade façam todos os frades o que lhes for necessário, como Deus lhes der a graça, porque a necessidade não tem lei.

Capítulo 10

Dos frades doentes

1. Se algum dos frades cair em enfermidade, onde quer que esteja, os outros frades não o deixem, mas se designe um frade, ou mais, se for necessário, que o sirvam, como quereriam ser servidos;
2. mas em necessidade extrema podem entregá-lo a alguma pessoa que deva satisfazer por sua enfermidade.

3. E rogo ao frade doente que dê graças por tudo ao Criador; e que deseje estar tal qual o Senhor o quer, são ou doente, por-que todos os que Deus predestinou para a vida eterna (cfr. At 13,48), instrui-os com os flagelos e agulhões das doenças com espírito de compunção, como diz o Senhor: “Eu corrijo e castigo os que amo” (Ap 3,19).

4. E se alguém se perturbar ou irritar, seja contra Deus, seja contra dos frades, ou se acaso pedir solicitamente remédios desejando demais libertar a carne que logo vai morrer, que é inimiga da alma, isso lhe vem do mau e é um carnal, e não parece ser um dos frades, porque ama mais o corpo do que a alma.

Capítulo 11

Que os frades não blasfemem nem detraiam, mas se amem mutuamente

1. E todos os frades guardem-se de caluniar e de contender com palavras (cfr. 2Tm 2, 14),
2. Antes esforcem-se por guardar silêncio, sempre que Deus lhes conceder a graça.
3. Nem litiguem entre si nem com outros, mas procurem responder humildemente dizendo: Sou um servo inútil (cfr. Lc 17,10).
4. E não se irrite, porque todo que se irrita com seu irmão será réu de juízo; o que disser a seu irmão: raca, será réu do conselho; o que disser: louco, será réu da geena de fogo (Mt 5,22).
5. E amem-se mutuamente como diz o Senhor: “Este é o meu preceito, que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei” (Jo 15,12).
6. E mostrem pelas obras (cfr. Tg 2,18) o amor que têm mutuamente, como diz o apóstolo: “Não amemos de palavra nem de língua, mas por obra e de verdade” (1Jo 3,18).
7. E não blasfemem contra ninguém (cfr. Tt 3,2);
8. Não murmurem, não detraiam os outros, porque está escrito: Os murmuradores e detratores são odiosos para Deus (cfr. Rm 1,29).
9. E sejam modestos, demonstrando toda mansidão para com todos os homens (cfr. Tit 3,2);
10. Não julguem, não condenem.
11. E, como diz o Senhor, não considerem os pequeninos pecados dos outros (cfr. Mt 7,3; Lc 6,41),
12. Antes repensem mais os seus na amargura de sua alma (Is 38,15).
13. E lutem para entrar pela porta estreita (Lc 13,24) porque diz o Senhor: “Estreita é a porta e áspero o caminho que leva à vida; e são poucos os que o encontram (Mt 7,14).

Capítulo 12

Dos maus olhares e do trato com as mulheres

1. Todos os frades, onde quer que estão ou vão, guardem-se dos maus olhares e da freqüência das mulheres.

2. E ninguém se aconselhe com elas ou vá sozinho pelo caminho ou coma à mesa no mesmo prato.
3. Os sacerdotes falem honestamente com elas ao dar a penitência outro conselho espiritual.
4. E nenhuma mulher, absolutamente, seja recebida à obediência por um frade, mas, dado o conselho espiritual, faça penitência onde quiser.
5. E todos guardemo-nos muito e tenhamos puros todos os nossos membros, porque diz o Senhor: “Quem olhar uma mulher para desejá-la, já adulterou com ela em seu coração” (Mt 5,28).
6. E o apóstolo: Será que ignorais que vossos membros são templo do Espírito Santo? (cfr. 1Cor 6,19); portanto, quem violar o templo de Deus, Deus o destruirá (1Cor 3,17).

Capítulo 13

De evitar a fornicação

1. Se algum dos frades, instigando-o o diabo, fornicar, seja despojado do hábito, que perdeu por sua torpe iniquidade, e o deixe totalmente e seja absolutamente expulso de nossa religião.
2. E depois faça penitência dos pecados (cfr. 1Cor 5,4-5).

Capítulo 14

Como os frades devem ir pelo mundo

1. Quando os frades vão pelo mundo, nada levem pelo caminho, nem (cfr. Lc 9,3) bolsa (cfr. Lc 10,4) nem alforje, nem pão, nem pecúnia (cfr. Lc 9,3), nem bastão (cfr. Mt 10,10).
2. E em cada casa em que entrarem, digam primeiro: Paz a esta casa (cfr. Lc 10,5).
3. E permanecendo na mesma casa, comam e bebam o que há lá com eles (cfr. Lc 10,7).
4. Não resistam ao malvado (cfr. Mt 5,39), mas ao que lhes bater em uma face, ofereçam também a outra (cfr. Mt 5,39 e Lc 6,29).
5. E ao que lhes tira o manto, não lhe proibam também a túnica (cfr. Lc 6,29).
6. Dêem a todo que lhes peça; e ao que lhes toma o que é seu, não o reclamem (cfr. Lc 6,30).

Capítulo 15

Que os frades não andem a cavalo

1. Imponho a todos os meus frades, tanto clérigos como leigos, que vão pelo mundo ou que moram nos lugares, que de nenhum modo tenham consigo algum animal.
2. Nem lhes seja permitido cavalgar, a menos que sejam obrigados por enfermidade ou grande necessidade.

Capítulo 16

Dos que vão entre os sarracenos e outros infiéis

1. Diz o Senhor: “Eis que eu vos envio como ovelhas no meio de lobos.
2. Sede portanto prudentes como as serpentes e simples como as pombas” (Mt 10,16).
3. Por isso qualquer frade que quiser ir entre sarracenos e outros infiéis, vá com a licença de seu ministro e servo.
4. O ministro dê-lhes a licença e não contradiga, se os vir idôneos para serem mandados; pois deverá prestar contas a Deus (cfr. Lc 18,2) se nisso ou em outras coisas proceder indiscretamente.
5. Mas os frades que vão, podem comportar-se espiritualmente entre eles de dois modos.
6. Um modo é que não façam nem litígios nem contendas, mas estejam submetidos a toda criatura humana por Deus (1Pd 2,13) e confessem que são cristãos.
7. Outro modo é que, quando virem que agrada ao Senhor, anunciem a palavra de Deus, para que creiam em Deus onipotente, Pai e Filho e Espírito Santo, criador de tudo, no Filho redentor e salvador, e que sejam batizados e se tornem cristãos, por-que quem não renascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino de Deus (cfr. Jo 3,5).
8. Estas e outras coisas, que agradarem ao Senhor, podem dizer a eles e a outros, porque diz o Senhor no evangelho: “Todo que me confessar diante dos homens, também eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus” (Mt 10,32).
9. E “Quem se envergonhar de mim e de minhas palavras, também o Filho do homem o envergonhará quando vier na majestade sua e do Pai e dos anjos” (cfr. Lc 9,26).
10. E todos os frades, onde quer que estão, lembrem que se deram e cederam seus corpos ao Senhor Jesus Cristo.
11. E por seu amor devem se expor aos inimigos tanto visíveis como invisíveis; porque diz o Senhor: “Quem perder a sua alma por mim, vai salvá-la (cfr. Lc 9,24) para a vida eterna” (Mt 25,46).
12. “Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus” (Mt 5,10).
13. “Se me perseguiram, perseguirão também a vós” (Jo 15,20).
14. E Se vos perseguirem em uma cidade, fugi para outra (cfr. Mt 10,23).
15. Bem-aventurados sois (Mt 5,11) quando os homens vos odiarem (Lc 6,22) e vos amaldiçoarem (Mt 5,11) e vos perseguirem (cfr. l.c.) e vos separarem e exprobarem e lançarem vosso nome como mau (Lc 6,22) e quando disserem todo mal contra vós, mentindo, por minha causa (Mt 5,11).
16. Alegrai-vos nesse dia e exultai (Lc 6,23), porque muita é a vossa recompensa no céu (cfr. Mt 5,12).
17. E eu vos digo, a vós meus amigos, não vos aterrorizeis por eles (cfr. Lc 12,4),
18. E não temais os que matam o corpo (Mt 10,28) e depois não têm mais o que fazer (Lc 12,4).

19. Vêde de não vos perturbar (Mt 24,6).
20. Pois em vossa paciência pos-suireis vossas almas (Lc 21,19),
21. E quem perseverar até o fim, esse será salvo (Mt 10,22; 24,13).

Capítulo 17

Dos pregadores

1. Nenhum frade pregue contra a forma e a instituição da santa igreja e se não lhe for concedido pelo seu ministro.
2. E guarde-se o ministro de concedê-lo indiscreta-mente a alguém.
3. Mas todos os frades preguem com as obras.
4. E nenhum ministro ou pregador se aproprie do ministério dos frades ou do ofício da pregação, mas, em qualquer hora que lhe for mandado, sem nenhuma contradição deixe o seu ofício.
5. Por isso peço na caridade, que é Deus (cfr. 1Jo 4,16), a todos os meus frades pregadores, oradores, trabalhadores, tanto clérigos como leigos, que tratem de se humilhar em tudo,
6. Não gloriar-se nem gozar em si mesmos nem se exaltar interiormente por boas palavras e obras, mesmo por nenhum bem, que Deus faz ou diz ou opera neles alguma vez e por eles, segundo o que diz o Senhor: “Mas não vos alegréis nisso que os espíritos se vos submetem” (Lc 10,20).
7. E saibamos firmemente que a nós não pertencem senão os vícios e pecados.
8. E mais devemos nos alegrar quando cairmos em várias tentações (cfr. Tg 1,2) e quando suportarmos quaisquer angústias da alma ou do corpo ou tribulações neste mundo por causa da vida eterna.
9. Guardemo-nos, pois, todos os frades, de toda soberba e vanglória;
10. E guarde-mo-nos da sabedoria deste mundo e da prudência da carne (Rm 8,6);
11. Pois o espírito da carne quer e se esforça muito por ter palavras, mas pouco pelas obras,
12. E busca não a religião e a santidade no espírito interior, mas quer e deseja ter religião e santidade que apareçam fora para os homens.
13. E estes são aqueles de quem diz o Senhor: “Em verdade vos digo, receberam sua recompensa” (Mt 6,2).
14. Mas o espírito do Senhor quer que a carne seja mortificada e desprezada, vil e abjeta.
15. E se esforça pela humildade e paciência e pura e simples e verdadeira paz de espírito.
16. E sempre sobre todas as coisas deseja o divino temor e a divina sabedoria e o divino amor do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

17. E devolvamos todos os bens ao Senhor Deus Altíssimo e sumo e reconheçamos que todos os bens são dele e demos graças por tudo a ele, de quem todos os bens procedem.

18. E o mesmo altíssimo e sumo, o único verdadeiro Deus tenha e lhe sejam tributadas todas as honras e reverências, todos os louvores e bênçãos, todas as graças e glória, de quem é todo bem, o único que é bom (cfr. Lc 18,19).

19. E quando vemos ou ouvimos dizer ou fazer o mal ou blasfemar a Deus, nós bendigamos e façamos o bem, e louvemos a Deus (cfr. Rm 12,21), que é bendito pelos séculos (Rm 1,25).

Capítulo 18

Como os ministros devem reunir-se

1. Cada ministro pode reunir-se cada ano com seus frades, onde quer que lhes aprover, na festa de São Miguel arcanjo, para tratar das coisas que pertencem a Deus.

2. Mas todos os ministros que estão nas regiões ultramarinas e ultramontanas, uma vez cada três anos, e os outros ministros uma vez por ano, venham ao capítulo de Pentecostes junto à igreja de Santa Maria da Porciúncula, a não ser que pelo ministro e servo de toda a fraternidade tenha sido determinado diferentemente.

Capítulo 19

Que os frades vivam catolicamente

1. Todos os frades sejam católicos, vivam e falem catolicamente.

2. Mas se alguém se desviar da fé e vida católica de palavra ou fato e não se emendar, seja absolutamente expulso de nossa fraternidade.

3. Tenhamos todos os clérigos e todos os religiosos como senhores nas coisas que dizem respeito à salvação da alma e não desviarem da nossa religião; e veneremos no Senhor sua ordem e ofício e ministério.

Capítulo 20

Da penitência e da recepção do Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo

1. E meus frades benditos, tanto clérigos como leigos, confessem seus pecados a sacerdotes de nossa religião.

2. E se não puderem, confessem-nos a outros sacerdotes discretos e católicos, sabendo firmemente e pensando que, de quaisquer sacerdotes católicos receberem penitência e absolvição, serão sem dúvida absolvidos desses pecados se procurarem cumprir humilde e devotamente a penitência que lhes for imposta.

3. Mas, se então não puderem ter sacerdote, confessem-se com um irmão seu, como diz o apóstolo Tiago: "Confessai um ao outro vossos pecados" (Tg 5,16).

4. Mas nem por isso deixem de recorrer ao sacerdote, porque o poder de ligar e desligar só aos sacerdotes foi concedido.

5. E assim contritos e confessados recebam o corpo e o sangue de nosso Senhor Jesus Cristo com grande humildade e veneração, lembrando que o Senhor diz: Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna (cfr. Jo 6,54); 6 e “Fazei isso para minha comemoração” (Lc 22,19).

Capítulo 21

Do louvor e exortação que todos os frades podem fazer

1. E todos os meus frades podem anunciar esta ou semelhante exortação e louvor, quando lhes aprouver, entre quaisquer pessoas, com a bênção de Deus:

2. Temei e honrai, louvai e bendizeis, dai graças (1Ts 5,18) e adorai o Senhor Deus onipotente na trindade e na unidade, Pai e Filho e Espírito Santo, criador de tudo.

3. Fazei penitência (cfr. Mt 3,2), fazei frutos dignos de penitência (cfr. Lc 3,8), porque logo morreremos.

4. “Dai e vos será dado” (Lc 6,38).

5 Perdoai e vos será perdoado (cfr. Lc 6,37).

6. E se não perdoardes aos homens os seus pecados (Mt 6,14), o Senhor não perdoará os vossos pecados (Mc 11,25); confessai todos os vossos pecados (cfr. Tg 5,16).

7. Bem-aventurados os que morrem em penitência, porque estarão no reino dos céus.

8. Ai dos que não morrem em penitência, porque serão filhos do diabo (1Jo 3,10), cujas obras fazem (cfr. Jo 8,41) e irão para o fogo eterno (Mt 18,8; 25,41).

9. Guardai-vos e abstei-vos de todo mal e perseverai até o fim no bem.

Capítulo 22

Da admoestação dos frades

1. Atendamos todos os frades, porque diz o Senhor: Amai os vossos inimigos e fazei o bem aos que vos odeiam (cfr. Mt 5,44 par.),

2. porque nosso Senhor Jesus Cristo, cujos vestígios devemos seguir (cfr. 1Pd 2,21), chamou seu traidor de amigo (cfr. Mt 26,50) e se ofereceu espontaneamente aos que o crucificaram.

3. São, portanto, amigos nossos todos aqueles que injustamente nos causam tribulações e angústias, vergonhas e injúrias, dores e tormentos, martírio e morte;

4. Aos quais devemos amar muito, porque temos a vida eterna por aquilo que nos causam.

5. E tenhamos ódio a nosso corpo com seus vícios e pecados; porque, vivendo carnalmente, quer o diabo arrebatá-nos o amor de Jesus Cristo e a vida eterna e perder a si mesmo com todos no inferno;

6. Porque nós por nossa culpa somos fedidos, miseráveis e contrários ao bem, mas prontos para o mal e voluntariosos, porque, como diz o Senhor no evangelho:

7. Do coração procedem e saem os maus pensamentos, adultérios, fornicações, homicídios, furtos, avareza, maldade, dolo, impudícia, inveja, falsos testemunhos, blasfêmias, insensatez (cfr. Mc 7,21-23; Mt 15,19).

8. Todos estes males procedem de dentro, do coração do homem (cfr. Mc 7,73) e “são essas coisas que mancham o homem” (Mt 15,20).

9. Mas agora, depois que deixamos o mundo, nada temos que fazer senão seguir a vontade do Senhor e agradar-lhe.

10. Guardemo-nos muito de não ser terra junto do caminho, empedrada e espinhosa, conforme diz o Senhor no evangelho:

11. A semente é a palavra de Deus (Lc 8,11).

12. Mas a que caiu junto do caminho e foi pisada (cfr. Lc 8,5), estes são os que ouvem (Lc 8,12) a palavra e não entendem (cfr. Mt 13,19);

13. E logo (Mt 4,15) vem o diabo (Lc 8,12) e arrebatada (Mt 13,19), o que foi semeado no coração deles (Mc 4,15) e tira a palavra dos seus corações, para que, crendo, não se salvem (Lc 8,12).

14. A que caiu em terra pedregosa (cfr. Mt 13,20) são aqueles que, quando ouvem a palavra, logo com alegria (Mc 4,16) a recebem (Lc 8,13),

15. Mas quando vem a tribulação e perseguição por causa da palavra, imediatamente se escandalizam (Mt 13,21) e estes não têm raiz em si mesmos, mas são temporários (cfr. Mc 4,17), porque crêem por um tempo e no tempo da tentação retrocedem (Lc 8,13).

16. Mas a que caiu entre espinhos, estes são (Lc 8,14) os que ouvem a palavra de Deus (cfr. Mc 4,18), e a preocupação (Mt 13,22) e as fadigas (Mc 4,19) deste século e o engano das riquezas (Mt 13,22) e as concupiscências acerca das outras coisas, entrando sufocam a palavra e tornam-se sem fruto (Mc 4,19).

17. Mas a que em terra boa (Lc 8,15) foi semeada (Mt 13,23), são aqueles que, ouvindo a palavra com coração bom e ótimo (Lc 8,15) a entendem e (cfr. Mt 13, 23) retêm e produzem fruto na paciência (Lc 8,15).

18. E por isso nós, frades, como diz o Senhor, deixemos os mortos enterrarem os seus mortos (Mt 8,22).

19. E guardemo-nos muito da malícia e sutileza de satanás, que quer que o homem não tenha sua mente e coração voltados para Deus.

20. E dando voltas deseja levar o coração do homem sob aparência de alguma mercê ou ajuda e sufocar da memória a palavra e os preceitos do Senhor e quer cegar o coração do homem por meio dos negócios seculares e dos cuidados e aí habitar, como diz o Senhor:

21. Quando o espírito imundo sai do homem, anda por lugares áridos e secos (Mt 12,43) buscando descanso; e não achando diz:

22. Voltarei para minha casa, de onde saí (Lc 11,24).

23. E vindo encontra-a vazia, varrida e enfeitada (Mt 12,44).

24. E vai e toma outros sete espíritos piores do que ele e, entrando, moram aí, e o fim daquele homem fica pior do que o começo (cfr. Lc 11,26).

25. Por isso, irmãos todos, guardemo-nos muito, para que sob a aparência de alguma mercê, ou obra ou ajuda, não percamos ou tiremos do Senhor nossa mente e coração.

26. Mas na santa caridade, que é Deus (cfr. 1Jo 4,17), rogo todos os frades, tanto ministros como os outros, afastado todo impedimento e posposto todo cuidado e solícitude, no melhor modo que puderem, façam servir, amar, honrar e adorar o Senhor Deus de coração limpo e mente pura, que ele busca acima de tudo,

27. e sempre façamos aí habitação e morada (cfr. Jo 14,23) para aquele que é o Senhor Deus onipotente, Pai e Filho e Espírito Santo, que diz: Vigiai, pois, orando todo o tempo, para serdes tidos como dignos de escapar de todos os males que virão e estar diante do Filho do homem (Lc 21,39).

28. E quando estais em pé para orar (Mc 11,25) dizei (Lc 11,2): Pai nosso que estás nos céus (Mt 6,9).

29. E adoremo-lo de coração puro, porque é preciso orar sempre e não desfalecer (Lc 18,1);

30. pois o Pai busca tais adoradores.

31. Deus é espírito e os que o adoram é preciso que o adorem em espírito e verdade (cfr. Jo 4,23-24).

32. E recorramos a ele como ao pastor e bispo de nossas almas (1Pd 2,25), que diz: Eu sou o bom pastor, que apascento minhas ovelhas e por minhas ovelhas exponho minha alma.

33. Todos vós sois irmãos;

34. E não chameis pai entre vós sobre a terra, pois um só é o vosso Pai, que está nos céus.

35. Nem chameis mestres; pois um é o vosso mestre, que está nos céus (cfr. Mt 23,8-10).

36. Se permanecerdes em mim e minhas palavras permanecerem em vós, tudo que quiserdes, pedi e vos será feito (Jo 15,7).

37. Onde quer que haja dois ou três congregados no meu nome, aí estou no meio deles (Mt 18,20).

38. Eis que eu estou convosco até a consumação dos séculos (Mt 28,20).

39. As palavras que vos disse são espírito e vida (Jo 14,6).

40. Eu sou o caminho, a verdade e a vida (Jo 14,6).

41. Mantenhamos portanto as palavras, a vida e a doutrina e o seu santo evangelho, que dignou-se rogar por nós ao seu Pai e manifestar-nos seu nome dizendo: Pai, clarifica o teu nome (Jo 12,28) e clarifica o teu Filho, para que o Filho te clarifique (Jo 17,1).

42. Pai, manifestei o teu nome aos homens, que me deste (Jo 17,6); porque as palavras que me deste, dei a eles; e eles te aceitaram e conheceram, porque de ti saí e creram que tu me enviaste.

43. Eu rogo por eles, não pelo mundo,
44. mas por aqueles que me deste, porque são teus e tudo que é meu é teu (Jo 17,8-10).
45. Pai santo, guarda-os no teu nome, os que me deste, para que eles sejam um assim como nós (Jo 17,11).
46. Falo estas coisas no mundo, para que tenham gozo em si mesmos.
47. Eu lhes dei a tua palavra; e o mundo os odiou, porque não são do mundo, como eu também não sou do mundo.
48. Não rogo que os tires do mundo, mas que os guardes do mal (Jo 17,13-15).
49. Glorifica-os na verdade.
50. Tua palavra é verdade.
51. Como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo.
52. E por eles santifico a mim mesmo, para que eles sejam santificados na verdade.
53. Não rogo por eles somente, mas também por aqueles que vão crer em mim por causa da palavra deles (cfr. Jo 17, 17-20), para que sejam consumados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como me amaste (Jo 17,23).
54. E os farei conhecer teu nome, para que o amor com que me amaste esteja neles e eu neles (cfr. Jo 17,26).
55. Pai, os que me deste, quero que onde eu estou também eles estejam comigo, para verem a tua claridade (Jo 17,24) no teu reino. Amém.

Capítulo 23

Oração e ação de graças

1. Onipotente, santíssimo, altíssimo e sumo Deus, Pai santo (Jo 17,11) e justo, Senhor rei do céu e da terra (cfr. Mt 11,25), por ti mesmo te damos graças, porque por tua santa vontade e por teu único Filho com o Espírito Santo criaste todas as coisas espirituais e corporais e nós, feitos à tua imagem e semelhança, colocaste no paraíso (cfr. Gn 1,26).
2. E nós caímos por nossa culpa.
3. E te damos graças porque, assim como por teu Filho nos criaste, assim por teu santo amor, com que nos amaste (cfr. Jo 17,26), fizeste que ele, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, nascesse da gloriosa sempre virgem beatíssima Santa Maria, e quiseste que nós, cativos, fôssemos redimidos por sua cruz e sangue e morte.
4. E te damos graças porque o teu próprio Filho virá na glória de sua majestade para colocar no fogo eterno os malditos que não fizeram penitência e não te conheceram, e dizer a todos que te conheceram e adoraram e te serviram na penitência: Vinde, benditos de meu Pai, recebei o reino, que está preparado para vós desde a origem do mundo (cfr. Mt 25,34).

5. E porque todos nós, miseráveis e pecadores, não somos dignos de te nomear, imploramos suplicantes que nosso Senhor Jesus Cristo, teu Filho dileto, em quem bem te comprazeste (cfr. Mt 17,5), junto com o Espírito Santo Paráclito te dê graças, como agrada a ti e a ele, por todos, ele que sempre te basta para tudo, por quem tantas coisas nos fizeste. Alelúia.

6. E a gloriosa mãe beatíssima Maria sempre Virgem, o bem-aventurado Miguel, Gabriel e Rafael e todos os coros dos bem-aventurados serafins, querubins, tronos, Dominações, principados, potestades, virtudes, anjos, arcanjos, o bem-aventurado João Batista, João Evangelista, Pedro, Paulo e os bem-aventurados patriarcas, profetas, Inocentes, apóstolos, evangelistas, discípulos, mártires, confessores, virgens, bem-aventurados Elias e Enoque, e todos os santos, que foram e serão e são, por teu amor humildemente pedimos, que, como te agrada, por essas coisas te dêem graças, sumo Deus verdadeiro, eterno e vivo, com teu Filho caríssimo nosso Senhor Jesus Cristo e o Espírito Santo Paráclito nos séculos dos séculos (Ap 19,3). Amém. Alelúia (Ap 19,4).

7. E a todos os que querem servir ao Senhor Deus dentro da santa Igreja católica e apostólica, e a todas as ordens seguintes: sacerdotes, diáconos, subdiáconos, acólitos, exorcistas, leitores, ostiários e a todos os clérigos; e a todos os religiosos e religiosas; a todos os conversos e postulantes, pobres e necessitados, reis e príncipes, trabalhadores e agricultores, servos e senhores; todas as virgens e continentas, e casadas; leigos, homens e mulheres, todas as crianças, adolescentes, jovens e velhos, sãos e enfermos, todos os pequenos e grandes, e todos os povos, gentes, tribos e línguas (cfr. Ap 7,9), todas as nações e todos os homens de qualquer lugar da terra, que são e serão, pedimos humildemente e suplicamos, nós, todos os frades menores, servos inúteis (Lc 17,10), que todos perseveremos na verdadeira fé e penitência, porque de outra maneira ninguém pode salvar-se.

8. Amemos todos com todo coração, com toda alma, com toda mente, com toda força (cfr. Mc 12,30) e fortaleza (cfr. Mc 12, 33), com todo entendimento, com todas as forças (cfr. Lc 10,27), todo esforço, todo afeto, todas as entranhas, todos os desejos e vontades o Senhor Deus (Mc 12,30 par.), que nos deu e nos dá a nós todos todo o corpo, toda a alma e toda a vida, que nos criou, remiu e só por sua misericórdia vai salvar (cfr. Tb 13,5), que a nós miseráveis e míseros, pútridos e fétidos, ingratos e maus, fez e faz todo bem.

9. Nada mais, portanto, desejemos, nada mais queiramos, nada mais nos agrade e deleite a não ser o Criador e Redentor e Salvador nosso, único verdadeiro Deus, que é o pleno bem, todo bem, o bem inteiro, verdadeiro e sumo bem, que só ele é bom (cfr. Lc 18,19), manso, suave e doce, que só ele é santo, justo, verdadeiro, santo e reto, que só ele é benigno, inocente, puro; de quem e por quem e em quem (cfr. Rm 11,36) é todo perdão, toda graça, toda glória de todos os penitentes e justos, de todos os bem-aventurados que gozam juntos no céu.

10. Nada, pois, impeça, nada se interponha;

11. Em toda parte nós todos em todo lugar, em toda hora e em todo tempo, todos os dias e continuamente creiamos veraz e humildemente e tenhamos no coração e amemos, honremos, adoremos, sirvamos, louvemos e bendigamos, glorifiquemos, e sobre-exaltemos, magnifiquemos e demos graças ao altíssimo e sumo Deus eterno, trindade e unidade, Pai e Filho e Espírito Santo, criador de tudo e salvador de todos que nele crêem e esperam e o amam, que sem início e sem fim imutável, invisível, inenarrável, inefável, incompreensível, inescrutável (cfr. Rm 11,33), bendito, louvável, glorioso, sobre-exaltado (cfr. Dn 3,52), sublime, excelso, suave, amável, delectável e todo mais desejável do que todas as coisas pelos séculos. Amém.

Epílogo

Conclusão

1. Em nome do Senhor! Rogo a todos os meus frades que aprendam o teor e o sentido das coisas que estão escritas nesta vida para salvação de nossa alma e que freqüentemente as tragam à memória.

2. E imploro a Deus que ele, que é onipotente, trino e uno, abençoe todos os que ensinam, aprendem, conservam, recordam e praticam estas coisas todas as vezes que repetem e fazem o que aí está escrito para salvação de nossa alma,

3. E rogo a todos com o ósculo dos pés, que as amem muito, guardem e conservem.

4. E da parte de Deus onipotente e do senhor Papa e por obediência, eu, Frei Francisco, mando firmemente e imponho que das coisas que estão escritas nesta vida, ninguém suprima ou lhes acrescente algum escrito nela mesma (cfr. Dt 4,2; 12, 32) nem os frades tenham outra regra.

5. Glória ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo, como era no princípio e agora e sempre e pelos séculos dos séculos. Amém.

Fonte: PROVÍNCIA DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS DE MINAS GERAIS. **Regra não bulada**. Disponível em: <<http://procamig.org.br>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

ANEXO B

REGRA BULADA DA ORDEM DOS FRADES MENORES

INTRODUÇÃO:

1 Honório, bispo, servo dos servos de Deus. Aos diletos filhos, Frei Francisco e aos demais Irmãos da Ordem dos Frades Menores, saudação e bênção apostólica. Costuma a Sé Apostólica aceder aos piedosos rogos e deferir benévola os desejos honestos dos que a imploram. Por tal motivo, amados filhos no Senhor, nós, propício às vossas súplicas, por autoridade apostólica vos confirmamos a Regra da vossa Ordem, aprovada pelo Senhor Papa Inocêncio, nosso predecessor de saudosa memória, como está escrita neste documento, e a munimos com a proteção das presentes letras. A qual assim reza:

1. EM NOME DO SENHOR!

1 Começa a Regra de vida dos frades menores.

A Regra e a vida dos frades menores é esta: observar santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, sem propriedade e em castidade.

2 Frei Francisco promete obediência e reverência ao Senhor Papa Honório e a seus sucessores, canonicamente eleitos, e à Igreja Romana.

3 E os demais Irmãos estejam obrigados a obedecer a Frei Francisco e a seus sucessores.

2. DOS QUE QUEREM ABRAÇAR ESTA VIDA E DE COMO DEVEM SER ACEITOS

1 Aqueles que quiserem seguir esta vida e vão ter com os nossos irmãos, mandem-nos estes a seus ministros provinciais, aos quais somente e não a outrem, se conceda licença de receberem irmãos.

2 Os ministros, porém, os examinem diligentemente sobre a fé católica e os sacramentos da Igreja.

3 E se crerem todas estas coisas e as quiserem professar com fidelidade e observar com firmeza, até o fim;

4 e se não forem casados, ou, se o forem, as mulheres já tiverem entrado em convento, ou, feito o voto de continência, lhes tiverem dado licença, com autorização do bispo diocesano, e se elas forem de tal idade que não torne o seu consentimento suspeito;

5 a eles digam os ministros a palavra do santo Evangelho (cf. Mt 19,21), que vão e vendam tudo o que possuem, e tratem de distribuir entre os pobres;

6 mas, se o não puderem, basta-lhes a boa vontade.

7 E abstenham-se os irmãos e seus ministros de se incomodar com as suas coisas temporais, para que eles, como o Senhor lhes inspirar, disponham delas com liberdade.

8 Se, contudo, pedirem conselho, podem os ministros mandá-los a pessoas tementes a Deus, por cujo conselho distribuam seus bens aos pobres.

9 Concedam-lhes, depois, as vestes de provação, a saber: duas túnicas sem capuz, até o cingulo;

10 a não ser que, alguma vez, aos ministros pareça outra coisa melhor, segundo a vontade de Deus.

11 Findo o ano de provação, sejam admitidos à obediência, com a promessa de observarem sempre esta vida e esta Regra.

12 De modo algum lhes será lícito sair desta Ordem, conforme a determinação do Senhor Papa,

13 porquanto, segundo o santo Evangelho, “ninguém que lança mão do arado e olha para trás é idôneo para o reino de Deus” (Lc 9,62).

14 E os que já prometeram obediência tenham uma túnica com capuz e, se quiserem, outra sem capuz.

15 E os que forem obrigados por necessidade poderão trazer calçados.

16 Todos os irmãos usem vestes pobres, podendo, com a bênção de Deus, remendá-las de burel e outros retalhos de pano.

17 Eu os admoesto e exorto a que não desprezem nem julguem os homens que virem usar vestes delicadas e coloridas (cf. Mt 11,8), tomar alimentos e bebidas finas, mas, antes, julgue e despreze cada qual a si mesmo.

3. DO OFÍCIO DIVINO, DO JEJUM E JEJUM E DE COMO OS IRMÃOS DEVEM IR PELO MUNDO

1 Rezem os clérigos o ofício divino;

2 por isso podem ter breviários, segundo a ordem da santa Igreja Romana, exceto o Saltério.

3 Os Irmãos leigos, porém, digam vinte e quatro pai-nossos pelas Matinas; cinco pelas Laudes; pela Prima, Terça, Sexta e Noa, por cada qual sete; pelas Vésperas, doze; pelo Completório, sete;

4 e rezem pelos defuntos.

5 E jejuem desde a festa de Todos os Santos até a Natividade do Senhor.

6 A santa Quaresma, porém, que começa com a Epifania e se estende por quarenta dias consecutivos, que o Senhor consagrou com o seu jejum, os que nela jejuarem tenham a bênção do Senhor; mas os que não quiserem não sejam obrigados;

7 jejuem, porém, durante a outra Quaresma que vai até a Ressurreição do Senhor.

8 Em outros tempos não sejam obrigados ao jejum, senão às sextas-feiras;

9 contudo, em tempo de manifesta necessidade, não sejam os irmãos obrigados ao jejum corporal.

10 Aconselho, admoesto e exorto a meus Irmãos em Nosso Senhor Jesus Cristo que, ao irem pelo mundo, não discutam, nem porfiem com palavras (cf. 2Tm 2,14), nem façam juízo de outrem,

11 mas sejam mansos, pacíficos, modestos, afáveis e humildes, tratando a todos

12 E não devem andar a cavalo, caso não os obrigue necessidade ou enfermidade manifesta.

13 “Ao entrarem em qualquer casa, digam antes: Paz a esta casa!” (Mt 10,12; Lc 10,5).

14 E, segundo o santo Evangelho, lhes é lícito comer de tudo o que se lhes oferecer (cf. Lc 10,8).

4. QUE OS IRMÃOS NÃO RECEBAM DINHEIRO

1 Mando severamente a todos os Irmãos que de modo algum recebam dinheiro de qualquer espécie, nem por si nem por pessoa intermediária.

2 Entretanto, os ministros e os custódios, e só eles, cuidem diligentemente, por meio de amigos espirituais, das necessidades dos irmãos enfermos e dos que precisam de roupas, conforme as exigências dos lugares, tempos e regiões frias, e como, a seu juízo, convier melhor à necessidade;

3 sempre com exceção de que, como já ficou dito, não recebam dinheiro de qualquer espécie.

5. DO MODO DE TRABALHAR

- 1 Os irmãos, aos quais o Senhor deu a graça de trabalhar, trabalhem com fidelidade
- 2 de maneira que afugentem o ócio, inimigo da alma, e não percam o espírito de oração e piedade, ao qual devem servir todas as coisas temporais.
- 3 Quanto à paga do trabalho, recebam o que for necessário ao corpo, para si e seus
- 4 exceto dinheiro de qualquer espécie; e isto façam com humildade,
- 5 como convém a servos de Deus e seguidores da mais santa pobreza.

6. QUE OS IRMÃOS DE NADA SE FAÇAM PROPRIETÁRIOS; DA MENDICÂNCIA E DOS IRMÃOS ENFERMOS

- 1 Os irmãos não tenham propriedade sobre coisa alguma, nem sobre casa, nem lugar, nem outra coisa qualquer;
- 2 mas, como peregrinos e viandantes (cf. IPd 2,11) que neste mundo servem ao Senhor em pobreza e humildade,
- 3 peçam esmolas com confiança; disso não se devem envergonhar, porque o Senhor se fez pobre por nós, neste mundo (cf. 2Cor 8,9).
- 4 Esta é aquela sumidade da mais elevada pobreza que a vós, meus caríssimos Irmãos, instituiu herdeiros e príncipes do reino dos céus e, fazendo-vos pobres de bens, vos acumulou de virtudes (cf. Tg 2,5).
- 5 Seja esta a vossa parte, que conduz à terra dos vivos (cf. SI 141,6).
- 6 Pelo que, meus diletíssimos irmãos, apegando-vos inteiramente a ela, não queirais, por amor ao nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, possuir jamais outra coisa, debaixo do céu.
- 7 E onde quer que estiverem e se encontrarem os irmãos, mostrem-se afáveis entre si.
- 8 E, com confiança, manifeste um ao outro as suas necessidades, porque, se uma Mãe ama e nutre seu filho carnal (cf. ITs 2,7), com quanto maior diligência não deve cada um amar e nutrir a seu irmão espiritual?
- 9 E, se algum deles cair doente, os outros irmãos o devem servir, como gostariam de ser servidos (cf. Mt 7,12).

7. DA PENITÊNCIA QUE SE DEVE IMPOR AOS IRMÃOS QUE PECAM

1 Se alguns dos irmãos, por instigação do inimigo, pecarem mortalmente, tratando-se daqueles pecados, acerca dos quais foi ajustado entre os irmãos que se recorra somente aos ministros provinciais, devem os ditos Irmãos recorrer a eles, o mais cedo que puderem, sem demora.

2 Os ministros, porém, se são sacerdotes, com misericórdia lhes imponham a penitência; se, porém, não são sacerdotes, façam impor por outros sacerdotes da Ordem, como, perante Deus, melhor lhes parecer.

3 E tomem cuidado em não se encolerizar ou perturbar com o pecado de alguém, porque ira e perturbação entram a caridade em si e em outros.

8. DA ELEIÇÃO DO MINISTRO GERAL DESTA FRATERNIDADE E DO CAPÍTULO DE PENTECOSTES

1 Todos os irmãos devem ter sempre um dos irmãos desta Ordem como ministro e servo desta fraternidade.

2 Saindo este, faça-se a eleição de seu sucessor pelos ministros provinciais e custódios, no capítulo de Pentecostes, ao qual deverão sempre comparecer, onde quer que for determinado pelo Ministro Geral;

3 e isto, de três em três anos ou em prazo maior ou menor, conforme for ordenado pelo referido ministro.

4 Se, em qualquer tempo, parecer à totalidade dos ministros e custódios, que o dito ministro não seja idôneo para o serviço e comum utilidade dos irmãos, têm os ditos irmãos, aos quais cabe o direito de eleição, o dever de, em nome do Senhor, eleger um outro como guardião.

5 Depois do capítulo de Pentecostes, podem os ministros e os custódios, se o quiserem e lhes parecer conveniente, convocar uma vez os irmãos para, durante o mesmo ano, celebrarem capítulo em suas custódias.

9. DOS PREGADORES

1 Não preguem os irmãos na diocese de algum bispo que lho tenha proibido.

2 E nenhum dos irmãos se atreva, de modo algum, a pregar ao povo sem ter sido examinado e aprovado pelo Ministro Geral desta fraternidade e por ele admitido ao ofício da pregação.

3 Também admoesto e exorto os mesmos irmãos a que, nos sermões que fazem, seja a sua linguagem ponderada e piedosa (cf. Sl 11,7 e 17,31), para utilidade e edificação do povo,

4 ao qual anunciem os vícios e as virtudes, o castigo e a glória, com brevidade, porque o Senhor, na terra, usou de palavra breve (cf. Rm 9,28).

10. DA ADMOESTAÇÃO E CORREÇÃO DOS IRMÃOS

1 Os irmãos que são ministros e servos dos demais irmãos visitem e admoestem a seus irmãos e corrijam-nos com humildade e caridade, não lhes ordenando coisa alguma que seja contra a sua alma e a nossa Regra.

2 Os irmãos, porém, que são súditos, lembrem-se de que, por amor a Deus, renunciaram à própria vontade.

3 Por isso, mando-lhes firmemente que obedeçam aos seus ministros em tudo que prometeram ao Senhor observar, e que não for contra a sua alma e a nossa Regra.

4 E onde quer que estejam irmãos que sabem e reconhecem não poderem observar a Regra espiritualmente, devem e podem recorrer a seus ministros.

5 Os ministros, porém, caridosa e benignamente os recebam e tratem com tanta familiaridade, que os irmãos possam falar e haver-se com eles como senhores para com seus servos;

6 pois assim deve ser, que os ministros sejam servos de todos os irmãos.

7 Entretanto, admoesto e exorto em Jesus Cristo, Nosso Senhor, que os irmãos se preservem de toda soberba, vanglória, inveja, avareza, cuidado e solicitude deste mundo, detração e murmuração;

8 e os que não têm estudos não os procurem adquirir,

9 mas cuidem que, antes de tudo, devem desejar o espírito do Senhor e seu santo modo de operar:

10 rezar sempre a Deus com coração puro; ser humilde e paciente nas perseguições e enfermidades; amar aqueles que nos perseguem, censuram e atacam; porque diz o Senhor: “Amái vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem e caluniam.

11 Bem-aventurados os que padecem perseguição por amor da justiça, porque deles é o reino dos céus.

12 Quem assim perseverar até o fim, este será salvo” (Mt 5,44; 5,10; 10,22).

11. QUE OS IRMÃOS NÃO ENTREM EM MOSTEIROS DE FREIRAS

1 Ordeno severamente a todos os meus irmãos que não tenham familiaridade ou relações suspeitas com mulheres,

2 nem entrem em mosteiros de Freiras, exceto aqueles a quem foi dada licença

3 nem se façam compadres de homens ou mulheres, para que daí não resultem escândalos entre os irmãos ou por causa dos irmãos.

12. DOS QUE QUEREM IR PARA ENTRE OS SARRACENOS E OUTROS INFIÉIS

1 Quaisquer dos irmãos que, por inspiração divina, quiserem ir para entre os sarracenos e outros infiéis, peçam para isso licença a seus ministros provinciais.

2 Os ministros, porém, não dêem licença de partir senão aos que virem idôneos para serem mandados.

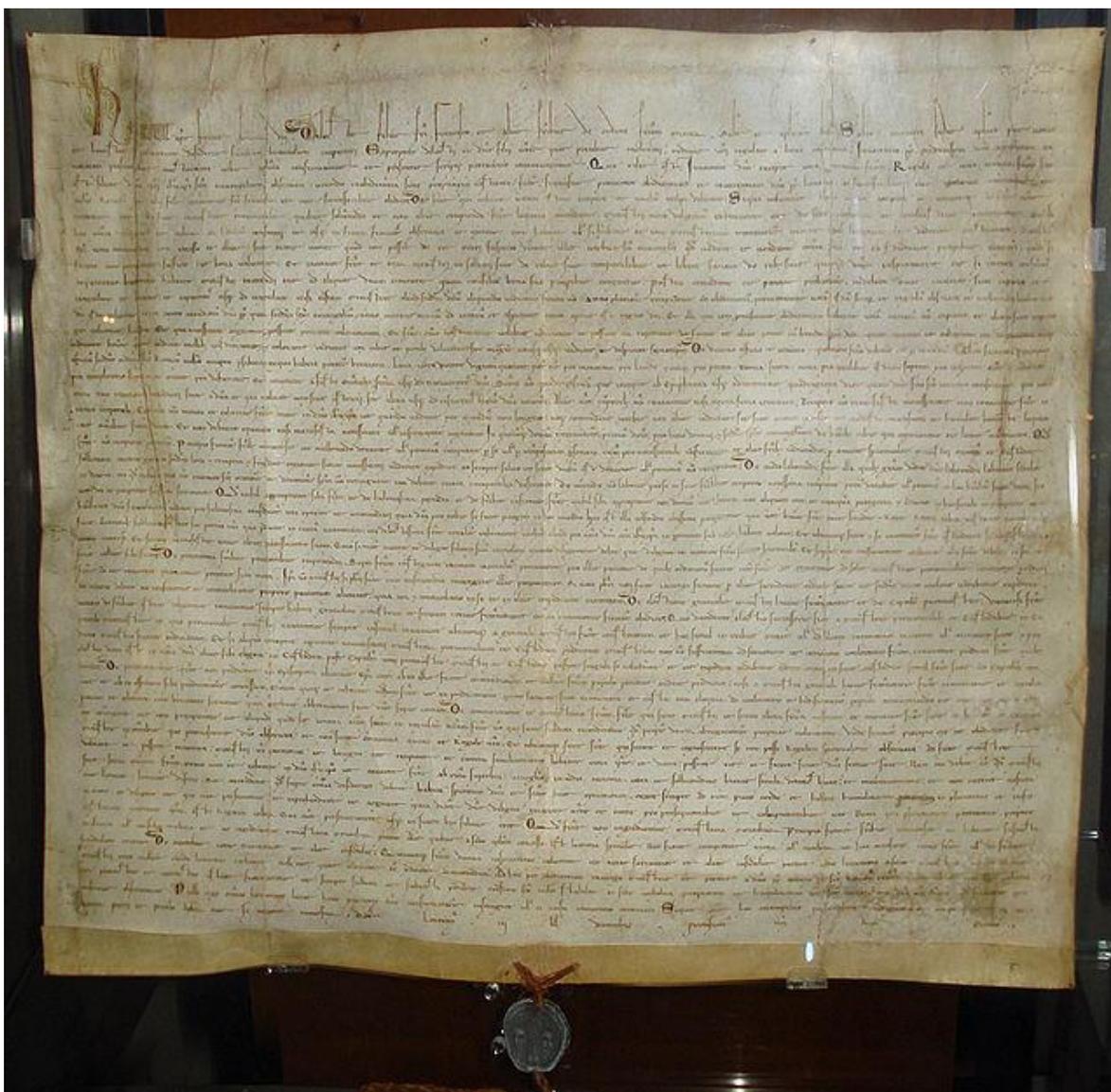
3 Além disso, pela obediência imponho aos ministros a obrigação de pedir ao Senhor Papa um dos cardeais da santa Igreja Romana, que seja governador, protetor e corretor desta irmandade,

4 para que, sempre súditos e sujeitos aos pés da mesma santa Igreja, firmes na fé católica, guardemos a pobreza e a humildade e o santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo como firmemente prometemos. A ninguém, pois, seja lícito infringir esta página de nossa confirmação, ou contrariá-la por temerária ousadia. Se, contudo, alguém o presumir fazer, saiba que incorre na indignação de Deus Todo-Poderoso e dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo. Dada em Latrão, aos 29 dias do mês de novembro, no oitavo ano do nosso Pontificado.

Fonte: PROVÍNCIA DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS DE MINAS GERAIS. Regra não bulada. Disponível em: <<http://procamig.org.br>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

ANEXO C

REGRA BULADA



Fonte: PROVÍNCIA DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS DE MINAS GERAIS. Regra não bulada. Disponível em: <<http://procamig.org.br>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

ANEXO D

TESTAMENTO DE SÃO FRANCISCO

1.O Senhor assim deu a mim, Frei Francisco, começar a fazer penitência: porque, como estava em pecados, parecia-me por demais amargo ver os leprosos.

2.E o próprio Senhor me levou para o meio deles, e fiz misericórdia com eles.

3.E afastando-me deles, aquilo que me parecia amargo converteu-se para mim em doçura da alma e do corpo; e depois parei um pouco e saí do século.

4.E o Senhor me deu tal fé nas igrejas, que assim simplesmente orava e dizia:

5.Nós te adoramos, Senhor Jesus Cristo, também em todas as tuas igrejas, que estão em todo o mundo, e te bendizemos, porque por tua santa cruz remiste o mundo.

6.Depois o Senhor me deu e dá tanta fé nos sacerdotes, que vivem segundo a forma da santa Igreja Romana, por causa de sua ordem, que, se me fizerem perseguição, quero recorrer a eles mesmos.

7.E se tivesse tanta sabedoria, quanta teve Salomão (cfr. 3Rs 4,30-31), e encontrasse sacerdotes pobrezinhos deste século, nas paróquias onde moram não quero pregar além da sua vontade.

8.E a eles e todos os outros quero temer, amar e honrar como a meus senhores.

9.E não quero considerar pecado neles, porque enxergo neles o Filho de Deus, e são meus senhores.

10.E o faço por isto: porque nada vejo corporalmente neste século do mesmo Filho de Deus, senão o santíssimo Corpo e o seu santíssimo Sangue, que eles recebem e só eles administram aos outros.

11.E esses santíssimos mistérios sobre todas as coisas quero que sejam honrados, venerados e colocados em lugares preciosos.

12.Os santíssimos nomes e suas palavras escritas, onde quer que os encontre em lugares ilícitos, quero recolher e rogo que sejam recolhidos e colocados em lugar honroso.

13.Também a todos os teólogos e aos que nos administram as santíssimas palavras divinas devemos honrar e venerar como a quem nos administra espírito e vida (cfr. Jo 6, 64).

14.E depois que o Senhor me deu frades, ninguém me ensinava o que deveria fazer, mas o próprio Altíssimo me revelou que deveria viver segundo a forma do santo Evangelho.

15.E eu o fiz escrever em poucas palavras e simplesmente, e o senhor Papa confirmou para mim.

16.E os que vinham tomar a vida davam aos pobres tudo que podiam ter (Tob 1,3), e estavam contentes com uma única túnica, remendada por dentro e por fora, com o cingulo e as bragas.

17.E não queríamos ter mais.

18.Os clérigos dizíamos o Ofício segundo os outros clérigos, os leigos diziam: Pai-nosso (Mt 6,9-13); e ficávamos nas igrejas muito de boa vontade.

19.E éramos iletrados e súditos de todos.

20.E eu trabalhava com minhas mãos (cfr. At 20,34), e quero firmemente que todos os outros frades trabalhem em trabalho que convém à decência.

21.Os que não sabem, aprendam, não pela cobiça de receber o preço do trabalho mas pelo exemplo e para repelir a ociosidade.

22.E quando não nos derem o preço do trabalho, recorramos à mesa do Senhor, pedindo esmola de porta em porta.

23.Uma saudação me revelou o Senhor, que disséssemos: O Senhor te dê a paz (cfr. 2Ts 3,16).

24.Cuidem os frades que de nenhum modo recebam as igrejas, habitações pobrezinhas e tudo que para eles se constrói, se não forem como convém à santa pobreza, que na Regra prometemos, sempre aí se hospedando como forasteiros e peregrinos (cfr. 1Pd 2, 11).

25.Mando firmemente por obediência a todos os frades que, onde quer que estejam, não se atrevam a pedir letra alguma na Cúria Romana, por si ou por pessoa intermediária, nem para alguma igreja ou algum outro lugar, nem por aparência de pregação nem por perseguição de seus corpos;

26.mas onde quer que não forem recebidos, fujam para outra terra, para fazer penitência com a bênção de Deus.

27.E firmemente quero obedecer ao Ministro Geral desta fraternidade e ao outro guardião que lhe aprover dar-me.

28.E de tal modo quero estar preso em suas mãos que não possa ir ou fazer mais do que a obediência e a sua vontade, porque é meu senhor.

29.E embora seja simples e enfermo, contudo sempre quero ter um clérigo que me faça o ofício como está contido na Regra.

30.E todos os outros frades tenham que obedecer assim aos seus guardiães e a fazer o ofício segundo a Regra.

31.E os que se descobrisse que não fazem o ofício segundo a Regra, e quisessem variar de outro modo, ou não fossem católicos, todos os frades, onde quer que estejam, sejam por obediência obrigados a, onde quer que encontrem algum desses, apresentá-lo ao custódio mais próximo desse lugar onde o tiverem encontrado.

32.E o custódio seja firmemente obrigado por obediência a guardá-lo fortemente, como um homem em prisão de dia e de noite, de modo que não possa ser arrancado de suas mãos, até que em sua própria pessoa o apresente nas mãos de seu ministro.

33.E o ministro firmemente esteja obrigado, por obediência a enviá-lo por meio de tais frades, que o guardem de dia e de noite como homem em prisão, até que o apresentem diante do senhor de Óstia, que é o senhor, protetor e corretor de toda a fraternidade.

34.E não digam os frades: “Esta é outra Regra”, porque esta é uma recordação, admoestação, exortação e meu testamento, que eu, Frei Francisco, pequenino, faço a vós, meus irmãos benditos, para isto: para que mais catolicamente observemos a Regra que prometemos ao Senhor.

35.E o Ministro Geral e todos os outros ministros sejam obrigados por obediência a não acrescentar ou diminuir (cfr. Dt 4,2; 12,32) nestas palavras.

36.E tenham sempre este escrito consigo junto da Regra

37.E em todos os capítulos que fazem, quando lêem a regra, leiam também estas palavras.

38.E a todos os meus frades, clérigos e leigos, mando firmemente por obediência que não ponham glosas na regra em nestas palavras, dizendo: “Assim devem entender-se”.

39.Mas assim como o Senhor me deu de dizer e escrever simples e puramente a regra e estas palavras, assim simplesmente e sem glosa as entendais e com santas obras as guardeis até o fim.

40.E todo aquele que observar estas coisas, no céu seja repleto da bênção do altíssimo Pai e na terra seja repleto da bênção do seu dileto Filho com o santíssimo Espírito Paráclito e todas as virtudes do céu e todos os santos.

41.E eu, Frei Francisco, pequenino servo vosso, tanto quanto posso vos confirmo por dentro e por fora esta santíssima bênção.

Fonte: PROVÍNCIA DOS FRADES MENORES CAPUCHINHOS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://procamig.org.br>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

ANEXO E

CRONOLOGIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1181/82 - Verão ou outono (junho-dezembro) nasce em Assis. Batizado com o nome de Giovanni di Pietro. (pai) di Bernardone (avó). Mudando para Francisco.

1202 - Guerra entre Perusa e Assis a qual é derrotada. Francisco com 20 anos passa um ano preso em Perusa e é resgatado pelo pai, devido à doença. Nesse tempo parece que a família de Clara está refugiada em Perusa: ela com 8/9 anos de idade.

1204 - Francisco combate contra Perugia e é feito prisioneiro.

1204 - Fim, ou primavera de 1205 (março – junho) parte para a guerra na Apúlia, no sul, volta após visão e mensagem de Espoleto. Começo da conversão gradual (cresce aos poucos).

1205 - Outono (setembro a dezembro): mensagem do crucifixo de São Damião.
Conflito com o pai.

1206 – janeiro-fevereiro: questão perante o bispo Dom Guido II (1204 a 30 de junho de 1228). Primavera (março – junho): em Gubio, perto de Assis, cuida dos leprosos. Verão, provavelmente em julho: volta a Assis. Veste-se de eremita e começa a reparação da capela de São Damião. Começo dos anos de conversão, segundo a cronologia de Tomás de Celano.

1208 - janeiro ou fevereiro: trabalho na reparação de São Pedro, Santa Maria dos Anjos ou Porciúncula.

1208 - 24 de fevereiro: ouve o evangelho da missa de São Matias, na Porciúncula, sobre a missão apostólica. Muda as vestes de eremita e passa usar as de pregador ambulante, descalço. Início da pregação apostólica. Aqui propriamente, começa o estilo da vida franciscana, apostólica.

- 16 de abril: recebe em sua companhia os irmãos Bernardo de Quintavalle e Pedro Cattani. No dia 23, recebe o irmão Egídio na Porciúncula.

- Primavera (março – junho): a primeira missão. Francisco e Egídio vão à Maria de Ancona no litoral Adriático. Recebe mais três companheiros. Inclusive Filipe.

- Outono ou inverno (entre setembro – março): segunda missão. Os sete vão a Poggiobustone, no vale de Rieti. Bernardo e Egídio vão a Florença.

1210 - 16 de abril, dia do nascimento da Ordem Franciscana.

1212 - 18 de março, no Domingo de Ramos, numa noite fria e estrelada Clara foge indo ao encontro de Francisco, que corta os cabelos de Clara declarando que a partir daquele dia seria Clara de Assis, a irmã de todo o povo. Nasce a Segunda Ordem.

1215 - Francisco e Domingos participam do IV Concílio de Latrão.

1217 - Grande assembléia dos 5.000 frades ao redor de Francisco. “Capítulo das esteiras”.

1219 - Outono (setembro-dezembro): Francisco vai ao acampamento do Sultão do Egito, MeleK-el-Kamel, e tem “entrevista” com ele. Francisco tem pouco resultado junto ao Sultão. Escrevem os cronistas que ao chegar é maltratado. Ignorando a língua dos turcos, apenas diz “Soldan, Soldan”. Então é levado à sua presença e depois reconduzido por homens armados para junto dos exércitos que cercam Damietta.

1220 - Inícios: Francisco viaja para São João d’Acre (Accon), onde há uma fortaleza dos cruzados, e vai à Terra Santa. Na sua ausência Francisco deixa dois “vigários”, que começam a introduzir novidade na ordem, instituindo novos dias de jejum e abstinência, além dos já marcados. Um frade encarregado das clarissas pede privilégios ao Papa em favor delas contra a vontade do Santo, que prefere “vencer pela humildade mais que pelo poder da lei”. Outro, subtraindo-se à Ordem, pretende fundar uma nova Ordem, para leprosos de ambos os sexos.

- Primavera ou verão (março-setembro): alarmado pelas notícias que um frade leva ao oriente, retorna à Itália, desembarcando em Veneza. Nessa ocasião, o cardeal Hugolino é nomeado protetor da Ordem.

- Francisco entrega o governo da Ordem a Frei Pedro Cattani.

- Maio: capítulo geral de Pentecostes. Frei Elias de Cortona é eleito vigário em substituição ao falecido. Francisco apresenta a segunda Regra (não bulada ou não aprovada por bula Papal), que Frei Cesário de Espira, versado em Sagrada Escritura, adornou com muitos textos bíblicos. No fim do capítulo, Francisco, diz o cronista, lembra de novo a missão da Alemanha, fracassada em 1219. Pergunta se há voluntários. “Apresentam-se cerca de 90, inflamados pelo desejo do martírio, oferecendo-se à morte”. Entre eles o cronista que refere o fato, Frei Jordão de Jano e Frei Tomás de Celano, o biógrafo de São Francisco. Esta missão é mais preparada, dirigida pelo alemão Frei Cesário de Espira, e tem sucesso.

1221 - Aprovada a Regra da Ordem Terceira Secular pelo Papa Honório III.

1222 – 15 de agosto: festa da Assunção. Francisco prega em Bolonha (sede de estudos Jurídicos). Suas palavras visam mais “extinguir inimizades e reformar os

pactos de paz”, conforme relata um ouvinte: “muitas facções de nobres, entre os quais existiam velhas inimizades, com derramento de sangue, foram levadas à pacificação”.

1223 – Inícios: em Fonte Colombo, Francisco redige a 3ª Regra que é discutida no capítulo geral de junho. A discussão continua em Roma, e em outubro Francisco se dirige ao Papa para pedir a aprovação.

- 29 de novembro: Honório III aprova, com bula Papal, a Regra definitiva, ainda hoje em vigor. O texto original conserva-se como relíquia no Sacro Convento de Assis. Provavelmente houve colaboração dos frades e do representante da Santa Sé.

- 24/25 de dezembro: na noite de Natal, Francisco celebra a festa em Greccio, junto a um presépio.

1224 - 2 de julho ou início de agosto, o vigário da Ordem Frei Elias é advertido (sonho ou visão?) de que Francisco terá ainda 2 anos de vida.

- 15 de agosto a 29 de setembro: Francisco, Frei Leão e Frei Rufino passam no Alverne, preparando-se com uma quaresma de oração e jejum para a festa de São Miguel Arcanjo. Em setembro, tem a visão do Serafim alado e recebe os estigmas (chagas).

- Em outubro ou início de novembro, Francisco retorna à porciúncula via Borgo San Sepolcro, Monte Casale e Città di Castello.

1224 - ou **1225**, dezembro-fevereiro: cavalgando um jumento, Francisco faz um giro de pregações pela Úmbria e Marcas (Ancona).

1225 - Março: visita Clara em São Damiano. Suas vistas pioram muito. Ele pretende ficar ali numa cela ou na casa do Capelão simplesmente, mas, cedendo aos pedidos do vigário da Ordem, Frei Elias, consente em receber tratamento médico: a estação é muito fria, e o tratamento é transferido.

- Abril ou maio: ainda em São Damiano, Francisco recebe tratamento e não melhora. Recebe a promessa da vida eterna. Depois de uma noite dolorosa, atormentado pela dor e por ratos, compõe o Cântico do Irmão Sol, junto a Santa Clara.

- Junho: acrescenta uma estrofe ao Cântico do Irmão Sol, comemorando a reconciliação entre o bispo e o podestade (juiz) de Assis: “Louvado sejas, meu Senhor, pelos que perdoam por teu amor e suportam enfermidades e tribulações. Bem aventurados os que sofrem na paz, pois por Ti, Altíssimo, coroado serão”. Aconselhado por uma carta do Cardeal Hugolino, protetor da ordem, deixa São Damiano e vai para o Vale de Rieti.

- Inícios de junho: acolhido em Rieti pelo Cardeal Hugolino e pela corte Papal (que lá está 23/6 a 6/2). Para submeter-se ao tratamento dos médicos da corte pontífica vai a Fonte Colombo para tratamento, sob insistência do Cardeal Hugolino, mas rejeita devido à ausência de Frei Elias.

- Julho ou agosto: em fonte Colombo, o médico cauteriza as têmporas de Francisco, mas com pouco resultado.

- Setembro: Francisco vai a São Fabiano, perto de Rieti (Floresta), para ser tratado por outro médico, que opera sua vista. Restaura então a vinha do pobre padre, danificada por visitante de Francisco.

1225 - Francisco vive ora em Rieti, ora em Fonte Colombo.

- Abril: vai a Sena para outro tratamento.

- Maio ou junho: volta à Porciúncula, via Cortona.

- Julho-agosto: no calor do verão é levado para Bagnara, nas colinas perto de Nocera.

- Fim de agosto ou início de setembro: piorando de saúde, é levado, via Nottiano, para o palácio do bispo de Assis. Dom Guido acha-se ausente, em peregrinação ao Santuário de São Miguel, cuja festa se Celebra no dia 29, no monte Gargaro.

- Sentido iminente de morte, pede para ser levado para a porciúncula. Chegando a planície, lança sua bênção sobre Assis. Nos últimos dias de vida, dita o Testamento, auto testemunho de incalculável valor para a vida e os propósitos de homem tão singular. Com a proximidade da morte, pede que o deitem nu no chão. Depois aceita emprestado o hábito que o guardião lhe dá. Faz ler o evangelho da Última Ceia e abençoa os filhos seus, presentes e futuros.

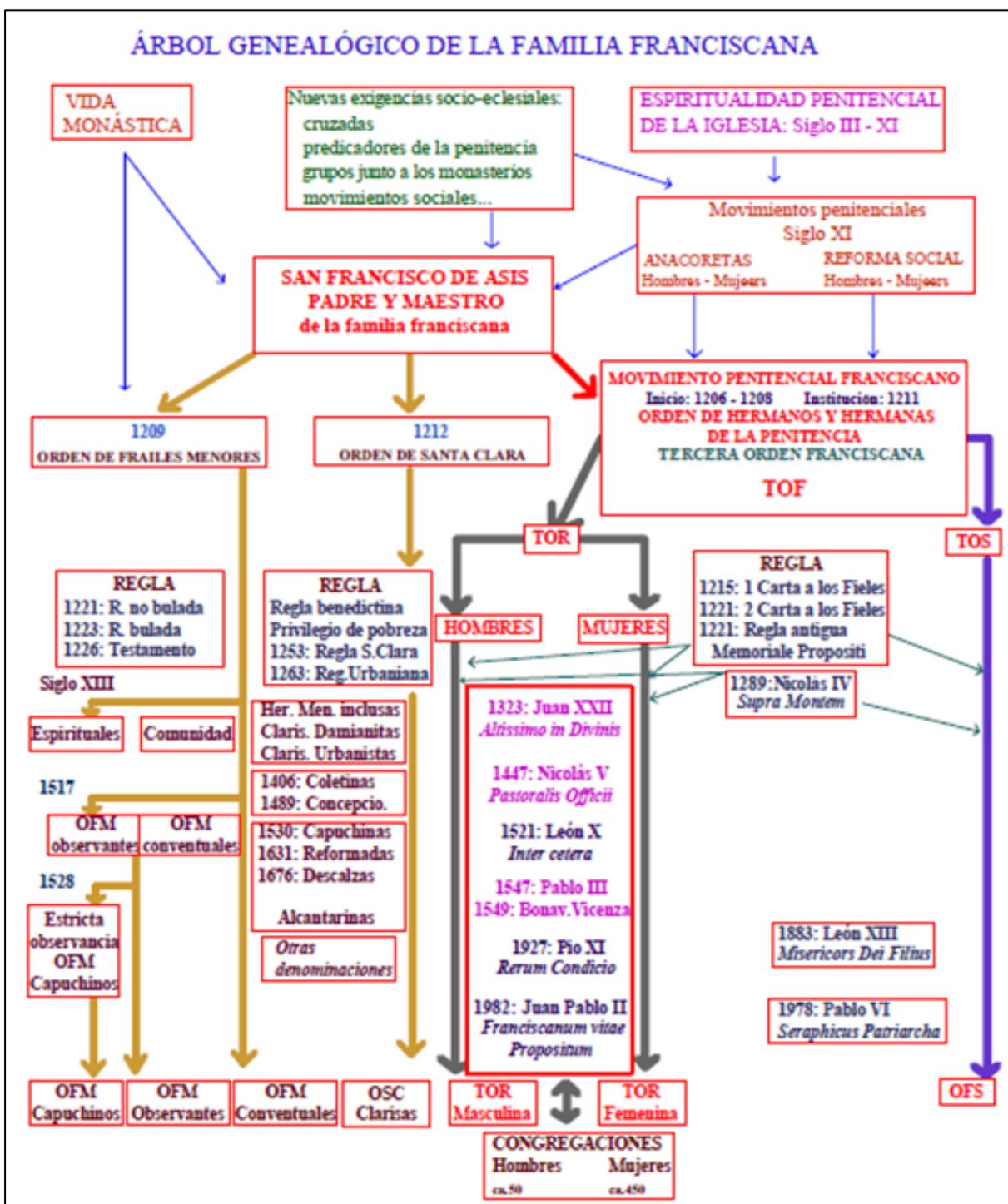
1226 - 3 de outubro, à tarde: Francisco morre entoando “morte suscepi”. No Domingo seguinte, 4 de outubro, é sepultado na Igreja de São Jorge, na cidade de Assis, mas o cortejo fúnebre passa pelo mosteiro de São Damião para a despedida de Clara.

1228 - 16 de julho: Francisco é canonizado. Relíquias trasladadas para a nova basílica em construção, em 25 de maio de 1230.

FONTE: FAMILIA FRANCISCANA DO BRASIL. 2015. Disponível em: <<http://ffb.org.br>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

ANEXO F

GENEALOGIA DA FAMÍLIA FRANCISCANA



Fonte: POBLADURA, M. Seminarios de misiones y conventos de perfecta vida común. Roma: Instituto Histórico Capuchino, 1963.

ANEXO G

FREI MATEUS DE BASCIO

APONTAMENTOS PARA UMA BIOGRAFIA TRADUÇÃO: FR. ODAIR VERUSSA, OFMCAp

FREI MATEUS DE BASCIO



Conhecemos muito pouco a figura de Mateus de Bascio. Esta crônica histórica, ou apontamentos para uma biografia, não pretende suprir lacunas e pesquisas. A passagem do autor, Flávio Gianessi, pela cidade de Bascio em companhia de outro frade e de um sacerdote diocesano, lhe oferece ocasião para apresentar a questão: Quem é Frei Mateus de Bascio? Que lugar lhe cabe na história franciscana?

Acompanhemos a narrativa. Ela acrescentará alguns dados interessantes à história desse homem que já foi considerado fundador da nossa Ordem Capuchinha.

PREMISSA

O velho carro “cinquecento” de Dom Elígio rangia mais do que de costume, embora o meu peso e o de Frei Guilherme fossem um acréscimo insignificante se

comparados aos seus cento e vinte e cinco quilos de “clero católico”, como costumava dizer de si mesmo. Descemos da igrejinha de Antico e, antes de subirmos a San Leo para a Festa do Perdão era dois de agosto o padre teve a fantasia e nos fazer visitar Bascio, onde havia nascido Frei Mateus, o primeiro Capuchinho. Dele eu somente sabia que se “sabia pouco”; um reformador nos passos de Francisco, sobre o qual pairava a sombra da “traição”, por ter voltado, após alguns anos, para a Observância. Estava eu numa fase em que as cópias não me interessavam, ainda menos as mal feitas. Contudo, paramos na estrada provincial frente a igrejinha nova de Mulino de Bascio, e logo vimos uma grande estátua de pedra com o rosto voltado contra o muro, como os meninos quando são postos de castigo. Enquanto comentávamos isso, alguém se aproximou para nos explicar que “aquela, era uma nova estátua de Frei Mateus que devia ter sido colocada para além da estrada, mas a dona daquele terreno não queria, porque ela passava sempre por lá, de carro, e Frei Mateus estaria bem no meio. Não sei quem de nós tomou a iniciativa, mas o fato é que dois minutos depois estávamos todos a discutir com a dona. Falamos por um bom tempo, e a senhora nos deixou com um “veremos”, fraquinho. Após sete dias voltamos a passar por lá de novo e pudemos ver maravilhados que Mateus já estava posto para além da estrada. Como nicho ao longe um triângulo de rocha e como flores, ramos de plátano. Satisfeitos, nos olhamos de um jeito gozador, de quem tem consciência de ter feito algo importante: Frei Mateus estava no seu devido lugar. Mas, na história?

1-DIZEM QUE ERA MAIS BONITO MORTO QUE EM VIDA.

O rosto como que havia serenado: as rugas do pregador fogoso que mandava para o inferno ricos e pecadores, agora estavam distendidas e seu corpo que só vira água quando lhe chovia em cima, não somente não cheirava mal, mas para alguns até exalava certo perfume.

Um pouco antes pedira para se confessar. Chegava Frei Urbano Veneto, da Igreja dos Observantes de São Francisco da Vinha, e foi logo começando o interrogatório: Mas de que Ordem é você? Você não é mais Capuchinho? Como então você está aqui, como hóspede do pároco de São Moisés? Por que você vive girovagando fora dos conventos? Frei Mateus, com dificuldades conseguiu responder que tinha a licença do Senhor Papa, subscrita por quatro Padres Gerais da Observância, e a mostrou. Assim, certo de que não estava frente um a um fugitivo ou apóstata, o frade decidiu confessá-lo. E assim

morreu. Mas, se o pobre frade sem irmãos pensava que aquela seria sua última viagem, enganou-se.

Apenas expirava o pároco e os frades da Observância começaram a brigar pelo cadáver. O bispo interveio e entregou o corpo aos últimos, proibindo porém mais de uma vez que se exibisse sinais de culto. Para evitar confusão com pessoas, foi transportado à noite e sem lanternas. Alguém viu também os Capuchinhos que já estavam estabelecidos em um convento em Veneza, mas não parece que tenham apresentado nenhuma pretensão de tê-lo de volta, nem depois de morto: não convinha aos “filhos”, exatamente os Capuchinhos cultivar a memória de um “pai” que entendiam tê-los abandonado. No entanto era conveniente aos “pais”, os Observantes, honrar a memória de um “filho pródigo”, a quem era fácil fazer falar como morto, ter-se arrependido; tanto mais que apesar de tudo, parecia que fizesse milagres

2-O CONVENTO NÃO LHE BASTAVA

Que caminhos teriam levado Mateus, nascido em Bascio, na região do Montefeltro, morrer em Veneza, naquele sábado à tarde, vigília da Transfiguração, cinco de agosto de 1552, com a idade de cinquenta e sete anos? Os historiadores e pesquisadores de arquivos ainda estão seguindo pistas, e tantas idas e voltas não cabem num pequeno artigo. Farei como nos desenhos em que se recompõe a figura seguindo os números, para somente no final tê-la revelada, através de um contorno aproximado. Seguirei os números, as datas mais aproximadas e seguras. Em 1523, com vinte e oito anos, torna-se sacerdote franciscano da Observância, ocasião em que vai para Camerino ajudar os empestados. No inverno de 1524, ao retornar ao convento de Montefalcone, vindo de um funeral, encontra-se com um pobre, entretém se com ele e lhe deixa um pedaço de lã de sua veste. Mas é este encontro que o deixa num sofrimento e depois numa amarga intolerância pela vida tradicional do convento. Até o hábito não lhe parecia mais o de São Francisco.



Numa noite do início de 1525, Ano Santo, adaptando o melhor que pôde um hábito, no que considerava mais próximo ao das origens, com um capuz não redondo mas em ponta, costurado à túnica, foge do convento e, talvez ajudado pela Duquesa de Camerino, sobrinha de Clemente VII, consegue ser recebido pelo Papa. Pediu-lhe permissão para viver a Regra de São Francisco à letra e andar pregando sem residência fixa, usando aquele hábito. O Papa lho concedeu, pedindo somente que se apresentasse cada ano ao capítulo dos frades, para prestar contas ao superior. E devia passar para retirar a permissão por escrito, porém, não voltou, porque talvez se tenha dado conta de que teria que apresentar à Cúria Romana a permissão por escrito, que não tinha.

Partiu para Montefeltro, e somente com licença oral começou a viver uma vida de pregador itinerante. Quando depois em abril se apresentou ao capítulo dos frades, viu-se diante das iras do Provincial, João de Fano que o trancou na prisão do convento de Forano. Ali permaneceu três meses antes que a Duquesa de Camerino fizesse chegar ao Padre Provincial a sua irritação, com uma carta neste tom: “Dou-lhe três dias para que me entregue libertado Frei Mateus de Bacio; do contrário sereis banidos das minhas terras e referirei à sua Santidade em que conta tem sua vontade. Faça como lhe disse e poupe-me de ter que ir além”. Assim, Mateus se encontra novamente livre para continuar sua vida. Dentro em pouco porém, põem-se a procurá-lo dois frades fugitivos da Observância que inutilmente haviam pedido “licença para levar vida pobre nos eremitérios”. São os dois irmãos, Ludovico, sacerdote e Rafael, leigo, filhos do Capitão Tenaglia de Fossombrone. Mesmo que Mateus logo lhes diga que não tem licença para

“reunir companheiros” fica comprometido com eles e com outros que rapidamente se juntarão nas primeiras batalhas para obterem a liberdade de viver conforme a Regra.

É este o quadro rude, mas real, que o cronista nos oferece daqueles primeiríssimos meses: Frei Mateus vivia com Frei Paulo de Chioggia e também com um não bem definido Frei Próspero, e recorda que “tinham feito um refúgio de estopa e dormiam, com todo respeito, como faziam os animais; eram atendidos no comer e no beber pelo povo, e o referido Frei Paulo ali esteve mais assiduamente que Frei Mateus, porque Frei Mateus era mais andarilho”. Se Ludovico e os outros estavam mais por uma vida eremítica, ele era, e antes deles, mais por uma vida nômade e itinerante. Quando em 1529 realizou-se em Albacina o primeiro capítulo da nova Reforma e foram aprovadas as primeiras Constituições chamadas exatamente “dos Frades da vida eremítica”, Frei Mateus foi eleito o primeiro superior geral, contra sua vontade, mas depois de poucos dias apresentou inexoravelmente a demissão.

Decidiu assim deixar os outros combaterem suas batalhas para poder ele mesmo permanecer fiel à sua vida andarilha e quase sempre solitária.

A sua aventura permanece um pouco fora das Crônicas, mais preocupadas em seguir os passos de Ludovico, empenhado como os outros, de corpo e alma, em salvar a “nova família” das tentativas de supressão. Todavia a história conserva alguns rastros do seu girovagar, mesmo um tanto coberto de lenda. Aparece em Fabriano, em Mercato Saraceno, Forli, Luigo, e por várias vezes em Veneza.

3-UM IRMÃO INCÔMODO?



Era conhecido em meia Itália como o pregador que gritava nas praças; “Ao inferno os pecadores, os usurários, os concubinos; mas também era conhecido como aquele que reunia crianças e lhes falava de Deus e que recebia de presente bois inteiros e campos de fava para distribuir aos pobres. Há quem diga que foi até Jerusalém em peregrinação. Quando depois entre 1536 e 1537, voltou a Roma, começou a crise. Encontrou a situação mudada: o mesmo Frei

Ludovico, após sérias lutas internas, não encontrou mais nessa reforma sua primitiva vida eremítica pela qual havia deixado a Observância. Voltava-se a preferir o trabalho manual, os estudos e a pregação culta. Frei Mateus começou encontrar-se sempre mais, em Roma, mas também em outros lugares, com frades que não dividiam com a sua itinerância; diziam-lhe que sua permissão precisava ser reconfirmada pelo novo Papa. Não era mais o seu tempo. Aquele era o tempo em que Frei Bernadino de Asti, novo superior geral, preocupava-se em apresentar um aspecto mais ordenado dessa nova “Congregação de Capuchados”. Além do mais preocupava o fato de que, nesses tempos de Lutero, Mateus tivesse começado a mandar ao inferno também Bispos e Cardeais, por serem depredadores dos bens dos pobres. Por outra parte, o Padre Geral dos Observantes fazia de tudo para atrair as simpatias daqueles frades Capuchinhos que se achavam desiludidos com as últimas controvérsias de família. Assim foi que, talvez também por outros motivos, Frei Mateus voltou para os Observantes. Intuíra, (Ter-lhe-iam prometido formalmente?) que assim ser-lhe-ia mais

fácil continuar sua itinerância: tirou o capuz e sem mais modificações no hábito “pobrezinho”, continuou a girovagar até a morte, por outros tantos quinze anos. Há quem diga que, por vontade do Papa, teria sido “capelão militar”, acompanhando as tropas imperiais, nas guerras contra os Huguenotes¹

Protestantes, calvinistas franceses que formaram um partido político religioso (obs.do tradutor). Nos últimos anos sabemos que estava em Veneza, dormia nas torres e debaixo das pontes. Foi afastado, pelo menos uma vez, pelas autoridades da Sereníssima² e confinado em Chioggia, porque durante os processos girava com uma vela na mão, dizendo que estava procurando a justiça.

4-CONCLUSÃO

Ao final destas breves “pistas” para uma biografia de Frei Mateus de Bacio, brota espontaneamente uma pergunta: Qual é o lugar de Frei Mateus dentro do movimento de hoje, numa época de reformas e contra reformas?

Afinal, ninguém mais o chama de “fundador” da reforma capuchinha, até porque este título com maior direito, pertence a Ludovico de Fossombrone assim como o de “organizador” compete a Frei Bernadino de Asti. Mateus poderia ser reconhecido mais no lugar de “iniciador” ainda que “involuntário”, que porém fez brilhar um aspecto fundamental e esquecido do Franciscanismo: a itinerância absoluta! Ele permaneceu como um irmão original e solitário no franciscanismo e na Igreja, com uma riqueza de mensagens que o Movimento Franciscano não deveria deixar cair no esquecimento.

Mateus de fato está próximo somente a figuras como Francisco e José Bento Labre e representa uma daquelas aproximações, excepcionais para a Igreja Católica Ocidental, da categoria russo-ortodoxa dos “JURODIVYE”, (os “pazzi christi” = “loucos de Cristo”) e dos monges itinerantes presentes em todas as grandes religiões. Sua vida oferece afinal um engate para uma última consideração: propô-lo como “Santo Interobediencial”, como figura emblemática, uma reaproximação possível de uma “fusão” das Ordens masculinas franciscanas: conventuais, observantes, Capuchinhos e reformados.

Sua experiência pode de fato apresentar cabe a historiadores melhores a confirmação a superação da “reforma como divisão”, e a confirmação da diversidade como riqueza para todos. A conhecida incapacidade da instituição de sentir a pluriformidade como um dom, e a tentação do indivíduo em sentir a obediência como um

Freio, são duas faces da mesma moeda e a sombra do mesmo limite presente em toda a reforma nascida como divisão.

A experiência de Mateus, de Ludovico e de todos os outros que, vindo da Observância, entraram nos Capuchinhos, mas também a experiência da mesma Observância, permanecem marcadas por essas ambigüidades que voltam cada vez que, da necessidade pessoal de viver a Regra à letra, se passa ao desejo de reforma coletiva; por “amor à Ordem” arrisca-se a perder aquela autenticidade singular que marcara os inícios. Parece que Mateus, tenha esse limite menos que os outros, e o seu retorno à Observância pode ser a confirmação dessa afirmação:

... e Pedro, Franco, Gerard, Pierre, Jean Marie, e outros, “barbudos” ou “caminheiros” que encontro na caminhada fazem-me pensar que a itinerância de Mateus não seja uma categoria ultrapassada. E quando Gino me perguntou o que eu acho da sua idéia de fundar uma Ordem Ecumênica de monges itinerantes, gostaria de responder-lhe: “Fica Capuchinho!”

Perdão: “Fica franciscano!”

Flávio Gianessi, Fra Matteo da Bascio, spunti per una biografia, L'Italia Francescana, 62, 1987, n. 4-5, p. 509-514. Tradução: Frei Odair Verussa.

FONTE: CENTRO FRANCISCANO DE ESPIRITUALIDADE. 2015. Disponível em: <<http://www.centrofranciscano.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ANEXO H

BULA RELIGIONIS ZELUS

Viterbo, 3 de julho de 1528. Os irmãos Ludovico e Raffaele da Fossombrone, já observador, sob a proteção do convento para levar uma vida de eremita e observar a Regra na íntegra, é concedido: a absolvição de todos censura eclesiástica e punição; usar o hábito encapuzados quadrado; receber candidatos; usam barbas; aposentando-se em eremitérios, e implorando por toda parte; desfrutar “principaliter a e que” privilégios, favores e graças concedidas e a conceder a Ordem dos Frades Menores e a Camaldoles e eremitas. Na sequência de sanções contra os infratores, as cláusulas de isenção e mandato executivo.

Amados filhos Ludovico e Raffaele da Fossombrone, professo da Ordem dos Frades Menores, saúde e benção apostólica.

1. O zelo da religião, da bondade da vida e costumes e outros méritos louváveis de honestidade e virtude, por conta de que você está recomendado para nós por pessoas dignas de fé, levar-nos a cumprir favor, tanto quanto pudermos no Senhor, para seus desejos, especialmente aqueles que dizem respeito à salvação das almas e a propagação da religião.

2. Quanto ao fundamento de que não tenham apresentado recentemente afirma que, no passado, motivado por um desejo de servir ao Altíssimo, ele entrou na Ordem dos Frades Menores disse Observância, que emitiu a profissão, você tem vivido por algum tempo; em seguida, obteve a licença do seu topo de que o tempo, em conformidade com as cartas apostólicas relacionadas com a união e concórdia entre estes monges e aqueles chamados convento, você se juntou a estes, você recebeu gentilmente pelo seu mestre provincial das Marcas, os frades e aggregandovi distrito daquela província. Posteriormente, como a saúde de suas almas e a glória de Deus que queria levar a vida de um eremita e observar a Regra de São Francisco, uma vez que permite a fragilidade humana, o mestre provincial supracitado lhe deu licença para aceder à Cúria Romana para implorar

por nós e pela Sé Apostólica como parecia apropriado para pedir e obter a salvação de sua alma e para a glória de Deus.

3. Até mesmo o nosso amado filho Andrea, padres cardeais e da Ordem do título de Santa Prisca, protetor daquela Ordem, você autorizado a apresentar a petição, por isso, no entanto, que um de seu grupo deve apresentar-se a cada ano, sinal de submissão, em nome de todos vós, o professor ou provincial, para o capítulo da província em que você vive, os frades Conventuais; também disse que o mestre provincial pode visitá-lo, se o considerar apropriado, uma vez por ano e não mais, e se algum que não seguem a regra acima mencionada, admoestar, porque para ver mais perfeitamente, forçando-o em formas de dívida; além disso, no entanto, ele não pode transferi-lo de lugar para lugar, nem ingiungervi ou exigir nada, mas é necessário para proteger e defender, de modo que você pode servir em SWT paz coisas divinas, como você diz aqui é muito claramente acima esta matéria no cartas de patente do mesmo cardeal protetor e o mestre provincial.

4. Então, se transformaram humildemente implora de você, nós degnamo desfrutar, por gentileza apostólica para conduzir esse tipo de vida de eremita, e por isso devemos fornecer a outras coisas no local.

5. Por isso, desejando a salvação das almas, estamos tomando cada um de vós e nós absolvido, se fosse de alguma forma afectado por qualquer censura, punição e outras sentenças eclesiásticas de excomunhão, suspensão e interditar ambos jure, é ab homine Exclusivamente no que diz respeito ao efeito dessas cartas; acreditando tanto as cartas acima referidas, em seguida, suficientemente explícitos, tanto pelo seu conteúdo, nós conceder a autoridade apostólica, de acordo com estes, para levar a vida de eremita de acordo com a Regra previsto; e para trazer o terno quadrado com capuz; fazer com que todos na sua comunidade, tanto clérigo secular ou sacerdote ou leigo, de usar barbas, de modo que como você; de se retirar para qualquer ermida ou local com o consentimento dos senhores destes lugares, e habita neles, e levar a vida austera de um eremita e implorando por toda parte; e nós conceder-lhe uma licença e direito pleno e livre de usar, possuir e desfrutar a e que principaliter livremente e legalmente, e todos

os privilégios, favores e graças, concedidos a data ou convexas no futuro, tanto em geral como em espécie, para a Ordem dos Frades Menores e a ermida de Camaldoles e do Beato Romuald e seus eremitas indivíduo da mesma forma que eles usá-los, possui-los e eles apreciá-los ou eles vão aproveitar no futuro.

6. Também hora, com estes escritos apostólicos, em cada e todos os arcebispos, bispos, abades e todos os dignitários eclesiásticos, com os cânones de igrejas metropolitanas ou de outras igrejas catedrais, vigários gerais das referidas arcebispos e bispos, abades, a emprestar-lhe pessoalmente ou através de outro defesa eficaz, e para permitir que você, um e tudo, para desfrutar em paz e desfrutar de todas as faculdades e individualmente, e não permitir que qualquer um de vocês a ser perseguidos, impedidos ou perturbado em contravenção para estas letras. Prosseguir na verdade, a seu critério, qualquer arguido ou rebelde por censuras e sanções e outras medidas legais, sem a concessão de recurso, e, sempre que necessário, ao braço secular.

7. Não se opõem tanto a Constituição Apostólica do Papa Bonifácio VIII, o nosso predecessor, emitido em uma dieta e, no conselho geral, duas dietas, ou outras constituições Papais ou regulamentos; nem os estatutos ou costumes de ordem que, embora confirmados por juramento ou aprovadas pela Sé Apostólica ou reforçados com outras restrições; mesmo privilégios, perdões ou cartas apostólicas concedidos por qualquer Romano Pontífice nosso predecessor ou mesmo por nós mesmos ou por a Sé Apostólica e com força de lei ou estatuto geral para sempre, quer por iniciativa própria, de certa ciência, com a plenitude de nosso poder; com qualquer tipo de cláusulas: a desativação, revogação, annullative, revocatório, conservante, limitação, ripristinatrici, declarativa, CORTE, isenções depreciativos, prevalentes entre todos, muito eficazes e incomuns, concedidos, confirmados e renovados várias vezes de modo algum consistório. Ao todo, só que desta vez, eles permanecem para o resto de sua força, apesar de qualquer disposição em contrário, de roghiamo expressamente e de forma especial, mesmo nos casos em que, a fim de obter uma isenção eficaz, você precisa de uma menção especial deles e de tudo sobre eles, palavra por palavra, e cláusulas gerais não são suficientes, embora equivalente, mas temos de fazer

menção expressa ou assistir a uma certa forma especial e é expressamente declarado a eles que você absolutamente não pode derogar; crença, com estas cartas, expressa suficientemente o seu conteúdo, como a palavra reproduzida por palavra, e observaram o modo e forma estabelecidos especificamente no campo.

8. Ninguém, portanto, é lícito, entre os homens, uma infracção a esta página da nossa absolvição, concessão, alienação e de isenção, ou com ousadia imprudente, andarl e contra.

Se alguém presumir a tentar isso, saiba que incorrerá na indignação de Deus onipotente e dos apóstolos Pedro e Paulo abençoado.

Data em Viterbo, o ano de 1528 da Encarnação do Senhor, em 3 de julho, no quinto ano do Nosso Pontificado.

Fonte: PROVÍNCIA SÃO LOURENÇO DE BRINDES DOS FREIS
CAPUCHINHOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA. 2014. Disponível em:
<<http://Capuchinhosprsc.org.br/santos-Capuchinhos>>. Acesso em: 15 dez. 2014

ANEXO J

CRONOLOGIA DA ATUAÇÃO DE DOM SEBASTIÃO LEME

| ANO | PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS |
|------|---|
| 1921 | <p>24/02- Dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, recebe telegrama da Nunciatura Apostólica comunicando sua nomeação para arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro.</p> <p>JULHO –Dom Sebastião Leme chega ao Rio de Janeiro.</p> <p>21/11- Transferência de D. Antônio dos Santos Cabral, bispo de Natal para a diocese de Belo Horizonte.</p> <p>NOVEMBRO- fundação da revista Ordem, sob a direção de Jackson de Figueiredo.</p> |
| 1922 | <p>22/04- O arcebispo D. Leme desfila num carro ao lado do presidente Epitácio Pessoa, no Rio de Janeiro.</p> <p>26 a 30/09- Celebração do Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, em comemoração do Centenário da Independência. Pela numerosa presença de bispos, e participantes, tomou o aspecto de <i>um</i> Congresso Nacional.</p> <p>04/10- Lançamento da 1ª pedra do monumento ao Cristo Redentor, no alto do Corcovado.</p> <p>28/12- Fundação da Confederação Católica do Rio de Janeiro, por D. Leme, reunindo as Associações Católicas da arquidiocese.</p> <p>DEZEMBRO- fundação do Centro D. Vital.</p> |
| 1923 | <p>14/07- D. Leme publica o livro “Ação Católica”.</p> <p>— celebra-se no Rio de Janeiro um Congresso do Apostolado da Oração, em comemoração do Centenário das Aparições de Paray-le-Monial.</p> |
| 1924 | <p>01/02- D. Antônio dos Santos Cabral é nomeado arcebispo da arquidiocese de Belo Horizonte, recentemente criada.</p> <p>03/05- Celebração da Páscoa dos Militares no Rio de Janeiro, por ocasião das festas do Jubileu do Cardeal Arcoverde.</p> <p>04/05- O Presidente da República Artur Bernardes, visita o Cardeal Arcoverde no palácio da diocese.</p> <p>05/05- Banquete oferecido pelo Itamarati ao episcopado brasileiro pelo Jubileu do Cardeal Arcoverde, com discurso do Ministro das Relações Exteriores Felix Pacheco.</p> |

| ANO | PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS |
|------|--|
| 1925 | 01/01- O Jornal do Comércio publica um volume especial sobre a Igreja Católica em comemoração do Jubileu de 1925 — Ano Santo. — celebra-se no Rio de Janeiro a Semana do Catecismo. |
| 1926 | 1926 — celebra-se no Rio de Janeiro a Semana Missionária. |
| 1927 | ABRIL — D. Leme viaja para a Europa por motivos de saúde, regressando em julho. 07/09- Os bispos de Minas Gerais reúnem-se em Belo Horizonte para uma celebração religiosa por ocasião da tomada de posse do presidente Antônio Carlos R. de Andrade |
| 1928 | 15/08- Alceu de Amoroso Lima, recém convertido ao catolicismo, recebe a comunhão das mãos do Pe. Leonel Franca. 01 a 06/09- Celebra-se o 1.º Congresso Catequístico em Belo Horizonte. 06/09- Em nome do governo do Estado de Minas Gerais, o Secretário do Interior Francisco Campos autoriza o ensino do catecismo nas escolas. 7 a 22/10- Celebra-se no Rio de Janeiro a Semana Social da Ação Católica, 04/11- Morte de Jackson de Figueiredo. 05/11- Primeiro encontro de D. Leme com Alceu de Amoroso Lima. |
| 1929 | 1929 - D. Leme funda a Ação Universitária Católica (A.U.C.) movimento que prepara a criação da Ação Católica. |
| 1930 | 18/04 - Morte do Cardeal Arcoverde. 05/06 - D. Leme recebe a notícia de sua nomeação cardinalícia. 2 e 3/07 - D. Leme recebe o barrete e o chapéu cardinalício das mãos do Papa Pio XI em Roma 24/10 - Cardeal Leme regressa ao Brasil. — O Cardeal Leme acompanha o presidente da República Washington Luís, na saída do palácio do governo, ao ser deposto pela revolução. 03/11 Tomada de posse do governo revolucionário de Getúlio Vargas. |

Fonte: Azzi (1974, p. 656).

ANEXO K

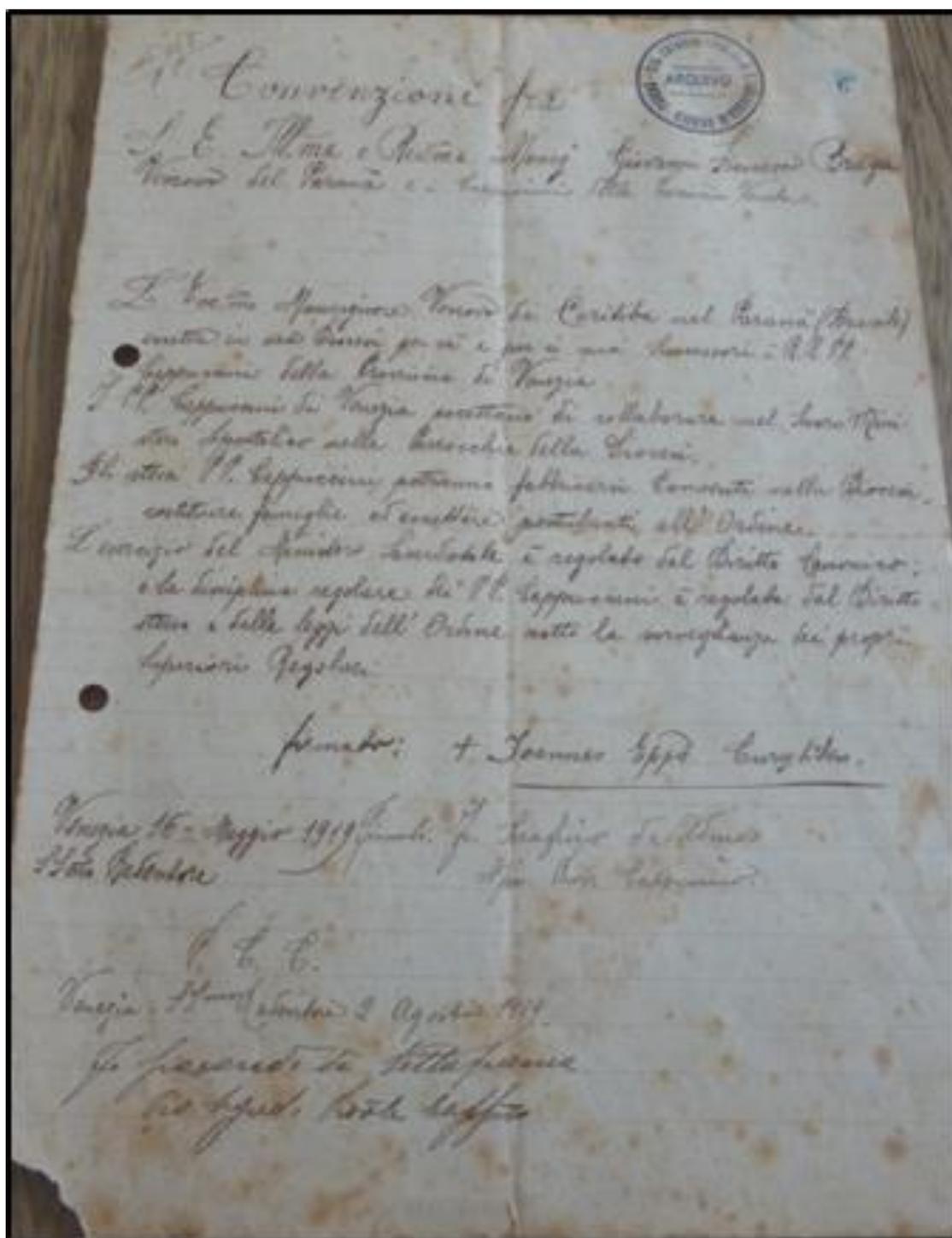
BULA QUUM IN DIES NUMMERUS: CRIAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA EM 10 DE MAIO DE 1926



FONTE: ARQUIVOS DA CURIA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA.

ANEXO L

CONVENZIONE



ANEXO M

CARTA CIRCULAR

— 95 —

Ihós de suas graças divinas, vos damos a benção pastoral, como a manifestação de nossa gratidão e o penhor de nossa muita afeição.

E a benção de Deus omnipotente, Padre †, Filho †, e Espirito Santo † desça sobre vós e permaneça sempre comvosco. Amen.

Esta será lida á estação da missa conventual nas matrizes, registrada no livro do Tombo e guardada no archivo parochial.

Dada e passada em Corytiba, aos 5 de Janeiro de 1897.

† JOSÉ, Bispo Diocesano.

Padre *Lamartine Corrêa de Miranda*,—Secretario.

Carta Circular

De S. Ex. Rvma. o Sr. D. José de Camargo Barros, Bispo de Corytiba, recommendando o ensino da Catechismo,

Dom José de Camargo Barros, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Bispo de Corytiba.

Aos Muito Reverendos Srs. Parochos e Sacerdotes d'esta Nossa Diocese saude, paz e benção em Nosso Senhor Jesus Christo.

Carissimos Irmãos e Cooperadores Nossos.

Já disse alguém que a mitra episcopal tem pedras preciosas por fóra e espinhos por dentro e effectivamente assim o é.

Imaginae, pois, quantos espinhos torturam a nossa cabeça, quantos cuidados, quantas afflicções enchem o nosso coração, quantas vigílias têm enregelado as palpebras de nossos olhos por causa das necessidades que pesam sobre esta diocese. Ora escutae-Nos um pouco, vamos abrir o nosso coração no meio dos corações dos nossos irmãos, vamos fazer-vos uma confidencia intima, vamos revelar-vos uma das dores mais intensas, que em tropel invadiram o nosso coração, desde o momento em que pudemos conhecer a situação moral desta diocese.

O espinho mais agudo que continuamente Nos crucia, é contemplarmos a enorme, vasta e profunda ignorancia religiosa em que jazem os nossos diocesanos, principalmente os nossos patricios.

Este espinho, ó caridosos Irmãos, bem podeis arrancar o, esta dôr podeis acalmar-a, este mal podeis conjurar de nossa diocese.

Basta que vos resolveaes a cumprir o vosso dever de ensinar o catechismo em vossas parochias, custe o que custar e a prégar a palavra divina a vossos parochianos.

Sois os nossos Cooperadores, podeis alliviar muito o peso de nossa cruz; muito esperamos da delicadeza de vossas consciencias e da compaixão de vossos corações. Por isso estamos certo que depois de lerdes esta nossa Carta intima, familiar, franca, immediatamente comprehendereis a obra mais importante que ha em vossas parochias: O ENSINO DO CATECHISMO.

Mas se alguns de vós não quizerem ouvir as supplicas das creanças, seus filhos espirituaes, que pedem pão (1), se desprezarem as exhortações do Bispo, seu humilde irmão, se esquecerem-se dos preceitos da Igreja sobre esta materia, se não quizerem ser Cyrineus voluntarios, oh! então não haverá remedio, faremos calar todas as supplicas e seguiremos o exemplo dos Judeos, que não consultaram ao cidadão de Cyrene se estava ou não disposto a auxiliar a Jesus a carregar a cruz, impozeram-lhe este onus, que todavia lhe valeu a salvação eterna, segundo a opinião de alguns escriptores.

Com toda a franqueza vos dizemos agora: os Parochos e Curas d'alma que por si ou por outrem não quizerem ou não puderem cumprir este dever da prégação e do ensino do catechismo serão excluidos do corpo parochial.

Não penseis que ignoramos as grandes difficuldades que encontraes no cumprimento deste duplo dever.

Conhecemol-as e até por experiencia propria. Sim, mas não ha motivo para recuardes deante dessas difficuldades; antes pelo contrario, deveis enfrental-as, superal-as e passar por cima dellas. E' vergonhoso ao soldado fugir do campo de batalha, e deixar as armas nas mãos do inimigo. Pois bem! Para auxiliar-vos nesta nova campanha, para reunir-vos em cerrados batalhões, para exaltar-vos os animos e inflamar-vos de coragem, para conduzir-vos a um triumpho certo, é que viemos collocar-Nos em vossa frente e levantando a voz, chamar-vos á postos e mostrar-vos: 1.º qual é o campo de batalha em que deveis operar, 2.º quaes são os motivos que vos impellem a combater, 3.º quaes são os meios que deveis empregar para que sejam coroados de triumphos os vossos esforços.

Da primeira e da segunda parte vos fallaremos na presente Circular e da terceira vos diremos alguma cousa em um folheto que em breve vos enviaremos com o humilde nome de *Regras praticas para o ensino do catechismo*.

Carissimos Cooperadores, já temos percorrido a maior parte das parochias dos dous Estados desta diocese e nellas, entre outros males, o que mais Nos entristeceu foi o abandono em que vimos a instrução religiosa.

A respeito do ensino do catechismo nesta diocese, os Parochos se podem classificar em tres categorias: uns, a maior parte, não se preocupam absolutamente disto e abandonam totalmente o cumprimento deste dever; outros, a menor parte, fazem alguns ensaios, empregam alguns esforços, luctam por algum tempo, mas encontrando algumas difficuldades esmorecem e afinal abandonam tambem o campo de batalha e procurando acalmar a propria consciencia com futeis pretextos deixam de ensinar; outros, a parte minima, não obstante os contratempos vão luctando como podem e continuam a ensinar. Como, porém, ensinam sem methodo, sem preparação, sem gosto, a sua explicação sem animação, sem vida, insipida mesmo, em vez de excitar nos meninos o gosto pela religião, lhes produz o fastio e o tedio pelas verdades religiosas.

Em taes condições o resultado do ensino é sempre nullo e por vezes prejudicial.

Não são mais numerosas do que os dedos das mãos as parochias em que as aulas do catechismo deixam algum resultado pratico.

Não exageramos. Tal é o estado das parochias desta diocese em relação a este assumpto capital da instrução religiosa.

Por conseguinte, em vista deste estado de cousas não é de admirar vêr-se o enorme atrazo em que se acha a religião nesta diocese.

Posta a causa, hão de seguir naturalmente os efeitos.

A ignorancia religiosa, além de ser um grande mal em si mesma, ainda dege-meio mais poderoso para regenerar uma parochia é a diffusão do ensino religioso.

Sim, quereis reformar, dentro de poucos annos, as vossas parochias, quereis meceis pelo fim, começae pelo principio. Que faz um jardineiro que quer possuir um lhos e carcomidos. Elle não vae enfeitar com flores artificiaes os troncos já ve-

Sem abandonar as arvores que ainda vegetam, sem descuidar-se dos arbustos, que crescem, elle põe todas as suas esperanças nas novas sementes que confiou á terra, a esta terra, por elle mesmo cuidadosamente preparada.

Fazei, pois, como o jardineiro, vos diremos melhor : fazei como vos manda o nosso Divino Mestre. Enviando-vos ao meio de um povo, a primeira cousa que Elle virá depois naturalmente ; o primeiro dever que Elle vos impõe é o de ensinardes, não sómente a dez ou doze, mas a todos : ricos e pobres, homens e mulheres, adultos e pequenos : *Docete omnes gentes.*

Respeitaveis Irmãos, eis o vosso primeiro dever, eis a primeira cousa que tendes de fazer em vossas Parochias : *Ensinar, docete.* Quem não começa por ahí está fóra da ordem, está fóra das vistas de Nosso Senhor, póde ficar cem annos em uma parochia, nunca terá a consolação de vêr o seu povo convertido.

Em confirmação desta verdade vamos dizer-vos o que temos visto e ouvido.

Conhecemos parochias nesta diocese, onde se fazem festas todos os mezes, festas pomposas e que attrahem muito povo, mas onde não ha uma só communhão por anno, onde os moribundos morrem sem os sacramentos, onde os nubentes casam-se sem confissão ; parochias, cujo povo tem fama de muito religioso, mas onde os proprios catholicos que acompanham as procissões e que por assim dizer, moram na igreja, são tão ignorantes em religião, que negam a existencia do inferno e dos demonios, não admittem o peccado original e por consequente repellem, rejeitam todos os mais dogmas, seus consecarios naturaes.

Que o povo se illuda, pensando que a religião consiste nisto, em festas, procissões, foguetes, leilão de prendas etc., é um grande mal, é um desastre medonho para a salvação das almas e para as consciencias dos Parochos ; mas emfim comprehendese, explica-se este phenomeno, o povo póde não ser culpado, é antes victima deste transtorno, desta falsa orientação, deste erro na direcção parochial. Mas o que não se comprehende, o que não se póde tolerar é vêr que os Parochos não só deixam o povo ficar neste estado, mas ainda directa ou indirectamente concorrem para isto. Oh ! é a mais fina trama, é artimanha mais astuta do principe das trévas, inimigo figadal das almas e do Padre e de Jesus !

Se por uma parte vemos as igrejas atulhadas de expectadores, por outra vemos os confissionarios (onde existem) cobertos de pó, a capella do Santissimo Sacramento eternamente fechada, completamente deserta ; se por uma parte vemos os altares cobertos de ornatos, de luzes e de flores, por outra sabemos que os corações continuam manchados de vicios, as intelligencias sepultadas nas trevas, as consciencias oneradas de velhos peccados.

Não penseis que condemnamos o culto externo, não o condemnamos, condemnamos o culto externo sem o interno. Aquelle sem este, se na maior parte do povo não é hypocrisia, porque o pobre povo está de boa fé, sempre é uma illusão que os Parochos não podem tolerar, não podem admittir ; não é luz, é fogo fatuo, não é o odor das victimas, é o incenso que Deus reprova. (*)

(*) Isa. 1.—13.

As flores do culto externo não devem ser como as flores, que enfeitam os altares, que, embora frescas, viçosas, duram pouco, porque estão separadas de suas raízes; o culto externo deve ser a florescência do culto interno.

Sabemos muito bem que o culto interno se desenvolve melhor em nós e sóbe mais efficazmente a Deus pelo culto externo. Por isso quando este culto é a expressão fiel, a traducção externa d'aquelle, oh! então é bom e até recommendado por Jesus Christo e pela Igreja! Então as festas, as devoções, a vida religiosa com todas as suas alegrias intimas, com todas as suas manifestações apparatusas virão naturalmente como as flores vêm das arvores, entumecidas de seiva.

Degenerando o culto, a ignorancia religiosa vicia a piedade.

Sem a instrucção, a piedade não é um habito da alma, estavel, normal, é antes uma paixão humana, mais etherea do que as outras, uma especie de sentimentalidade, sincera talvez, mais ou menos delicada, sempre, porém, de ordem natural e por conseguinte esteril na ordem das virtudes, um romantismo religioso.

Como admirar que esta piedade artificial seja ephemera e viva sómente o tempo das flores, cortadas de suas hastes?

Como admirar se por mais vivaz que ella appareça, se esfrie pouco a pouco com as menores intemperies e acabe por succumbir sob a acção lenta dos dissolventes que compõem a atmospheria do mundo! Como admirar que o nosso povo, tão propenso ás idéas religiosas se incline tão facilmente ao vento pestifero de todos os erros e na falsa orientação de sua piedade se entregue á pratica de algumas superstições!

Queridos Irmãos, se queremos inculcar a nossos patricios uma vigorosa e fecunda piedade, que não seja feita de impressões e emoções passageiras, uma piedade que não consista *sómente* em praticas religiosas, que se abandonam deante das primeiras difficuldades, não separemos a piedade da *doutrina*, antes façamos com que ella extenda as suas raízes no solo dos principios da fé, façamos com que a piedade repose sobre o rochedo inabalavel das convicções religiosas, porque *difficile est ut male vivat qui bene credit* (S. Agostinho).

A ignorancia religiosa!

Eis aqui a brecha, pela qual entram em uma parochia, atropellada e confusamente, os emissarios do protestantismo, do espiritismo, do atheismo, do positivismo, emfim de todos os erros que falsificam a religião do povo; eis aqui uma das portas largas pelas quaes precipitam-se nos corações dos fieis todas as más paixões e lamentaveis desvarios.

Logo, muito erradamente andam aquelles Parochos, que abandonando totalmente o ensino do catechismo, vão caminhando muito tranquillos e muito contentes, porque em suas parochias ha muita festa, muita irmandade, muita exterioridade de religião.

Carissimos Irmãos, não nós illudamos, não tapemos os olhos para não vêmos estas desgraças, não; antes ajoelhemo-nos deante do SS. Sacramento, façamos um acto de contricção sincera, confessemos a nossa culpa e mudemos de rumo na direcção de nossas parochias.

Portanto acima de tudo, antes de tudo, a instrucção do povo, a pratica para os adultos, o catechismo para os pequenos. Eis o novo labaro que devemos erguer sobre as fortalezas de nossas parochias; eis o posto, onde devemos ficar e agir; eis o campo de nossas batalhas, a arena, em que devemos empregar de ora em deante todos os esforços de nosso zelo. *Nantes docete omnes gentes, docentes eos servare omnia quaecumque mandavi vobis.* (1)

Innumeraveis são os motivos que devem impellir os padres zelosos a instruirem o povo e que devem ao mesmo tempo torturar as consciencias dos padres negligentes e culpados. Por amor a brevidade, apontaremos sómente os seguintes:

(1) Matt. 28—19.

- 1.º—O dever.
- 2.º—As vantagens.
- 3.º—Os exemplos,

O Dever

Ha um ponto indiscutivel na summa dos deveres do parochio ou Cura d'almas luta, inadiavel de ensinar a religião aos seus parochianos, aos adultos por meio de praticas simples e familiares nos domingos e dias santos, e ás creanças por meio do catechismo. O padre que não tem aptidão para cumprir estes deveres, ou não póde ser parochio, ou ha de cumprir por meio de outrem; o que não lhe é permittido por motivo algum é fazer synalepha destes deveres, ou fazer ouvido de mercador.

Para lembrar ao parochio o cumprimento destes deveres, levantam-se todas as vozes do mundo.

Voz de Deus, tanto no antigo, como no novo Testamento.

Em todas as edades do mundo, Deus teve sempre seus embaixadores junto dos homens; hoje Elle falla ao mundo por meio dos padres, como fallava outr'ora por meio dos prophetas; a missão dos padres hoje é a mesma que a dos prophetas nas epochas passadas: intimar aos homens a vontade e as leis de Deus. Portanto tambem se referem aos padres estas ordens dadas aos prophetas: *Clama, ne cesses, quasi tuba exalta vocem tuam.* (1) *Ad omnia que mittam te, ibis; et universa quaecumque mandavero tibi, loqueris* (2)

Na lei nova Jesus Christo envia para todas as partes do mundo os seus ministros com o mesmo poder, a mesma missão, os mesmos deveres, com que Elle foi enviado por seu eterno Pae. (3) Qual foi a missão de Jesus Christo sobre a terra? Ouçamos a resposta do proprio Jesus Christo: *Evangelizare pauperibus misit me* (4) *Quia et aliis civitatibus oportet me evangelizare regnum Dei, quia ideo missus sum.* (5)

Logo, a missão de todo e qualquer padre e sobre tudo a do parochio não é occupar-se dos negocios seculares, alistar-se nas fileiras dos negociantes, construir casas, levantar cidades, gastar o seu preciosissimo tempo em divertimentos profanos ou em outras cousas prohibidas pela Egreja.

Ensinar a religião, eis o primeiro dever do padre. E é tão importante este dever que Jesus Christo o inculca por diversos modos.

Antes de subir ao céu, promulga de novo esta grande lei da prégação. E' a ultima palavra que vae dizer áquelles que encarrega de continuar a sua missão. Oh! apóstolos, oh! sacerdotes de todos os tempos, podereis esquecer-vos? Escutae: «Todo o poder me foi dado no céu e sobre a terra, o universo inteiro me pertence como herança, já o céu me foi concedido pelo preço dos meus trabalhos e sofrimentos, falta-me agora conquistar a terra, conto comvosco para submettel-a ao jugo doce e suave de minha lei, ide, pois, ensinae a todos os povos, prégae o Evangelho a todas as creaturas (6)» Os Apóstolos cumpriram á risca esta difficil e gloriosa missão e cumpriram superando todos os obstaculos, as intemperies do tempo e as prohibições dos imperadores romanos, partiram e prégarão (7) prégarão por toda a parte, prégarão com a voz, com o exemplo e até com a effusão do proprio sangue, e por isso é que a religião chegou até nós, que ainda hoje temos a ventura de possuir o thesouro riquissimo da fé christã. Como é, pois, que recebemos este archote luminoso do Verbo di-

(1) Isa. 58—1

(2) Jer. 1—7.

(3) Jo. 20.—21.

(4) Luc. 4.—18.

(5) Luc. 4.—45.

(6) Mar. 16.—15.

(7) Marc. 16.—20.

vino com a incumbencia de eleva-lo bem alto para illuminar os caminhos de nossos irmãos em demanda da eternidade e vamos escondel-o debaixo do alqueire de nossa incuria e esquecimento (1)?

Oh! queridos Sacerdotes desta diocese, meditaes um pouco sobre as recommendações do Apostolo S. Paulo. Em suas epistolas a Timotheo e a Tito, que são como o *Manual* da vida pastoral, qual é o ponto sobre que mais insiste? E' a prédica.

Por tudo quanto ha de mais santo e de mais formidavel, a saber: a presença de Deus e de Jesus Christo, que julgará os vivos e os mortos, sua vinda, seu reino eterno, elle adjura a Timotheo e a Tito e nestes a todos os Pastores das almas a prégarem em tempo e fóra de tempo, e a empregarem todos os meios, que inspira uma ardente caridade: discussão, supplicas, reprehensões, paciencia inalteravel (2). E' com razão que S. Agostinho exclama: quem terá a temeridade de mostrar-se preguiçoso em presença de semelhantes testemunhas?

Depois da voz de Deus, se faz ouvir a voz da Igreja.

Desde os primeiros seculós da era christã até nossos dias a Igreja não tem cessado de clamar aos padres sobre o dever de ensinar.

Ahi estão os Canones Apostolicos, as Constituições dos Concilios eucumenicos e nacionaes, os Estatutos dos Synodos diocesanos; ahi estão as brilhantes obras dos Santos Padres e os compendios de theologia; ahi estão os Mandamentos numerosissimos de todos os Bispos do mundo.

Para não cançar a vossa attenção, repetindo o que já sabeis, Nos contentaremos de citar sómente as palavras do Santo Concilio de Trento. Depois de haver mostrado que a prégação da palavra divina é um dever dos Bispos, assim prosegue o Concilio: «Do mesmo modo os Arciprestes, os Curas e quaesquer Parochos e outros Curas, que de qualquer modo possuem egrejas, por si ou por outros sujeitos idoneos, se estiverem legitimamente impedidos, apascentem, *ao menos nos domingos e festividades solemnes* com palavras saudaveis os povos de que estão encarregados conforme a sua propria capacidade e a delles; ensinando-lhes o que a todos é necessario para salvarem-se, declarando-lhes com palavras breves e concisas os vicios de que se devem apartar e as virtudes que devem praticar etc... E se algum fôr negligente em cumprir, ainda que pretenda mostrar-se isempto da jurisdicção do Bispo sob qualquer razão que seja, etc... não falte neste caso a providencia e pastoral cuidado do Bispo, afim de não acontecer o que está escripto: os pequenos pediram pão e não houve quem lh'o repartisse. Portanto, se avisado pelo Bispo faltarem por tres vezes a sua obrigação *sejam obrigados com censuras ecclesiasticas e outras penas a arbitrio do mesmo Bispo*; de tal sorte que se a este parecer conveniente, dos fructos dos beneficios se dê alguma remuneração a outro que cumpra esta obrigação, até que o proprio Parocho, emendando-se desempenhe o seu dever...» (3)

E particularmente a respeito do ensino do catechismo, ajunta: «Os mesmos (os Bispos) procurarão que *ao menos nos domingos e dias santos*, em cada uma das parochias, os meninos sejam instruidos nos rudimentos da fé e obediencia para com Deus e seus paes por aquelles a quem isto compete e a isto os obrigarão, se fôr necessario, *com censuras ecclesiasticas*, não obstante quaesquer privilegios e costumes.» (4)

Explicando estas determinações conciliares, diz Benedicto XIV: «O Concilio de Trento impôza aos Curas d'almas principalmente duas obrigações: a primeira consiste em fazerem praticas ao povo, acerca das cousas divinas nos domingos e dias festivos; a segunda em instruirem nos rudimentos da lei divina e da fé os meninos e as pessoas rudes.» (5)

(1) Math. 5.—15.

(2) 2 Tim. 4—2.

(3) Ses. 5.^a—Cap. 2.—*De Reformatione*.

(4) Sess. 24—Cap. 4.—*De Reformatiane*.

(5) Const. *Etsi minime*, de 1742.

Por todas estas razões é opinião commum entre os theologos que não se excusam de peccado mortal: 1.º aquelles que durante um mez inteiro ou tres mezes não porcionadas á capacidade dos ouvintes, sendo tão ornadas que a maxima parte não pôde entender; 3.º aquelles que sem preparação alguma fallam de tal forma que tedio nos ouvintes e o desprezo nas cousas sagradas.

Isto que se affirma tão cathegoricamente a respeito da prédica, se applica egualmente ao ensino do catechismo.

Portanto deante de preceitos tão imperiosos, podiamos aqui fazer ponto e formular o nosso Mandamento sobre a prédica e sobre o ensino do catechismo.

Mas o assumpto é tão importante, que vamos proseguir no desenvolvimento de outros motivos, afim de que não reste nenhuma hesitação em vosso espirito, nenhum desanimo em vosso coração.

A's vozes de Deus e da Igreja vêm unir-se ainda a vóz da propria consciencia.

Agora Nos dirigimos aos nossos Irmãos que não cumprem este dever e perguntamo-lhes singelamente: «A vossa consciencia está tranquilla?»

De vez em quando não ouvís no fundo de vossos corações umas vozes terrives e ameaçadoras?

Não!? Oh! permitti então que vos digamos com Santo Agostinho: *O' te miserum, si sentis, miseriozem, si non sentis!*

Pois não acontecia assim ao grande Apostolo S. Paulo, que para explicar a causa que sustentava o seu zelo na prégação, exclamava: *Necessitas mihi incumbit; vae enim mihi est si non evangelizavero.* (1)

Dizei-Nos o que sois vós no meio de vosso povo? Curas d'almas, pastores do rebanho espiritual de Jesus Christo e por conseguinte cooperadores de Deus na salvação das almas. (2)

Que devem fazer os vossos parochianos para salvar-se?

Devem conhecer, amar e servir a Deus neste mundo e por este meio alcançar a vida eterna. Como é que hão de conhecer perfeitamente a Deus senão pela revelação trazida por Jesus Christo, isto é senão por toda a sciencia da religião christã? (3) Como é que hão de acreditar em Jesus Christo e em sua revelação se nunca ouvirem fallar delle, de sua divindade, de sua vida, de suas obras, dos seus mysterios e dos seus milagres? (4) Como é que hão de saber de todas estas cousas sem a prégação e o ensino? (5)

Por outra, qual é a virtude mais necessaria para a salvação? A fé. (6) Como é que os vossos parochianos poderão conservar e augmentar a fé, que receberam gratuitamente como dom de Deus em seu baptismo? Pela audição e pratica da palavra divina. (7) Como é que hão de ouvir a palavra divina, essa palavra que illumina, que cura, que conforta, que salva, se vós, mestres e distribuidores della, conservaes os vossos labios perpetuamente cerrados?

Que direis de um professor de sciencias ou de lettras, que nunca apparecesse na cadeira do seu magisterio, deixando os seus discipulos em vergonhosa ignorancia?

Dirieis sem duvida: «Esse homem pecca contra a probidade.» E se a sombra do propheta Nathan, surgindo no silencio do vosso quarto vos dissesse: *Tu es ille vir*, responderies com o propheta David: *Peccavi Domine?*

(1) 1 Cor. 6—16

(2) 1 Cor. 3—9.

(3) Math. 11—27.

(4) Rom. 10—14.

(5) Ibidem.

(6) Hæbr.—11—6.

(7) Rom. 10—7.

O que faz um pae extremoso que vê o seu filhinho tiritando de frio e desfaltecendo de fome por não ter o que vestir e comer? O pae trabalha, sua, corre, compra um pedaço de pão e vae saciar a fome a este filho e assim restituir-lhe a vida.

E se a esta creança que vae morrer de fome, em vez de pão, o pae lhe trouxesse um punhado de flôres, o que dirieis? Com a indignação nos labios lhe gritarieis: «tú és um algoz, teu filho tem fome, te pede pão, e tú trazes flores, teteias, brinquedos!»

Tanto é culpado o pae que suffoca e estrangula no berço o seu filho, como o que o deixa morrer á fome.

Um dá a morte por uma culpavel acção, outro chega ao mesmo crime pela omissão culpavel de uma acção.

Eis porque S. Gregorio não trepida em affirmar que tornamo-nos culpados de homicidio, se negligenciamos de trabalhar na salvação das almas: *nos qui sacerdotes vocamur, quotidie occidimus quos ad mortem ire tepide videmus.*

Portanto, instruir, prégar, catechizar, eis o nosso primeiro dever.

Vantagens

Fallar dos deveres a homens, sobre tudo a homens illustrados, é uma tarefa ingrata, uma cousa desagradavel e por mais que se procurem as periphrases e euphemismos, sempre se punge o amor proprio de cada um. Pois bem! façamos abstracção de tudo quanto foi dito, supponhamos que não se referem a nós todos esses preceitos, essas ameaças.

Ainda assim temos graves motivos para dedicar-nos á prédica e ao ensino do catechismo. Essa dedicação nos é da maior utilidade pessoal e nos traz as mais solidas vantagens. Escutae.

Fallemos primeiro das vantagens do ensino do catechismo, mas do ensino da-

do como deve ser. O ensino do catechismo, como a verdadeira piedade, que elle augmenta onde já existe e faz nascer onde não existe, é util para tudo, tem promessas para a vida presente e para a vida futura.

Não são para desprezar-se as magnificas e seductoras promessas que a Escrip-tura faz aos que se dedicam a ensinar os ignorantes.

Qui ad justitiam erudiunt multos, quasi stellae in perpetuas aternitates... fulgebunt. (1)

E quem poderá enumerar todas as graças e bençams especiaes, das quaes estas promessas não são senão a coroação e a recompensa?

Egualmente não devemos nós esquecer das numerosas e preciosas indulgencias concedidas em favor e recompensa dos catechistas.

Além das esperanças celestiaes, abrem-se para os que se dedicam ao ensino do catechismo os ricos thesouros dos meritos de Jesus Christo e dos Santos.

Na vida presente aproveitam das vantagens deste ensino o ministerio parochial, a alma e o coração do catechista.

1.º O ministerio parochial, complexo como é nos seus variados deveres, apresenta difficuldades, principalmente nos pontos seguintes: prégação, confissão e governo.

Ora a direcção de uma aula de catechismo bem ordenada ensina a vencer todas estas difficuldades.

Com effeito ensina a prégar.

O catechista deve fazer passar as suas idéas e os seus conhecimentos religiosos ás intelligencias ainda pouco desenvolvidas dos seus alumnos e para isto deve empregar todos os recursos de uma boa linguagem; pois para ser comprehendido de todos

(1) Dan. 12—3.

deve emprar expressões claras, comparações simples, e naturaes, bellas allegorias, ta se estende em longas e abstractas dissertações theologicas, como os alumnos não se o catechista expõe as suas idéas de um modo confuso e envolvidas em grandes or-chista fica, pois, forçado a procurar ter em sua elocução a clareza, simplicidade, pureza e precisão de linguagem. Ora são estas justamente as qualidades de uma boa elocu- ção. De mais, pela necessidade de repetir as mesmas idéas sob fórmulas diversas, pela necessidade de explicar durante uma hora ou mais as sublimes verdades de nossa re- ligião a essas intelligencias noveis, o catechista adquire, dentro de pouco tempo, o ha- bito de fallar em publico.

E o que é prégar, conforme entende o Concilio de Trento, senão explicar ao povo o que é necessario para a salvação com *palavras breves, faccis e simples*? (1)

Mons. Dupanloup, Bispo de Orleans, que é estimado como um dos ornamen- tos da tribuna sagrada, fallando das vantagens do ensino do catechismo para a préga- ção, assim se exprime: «Nos mais afamados pulpitos de França, prégo hoje absoluta- mente como ensinava meu catechismo, não empregando nem mais, nem menos cuida- do. Isto não quer dizer que eu não me prepare, não; minha preparação é muito séria, mas n'ella pouco ou nada emprego da arte humana... E hoje percebo que tudo quan- to valho no pulpito, o devo ao antigo trabalho do catechismo. Quando tenho de fazer algum sermão, vou consultar primeiro aos meus antigos trabalhos do catechismo.» (2)

Ensina a confessar. O habito de confessar as creanças auxilia largamente o catechista a aprender a grande arte da direcção das almas no confessorio. Esta di- recção ahi se dá sem respeito humano, sem cobarde condescendencia, mas tambem com a caridade e a compaixão necessarias para essas amaveis e fracas creaturas. Ahi o confessor aprende a ir directamente ao facto, a dizer francamente: isto é bom, isto é máu, isto é perigoso, aprende a interrogar clara, porém prudentemente e assim ha- bitua-se a dar uma boa direcção ás almas que se e pproximam do seu confessorio.

Ensina tambem a governar.

Para um bom governo a primeira condição é ter uma auctoridade, ao mesmo tempo firme e doce, vigilante e attenta. Ora o catechista que procura ser feliz no seu catechismo e para isto emprega todos os seus cuidados, insensivelmente vae adqui- rindo estas qualidades para sua auctoridade. Com effeito, elle tem alli no seu catechis- mo 20, 30, 50 e mais meninos, uns pacatos, outros irrequietos; tantas vontades diffe- rentes, umas doces, outras rebeldes; tantos corações, uns propensos á virtude, outros inclinados aos vicios; tantos genios, tantos caracteres, tão differentes uns dos outros. Ora como poderá o catechista dirigir este seu pequeno povo a um fim determinado, se a sua auctoridade não revestir-se de vigilancia, firmeza e doçura?

Como a direcção do catechismo não differe da direcção de uma parochia, senão porque esta é apenas mais extensa, segue-se que o bom catechista será tambem um bom cura. Por isso uma aula de catechismo bem dirigida é uma feliz aprendizagem da grande sciencia de governar.

2.º Vejamos agora as grandes vantagens para a alma do catechista: são ain- da mais preciosas.

O ensino do catechismo, como o entendem todos os grandes mestres, não con- siste em dar sómente uma *instrucção*, fria, arida, abstracta sobre os dogmas de nossa religião, mas sim em dar ás creanças uma *educação* religiosa completa; o catechista não se deve dirigir só á intelligencia do alumno, mas tambem ao coração. Não basta carregar a memoria do alumno de conhecimentos theoricos, é ainda preciso convi-

(1) Logar citado.

(2) *L'oeuvre par excellence*, pag. 109.

dal-o, attrahil-o, arrastal-o á pratica das virtudes christãs, é preciso ensinar-lhe que elle deve rezar, ouvir missas nos domingos e dias santos, confessar-se, fugir das occasiões perigosas, fazer visitas ao SS. Sacramento, ser devoto de Nossa Senhora, rezar o Terço etc.

Ora como poderá o catechista aconselhar com eloquencia, com enthusiasmo, com calor todas estas praticas de piedade se elle mesmo não as pratica? Se manda fazer o que elle não faz, se aconselha, como necessarias a salvação, obras da piedade, que elle não faz, a propria consciencia começa a censural-o, a sua hypocrisia lhe salta aos proprios olhos e nesta situação ou elle abandona o ensino do catechismo, que lhe serve de implacavel censor ou entra francamente nas vias da piedade christã e então começa a sentir mais gosto pelas cousas espirituaes, mais devoção ao SS. Sacramento e desde logo elle começa a perceber mais perfeição em sua vida espiritual.

Não admira, pois, que um experimentado Director de Seminario, respondendo a um joven padre que lhe pedia conselhos para a propria perfeição, resumisse todas as suas recommendações nesta proposição: «Seja V. Rv.^{ma} verdadeiramente sincero deante de seus alumnos no catechismo e será sempre um bom padre».

3.^o O coração não fica extranho ás vantagens do catechismo.

O nosso coração vive de affeições presentes ou de reminiscencias passadas. Ora a aula de catechismo, dirigida como deve ser, produz maravilhosamente estes resultados.

Para que não digaes que estamos argumentando com puras utopias, falle em nosso logar Mons. Dupanloup:

«Esta affeição pura invade a alma e não deixa mais logar para outras... Quanto a mim, desde que me dei ás creanças, não tive mais o pensamento de amar outra cousa sobre a terra, porque nada achei mais amavel.

Assim, quando nos achamos sobre uma montanha e que ahi temos respirado o ar vivo, leve, puro dessas alturas, ahi nos sentimos presos por um encanto desconhecido, ahi saboreamos essa atmospha vivificante; temos repugnancia de descer ás camadas inferiores, onde sabemos que vamos encontrar o ar menos perfumado deste triste mundo...

As reminiscencias destas alegrias são as mais doces, como as mais profundas da alma: reminiscencias indeleveis para mim e para a maior parte das creanças que eduquei.

Ha dias, ha anniversarios de catechismos, cuja volta me traz uma emoção que não posso dominar, igualmente todos os dias tenho a prova de que nos corações dessas creanças que Deus me deu por familia no catechismo está ainda viva a lembrança desses annos, os mais felizes de sua vida. Essas creanças são bem numerosas; sómente as que fizeram a sua primeira communhão sob minha direcção passam de muitos milhares: este algarismo é a minha maior consolação deante de Deus, minha maior esperanza para a eternidade. Ellas se dispersaram por todos os pontos da França e fóra della; cada dia recebo alguma demonstração tocante e inesperada dessas almas, de que não me esqueci igualmente, porque conheço ainda por seus nomes de baptismo. Não posso duvidar que ellas guardem sempre para mim uma affeição particular, que é minha maior recompensa sobre a terra....»

Que pagina suavemente encantadora e fortemente persuasiva é esta do illustradissimo Mons. Dupanloup!

Se quizesseis duvidar da veracidade destas palavras, seriamos obrigado a falar-vos de Nós-mesmo e diriamos que são numerosas as cartas tão ternas, tão affectuosas, tão sinceras que aqui em Corytiba temos recebido dos alumnos de catechismo que em S. Paulo preparámos para a primeira communhão. Renovando cada anno as suas primeiras communhões, essas amaveis creanças não se esquecem d'aquelles que foram os auctores de sua maior felicidade neste mundo, e então quantas preces fervorosas levantam ao throno de Deus por aquelles que consideram, respeitam e amam

como os seus maiores amigos sobre a terra. Se objectardes, dizendo que isto acontece nas grandes Capitães e não em parochias humildes, como as vossas, então vos diremos: interrogae a um ou a outro de vossos collegas desta diocese, que em parochias do interior obtem os mesmos resultados e elles vós darão os mesmos testemunhos. Está claro, porém, que todas estas vantagens apparecem nos catechismos bem dirigidos e não nesses desordenados, frios e fastidiosos catechismos que por ahi se fazem em algumas parochias.

Passemos agora a considerar as vantagens da prégação. São as mesmas do ensino do catechismo e mais as seguintes, que por amor á brevidade, sómente enumeramos sem desenvolvê-las:

- 1.º Augmenta ou ao menos conserva os nossos conhecimentos theologicos;
- 2.º Grangea a sympathia e o respeito dos parochianos;
- 3.º Corta muitas difficuldades na administração parochial;
- 4.º Traz grandes consolações espirituaes, etc., etc.

Exemplos

VERBA MOVENT, EXEMPLA TRAHUNT

Carissimos Irmãos, se as nossas palavras não têm ainda produzido em vossos corações uma valente resolução, contemplae ao menos os bellos exemplos que vamos apresentar-vos e animae-vos a seguil-os.

Exemplos dos grandes personagens de nossa Igreja.

Lendo a historia ecclesiastica, ahi vemos os cuidados, a dedicação, a preocupação extraordinaria, que os Papas, os Bispos, os Fundadores de Ordens religiosas, os padres zelosos de todos os tempos e de todos os paizes tiveram sempre pelo ensino do catechismo, e voltando os olhos para as parochias de nossa diocese, ahi vemos as creanças abandonadas, os parochos (senão todos, ao menos muitos) preocupados com mil futilidades, deixando no olvido a obra principal do seu ministerio, as aulas de catechismos, desusadas e até inteiramente desconhecidas.

Oh! que doloroso contraste!

Que espada, que fere o coração, *usque ad divisionem animæ*, como energicamente diz S. Paulo!

Oh! Parochos zelosos, dilectissimos Cooperadores, que compartilhaes de nossas angustias, vinde e oremos pelos nossos Irmãos, afim de que abram os olhos e cumpram o seu dever!

Para conhecermos todo o horror deste contraste, basta recordarmos o que pensaram e o que fizeram sobre este ponto todos os homens proeminentes pelo saber, pela virtude e pelo zelo de nossa Igreja.

Desde S. Agostinho até Bossuet, desde Origenes e as famosas Catecheses de Alexandria até Fenelon, desde Bossuet, e Fenelon até nossos dias não houve sobre este ponto senão uma só voz, um só ensino. Em quanto de uma parte os Concilios eucumenicos, nacionaes e diocesanos, tratavam da magna questão da instrucção religiosa, de outra apresentavam-se Bispos illustres, Ecclesiasticos da mais alta fama, Santos honrados com os dons dos milagres para desempenharem as funcções de catechistas, e assim por seus exemplos mostravam ao mundo a importancia que ligavam a essas funcções catecheticas.

O douto e piedoso Cardeal Bellarmino, arcebispo de Capua, reunia os meninos em sua Cathedral, ensinava elle mesmo o catechismo, distribuindo recompensas aos bons alumnos e depois em palacio congregava os Curas e em conferencias particulares traçava-lhes as regras que deviam seguir para bem desempenhar esta funcção tão importante.

O bemaventurado João Emiliani, cuja memoria é venerada na Italia, duas vezes por dia em Veneza, reunia as creanças para lhes ensinar o catechismo e assim é que ponde reformar a piedade nesta grande cidade.

E quem poderá jamais esquecer-se do zelo de S. Carlos Barromeu a respeito do catechismo. Não só decretou sabias e energicas leis em seus synodos diocesanos, mais instituiu ainda em Milão a *Confraria da Doutrina Christã*, que espalhou-se logo por toda a diocese. Elle mesmo visitava e assistia as aulas de catechismo, que se animaram e diffundiram tanto que, quando morreu, deixou mais de 740 centros de ensino, mais de 3,000 catechistas e mais de 40,000 pessoas (adultos e creanças) que assistiam aos exercicios do catechismo. Tudo isto em uma só diocese.

D. Bartholomeu dos Martyres, aquelle mesmo que tanto brilhou nas sessões do Concilio de Trento, depois de haver empregado toda a sua auctoridade para impôr aos parochos o cumprimento dos decretos do Concilio sobre o catechismo, entregou-se pessoalmente a esta missão, que foi a unica e mais querida occupação dos ultimos dias de sua existencia. S. Ignacio de Loyola, de volta a sua patria, se dedicou ao ensino do catechismo com tal resolução que quando alguém lhe disse: « que era trabalho perdido, porque ninguem iria escutal-o », elle deu esta resposta que deve ser a resposta de todos os padres zelosos: « Se vier um só, me julgarei bem recompensado pelos meus trabalhos ».

Conservou a sua resolução tão firme, que mesmo depois de eleito Geral de sua Ordem, continuou a ensinar o catechismo em uma igreja de Roma.

O mesmo zelo inflammava e impellia a S. Francisco de Borgias, S. Francisco Xavier, S. Vicente de Paulo, etc.

O modelo, porém, incomparavel é S. Francisco de Salles que explicava elle mesmo o catechismo aos meninos da Saboia, juntamente com os seus Conegos.

Quando nos catechismos os meninos e as meninas respondiam bem as suas lições, lhes dava imagens, medalhas, rosarios, livros e outros objectos que para recompensal-os, trazia comsigo,

Duas vezes por anno, conduzia em procissão solemne pelas ruas da cidade todos os alumnos acompanhados de todos os seus catechistas.

E no meio destes grandes vultos, quem poderá esquecer-se do que foram e do que fizeram em prol do catechismo um Cura d'Ars, um Gerson, um Frayssinous, um Dupanloup, um Borderies, um Cottolengo, um D. Bosco e tantos outros?

E o que diremos das Congregações religiosas innumeradas, de ambos os sexos, instituidas exclusivamente para ensinar o catechismo e instruir os ignorantes e que hoje espalhadas pelo mundo inteiro ahi estão florescentes, cumprindo a sua nobre e divina missão?

Para fechar com chave de ouro esta série resumida de grandes exemplos para os quaes chamamos a vossa attenção, vamos citar as palavras de um Soberano Pontifice, que elogiando o zelo de um grande catechista, M. Chetardie, affirma que elle mesmo, no meio das suas mais graves occupaões furtava alguns momentos aos grandes negocios da Igreja para ensinar com muito gosto o catechismo ás creanças.

Escutae e meditaе, queridos Irmãos, as palavras de Clemente XI: « Illud autem prae ceteris maxime Nobis probatur, quod promovendae puerorum in catholicæ fidei rudimentis institutione (*quod præcipuum animarum rectoris munus est*) tam strenue ac sedulo vaces, atque ad saluberrimum hoc et sanctissimum opus, unde prima christianæ pietatis fundamenta jaciuntur et cui, *Nos ipsi in suburbano nostro reces-triam, quemadmodum facis, ut sumas vehementer optamus* ».

Diz Clemente XI que era com alegria que costumava applicar-se ao ensino do catechismo ás creanças.

Quando vemos assim o Pastor supremo, o Vigario de Jesus Christo descer os degraus do solio pontificio para vir balbuciar com as creanças os primeiros rudimentos da fé, que mais poderemos dizer, que mais poderemos objectar ?

Lendo a narração do que se tem feito para os catechismos em todos os tempos e pelos maiores homens, não imagineis que a inspiração desta grande obra fosse uma simples inclinação para as creanças, ou o effeito de um amor, de uma sympathia natural para as amabilidades desta idade, não. E' necessario olhar para mais alto ; esta obra é a grande obra da regeneração das almas : eis porque ella tem inspirado desde documentos até o proprio Jesus Christo. Sim, S. Francisco de Salles, S. Carlos Borromeu, S. Vicente de Paulo, foram, sem duvida, grandes mestres, perfeitos modelos ; mas o mestre maior de todos elles é Nosso Senhor Jesus Christo, cujo exemplo supremo agora trazemos á vossa meditação.

E' certamente um espectáculo encantador vêr como Nosso Senhor, approximando-se das creanças, deixava acercar-se dellas e olhando com um ineffavel amor, lhes fazia doces caricias, collocava suas mãos divinas sobre essas cabecinhas innocentes e orava por ellas conforme lhes pediam as suas mães. (1) Mas não é menos encantador vêr que não sómente as mães, mas egualmente as creanças sentiam-se atraídas a Nosso Senhor. Pelo doce olhar de Jesus, ou pelo sorriso dos seus labios ou pelas affectuosas palavras que saham de sua bocca, a verdade é que para essas creanças havia em Nosso Senhor um irresistivel attractivo ; eis porque ellas se encontram ao lado de Jesus em todos os passos que deu, percorrendo as cidades e as villas de Judéa.

Essas creanças amavam a Jesus e o seguiam por toda a parte ; sentiam-se tambem ternamente amadas por Jesus, que as chamava para junto de si, as abraçava, as abençoava e apresentava a seus discipulos.

Um dia em que jubilosos e radiantes de alegria corriam ao encontro de Nosso Senhor para enlaçarem-se em seus braços e com suas caricias receberem as suas bênçãos, os Apostolos, homens ainda rudes e ainda não tocados pelo fogo sagrado do zelo, se irritando contra os meninos e suas mães, reprehenderam-n'os e quizeram enxotá-los. Jesus, sempre tão bom e tão doce, como que esqueceu-se de sua doçura por um momento e indignou-se contra os seus discipulos, dizendo-lhes : « deixae que as creanças venham a mim, não as impeçaes, dellas é o reino dos céus. » (2)

Um outro dia os Apostolos, levados pelo amor proprio discutiam entre si qual delles seria maior no reino dos céus e como não chegassem a um accordo, foram ter com o divino Mestre. Jesus, chamando um menino e collocando-o no meio delles, deu-lhes este ensino fecundo sobre o qual muito devemos meditar : « Em verdade vos digo, se não vos converterdes e vos tornardes semelhantes aos meninos, não entrareis no reino dos céus... E quem dér bom acolhimento a um pequeno, como este, a mim é que isto fará ; áquelle, porém, que scandalizar a uma destas creanças, era melhor que se lhe atasse uma pedra de moinho ao pescoço e que se o lançasse ao fundo do mar. » (3)

Quantas lições tão importantes nos dá Jesus nestas poucas palavras ! 1.º O amor pela infancia, porque diz Elle que será o primeiro no reino dos céus quem se humilhar e descer até as creanças pela humildade e caridade, 2.º o respeito, porque Jesus declara que tudo quanto fizermos para as creanças, elle o considera feito a si e parece nos dizer : « O' pastores das almas, abri os olhos, esse pequeno que ahi tendes em vosso catechismo, sou eu, não é sómente uma doce e innocente creatura, que entrará em meu reino, sou eu mesmo. Vêde-me nelle e vêde-o em mim. Não vos approximeis d'elle senão com um terno amor e um santo respeito ». 3.º Emfim o cuidado

(1) Marc. 10—16.

(2) Marc. 10—14.

(3) Math. 18—1.

de não dar escandalo aos meninos por nossas palavras, por nossos modos e nossa vida. Ai d'aquelle que escandalizar uma dessas creanças! Seria melhor, diz Nosso Senhor, que esse tal fosse lançado ao fundo do mar. Terrivel palavra, que muito nos devia fazer reflectir deante dessas ternas ovelhinhas do rebanho christão, tão amadas de Jesus!

Ajuntando á sua palavra a auctoridade dos seus exemplos, Jesus mostra-se-nos como modelo admiravel de ternura e de respeito para com as creanças.

Ah! carissimos Irmãos, se deante do exemplo do nosso divino Mestre, não sentimos a nossa alma commover-se, nem o coração encher-se de amor para com esses queridos meninos, se nos parece vil e humilde o apostolado junto dessa idade, se sensiveis sómente a seus pequenos defeitos e esquecidos de suas amáveis qualidades lhes fallamos com dureza e mau humor, se não temos paciencia com essas pobres creanças, ah! então não somos dignos de Jesus Christo, não temos o seu espirito, não comprehendemos o essencial do nosso ministerio que é salvar as almas!

Deante dos exemplos de Jesus, bem podiamos exclamar com o celebre Gerson: «O' amavel e bondoso Jesus, d'ora em deante, quem crerá que abate-se fazendo-se pequeno com as creanças! Onde está aquelle homem bastante insuflado de sua grandeza e de sua sciencia para reputar indignas dos seus cuidados essas ternas creanças, em quanto vós que sois o Deus bemdito em todos os seculos não temeis de vós abaixar para tomar as creancinhas em vossos braços e apertal-as docemente ao vosso coração».

Portanto, illustres Parochos e Curas d'almas, deante de motivos tão fortes, de exemplos tão conspicuos, só Nós resta uma palavra a dizer-vos: Mãos á obra e Deus, por sua graça fará o resto.

Sabemos muito bem que alguns Parochos para abafar os gritos da propria consciencia soccorrem-se á algumas objecções e se julgam excusados do cumprimento deste dever. Todas as difficuldades que se podem levantar a respeito da prédica e do catechismo, mais ou menos se podem reduzir ás seguintes:

- 1.º Não tenho tempo para cuidar destas cousas;
- 2.º Não sei prégar;
- 3.º Não tenho geito para lidar com as creanças;
- 4.º Não ha creanças em minha parochia;
- 5.º Os paes não mandam os seus filhos ao catechismo;
- 6.º Se os paes mandam, os meninos vem duas ou tres vezes e não voltam mais.

Ora examinemos um pouco o valor destas objecções.

Não tenho tempo. E todo o vosso tempo em que empregaes? Aqui não ha meio termo: ou desperdiçaes o vosso precioso tempo em cuidados, em negocios inteiramente profanos, temporaes, que não têm nenhuma relação com o vosso ministerio, ou empregaes em outras obras de zelo e de piedade com preterição da pregação e do ensino. No primeiro caso, não é necessario dizer-vos que estaes inteiramente fóra do caminho da salvação e para o bem de vossa alma é necessario que mudeis de rumo na direcção de vossa vida sacerdotal. No segundo, ainda trilhaes um caminho, senão falso, ao menos duvidoso, visto como a primeira e indispensavel obra que haveis de fazer em vossa parochia é o ensino, porque *hoc est principalissimum officium*, segundo S. Thomaz, porque *hoc est opus sanctissimum*, segundo Pio V, porque *hoc est opus maximi momenti et maxime necessarium*, segundo Benedicto XIV.

E senão bastam as razões, já desenvolvidas, poderiamos ainda adduzir o exemplo dos Apostolos que, se vendo um pouco embaraçados na prédica por causa da de não abandonarem a oração e a pregação. (1)

(1) Act. 6—4.

de não dar escandalo aos meninos por nossas palavras, por nossos modos e nossa vida. Ai d'aquelle que escandalizar uma dessas creanças! Seria melhor, diz Nosso Senhor, que esse tal fosse lançado ao fundo do mar. Terrível palavra, que muito nos devia fazer reflectir deante dessas ternas ovelhinhas do rebanho christão, tão amadas de Jesus!

Ajuntando á sua palavra a auctoridade dos seus exemplos, Jesus mostra-se-nos como modelo admiravel de ternura e de respeito para com as creanças.

Ah! carissimos Irmãos, se deante do exemplo do nosso divino Mestre, não sentimos a nossa alma commover-se, nem o coração encher-se de amor para com esses queridos meninos, se nos parece vil e humilde o apostolado junto dessa idade, se sensíveis sómente a seus pequenos defeitos e esquecidos de suas amaveis qualidades lhes fallamos com dureza e mau humor, se não temos paciencia com essas pobres creanças, ah! então não somos dignos de Jesus Christo, não temos o seu espirito, não comprehendemos o essencial do nosso ministerio que é salvar as almas!

Deante dos exemplos de Jesus, bem podiamos exclamar com o celebre Gerson: «O amavel e bondoso Jesus, d'ora em deante, quem crerá que abate-se fazendo-se pequeno com as creanças! Onde está aquelle homem bastante insuflado de sua grandeza e de sua sciencia para reputar indignas dos seus cuidados essas ternas creanças, em quanto vós que sois o Deus bendito em todos os seculos não temeis de vós abaixar para tomar as creancinhas em vossos braços e apertal-as docemente ao vosso coração».

Portanto, illustres Parochos e Curas d'almas, deante de motivos tão fortes, de exemplos tão conspicuos, só Nós resta uma palavra a dizer-vos: Mãos á obra e Deus, por sua graça fará o resto.

Sabemos muito bem que alguns Parochos para abafar os gritos da propria consciencia soccorrem-se á algumas objecções e se julgam excusados do cumprimento deste dever. Todas as difficuldades que se podem levantar a respeito da prédica e do catechismo, mais ou menos se podem reduzir ás seguintes:

- 1.º Não tenho tempo para cuidar destas cousas;
- 2.º Não sei prégar;
- 3.º Não tenho geito para lidar com as creanças;
- 4.º Não ha creanças em minha parochia;
- 5.º Os paes não mandam os seus filhos ao catechismo;
- 6.º Se os paes mandam, os meninos vem duas ou tres vezes e não voltam mais.

Ora examinemos um pouco o valor destas objecções.

Não tenho tempo. E todo o vosso tempo em que empregaes? Aqui não ha meio termo: ou esperdiçaes o vosso precioso tempo em cuidados, em negocios inteiramente profanos, temporaes, que não têm nenhuma relação com o vosso ministerio, ou empregaes em outras obras de zelo e de piedade com preterição da prégação e do ensino. No primeiro caso, não é necessario dizer-vos que estaes inteiramente fóra do caminho da salvação e para o bem de vossa alma é necessario que mudeis de rumo na direcção de vossa vida sacerdotal. No segundo, ainda trilhaes um caminho, senão falso, ao menos duvidoso, visto como a primeira e indispensavel obra que haveis de fazer em vossa parochia é o ensino, porque *hoc est principalissimum officium*, segundo S. Thomaz, porque *hoc est opus sanctissimum*, segundo Pio V, porque *hoc est opus maximi momenti et maxime necessarium*, segundo Benedicto XIV.

E senão bastam as razões, já desenvolvidas, poderíamos ainda adduzir o exemplo dos Apostolos que, se vendo um pouco embaraçados na prédica por causa da distribuição das esmolas, commetteram este exercicio de caridade aos diaconos, afim de não abandonarem a oração e a pregação. (1)

(1) Act. 6—4.

Se em vossa parochia cumprirdes bem exactamente o dever do ensino, isto bastará para a vossa salvação e se fizerdes todas as outras obras de zelo com abandono culpavel da instrucção do povo, não poderemos garantir a vossa sorte futura.

Não sei prégar. E que entendeis pelo dever de prégar? Pensaes talvez que deveis ser professor de eloquencia e de rhetorica?

Nada disso. O Concilio de Trento, lembrando aos Parochos o dever da prégação, ensina-lhes ao mesmo tempo o modo como devem cumprir este dever: «plebes *cililate sermonis...*» E o Apostolo S. Paulo, o modelo perfeito de todos os bons prégarizadores do Evangelho, tambem nos diz que no desempenho de sua missão de evangelizar, elle não andava procurando as rendilhadas palavras da sabedoria humana, porém a virtude do Espirito Santo. (1) Não são as flores de um bonito sermão que convertem as almas, mas a graça de Deus, obtida pela oração dos humildes. Não são as trovoadas, entrecortadas de relampagos, recheiadas de ventanias, ponteadas de faiscas electricas, que fecundam o solo, mas a *chuvinha miuda*, que penetrando mansamente por dá a seiva, a força e a vegetação luxuriante de que se reveste.

Imaginaes que cumprem o dever de prégar aquelles padres que sóbem ao pulpito sómente por occasião das festas para ahi fazer alarde de palavras bombasticas, de figuras de rhetorica? O grande mestre espiritual, o piedoso Avila, appellida a esses taes de *trahidores* em vez de *prégadores*.

Scavini affirma que tanto pecca o parochio que não préga sem causa justificavel, como aquelle que préga de modo que os seus ouvintes não o entendem.

Não sabeis prégar? Pois começae pelo catechismo e dentro em breve sereis optimos prégaradores no verdadeiro sentido desta palavra.

Não tenho geito para lidar com as creanças.

Queremos crêr na sinceridade das vossas palavras, mas tambem na sinceridade das nossas, vos diremos: estaes enganados, o que vós falta não é o *geito*, o que vós falta é o *amor*. E não havendo amor, este ministerio é realmente, senão impossivel, ao menos muito difficil, penoso e enfadonho.

Vêde este homem, já edoso, com os cabellos grisalhos, com a intelligencia repleta de grandes conhecimentos? Elle que é tão grave no seu escriptorio, tão circumspecto em suas relações, tão respeitavel em suas maneiras, vêde como chegando á casa, acha *geito* de brincar com os seus filhinhos, de tomar parte nos seus folguedos infantis, de correr um pouco no meio delles. Como é que este homem tão preocupado com negocios tão graves acha *geito* de alegrar por alguns momentos a seus filhos? E' porque elle é pae, tem amor.

Como é que S. Paulo, depois de tantas revelações e extasis achava geito de se fazer creança? (2) E' porque tinha amor.

Sim, a condição indispensavel para ser pastor de almas é ter amor: amor de Deus e amor das almas. Sómente depois que Pedro confessou publicamente tres vezes o seu amor, foi que Jesus lhe confiou o cuidado de apascentar as suas ovelhas e os seus cordeiros. (3)

Portanto, carissimos Irmãos, uma vez que sois encarregados da mesma missão, que remedio tendes senão pérdirdes ao Deus amante da infancia que vós dê essa caridade, esse amor tão necessario a vosso ministerio.

Cor Jesu, flagrans amore mei, inflamma cor meum amore tui.

(1) 1.º Cor. 2—4.

(2) 1.ª The. 2—7.

(3) Jo. 21—15.

Não ha creanças na minha parochia.

Esta proposição tomada em absoluto, não é verdadeira, pois não ha parochia por mais humilde que seja, onde não existam creanças ; mas, emfim, admittamos que em certas epochas de anno diminua o numero dellas, ou porque os paes as collocam muito cedo nas officinas, nos collegios, ou porque moram nos sitios. Ainda assim um parochico zeloso encontra meios de reunil-as em certos dias. Emfim, os auctores theologicos consideram este primeiro ensino tão necessario, que chegam a impôr ao parochico, não o dever de esperar as creanças em sua egreja, mas o de ir procural-as onde estão.

Ait *Lacroix*, si adessent alii rudes qui adiri ecclesiam nequeunt, quia custodiunt domum aut greges, cum in gravi necessitate reperiuntur, debere parochum eo proficisci ad eos instruendos *cum quantumcumque suo incommodo*, ut loquitur praefactus auctor. Saltem nos dicimus cum hoc ei maximæ molestiæ futurum fore ob eorum rudium multicipliatem, curet saltem eos instruere *tempore praecepti paschalis*, aut cum accedunt ad suscipiendum sacramentum *confirmationis* aut *ad contrahendum matrimonium*. (1)

Os paes não mandam.

Isto é um grande mal, é realmente a maior desgraça dos nossos tempos. E' certamente doloroso vêr a tranquillidade com que os paes faltam ao mais sagrado dos seus deveres. Sobre este ponto havemos de dirigir tambem uma Pastoral a todos os nossos diocesanos. Não temos esperança de despertal-os do torpor em que jazem, mas ao menos lhe mostraremos a gravidade do seu crime.

Os paes, é verdade, commettem uma grande falta, mas esta falta não excusa a vossa : porque, se é certo que elles não mandam, é tambem certo que, geralmente falando, elles não prohibem seus filhos de irem ao catechismo. Logo resta-vos ainda um grande meio : é o de attrahirdes as creanças e fazerdes com que ellas venham espontaneamente. Que muito é que empregueis todos os meios licitos para attrahirdes os meninos ao vosso catechismo, quando vemos que a impiedade não poupa esforços para os afastar de vós e de vossas egrejas ?

Os negociantes terão incansavel zelo, industrias admiraveis para chamar freguezes á suas lojas e nós não conheceremos meio algum para attrahir almas e corações ao amor e ao serviço do nosso bom Jesus ?

Em quanto S. Ignacio de Antiochia, no ardente desejo de derramar o seu sangue por amor de Jesus, encontrava meios e estímulos para attrahir sobre si as garras e os dentes dos leões e das pantheras, nós não encontraremos meio algum para reunir ao redor de nós os corações tão doces da infancia ? Que contraste !

Os meninos vem, mas não perseveram.

Se elles vem algumas vezes e não voltam mais, deve haver ahi alguma causa. Esta causa, permitti que vós digamos, é a insipidez de vossas aulas.

Para desterrardes de uma vez para sempre de vossas aulas de catechismo os vossos methodos, digamos melhor os vossos habitos antigos, escutae o que, ha poucos annos, ouvimos em S. Paulo dos labios do Ministro da Instrucção publica daquelle Estado : « Em quanto os legistas e os theoristas se occupam do difficil problema de tornar o ensino *obligatorio*, eu me esforço por tornal-o *attrahente* ».

Ensino attrahente ! Eis o grande invento da Pedagogia moderna ; eis o segredo dos progressos espantosos que encontramos nas escolas primarias, bem dirigidas ; eis o lemma dos professores intelligentes ; eis a preocupação habitual dos mestres de tino pratico !

Ensino attrahente ! Eis tambem o segredo das aulas de catechismo, repletas de alumnos, cheias de vida, de expansão e de alegria ; eis tambem o methodo que pretendemos revelar-vos no humilde folheto, que dentro em breve vos enviaremos.

(1) S. Lig.—*Homo apostolicus tract.* VII n. 15.

— III —

Finalmente, se apezar de todos os attractivos, de todas as industrias de zelo, o ensino parochial não póde attingir a todas as creanças e a todos os adultos, que delle no seio das familias: instituam em suas parochias a Associação de *Catechistas voluntarios*, que tornam-se no seio das proprias familias cooperadores efficazes na diffusão do ensino religioso.

Em diversas dioceses da Europa existem já desde alguns seculos muitas dessas Associações. Para facilitar-vos o conhecimento de uma dessas benemeritas Associações aqui vós apresentamos, em folheto separado, uma resumida noticia historica da *Obra dos Catechistas voluntarios*, da parochia de Vicq, departamento de Haute Marne, França. Podereis instituila em vossas parochias e dirigindo-a com zelo e criterio, vereis logo os seus extraordinarios fructos.

Muito podem auxiliar-vos os Catechistas voluntarios de vossas parochias. Mas para que sejam o que devem ser, para que não esmoreçam ou se desviem de uma bôa direcção, é necessario que estejaes sempre na frente, que deis vós mesmos o exemplo de vossa dedicação e gosto pelo catechismo, que ensineis afinal, como é vossa obrigação, não atirando sobre elles todo o peso de vossa cruz; é tambem necessario que os reunaes de vez em quando, que lhes peçaes conta dos seus trabalhos, que os ajudeis com vossos conselhos e vossas exhortações, que os animeis com algumas provas de reconhecimento e de affeição e assim tereis ao redor de vós um grupo de bons auxiliares.

Mais uma palavra, e vamos terminar esta Carta que já vae longa.

Se para o conhecimento deste dever, precisardes por acaso de algumas informações nossas, alguns esclarecimentos, escrevei-Nos, não tenhaes receios de incomodar-Nos, escrevei-Nos, que promptamente procuraremos acudir ao vosso appello.

E agora, queridos Irmãos, como sabemos que Deus é quem dá o querer e o fazer (*) a vontade e a acção, os bons desejos e as boas obras, erguemos as mãos aos céus, e instantemente rogamos ao Sagrado Coração de Jesus que derrame sobre vós todas as suas graças mais especiaes e em penhor de nossa muita affeição vos damos a benção pastoral.

Et benedictio Dei omnipotentis Patris † et Filii † et Spiritus Sancti † descendat super vos et maneat semper. Amen.

Dada em Corytiba, aos 6 de Janeiro de 1897.

† JOSÉ, Bispo Diocesano.

(Logar † do Sello)

— « » —

MANDAMENTO

Em vista, pois, de tudo quanto ficou exposto, resolvemos publicar o seguinte Mandamento:

I

ANEXO N

BOLETIM ECLESIAÍSTICO DA DIOCESE DE CORYTIBA – ANNO I - CARTA PASTORAL – Nº 3

Boletim Ecclesiastico

DA DIOCESE  DE CORYTIBA

PARANA' BRASIL

ANNO I { Corytiba, 2 de Março de 1900 { NUM. 3

Carta Pastoral

de S. Exa. Rvdma. o Snr. Bispo Diocesano, DOM JOSÉ DE CAMARGO BARROS, sobre as escolas parochiaes.

DOM JOSÉ DE CAMARGO BARROS, POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTOLICA, BISPO DE CORYTIBA

Ao veneravel Clero, Rvdmos. Srs. Vigarios, Curas, Capellães e de mais Sacerdotes desta Diocese, saúde, paz e bençam em Nosso Senhor Jesus Christo.

Carissimos e respeitaveis Irmãos.

A 6 de Janeiro de 1897, vos enviamos uma extensa e bem desenvolvida Circular, pela qual longamente vos exhortamos a cumprirdes o vosso dever a respeito do ensino do catechismo. Agora, para honra vossa, devemos manifestar publicamente o nosso contentamento, porque doceis a voz de vossa consciencia, tendes vos dedicado com mais afinco ao cumprimento deste primordial dever de todo o Cura d'almas.

O Relatorio que nos apresentou o Director Geral dos catechismos e que foi publicado no primeiro numero do *Boletim Ecclesiastico*, é uma prova evidente do muito que já tendes feito no vasto campo do ensino catechistico. Mas o que já se tem feito está ainda bem longe de corresponder ás grandes necessidades do momento.

Embora conheçamos bem todas as difficuldades que se oppõem, como muralha de bronze, ao exito completo deste ensino, voltamos a fallar hoje sobre o mesmo assumpto e não é infundada a nossa insistencia.

A nossa attitude deante das grandes enfermidades moraes da Diocese é a de um medico que, para salvar o seu enfermo, tem só um remedio, cujo resultado elle conhece efficacissimo, mas ao qual se oppõem as pessoas da familia e o proprio doente. Que faz o medico? Inventá discursos para convencer o doente, emprega palliativos? Não.

Diz simplesmente: «Ou o doente ha de tomar este remedio e eu garanto a cura, ou morre infallivelmente.»

Eis o que viemos vos dizer mais uma vez: Ou haveis de ensinar o catechismo por qualquer modo que seja a todas as vossas ovelhas e vereis vossas parochias reformadas, as heresias e os erros vencidos, Deus melhor conhecido, amado e servido; ou se não o ensinaes, as vossas ovelhas perder-se-ão e com ellas e na frente dellas o pastor descuidado que deixou penetrar no redil o lobo que não dorme. E' o que diz Santo Agostinho: «*Non pavisti, occidisti.*»

Concordaes connosco, nem duvidaes que o primeiro e mais essencial dever de um Cura d'almas é o ensino do catechismo.

Apenas objectaes as difficuldades da pratica.

Pois bem, viemos vos propôr hoje um meio pratico, que, se de um lado exige alguns sacrificios, de outro lado é de uma efficacia soberana e duradoura.

Vimos vos dizer que é chegado o momento de imitardes os exemplos dos nossos

irmãos da Europa e da America do Norte. Viemos vos fallar da necessidade e da possibilidade de fundardes e manterdes em vossas freguezias escolas parochiaes, de ambos os sexos.

Entre todas as brechas que a impiedade, assentada nas cadeiras legislativas do Congresso constituinte, abriu nos muros da moral christã, nenhuma se pôde comparar com a secularisação do ensino, a deschristianisação da escola, e essa mesma impiedade está tão certa dos seus pacificos triumphos em um futuro bem proximo, que facilmente tem feito algumas seductoras treguas na vehemencia dos seus combates, concedendo ao mesmo tempo pequenos favores sob outros pontos de vista. E se a lei por si mesma já é inconveniente, os seus effeitos são ainda mais desastrosos, quando ella deve ser executada por homens sectarios.

E' o que estamos vendo. Se em alguns Estados se tolera o ensino da religião na escola, fóra da hora regulamentar, em outros a intolerancia é tal que não pôde supportar, não já o ensino, mas a simples presença do catechismo, desse livrinho abençoado, que ensina a cada homem os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo mesmo, desse livrinho de ouro, tão elogiado, mesmo pelos maiores incredulos, como Jouffroy, Diderot e outros.

Quando se ensinava a religião nas escolas publicas, as escola^s parochiaes, se eram sempre uteis, não eram entretanto de absoluta necessidade, porque naquellas escolas havia um dia da semana, destinado ao ensino da religião e se permittia e se recebia na escola, mesmo como uma grande honra e com todas as deferencias, a visita do vigario, que allí ia dar licções de religião e moral christã aos meninos e meninas.

Mas agora, nestes tempos, em que não somente não se ensina nenhuma palavra de religião nessas escolas publicas, mas levase a intolerancia ao ponto de nem permittir a presença do padre; nestes tempos em que se pretende sequestrar a infancia de todo o contacto com o sacerdote e de toda a influencia religiosa; nestes tempos a necessidade das escolas parochiaes se impõe como a necessidade da luz, do ar e da vida.

Em vista, pois, da nova situação que nos foi creada, não nos resta outro dever senão mettermos mão corajosa na grande *Obra* das escolas catholicas.

E isto não é uma novidade na historia da Egreja, não é um accrescimo no elencho dos nossos deveres; é apenas uma consequencia, uma exigencia natural da actual situação, em que a nova ordem de cousas nos collocou; é demais o exemplo que desde longos annos nos dão os catholicos dáquelles paizes, que estão nas mesmas condições, em que presentemente nos achamos nós.

Olhae para a França, olhae para a America do Norte e vereis exemplos animadores.

Nos Estados-Unidos não se permite a construcção de uma egreja sem que ao mesmo tempo se ordene a construcção da casa para escola parochial: é assim que todas as parochias têm a sua escola e os fieis concorrem não só para as despesas do culto, mas tambem para a manutenção das escolas catholicas, sem contar ainda os impostos geraes e communs que pagam ao Governo.

E' assim que ha nos Estados-Unidos quatro mil escolas parochiaes.

Demais disto, o que pretendemos fazer, o que devemos fazer nas presentes circumstancias, é apenas repetição do que já tem feito a nossa Egreja em todos os seculos de sua existencia.

«Temos provas de que desde o primeiro seculo, São João Evangelista estabeleceu em Epheso uma escola, na qual elle mesmo instruiu os meninos; São Polycarpo que em sua mocidade tinha sido seu discipulo imitou o seu exemplo, fundando uma escola em Smyrna; e não podemos duvidar que os mais santos Bispos fizeram a mesma cousa. Pois vemos, desde o segundo e terceiro seculos, escolas e bibliothecas, collocadas ao lado das egrejas cathedraes.

A escola de Alexandria tornou-se celebre pelos grandes homens que a frequentaram; Socrates falla daquella de Constantinopla, na qual tinha estudado o imperador Juliano. Bingham cita dous canones do 6.^o Concilio geral de Constantinopla, que mandam estabelecerem-se escolas gratuitas,

mesmo nas aldeias e recommendam que os padres tomem contas dellas.....

Quando os povos do Norte tiveram devastado a Europa e destruido quasi todos os monumentos das sciencias, os ecclesiasticos e os monges trabalharam em salvar e conservar os restos dessas sciencias e nas egrejas cathedraes e nos mosteiros erigiram-se escolas para a instrucção da mocidade.» (Bergier, Tomo 2º, Art. *Escolas*, pag. 345).

Estavamos neste ponto de nossa Carta, quando chegou-nos ás mãos o *Estandarte Catholico*, de 23 de Janeiro, trazendo um artigo tão bem lançado e tratando do mesmo assumpto, que não podemos resistir ao desejo de transcrever alguns topicos, com a devida venia.

Depois de fazer a apresentação de uma bem redigida Carta Pastoral, que o Exmo. Snr. Bispo de Olinda acaba de publicar, assim prosegue o denodado *Estandarte*:

«Pela nova ordem politica todo o ensinamento religioso fica banido das nossas escolas populares. Cousa terrivel, e para um paiz catholico, como é o Brasil, summamente anomola...

...A instituição da escola *sem Deus* é falsa, nefasta, e, n'um paiz catholico—sacrilega. Em theoria e, por desgraça, tambem na pratica o Brasil tem esta instituição. Resultam disso deveres extraordinarios e excepçoes, tanto para os sacerdotes, como para os paes.» Depois de fallar nos deveres dos paes, ajunta: «Tanto a escola primaria como a instrucção superior é uma instituição da Egreja.

A escola *popular* era desconhecida no paganismo. Foram os monges os primeiros que estabeleceram-n'a. Cada abbadia no tempo de Carlos Magno tinha, alem do gymnasio, uma ou mais escolas populares; os monges fundaram e muitas vezes mantinham á sua custa escolas junto as egrejas parochiaes, que iam formando dos neo-conversos.

Esta é a origem das escolas parochiaes, pelas quaes a Egreja sempre tem mostrado o maior zelo e ciume, sabendo que, quem tem os meninos, tem o porvir nas mãos. Infelizmente alguns governos, sobretudo nos paizes latinos, têm expellido das esco-

las a influencia da Egreja, arrogando-se um direito que nem Deus, nem os paes jamais lhe deram ou podem dar...

A escola parochial, frequentada por todos os meninos da freguezia sob a immediata vigilancia e supervisão do parochio, é o ideal da Egreja.

Os catholicos da Allemanha, Belgica, Hollanda, Grã-Bretanha, Estados-Unidos e d'outros paizes gozam dessa graça, e certamente para beneficio de toda a communiidade.»

O estabelecimento das escolas parochiaes é uma exigencia de nossa missão. Devemos ensinar a Religião; esta é a razão de ser do nosso ministerio, de nossa existencia social, é a ordem expressa, formal de Jesus: «*Euntes, docete omnes gentes*».

O logar principal deste ensino é sem duvida a egreja.

Ai daquelle sacerdote, que esquecido dos seus deveres, de suas grandes prerogativas, de suas faculdades, não abre a bocca para transmittir aos fieis o conhecimento das verdades, necessarias a salvação! E' um cego que conduz outros cégos, é um phantasma, é uma nullidade entre os grandes factores do progresso da Religião.

Mas ha outro logar, onde a Egreja exerce tambem o seu magisterio: é a escola. Em apoio desta affirmação ahi está o ensino de Pio IX, quando pelo *Syllabus* condemnou as seguintes proposições:

«Totum scholarum publicarum regimen, in quibus juvenus christiana alicujus reipublicae instituitur, episcopalibus dumtaxat seminariis aliqua ratione exceptis, potest ac debet attribui auctoritati civili, et ita quidem attribui, ut nullum alii cuicumque auctoritati recognoscatur jus immiscendi se in disciplina scholarum, in regimine studiorum, in graduum collatione, et in delectu aut approbatione magistrorum.» «Postulat optima civilis societatis ratio, ut populares scholae quae patent omnibus cujusque e populo classis pueris, ac publica universim instituta quae litteris severioribusque disciplinis tradentis et educationi juvenutis curandae sunt destinata, eximantur ab omni Ecclesiae auctoritate, moderatice vi et ingerentia, plenoque civilis ac politicae auctoritatis arbitrio subji-

ciantur ad imperatium placita et ad communium aetatis opinionum amussim.»

—«Clerum, utpote vero utilique scientiae et civilitatis progressui inimicum, ab omni juventutis instituendae educandaeque cura et officio esse amovendum (Encycl. *Quanta cura*, 8 Dec. 1864.)

Antigamente em nosso paiz não somente os padres podiam ir ás escolas ensinar o catechismo, mas até os professores publicos eram obrigados a dar e davam este ensino. Mas hoje expulsou-se da escola o ensino da religião, isolou-se, afastou-se completamente do parochia a infancia de sua parochia!

Que outro passo devemos dar, que outra cousa devemos fazer senão abriremos as nossas escolas?

E isto é uma necessidade, tão urgente, tão sentida que fôí objecto das deliberações de quasi todos os Concilios, inclusive ainda o nosso grande Concilio Plenário Latino Americano. Para não fallar do nosso Concilio, que ainda aguarda approvação da Santa Fé, podemos invocar o testemunho do 3º Concilio de Baltimore, no qual os Bispos alli reunidos declaram que uma escola parochial é essencial a uma parochia, quasi tanto como a propria igreja matriz.

Outra razão de não fechardes os ouvidos ás nossas exhortações, é lembrardes que as nossas palavras, exprimindo uma necessidade palpitante da actualidade, são o echo das recommendações mais vivas e mais repetidas do Santo Padre, que não cessa de fallar neste assumpto já em suas conferencias e audiencias particulares, já em suas monumentaes encyclicas.

Embora esta obra das escolas parochiaes não seja, como acabamos de vêr, uma novidade na vida social da Igreja, entretanto forçoso é confessar que é uma obra nova em nossa diocese.

Por isso estamos certo de que mil objecções vão levantar-se contra esta ideia, mil difficuldades, umas reaes, outras imaginarias vão apresentar-se contra esta obra tão sympathica, tão urgente e tão salutar. Em torno deste projecto, vae ouvir-se com certeza o coro lacrimoso desses corações pusillanimes, que cruzando os braços, abrindo a

bocca em molle somnolencia, se põem a queixar-se dos males presentes, declamando contra as pessoas e cousas actuaes, lembrando-se, com saudades dos tempos idos e se contentando de nada fazer.

Dirão elles: «Como poderemos ter recurso para manter escolas, quando não encontramos os meios necessarios para as despesas mais urgentes da igreja e do culto? A parochia é pauperima, o povo não tem religião e gosta muito pouco de dar auxilios a sua propria matriz, onde entretanto duas, tres e mais gerações receberam o santo baptismo, celebraram os seus casamentos e experimentaram as mais doces consolações de seu peregrinar por este mundo.»

Esta difficuldade é real e é realmente acabrunhante este espectáculo que temos de presenciar.

O brasileiro que ordinariamente é prodigo, e tradicionalmente generoso, que gasta rios de dinheiro em tantas inutilidades, se esquece das necessidades que presentemente soffre a Igreja no Brasil, do dever que tem até por direito natural de socorrer as necessidades do culto de sua religião, que ama, em que permanece e na qual quer morrer. Sim, é exacto; mas então por causa disto devemos deixar-nos morrer de inanição? Não é melhor reagir contra esta situação moral do povo?

O proprio Papa, conhecedor da nova situação da Igreja no Brasil, aconselha por sua encyclica de 18 de Setembro do anno passado, diversos meios que devemos empregar para occorrermos as grandes necessidades da Igreja.

Devemos lembrar aos fieis a nova situação da Igreja, que lhes impõe, não novos deveres, mas o cumprimento de deveres antigos que estavam obliterados, o dever de concorrer cada fiel para a manutenção de sua Igreja, como os filhos têm o dever natural de socorrer aos paes, quando estes tem necessidade. A vossa attitude pois não deve ser a de quem recua deante das difficuldades.

Acceitando o conselho do Papa, pondo em pratica o que já vos ordenámos por uma Carta Pastoral, quando instituimos a Caixa diocesana, o que deveis fazer é procurar continuamente entre os vossos melhores

ANEXO O

ESTATUTO DA CONFRARIA OU IRMANDADE DE SANTO ANTÔNIO

— BOLETIM ECCLESIASTICO —

29

parochianos os meios pecuniarios para des-
envolverdes as diversas obras catholicas.

Alem deste meio geral que já está esta-
belecido na Diocese, mas do qual alguns
parochos infelizmente pouco se importam,
vamos agora apresentar-vos outro meio
para subsidiar ás escolas catholicas, e pas-
samos a vos fallar da Associação de Santo
Antonio, que pretendemos fundar em toda
esta Diocese.

A Associação de Santo Antonio não é
um parto de nossa imaginação, é uma adap-
tação da grande *Obra de São Francisco
de Salles*, fundada em Paris para a conser-
vação e propagação da fé, approvada pela
Santa Sé e já espalhada em toda a França.

O fim da Associação de Santo Antonio é
fornecer aos parochos os recursos mate-
riales para a manutenção e prosperidade
das escolas.

Como Santo Antonio é já muito vene-
rado entre os brasileiros e, sobretudo, como
durante o nosso curto episcopado já deve-
mos á intercessão deste amavel e extraor-
dinario Santo alguns favores e graças espí-
rituaes e temporaes, o escolhemos para pro-
tector principal de nossa Associação, e te-
mos plena confiança de que acalentada pela
efficaz protecção deste poderoso Santo, a
nossa Associação nascerá vigorosa e pro-
gredirá fortemente; tanto mais, que já an-
teriormente apresentada por nós a todos os
parochos desta Diocese, da maior parte del-
les recebeu calorosos applausos.

Aqui reproduzimos os estatutos que já
vos são conhecidos e que serão impressos
no verso de cada diploma dos socios.

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE SANTO
ANTONIO

Art. I. A' exemplo da *Obra de São
Francisco de Salles*, fundada em Pariz,
approvada e muito recommendada pela
Santa Sé, esta Associação se propõe:

1º. Fundar e manter escolas primarias,
de ambos os sexos, em cada parochia.

2º. Estabelecer outras obras de utilidade
social, conforme os recursos de que dispo-
zer.

Art. II. A Associação será dirigida por
um Conselho Superior, residente em Curi-
tyba e por Directores locaes nas parochias.

Art. III. Os Socios dirão, cada dia, uma
Ave-Maria com a jaculatoria: *Santo An-
tonio, rogue por nós* em honra do mesmo
Santo e por intenção de todos os Socios e
darão cem reis por mez. Os Socios, mais
generosos, não ficam impedidos, antes são
vivamente convidados a darem maior
quantia mensal, se isto lhe approuver.

Art. IV. A Associação admite tambem
uma outra cathogoria de Socios com a
denominação de Socios Benemeritos.

Serão Socios Benemeritos aquellas pes-
soas que derem, por uma só vez, a quantia
de sessenta mil reis. Receberão um diplo-
ma especial e gozarão de todas as vanta-
gens espirituales da Associação.

Art. V. Os Socios terão parte em todas
as orações dos associados e em uma missa
que, na primeira terça feira de cada mez,
será celebrada em cada parochia por inten-
ção dos Socios vivos e mortos e pela qual
se dará a esmola usual.

Art. VI. Na primeira terça feira de No-
vembro um serviço funebre solemne será
celebrado em cada parochia em suffragio
das almas dos Socios, fallecidos durante o
anno.

Art. VII. As festas solemnes da Asso-
ciação são a 13 de Junho, dia de Santo
Antonio, padroeiro principal da Associa-
ção e a 8 de Setembro, dia da Natividade
da Santissima Virgem, padroeira desta
Diocese.

Nestes dias, bem como nos dias das mis-
sas, os Socios devem reunir-se para orarem
em commum pela prosperidade das Obras
da Associação.

DISPOSIÇÃO PROVISORIA

Logo que esta Associação tenha um
bom numero de Socios e algumas de suas
obras em solido andamento, estes Esta-
tutos serão apresentados a Santa Sé, para
que juntamente com a approvação e a
bençã do Santo Padre, recebam tambem
a graça de algumas indulgencias plenarias
e parciaes.

Até aqui os Estatutos.

Para que haja, em toda a diocese, uniformidade na direcção da Associação e para melhor conhecimento da mesma, aqui juntamos algumas explicações que ficarão servindo como

REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO
DE SANTO ANTONIO

Art. I. A Associação de Santo Antonio é uma só e a mesma em toda a Diocese e terá personalidade juridica, representada pelo Conselho Superior da mesma.

Art. II. Os Membros do Conselho Superior serão nomeados pelo Bispo Diocesano.

Art. III. A propriedade dos bens da Associação pertence ao Conselho Superior, mas o uso-fructo delles deve ser applicado nos logares onde elles existem, salvo quando essa applicação seja inutil ou impossivel.

Art. IV. Todo o Parocho ou Capellão Cura, devidamente provisionado é *ipso facto* Director local da Associação em sua parochia ou capellania.

Art. V. O Presidente do Conselho Superior pode, em caso de necessidade, apresentar á Auctoridade diocesana alguns bons catholicos, alem dos vigarios, para directores locais.

Art. VI. Ao director local compete nomear os vice-directores, secretarios, thesoureiros e zeladores locais e interessar-se por todas as obras da Associação.

Art. VII. Ao secretario compete encarregar-se de toda a escripturação da Associação e mandar no fim de cada anno ao Conselho Superior o relatorio das diversas obras já realisadas.

Art. VIII. Ao thesoureiro compete encarregar-se da Caixa da Associação, tendo em boa ordem o livro de receita e despeza, e mandar no fim de cada semestre ao Conselho Superior vinte por cento da receita total de cada mez, bem como o balancete da receita e despeza. Esta porcentagem enviada ao Conselho Superior será empregada nas despezas geraes da Associação e em obras diocesanas.

Art. IX. Aos zeladores compete propagar a Associação, alistando novos socios e angariar esmolos.

Art. X. As creanças, desde que tenham uso de razão e saibam rezar a *Ave-Maria*, podem tambem ser admittidas como Socios, contribuindo por ellas os seus paes, ou quaesquer outros.

Art. XI. As escolas não serão totalmente gratuitas, mas os paes pagarão mensalmente a quantia que puderem e as pessoas, summamente indigentes, nada pagarão.

Art. XII. Somente os directores locais terão ingerencia na administração e direcção das escolas e das outras obras da Associação.

Art. XIII. Este Regimento poderá ser modificado mediante consentimento e approvação da Auctoridade diocesana.

Agora, Veneraveis Irmãos, como meio seguro e certo de augmentardes as esmolos para as obras pias desta Associação, vos aconselhamos o que vimos praticado em muitas egrejas da Italia e da França, que visitamos.

Procurae logo adquirir uma bella imagem de Santo Antonio, (estatueta ou ao menos oleographia) que conservareis sempre no meio de flores, luzes e outras manifestações de piedade e devoção para este grande Santo.

Ao seu lado collocareis uma caixinha, bem fechada e dividida interiormente em duas partes e com estas palavras: *Esmolas—Graças*, correspondendo a estas duas partes e com duas aberturas, por onde serão lançadas dentro da caixinha as graças pedidas e alcançadas por intercessão de Santo Antonio e as esmolos dadas; ou então duas caixinhas, uma para as *Graças*, outra para as *Esmolas*.

Se pela protecção de Santo Antonio, as esmolos começarem a ser abundantes, nada impede que em cada parochia se estabeleça tambem a obra tão sympathica do *Pão de Santo Antonio*, já tão conhecida em nosso paiz, sem prejudicar entretante a obra do pão espiritual, que são as escolas.

Contra o projecto das escolas parochiaes ha uma outra objecção que queremos refutar.

Outra difficuldade que póde paralisar o zelo dos Rvdmos. Vigarios na criação das escolas, é talvez julgarem que queremos

que d'aqui em diante os Parochos se façam mestre escolas ou sejam professores primarios.

Apezar de que não haveria nenhum inconveniente nisto, desde que não prejudicasse o serviço parochial, pois que grandes santos se honraram com este humilde, mas utilissimo ministerio; não é entretanto isto o que pretendemos.

Instituindo a Associação de Santo Antonio, o que pretendemos é simplesmente pôr nas mãos de cada parcho os recursos com que possa pagar um ou mais professores.

Este professor poderá ser um padre, que ao mesmo tempo será um coadjutor, um companheiro, um amigo do Vigario ou um bom catholico da parochia, mais ou menos habilitado conforme as circumstancias de cada logar; e para as meninas, poderá ser uma Irmã de Caridade ou uma moça catholica da propria villa ou cidade. E o parcho, quer ensine, quer não, terá sempre a superintendencia, alta inspecção e direcção destas escolas.

Se a escola fôr o que deve ser, se nella se ensinarem todas as materias do programma governativo e mais a religião, desde logo ella terá não só todos os meninos e meninas da freguezia, mas ainda o amor, os louvores e a protecção de todas as familias.

Eis ahi o parcho, de novo rodeado de todo o seu rebanho, eil-o no centro de um grande campo, onde poderá desenvolver toda a expansão do seu zelo, eil-o com as suas classes de catechismo bem organisadas.

Não venham cá nos dizer que isto é uma bella utopia, que são visões douradas, mas irrealisaveis. O que acabamos de dizer já está realisado em algumas parochias desta Diocese (as quaes deixamos de citar para não provocar em nosso Clero ciumes e vaidades) sem ser preciso recorrermos á muitas dioceses da Europa.

Sendo assim, a Associação de Santo Antonio com que pretendemos dotar esta Diocese tem, na esphera de sua acção e influencia, tanta importancia como a grande *Obra da Propagação da Fé*, cujo centro está em Lyon, França, e para qual os catholicos francezes concorrem com sommas avultadissimas de dinheiro.

A nossa Associação tem tanta ou mais importancia do que a *Obra de Santa Infancia*, que está espalhada entre todas as nações catholicas e que já é bem conhecida, mesmo nesta Diocese, graças aos esforços do infatigavel missionario, Padre João Maria Cybeo.

A Obra da Propagação da Fé tem por missão a conversão dos infieis e a da Santa Infancia tem por objectivo a conversão e educação dos filhos dos pagãos e infieis. E' uma Instituição santa, approvada pela Santa Sé e muito enriquecida de indulgencias e de favores espirituaes; mas a nossa Associação é, até certo ponto, mais necessaria e mais digna de nossa attenção.

Não queremos de modo algum desvirtuar aos olhos de nossos diocesanos a tão bella, tão util e tão humanitaria Obra da Santa Infancia, que é uma das fulgurantes flores da caridade catholica.

Está bem longe de nós tal pensamento. Antes com todo o prazer diremos aos nossos diocesanos: alistae-vos nesta Associação, auxiliae com as vossas esmolos os alevantados intuitos dessa Obra. Mas o que dizemos em favor da Obra da Santa Infancia, não diminue em nada a importancia e necessidade da nossa Associação.

Sem querer offender os nossos patricios, antes com magua e tristeza somos forçado a confessar que a situação da infancia em nosso paiz é peor e mais digna de cuidados especiaes do que a dos filhos dos infieis no extremo Oriente.

Parece um paradoxo, mas não é, e vamos mostrar.

E' verdade que naquellas regiões milhares de creanças jazem ainda envolvidas nas trevas de uma brutal idolatria, mas é tambem verdade que milhares de corações christãos, na Europa e na America, pensam naquellas creanças, trabalham em favor daquellas creanças, angariam esmolos para aquellas creanças e para lá mandam missionarios, religiosos e freiras, que fundam e mantem escolas, collegios e azylos; mas é tambem verdade que alli, por toda a parte e até nas pequenas aldeas, ao lado da pobre capella do missionario se erguem escolas, repletas de jovens intelligencias, que, como

mimosas flores, abrem-se aos doces influxos do Evangelho.

No *Estandarte Catholico*, de 4 de Novembro do anno passado, lemos o seguinte:

«No fim do seculo passado, a India oriental contava tres bispos catholicos e tresentos missionarios, exclusivamente europeus. Não havia nem religiosos, nem escolas; o numero dos fieis não era nem de meio milhão.

Hoje a India tem trinta e tres bispos, oitocentos sacerdotes europeus e seiscentos e cincoenta naturaes, setenta collegios e seminarios com seis mil alumnos e DUAS MIL E DUZENTAS ESCOLAS PAROCHIAES, *com cem mil meninos*, noventa e oito orphanotropios com cinco mil e oitocentos orphams. O numero de fieis sobe a mais de dous milhões».

Duas mil e duzentas escolas parochiaes!! e nós, quantas temos?

Aqui entre nós, os filhos dos catholicos teem algumas escolas, é verdade; mas essas escolas não tem religião; teem capellas, teem egrejas, mas ao lado dessas egrejas não existem escolas parochiaes e quem é que na Europa pensa em nós, quem é que vem nos auxiliar na catechese dos nossos filhos?

Eis porque a situação de nossos pequenos patricios é mais digna de commiserção do que a dos filhos dos infieis.

Eia, pois, veneraveis senhores Vigarios, façamos da necessidade virtude. Cuidemos dos nossos filhos espirituaes. Abramolhes escolas, nas quaes, a par das sciencias humanas, possam aprender a mais bella, a mais consoladora, a mais necessaria de todas as sciencias: a sciencia da Religião, da qual, pela infinita misericordia de Jesus, somos ministros e prégoeiros.

Quem não póde fazer muito, faça pouco, faça alguma cousa, mas não deixe emfim de mover-se; quem não achar bom este plano e tiver outro plano, mais pratico, mais adaptado a sua parochia, pois adopte e execute esse plano; o essencial é que não deixemos que as creanças cresçam sem instrucção e educação religiosas.

E como nada podemos fazer de bom sem o auxilio de Jesus, antes de terminarmos dirijamos-lhe uma fervorosa prece:

Oh! Jesus, nosso mestre e nosso modelo, que amaes tanto as creanças, inflammae nas suaves doçuras deste santo e sobrenatural amor os corações dos padres desta diocese e com a força efficaz de vossa graça impelli esses pastores a levantarem-se emfim e a irem, mesmo entre os abrolhos e os espinhos, a procurar essas ternas ovelhinhas que tanto amaes e que começam a desgarrar-se, victimas de sua inexperiencia e dos maus exemplos e fazei com que desde a publicação desta Pastoral, que é uma pagina de nosso coração, tenhamos a ventura de ouvir os echos, tão agradaveis dessas escolas parochiaes, que irão se abrindo aqui e alli sob a direcção dos padres e bençams da Religião, echos que serão levados em entusiasta repercussão até os confins desta Diocese, pelo *Boletim Ecclesiastico*.

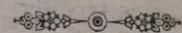
Carissimos Irmãos, nas vossas mãos depositamos agora esta grande Obra; de vós depende o seu exito brilhante e completo; pois que da parte de Deus, podemos contar sempre com a sua graça e protecção e de nossa parte, não somente continuamos sempre á vossa disposição para vos auxiliar no que podermos, mas ainda vos enviamos, com toda a effusão de nosso coração, a bençam pastoral para vós e para vossas obras e emprezas espirituaes.

Et benedictio Dei Omnipotentis Patris† et Filii † et Spiritus Sancti † descendat super vos et maneat semper. Ameu.

Seja esta nossa Pastoral registrada no livro do tombo, como é de costume e seja fielmente executada no que diz respeito a instituição da Associação de Santo Antonio em cada parochia ou capellania.

Dada e passada em Corytiba, aos 2 de Fevereiro de 1900.—(Purificação de Nossa Senhora.)

† JOSÉ, Bispo Diocesano.



Circular

Corytiba, 3 de Fevereiro de 1900.

R.V.M.O. SNR.

No dia 2 de Março deste anno ocorre o anniversario natalicio do Santo Padre Leão XIII, que nesse dia completará 90 annos de idade. Lembrar-lhe este faustoso acon-

ANEXO P

APROVAÇÃO DO ESTATUTO

74

— BÓLETIM ECCLESIASTICO —

Dom Jeronymo Thomé da Silva

Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de S. Salvador da Bahia, Primaz do Brazil etc. etc.

Pela presente Havemos por bem approvar os «Estatutos» da Irmandade de Santo Antonio, instituida por S. Exa. Revma., o Snr. D. José de Camargo Barros, zeloso Bispo da Diocese de Corytiba, no Estado do Paraná.

Esta Irmandade tem por fim proporcionar os meios praticos para se pôr em execução o que determinou o Concilio Plenario da America Latina e o que tanto recommenda o Primeiro Congresso Catholico Brasileiro, no que diz respeito ás Escolas Catholicas.

Recommendamos aos Revmos. Parochos desta archidiocese e mais Cooperadores Nossos que adoptem os «Estatutos» da mencionada Irmandade em suas respectivas Parochias.

Dada e passada n'esta cidade de São Salvador da Bahia, aos 21 de Dezembro de 1901.

† Jeronymo, Arcebispo da Bahia.

APPROVAÇÃO

E' com vivo prazer que unindo minha approvação a dos meus venerandos Irmãos do Episcopado Brasileiro, peço a Deus de abençoar a Irmandade de Santo Antonio, afim de que aqui como em todo o nosso querido Brasil produza fructos abundantes e muito contribúa para o augmento e a formação de vocações sacerdotaes.

São Luiz, 12 de Dezembro.

† Antonio Xisto, Bispo do Maranhão.



Instalação da Irmandade de

„SANTO ANTONIO”

na parochia de Santa Iphigenia em S. Paulo.

Aos vinte e sete de Novembro do corrente anno, achando-se presentes na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Santa Iphigenia, na cidade de S. Paulo o Revmo. Vigario e seu Coadjutor, os Zeladores e Zeladoras do Apostolado da Oração, os membros do Circulo de S. José, os Confrades de S. Vicente de Paulo, as Damas da Caridade, e varios outros catholicos, compareceu o Exmo. e Revmo. Sr. D. José de Camargo Barros, Bispo de Corytiba, acompanhado do seu Secretario, o Revmo. Pe. Lamartine Corrêa de Miranda, sendo recebido na porta da igreja pelo Revmo. Vigario e representantes das associações pias da Parochia.

Seguindo até a Capella do Anjo da Guarda, S. Exa. Revma. fez oração e uma visita ao SS. Sacramento.

Voltando ao corpo da igreja, S. Exa. Revma. tomou assento em uma cadeira que lhe estava reservada e, fazendo-se o mais profundo silencio e recolhimento, declarou que tinha pedido ao Revmo. Vigario da Parochia para convocar esta reunião, porque precisava dar um testemunho publico do seu reconhecimento ás multiplas demonstrações de amizade e apreço que tem recebido, sempre que se lhe offerece uma occasião de vir a esta Cidade. Em seguida, S. Exa. Revma. tratou da importancia da educação christã da infancia pelas escolas parochiaes, apresentando a Irmandade de Santo Antonio como um meio apropriado para resolver esta magna questão. O Revmo. Pe. Lamartine passou a ler os Estatutos da Irmandade e a approvação dos Exmos. e Revmos. Snrs. Arcebispo do Rio de Janeiro e Bispos da Provincia Meridional do Brasil. Foi lida a approvação do nosso venerando Prelado, o Exmo. e Revmo. Snr. D. Antonio Candido de Alvarenga, que nomeou Director Diocesano ao Revmo. Snr. Vigario de Braz, Conego José Marcondes Homem de Mello.

Usando outra vez da palavra, S. Exa.

Revma. nomeia Director local ao Revmo. Sr. Vigario da Parochia, com plenos poderes para constituir a Directoria da Irmandade, e termina pedindo orações para si e para sua diocese.

Depois de ter resado deante do SS. Sacramento, S. Exa. Revma. sendo acompanhado até a porta e depois de ter dado o sagrado anel a beijar retirou-se.

No dia 2 de Dezembro, por occasião da novena da Immaculada Conceição, o Rev. Vigario, subindo ao pulpito, convidou aos fieis para assistirem á missa da primeira terça-feira de Dezembro e deu algumas explicações sobre a Irmandade. No dia seguinte, ao começar a Missa foi o Revmo. Vigario surpreendido pelos sons do harmonio unidos ás vozes educadas de algumas cantoras, que entoaram lindos canticos durante o Santo Sacrificio.

Era o maestro Jeronymo Lobo que preparara esta surpresa e que ainda veiu oferecer-se para tocar em todas as primeiras terças-feiras, sem onus para a Irmandade. Nas mesmas condições serão celebradas as missas pelo Revmo. Vigario.

Tendo sido grande o numero de fieis que se inscreveram no fim da reunião presidida pelo Exmo. e Revmo. Snr. Bispo de Corytiba, acha-se convocada uma reunião dos Zeladores da Irmandade para o proximo domingo, 15 de Dezembro, na qual serão tomadas as medidas necessarias á boa marcha e progresso desta Associação.

S. Paulo, 4 de Dezembro de 1901.

Escolas Parochiaes

Novas noticias sobre as escolas parochiaes temos a ajuntar áquellas, que já foram dadas no numero passado do «Boletim Ecclesiastico».

Hoje trata-se do **Rodeio**, Curato italiano em Santa Catharina, regido pelos RR. Padres Franciscanos. Eis as consoladoras noticias:

«A respeito das escolas parochiaes, venho responder logo quanto posso no momento.

Noticias particulares tenho somente de poucas escolas, mas como todas são fundadas de accordo com o mesmo methodo, as noticias seguintes são sufficientes para darem a conhecer todas as outras.

Temos neste Curato umas vinte escolas, maiores e menores, isto é quasi uma por Capella.

Geralmente fallando, não reconhecemos, nem visitamos uma Capella que não tenha a sua escola.

A mais frequentada existe aqui em **Rodeio**, em cuja escola, neste anno, estão matriculados 120 alumnos [meninos e meninas].

Excepto os casos de doença ou outros impedimentos graves, todos os alumnos frequentam a escola regularmente por tres annos ao menos. Só depois de tres annos de frequencia da escola parochial, podem os alumnos apresentar-se para a primeira communhão.

Na semana santa deste anno tivemos 130 meninos das escolas circumvisinhas para a primeira communhão.

Aqui temos um professor para os meninos e uma professora para as meninas e a todos juntos [meninos e meninas] um Padre ensina o catechismo e a historia sagrada.

As materias de ensino são: ler, escrever, arithmetica, lingua portugueza, geographia, canto, catechismo, historia sagrada [e para as meninas] prendas domesticas.

Os alumnos maiores [1^a. e 2^a. classe] frequentam a escola de manhã, durante quatro horas; os menores á tarde, tem as mesmas horas de aula.

A's 6 1/2 da manhã, ha missa, á qual todos devem assistir.

Ha feriado nas quintas-feiras e dias feriados de dous mezes durante o anno.

Alem do ensino do catechismo dado nas classes, ha ainda nos domingos, ás tres horas da tarde, a explicação da doutrina christã, para os maiores na igreja, para os menores em casa do professor.

Quanto ao pagamento fundou-se aqui